

POLIANA OLIVEIRA CARDOSO

**O USO DOS RECURSOS NATURAIS NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS  
MARINHAS BRASILEIRAS E A TRANSMISSÃO DO SABER FAZER  
TRADICIONAL DA PESCA ARTESANAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C260u  
2018  
Cardoso, Poliana Oliveira, 1986-  
O uso dos recursos naturais nas reservas extrativistas  
marinhas brasileiras e a transmissão do saber fazer tradicional da  
pesca artesanal / Poliana Oliveira Cardoso. – Viçosa, MG, 2018.  
xviii, 220 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Sheila Maria Doula.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f. 213-220.

1. Pesca artesanal. 2. Desenvolvimento sustentável.  
3. Recursos pesqueiros. I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação  
em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed.639.2

POLIANA OLIVEIRA CARDOSO

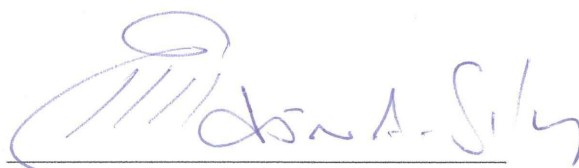
**O USO DOS RECURSOS NATURAIS NAS RESERVAS  
EXTRATIVISTAS MARINHAS BRASILEIRAS E A TRANSMISSÃO  
DO SABER FAZER TRADICIONAL DA PESCA ARTESANAL**

Tese apresentada à Universidade Federal  
de Viçosa, como parte das exigências do  
Programa de Pós-Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de *Doctor  
Scientiae*.

APROVADA: 09 de julho de 2018.



José Ambrósio Ferreira Neto



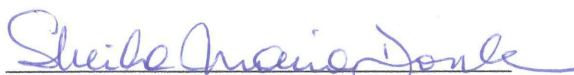
Edson Arlindo Silva



Marcelo Leles Romarco de Oliveira



Michelle Gomes Leles



Sheila Maria Doula  
(Orientadora)

*Aos Pescadores Artesanais...*

*"Uma criança, um professor, um livro e um lápis podem mudar o mundo"*  
Malala Yousafzai

## AGRADECIMENTOS

Agradecer às vezes não me parece suficiente diante de toda gratidão que trago no final deste ciclo de minha vida. Mas registrar em forma de palavras todo apoio que recebi é importante para que fique gravada aqui a importância que cada gesto fez ao resultado final. Quero agradecer primeiro a Deus, por ser minha base, refúgio e cidadela. Não podia imaginar o quanto a experiência do doutorado seria transformadora e tenho a convicção de que foi pelas mãos Dele que todas as pessoas que vou citar nas próximas linhas entraram em minha vida no tempo e compasso certo conforme seus desígnios.

À minha família por ser onde encontro a forma mais pura de amor. Meu Pai, minha Mãe e meu irmão (Sebastião, Zilda e Gutiere) por acreditarem em mim mais do que eu mesma. Por todas as vezes que cuidaram, ofereceram carinho e por tudo que sacrificaram para que eu pudesse seguir estudando. Agradeço também aos meus familiares, tias (os) e primas (os), não me atrevo a citar nomes e cometer o deslize de me esquecer de um só, por isso sintam-se contemplados também porque a crença de vocês de que eu poderia ir mais além, também me moveu. Especialmente, quero manifestar meu apreço à dedicação dos meus tios Kátia e Sérgio que nesta fase de idas e vindas na reta final, não pouparam esforços para me receber independente dos horários nesta jornada entre Minas e o Tocantins.

Aos pescadores da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, toda minha gratidão pela forma com que receberam minha pesquisa. São pessoas de fibra, de encanto e generosidade, conquistaram meu respeito, meu carinho e ressignificaram meu olhar. Ao Chico Pescador, Cleuzinha, Edmo também conhecido por “Show”, Mestre Chonca, Sr. Alex, Mestre Dock e tantos outros que me permitiram humanizar este trabalho. Ao ICMBio, representado por Viviane, gestora do Resex-Mar de Arraial do Cabo e Dona Sônia, funcionária deste órgão que mesmo sem me conhecer me ofereceu seu lar, muito obrigada por seu olhar bondoso. Aos funcionários da Pousada Sentinelas do mar agradeço por todas as vezes que me receberam cheios de alegria.

Agradeço também ao Observatório da Juventude Rural, todos os membros que convivi ao longo dos quatro anos, obrigada pela troca de conhecimentos, leituras recomendadas e até mesmo pelos momentos de confraternizações que tornam esse grupo tão especial, foi fundamental fazer parte de vocês. À Diana e Thaynara que foram os “anjos que Ele mandou pra me guardarem ao longo do caminho”. Aprendi muito com a forma de cada uma fazer ciência, são mulheres extraordinárias, quero carregar este vínculo para a vida.

Às minhas amigas de Viçosa: Renata Loures, Kéllen, Verônica, Renata Barros e Martha, porque o sonho de cursar uma universidade começou ainda quando estávamos no colegial, na rede pública e hoje, alguns anos mais tarde, somos aquele mesmo grupo cheio de sonhos e apesar de realizações diferentes, somos vencedoras. À Telma e à Carla pela parceria desde a graduação. Ao Diego Camelo sempre presente, obrigada por toda força que veio de vocês. À Thaís Helena, se deixar fazer a ponte sólida e confiável que precisei nos últimos meses. Agradeço também à Vanessa, estudamos juntas para o processo seletivo, entramos juntas na mesma turma e estamos saindo grandes companheiras. À Fernanda Machado pela confecção dos mapas.

Ao Semente, grupo de estudo Bíblico da UFV do qual fiz parte, uma surpresa a oportunidade de conhecer e experimentar essa forma de fortalecer minha espiritualidade, foi preparando e conduzindo os estudos do grupo que descobri pouco a pouco a beleza do ensinar. Hoje, na experiência em que me encontro, muito trago do exercício de conduzir os estudos da palavra.

Aos Professores do Departamento de Economia Rural pelos anos de formação e convívio por toda dedicação e profissionalismo de todos. Em especial à Professora Nora Beatriz que não se encontra mais entre nós, mas que merece meu agradecimento por me inspirar pelos caminhos que estou trilhando atualmente. Ao Professor José Ambrósio, por ter aberto diferentes oportunidades ao longo da minha trajetória acadêmica e por ter me dito um Sim, lá atrás, ainda na graduação e possibilitar o meu contato com a iniciação científica. Foi ali o meu despertar para a pesquisa.

Minha gratidão pela disponibilidade nas bancas anteriores de projeto e qualificação aos Professores Ambrósio e Lilian. Obrigada pela disponibilidade também ao Professor Marcelo pela banca anterior e a presente. Ao Professor Ambrósio, por mais uma vez aceitar compor a presente banca. Ao Professor Edson, agradeço também, foi fazendo parte de uma equipe sob sua coordenação que conheci o universo das Unidades de Conservação, sua presença na banca além de ser importante pelas suas contribuições, é simbólica. E à Professora Michelle Lelis, por ter aceitado o convite de compor a presente banca ao lado dos demais.

Sou grata à Professora Sheila Doula, minha orientadora, pois não me deixou desacreditar deste trabalho, muito obrigada por me receber no Observatório e pela construção que fizemos juntas.

A todos os funcionários do DER que também não vou me atrever a citar os nomes, pois são todos muito queridos.

Agradeço à Professora Roseni Moura da Universidade Federal do Tocantins porque é uma amiga e parceira de longa data, também aos amigos da mesma instituição que torceram e acompanharam toda fase de escrita, em especial à Professora Clarete de Itoz.

Às Professoras Natália Aragão do Instituto Federal do Ceará e Nathália Thais do Departamento de Economia Rural da UFV, que contribuíram debatendo os dois seminários de tese que antecederam esta banca.

À Capes, por ter financiado este estudo,

Poliana

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	ix
LISTA DE TABELAS .....	xii
LISTA DE QUADROS .....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiv
RESUMO .....	xv
ABSTRACT .....	xvii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO .....	7
OBJETIVOS.....	13
Objetivo Geral .....	13
Objetivos Específicos.....	13
PERCURSO METODOLÓGICO .....	13
Coleta de dados .....	14
Análises de Dados .....	20
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	25
O MAR, A PESCA E OS PESCADORES ARTESANAIS.....	25
1.1 A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA SOBRE O MAR .....	25
1.2 A PESCA.....	34
1.3 OS PESCADORES ARTESANAIS E A CRISE DO SETOR .....	41
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	49
DESENVOLVIMENTO.....	49
2.1 DESENVOLVIMENTO: UM HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES.....	49
2.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SUSTENTABILIDADE.....	53
2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DE IGNACY SACHS .....	59
2.4 AS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN.....	64
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	71
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS ...	71
3.1 HISTÓRICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.....	71
3.2 RESERVAS EXTRATIVISTAS E A TRANSFERÊNCIA DO MODELO DE MANEJO PARA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS .....	77
3.3 RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES .....	84

<b>CAPÍTULO 4</b> .....	107
TRANSMISSÃO GERACIONAL: PROCESSOS E IMPLICAÇÕES .....	107
4.1 O CONCEITO DE GERAÇÃO .....	107
4.2 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL .....	114
4.3 JUVENTUDE, IDENTIDADE E PROJETO DE VIDA .....	122
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	133
O UNIVERSO EMPÍRICO: ÁREA DE ESTUDO E ATORES SOCIAIS .....	133
5.1 O MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO .....	133
5.2 A RESERVA EXTRATIVISTA DE ARRAIAL DO CABO .....	141
5.2.1 A Resex-Mar de Arraial do Cabo e as Pesquisas Científicas.....	146
5.3 QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS QUE FIZERAM PARTE DA PESQUISA?.....	149
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	161
A TRANSMISSÃO GERACIONAL DA PESCA ARTESANAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO-RJ: O OLHAR DOS PESCADORES.....	161
6.1 A PESCA ARTESANAL PELO OLHAR DOS PESCADORES ARTESANAIS DE ARRAIAL DO CABO: “NÃO É O PEIXE QUE ESTÁ ACABANDO, QUEM CORRE O RISCO DE DESAPARECER, É O PESCADOR ARTESANAL” .....	161
6.2 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL DO SABER NA PESCA ARTESANAL: “PRA SER UM BOM PESCADOR É PRECISO APRENDER A OUVIR O MAR” .....	170
6.3 A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO PELO OLHAR DOS PESCADORES ARTESANAIS .....	179
6.4 A RESERVA EXTRATIVISTA DE ARRAIAL DO CABO E AS APROXIMAÇÕES COM A LITERATURA .....	192
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	207
8. REFERÊNCIAS .....	213

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.....	5
Figura 2. Delineamento da pesquisa.....	14
Figura 3. Parte da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ.....	16
Figura 4. Alguns dos participantes da pesquisa de campo na Resex-Mar de Arraial do Cabo - RJ.....	19
Figura 5. Reunião com pescadores do projeto Ardentia na Resex- Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	20
Figura 6. Percurso de Pesquisa. ....	23
Figura 7. Imagem da destruição do Leviatã, criatura que aparece no livro de Jó. ....	28
Figura 8. A representação dada a Netuno, deus do mar na mitologia Grega. ....	29
Figura 9. Representação de Caronte na Mitologia. ....	32
Figura 10. Registro dos pescadores puxando a rede na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do –RJ, 2016.....	33
Figura 11. Aspectos que integram a pesca artesanal .....	43
Figura 12. Conjunto de conflitos no contexto metropolitano.....	46
Figura 13. Áreas que precisam de um pensamento renovado. ....	58
Figura 14. Esquema analítico das dimensões para sustentabilidade em Sachs. ....	61
Figura 15. Diferentes elementos que contribuem para a produção dos meios de existência viáveis, trabalho decente conforme Sachs .....	62
Figura 16. Cinco tipos de liberdades utilizadas nos estudos de Sen.....	67
Figura 17. Razões que tornam a liberdade um conceito central para o desenvolvimento.....	69
Figura 18. Configuração atual, com os seis componentes do Sisnama. ....	75
Figura 19. Períodos e diferentes instituições que estiveram à frente da gestão das Unidades de Conservação no Brasil. ....	76
Figura 20. Conjunto de características das comunidades de pescadores artesanais.....	82
Figura 21. Dimensões escolhidas para compor nosso conjunto capacitário.....	85
Figura 22. Localização das Resex-Mar estudadas.....	86
Figura 23. Número de responsáveis pelas famílias com idade entre 15 a 29 anos.....	88
Figura 24. Proporção de estudantes e beneficiários que já participou do programa EJA nas Resex-Mar estudadas. ....	89
Figura 25. Opinião dos responsáveis familiares a respeito do interesse dos jovens em permanecerem nas seis Reservas Extrativistas Seleccionadas. ....	94
Figura 26. Fatores que contribuem para permanência ou não dos jovens no entorno das Resex-Mar. ....	95
Figura 27. Proporção dos responsáveis pelas famílias que acreditam que essa atividade está sendo ensinada aos mais jovens.....	97
Figura 28. Renda mensal agrupada em salários mínimos dos grupos familiares das seis Reservas Extrativistas Marinhas.....	98
Figura 29. Três principais ocupações para os membros das famílias de pescadores nas Resex-Mar estudadas. ....	100
Figura 30. Participação dos responsáveis familiares em espaços políticos. ....	104

Figura 31. Elementos importantes da mudança geracional na concepção de Mannheim. ....	110
Figura 32. Aspectos importantes em uma análise geracional para Tomizaki (2010).....	112
Figura 33. Princípios pelo qual a família opera de acordo com Cerveny (2001). ....	118
Figura 34. Construção de identidades sociais reais. ....	129
Figura 35. Local da chegada de Américo Vespúcio no município de Arraial do Cabo-RJ....	135
Figura 36. Igreja Nossa Senhora dos Remédios no município de Arraial do Cabo-RJ, 2016. .....	136
Figura 37. Localização do município de Arraial do Cabo e suas divisões.....	137
Figura 38. Rendeiras de bilro em Arraial do Cabo-RJ, no passado e atualmente. ....	139
Figura 39. Culinária tradicional no município de Arraial do Cabo-RJ, peixe com banana e o peixe fresco.....	140
Figura 40. Turistas circulando pela Marina dos pescadores, de Arraial do Cabo-RJ, 2016...	141
Figura 41. Localização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ.....	142
Figura 42. Jornal com a notícia de constituição da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo- RJ na época da criação.....	144
Figura 43. Marina dos Pescadores de Arraial do Cabo- RJ, 2016.....	146
Figura 44. Parte da área da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	147
Figura 45. Pescadores artesanais participantes da pesquisa. ....	150
Figura 46. Pesca de cerco realizada na praia grande no passado e atualmente, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.....	152
Figura 47. Posto do vigia, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.....	153
Figura 48. Casa da pesca e os petrechos antigos de pesca que fazem parte do acervo montado, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	154
Figura 49. Biojoias e a salga do peixe feitos pelas mulheres da Prainha, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	158
Figura 50. Alguns dos jovens pescadores artesanais que participaram da pesquisa, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	159
Figura 51. Pescado capturado na pesca de cerco na Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016. .....	163
Figura 52. Algumas ferramentas utilizadas no reparo das embarcações, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	164
Figura 53. Pai e filho, duas gerações de pescadores na família, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	171
Figura 54. Jovem pescador da Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016. ....	172
Figura 55. Uma rede sendo emendada enquanto acontece a entrevista, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	173
Figura 56. Agulha usada para emendar redes, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.....	174
Figura 57. Peixe sendo preparado para salga, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016. ....	174
Figura 58. Rede confeccionada pelo Mestre, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016.....	178
Figura 59. Placa de identificação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo – RJ, 2016....	180
Figura 60. Tartaruga sendo devolvida para o mar, Resex-Mar de Arraial do Cabo – RJ, 2016. .....	181
Figura 61. Petrechos de pesca produzidos pelos pescadores, Resex-Mar de Arraial do Cabo- RJ,2016.....	188

Figura 62. Oficina onde são feitas as Biojoias pelas mulheres da pesca, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016. ....	189
Figura 63. Levantamento feito com os representantes dos pescadores sobre os problemas na pesca e as soluções possíveis, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016.....	190
Figura 64. Pesca artesanal na Resex-Mar de Arraial do Cabo de acordo com as características citadas pelos pescadores. ....	196
Figura 65. Articulação das variáveis capacitárias escolhidas para esta pesquisa com os apontamentos de campo e do banco de dados. ....	201

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. População e número de questionários aplicados nas Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas. ....	87
Tabela 2. Tabela 2. Faixa etária do grupo familiar nas seis Reservas Extrativistas Marinhas estudadas.....	87
Tabela 3. Escolaridade do grupo familiar das seis Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas.....	89
Tabela 4. Tabela de referência cruzada com a faixa de idade, escolaridade e relação de estudantes e não estudantes das seis Resex-Mar. ....	91
Tabela 5 . Atividades produtivas desenvolvidas nas seis Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas. ....	96
Tabela6. Principais problemas ambientais citados nas seis Reservas Extrativistas Marinhas	102

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Reservas Extrativistas selecionadas a partir do banco de dados UFV/ICMBio. ....	15
Quadro 2. Primeiros participantes da Pesquisa de Campo na Resex-Mar de Arraial do Cabo - RJ.....	18
Quadro 3. Variáveis selecionadas a partir do banco de dados UFV/ICMBio.....	21
Quadro 4. Sistematização dos objetivos específicos e as metodologias escolhidas.....	22
Quadro 5. Características das diferentes modalidades de pesca no Brasil. ....	40
Quadro 6. Seis principais modalidades de pesca artesanal.....	44
Quadro 7. Unidades de Conservação Federais por Bioma. ....	77
Quadro 8. Princípios que devem orientar as atividades do Plano de Manejo. ....	83
Quadro 9. Produtos da pesca e demais atividades. ....	97
Quadro 10. Representantes de instituições que fizeram parte da pesquisa. ....	151
Quadro 11. Categorias nos quais são divididos os pescadores na Resex-Mar de Arraial do Cabo.....	155
Quadro 12. Sexo, idade e escolaridade dos pescadores que participaram da pesquisa Resex-Mar de Arraial do Cabo, 2016. ....	156
Quadro 13. Informações etárias e de escolaridade dos jovens pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo - RJ. ....	160

## LISTA DE ABREVIATURAS

APAC - Associação de Pescadores de Arraial do Cabo  
AREMAC – Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CDB- Texto Conservação sobre Diversidade Biológica  
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações tradicionais  
COFREM- Comissão Nacional para Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
DEP- Diagnóstico Rural Participativo  
EJA- Educação de Jovens e Adultos  
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FIPAC – Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDEF – Instituto brasileiro de Desenvolvimento  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MEC- Ministério da Educação  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura  
ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIN – Plano de Integração Nacional  
PNMA- Política Nacional do Meio Ambiente  
Resex – Reserva Extrativista  
Resex-Mar – Reserva Extrativista Marinha  
RGP- Registro Geral da Atividade Pesqueira  
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SPSS- Statistical Package for the Social Sciences  
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca  
UC – Unidade de Conservação  
UENF – Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

## RESUMO

CARDOSO, Poliana Oliveira, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2018. **O uso dos recursos naturais nas Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras e a transmissão do saber fazer tradicional da pesca artesanal.** Orientadora: Sheila Maria Doula .

Muito se discute a respeito da sustentabilidade, dos limites do nosso padrão de crescimento e da forma como utilizamos nossa base de recursos naturais. Assim, temas como o Desenvolvimento Sustentável protagonizam campanhas publicitárias, programas de televisão, iniciativas individuais, produções acadêmicas, tudo devido à urgência de que toda comunidade mundial tenha consciência do assunto. No entanto, pouco refletimos a respeito dos desdobramentos de tentar alcançar o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade na prática. Os governos, já há algumas décadas estão empreendendo esforços na tentativa de alcançar as diretrizes que resultam de cúpulas e convenções entre os países. Já avançamos em alguns pontos, isso é verdade, no entanto, ainda há a necessidade de marcar bem que ao tratar do Desenvolvimento Sustentável não precisamos preservar apenas os recursos naturais; talvez no passado tivéssemos este entendimento, mas na atualidade sabemos que para alcançar nossos objetivos precisamos também preservar o bem estar das pessoas. A Organização das Nações Unidas, em 2015, lançou 17 objetivos delineados para a promoção de uma vida digna, tema central de grande parte deles. Assim, dentro desta esteira de esforços para compreender melhor as implicações deste tema, este trabalho propõe a investigação sobre o Modelo das Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras. O principal enfoque é verificar se tal modelo tem contribuído para a preservação não apenas da biodiversidade, mas também da cultura das populações de pescadores artesanais que vivem nestas áreas, sobretudo se oferecem boas perspectivas de continuidade para os jovens que vivem nestes territórios. Buscou-se, a partir de diferentes enfoques metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, construir um panorama socioeconômico e ambiental destas áreas a fim de compreender as possibilidades de subsistência e melhora de vida para as populações beneficiárias. A partir desse delineamento, esta tese foi construída em 6 capítulos: no primeiro são tratadas três dimensões importantes ao universo da pesca: o mar, a pesca artesanal e os pescadores. No capítulo 2 define-se o que é desenvolvimento, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como as dimensões que compõem tais conceitos. O capítulo 3 apresenta o contexto mundial, como surgiram as Unidades de Conservação e as diferentes tentativas até se chegar à lei do SNUC que regulamenta as Reservas Extrativistas

no Brasil. Inicia-se também neste capítulo o trabalho realizado com as informações do Banco de dados ICMBio/UFV com seis Reservas Extrativistas Marinhas, no qual são apresentadas as primeiras reflexões baseadas nos objetivos propostos. O capítulo 4 vai trazer o conceito de gerações, importante para que se possa compreender a profissão de pescador artesanal, assim como o entendimento de como acontece o processo de transmissão geracional. Discute-se temas essenciais para compreensão da realidade juvenil como identidade, campo de possibilidades e projeto de vida. No quinto capítulo é apresentado o universo empírico escolhido para esta pesquisa, a Resex-Mar de Arraial do Cabo no estado do Rio de Janeiro, bem como os pescadores e mulheres da pesca que fizeram parte da pesquisa. Por fim, no capítulo 6 são apresentadas as percepções e análises de dados de campo, relatos, falas dos pescadores sobre a pesca artesanal, a transmissão da profissão de pescador, o ser pescador dentro de uma área protegida, assim como as perspectivas para os jovens pescadores dentro da Resex-Mar. E por fim, as considerações finais expõem uma síntese dos resultados, bem como os avanços e impasses observados durante a pesquisa.

## ABSTRACT

CARDOSO, Poliana Oliveira, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2018. **The use of the natural resources in Brazilian marine extractive reserves and the transmission of the artisanal fishing know-how.** Advisor: Sheila Maria Doula.

Much is being discussed about sustainability, the limits of our growth pattern, and the way we use our natural resource base. Thus, themes such as Sustainable Development carry publicity campaigns, television programs, individual initiatives, academic productions, all due to the urgency of every world community being aware of the subject. However, we have little reflection on the implications of attempting to achieve sustainable development and sustainability in practice. Governments have for some decades been making efforts to achieve the directives that result from summits and conventions between countries. We have already advanced in some points, this is true, however, there is still a need to point out that in dealing with Sustainable Development we do not need to preserve only natural resources; perhaps in the past we had this understanding, but nowadays we know that in order to achieve our goals we must also preserve the well-being of people. The United Nations in 2015 has launched 17 goals outlined for the promotion of a dignified life, the central theme of most of them. Thus, within this framework of efforts to better understand the implications of this theme, this work proposes the research on the Brazilian Marine Extractive Reserves Model. The main focus is to verify whether such a model has contributed to the preservation not only of biodiversity but also of the culture of artisanal fishermen living in these areas, especially if they offer good prospects for continuity for the young people living in these territories. From different methodological approaches as well as: bibliographic research, documentary research and field research, a socioeconomic and environmental panorama of these areas was sought in order to understand the possibilities of subsistence and improvement of life for the beneficiary populations. From this outline this thesis was constructed in 6 chapters: in the first chapter three important dimensions are treated in the fishing universe; the sea, artisanal fishing and fishermen. Chapter 2 defines what is development, sustainability and sustainable development, as well as the dimensions that make up such concepts. Chapter 3 presents the world context, how conservation units emerged and the different attempts to reach the SNUC law that regulates Extractive Reserves in Brazil. This chapter also begins the work done with the information from the ICMBio / UFV Data Bank with six Marine Extractive Reserves, in which the first reflections based on the proposed objectives are presented. Chapter 4 will bring the concept of generations, important so that one can understand the profession of

artisanal fisherman, as well as the understanding of how the process of generational transmission happens. It discusses essential themes for understanding the youth reality as an identity, field of possibilities and life project. In the fifth chapter, it is presented the empirical universe chosen for this research, the Resex-Mar from Arraial do Cabo in the state of Rio de Janeiro, as well as the fishermen and fishing women who were part of the research. Finally, chapter 6 presents the perceptions and analyzes of field data, reports, fishermen's comments on artisanal fishing, the transmission of the fisherman's profession, the fisherman within a protected area, as well as perspectives for young fishermen within Resex-Mar. And finally, the final considerations present a synthesis of the results, as well as the advances and impasses observed during the research.

## INTRODUÇÃO

*“Não sou perfeito  
Estou ainda sendo feito  
E por ter muito defeito  
Vivo em constante construção”.*

*Pe. Fábio De Melo*

Este trabalho, quando começou a ser delineado, pouco tinha das medidas e proporções apresentadas neste documento. Tinha sim sua essência de pretender investigar o universo da pesca artesanal nas Unidades de Conservação Marinhas, articulando as correntes teóricas do desenvolvimento, sustentabilidade e da transmissão geracional, culminando no campo de possibilidades que se apresenta ao jovem das águas que vive nessas áreas. Mas ao embarcar neste mar de “antigas” e “novas” configurações acadêmicas, que se cruzaram e possibilitaram os primeiros passos em direção à pesquisa, não podia imaginar que estava adentrando um oceano muito mais profundo. Houve momentos mais calmos, outros revoltos. “Meus pescadores”, como o leitor vai perceber ao desenrolar da tese, afirmavam enfaticamente que não basta se “dizer” pescador, é preciso conhecer o mar. Trazendo esse “conhecer” para minha vivência ao longo do processo de construção da tese, este trabalho me mostrou que não basta se “dizer” um pesquisador, é preciso conhecer além dos manuais metodológicos, ter a capacidade de reconhecer seus limites e se permitir o não saber. Buscar ouvir quem possui experiência, observar outros pesquisadores, trocar percepções e críticas. Ao longo de minha trajetória acadêmica conheci diversos pesquisadores que serviram de exemplo.

Muito aprendi lendo os manuais de pesquisa, mas muito mais compreendi dialogando com quem faz pesquisa no ambiente acadêmico em que me formei. Caso esteja começando a leitura deste trabalho, de alguma forma comunga dos grandes temas discutidos nesta tese, saiba que fazemos parte de uma rede competente de pesquisadores, cada qual com suas habilidades e vulnerabilidades; no entanto, não se perca na atmosfera de competição e vaidade dentro da academia. Acredito que não estamos fazendo pesquisa para vangloriar nossos feitos, mas, como me mostrou a Antropologia, ao nos propormos a investigar um universo empírico e grupos de pessoas, temos a responsabilidade de tornar pública uma realidade. E existem caminhos que tornam possível buscar essa seriedade, por meio da preparação e da adoção de metodologias. Posso afirmar que a linha de orientação que recebi prezou muito por esse rigor

metodológico. Certifico também que o caminho e as lições que percorri pra chegar até o fim desta tese, me permitem dizer que sou uma pesquisadora em construção, e, se mar calmo não faz bom marinheiro, pesquisa que não nos tira da zona de conforto também não contribui para a formação de um bom pesquisador.

Todo esse contexto de pesquisa foi escrito para chegar ao percurso de construção do objetivo deste trabalho, que se fez através da junção de diferentes vivências de minha trajetória acadêmica. Desde os tempos de iniciação científica ainda na graduação e, mais tarde, ao longo do mestrado, foram contabilizados anos de contato com o Grupo de Pesquisa Assentamentos e acesso às primeiras interfaces com pesquisadores e discussões ligadas à temática do Desenvolvimento. A oportunidade de fazer parte durante dois anos da equipe que trabalhou com o levantamento socioeconômico e ambiental em algumas das Unidades de Conservação no Brasil consistiu em uma experiência que expandiu minha formação profissional e abriu horizontes, plantando em mim a sementinha de querer estender a experiência de estudo em áreas protegidas por meio de uma pesquisa a ser empreendida no doutorado. Assim, quando iniciei a participação no Grupo de Pesquisa Observatório da Juventude Rural, já no doutorado, o contato com as discussões e pesquisadores dos temas da Juventude e da Transmissão Geracional foi imprescindível para que se chegasse ao delineamento final do objetivo deste trabalho, que consistiu em analisar as condições de reprodução social da pesca artesanal no âmbito de uma Unidade de Conservação, tomando-se como universo empírico a Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar) de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, se fez necessária a construção do referencial teórico e conceitual abrangendo as seguintes categorias analíticas: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Transmissão Geracional e Juventude. A primeira categoria analítica utilizada na construção da tese trata do desenvolvimento, para analisá-la seguiu-se a perspectiva de mostrar a ampliação da ideia de desenvolvimento, que a princípio era intimamente atrelada a parâmetros econômicos até sofrer mudanças em sua concepção ao longo do tempo, que fez com que o termo incorporasse diferentes aspectos sociais, ambientais e culturais até chegar à ideia de Desenvolvimento Sustentável, muito utilizada nos dias atuais, sobretudo na formulação de políticas públicas e estratégias governamentais. As principais fundamentações teóricas utilizadas na construção da tese vêm das contribuições de: Perroux (1967), Frank (1975), Relatório Blundtland ou Nosso Futuro Comum (1991), Sachs (1994, 2008), Sen (2000, 2010), Amaro (2003), Favareto (2007), Meadows *et al.* (2008), Buarque (2008), Kliksberg (2010) e Moura *et al.* (2013), que problematizam o tema e trazem tipos ideais para a compreensão da

necessidade de se pensar o desenvolvimento e a sustentabilidade para além dos parâmetros econômicos, sociais e da preservação do meio ambiente, mas também colocando as pessoas como fator central sob o prisma da melhoria das condições de vida e da liberdade de questionar, preservar ou modificar valores e contextos.

Dessa maneira, ao pensar o binômio desenvolvimento e sustentabilidade e os modelos desenvolvimentistas resultantes dessa perspectiva “sustentável” é pertinente problematizar como tais modelos têm influenciado ou não a transmissão de valores que envolvem o saber fazer entre diferentes gerações de populações que vivem sob as normas advindas dos arranjos governamentais atuais, a exemplo das populações tradicionais de pescadores artesanais que vivem nas Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras. Essas áreas foram criadas a partir de um sistema que traz em meio a suas diretrizes fundamentos do conceito de “desenvolvimento sustentável” difundidos pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no início dos anos de 1990, por meio do Relatório “Nosso Futuro Comum”, que difundiu a proposta de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Esse documento alerta para o papel importante que as populações tradicionais assumem na preservação dos ecossistemas, mas indica também a necessidade de manutenção dos conhecimentos e práticas locais transmitidos entre as gerações para a própria preservação ambiental. Assim, o termo sustentabilidade liga em uma linha de continuidade temporal as culturas, as populações, as técnicas de uso e manejo dos recursos naturais e as gerações. Esse compromisso nos leva à segunda categoria analítica escolhida, que é a Transmissão Geracional.

Para Mannheim (1928), indivíduos que experimentam anos de crescimento ou convivência interligados por uma unidade geracional possuem maior disposição à receptividade e posteriormente influências culturais, intelectuais, políticas e sociais de sua época. No contexto empírico analisado na tese sobressai o desafio de preservar o conhecimento e a prática tradicional da pesca artesanal ao longo das gerações e considerar as implicações de mudanças que vão do âmbito tecnológico, ambiental, social até a esfera econômica. Esse desafio se contextualiza numa realidade que passa por intervenções de uma política governamental de desenvolvimento que estipula critérios classificatórios que caracterizam populações como tradicionais, e a partir disso, elas têm acesso e direito aos benefícios trazidos por essa Política de Promoção do Uso Sustentável dos Recursos Naturais, estando, no entanto, sujeitas às suas regras e delimitações.

Alguns autores mostram que a continuidade e a descontinuidade das gerações estão intimamente ligadas ao ritmo mais lento ou mais acelerado de mudança social, onde a geração

adulta é afetada pelos mesmos fatores geradores de transformação que as gerações mais jovens. Conflitos geracionais ocorrem quando transformações sociais mais amplas propiciam embates sobre determinados valores e uma geração não reconhece como válida seja a necessidade de manter esses valores, seja a necessidade de refutá-los. No caso desta pesquisa, a tradição é o valor cultural, moral, ético e profissional da pesca artesanal que está em disputa e coloca no cenário, por um lado as definições da política pública que regulamenta a criação das Reservas Extrativistas e, por outro, as condições concretas de reprodução social e geracional da atividade. Para subsidiar essas discussões são utilizadas as contribuições de: Mannheim (1928), Eisenstadt (1976), Cervený (2001), Garcia (2007), Feixa e Leccard (2010), Tomizaki (2010), Almeida e Magalhães (2011) e Almeida (2013) que fundamentam a compreensão do confronto entre os valores do passado, o presente e os projetos futuros, trazendo assim a terceira categoria analítica: Juventude.

Para Dayrell (2007), o jovem deve ser entendido como um ser dotado de história, que interpreta e dá sentido ao mundo de acordo com sua própria historicidade e singularidade. Sendo o jovem um sujeito ativo, reconhecido pelas políticas públicas de juventude como um novo ator social (CASTRO, 2012) e agente de suas próprias demandas geracionais e contextuais, desta pesquisa um dos objetivos foi compreender como ocorre a transmissão de valores entre os pescadores artesanais, ou seja, que significado é atribuído pela geração mais jovem a essa herança cultural e como o segmento juvenil interpreta a manutenção desses valores e a continuidade da profissão de pescador artesanal diante da regulamentação das Reservas Extrativistas Marinhas. Foram utilizadas como base conceitual as contribuições de trabalhos que mostram a realidade do jovem pescador artesanal como: Foracchi (1972), Madeira (1986), Velho (2003), Sarti (2004), Tomizaki (2010), Tavares (2012), Dubar (2005), Mandeli *et al.* (2011), Almeida (2001) e Canella (2014). As pesquisas desses autores são importantes por permitirem uma abordagem comparativa de diferentes contextos onde a pesca artesanal se desenvolve em áreas não protegidas pelas políticas públicas.

Desse modo, o estudo em questão nos permite agregar aos temas selecionados a atividade da pesca artesanal no Brasil. De acordo com informações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2016), nosso território possui uma costa marítima de 8,5 mil quilômetros e 12% de toda água doce do planeta distribuída em rios, lagos, açudes e represas. Considerando essas características ambientais favoráveis, o país possui um potencial para a pesca que, bem planejada e gerenciada, poderia tornar o Brasil um dos maiores produtores de pescado no mundo.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2016) mostra a importância dessa atividade ao destacar que em setembro de 2015 os Estados membros das Nações Unidas aprovaram a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de objetivos e metas que orientam as ações de governos e organismos internacionais nos próximos 15 anos. De acordo com essa organização, vários dos ODS's possuem relação direta com a pesca, a exemplo do objetivo 14, que trata da conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos (Figura 1). A ONU destaca a importância da pesca e dos produtos alimentícios marinhos como fonte de nutrição e saúde para inúmeras comunidades costeiras, mas reconhece que a sustentabilidade exige a integração de políticas públicas que garantam melhor patamar de qualidade de vida às populações.



**Figura 1.** Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: ONU (2017).

Levando em conta o potencial brasileiro e a importância dessa atividade econômica, destaca-se que no Brasil o MPA distingue a pesca considerando a finalidade econômica e social, existindo assim três tipos de pesca: a amadora, a artesanal e a industrial. Neste trabalho o foco de abordagem é a pesca artesanal. As informações do MPA (2016) estimam que um em cada 200 brasileiros é pescador artesanal. O Registro Geral da Atividade Pesqueira- RGP do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (2014) mostra que há no Brasil quase um milhão de pescadores artesanais que historicamente residem em comunidades distribuídas ao longo do litoral brasileiro ou nas bacias hidrográficas. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são provenientes dessa modalidade de pesca.

Silva, C. (2014) realça que a pesca artesanal é considerada como a modalidade que compõe o circuito inferior da economia da pesca, uma vez que seus resultados são, economicamente, de pequena escala. Barreto e Barreto (2016) definem uma sociedade pesqueira como aquela formada pela ligação com seu ambiente de trabalho constituído por rios, mares e lagoas, pelos petrechos disponíveis como barcos, currais e anzóis e pelo conhecimento empírico. No entanto, a intensa exploração dos recursos, somada à ausência de políticas públicas específicas para a pesca artesanal afetaram de forma comprometedor a viabilidade econômica e agrava ainda mais os problemas sociais dos pescadores artesanais.

Outros fatores políticos e históricos também contribuíram para a atual crise do setor como o crescimento desordenado da atividade ao longo da história; o esforço de captura de um pequeno grupo de recursos ou espécies tradicionalmente explorados; a falta de planejamento do setor; o uso de métodos inadequados de captura, muitas vezes predatórios; o desconhecimento do potencial produtivo e das características biológicas do ambiente e dos recursos; a poluição costeira; o fato de ser um setor produtivo com baixo nível de conscientização dos limites naturais de exploração sustentável, além de as políticas pesqueiras e os incentivos econômicos estarem centralizados na pesca industrial (SILVA, 2014).

Capellesso e Cazella (2011) pesam também o fato de as comunidades pesqueiras passarem ainda por transformações vindas dos aportes tecnológicos e estruturais incorporadas pelo setor. Os autores salientam que a inclusão de motores, o uso de redes de material sintético e a venda da produção fresca às indústrias transformaram a pesca artesanal que, no passado, produzia as próprias matérias-primas e instrumentos utilizados na atividade. Hoje o cenário se difere e a atividade sofre com as adversidades do exaustivo processo de captura e as externalidades ambientais negativas que ameaçam a reprodução social dos pescadores.

O reflexo de todas essas dificuldades é o abandono da pesca artesanal, que ocorre primeiramente pelos filhos de pescadores, que procuram desenvolver outros tipos de atividades econômicas. Como salientam Capellesso e Cazella (2011), esse abandono faz com que o desejo dos pais de que os filhos continuem com a tradição ligada à pesca artesanal entre em confronto com as dificuldades de sobreviver exclusivamente com a renda advinda dessa atividade. Os impactos ambientais e as lacunas da gestão pelo poder público afetam a produção, aumentando as incertezas para os jovens pescadores artesanais.

## O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A necessidade de incorporar o tema da sustentabilidade ambiental às discussões sobre o desenvolvimento começou a se definir a partir dos debates gerados ao longo da conferência de Estocolmo em 1972, no qual a primazia dos aspectos econômicos foi colocada em xeque.

É nesse contexto que nasceu a noção de ecodesenvolvimento como tentativa de incorporar a necessidade de formular outro padrão de relação sociedade/ambiente. A ideia foi sendo ampliada até ser substituída pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, difundido à comunidade mundial no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, por meio do Relatório Nosso Futuro Comum, e é definido como “aquele que atende as necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.9). O documento “Nosso Futuro Comum” apresenta aspectos importantes ao reconhecer que o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem limites impostos pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, além de alertar para a condição de que para haver um Desenvolvimento Sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor.

Assim, o documento chama a atenção para dois conceitos-chaves: as “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais da população considerada pobre e que na interpretação do documento deve receber a máxima prioridade; e a noção das “limitações” que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Nesse sentido, o próprio Relatório “Nosso Futuro Comum” (1991) explica que a satisfação das necessidades essenciais depende também do crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Interessa destacar para este estudo também a visão apresentada pelo Relatório sobre a necessidade de que as comunidades locais sejam integradas gradualmente numa estrutura social e econômica mais ampla. Isso porque, os chamados povos indígenas ou tradicionais, geralmente mais pobres, em diversos países são depositários de um vasto acervo de conhecimentos e experiências tradicionais, que liga a humanidade a suas origens ancestrais. Como explica o próprio documento:

Seu desaparecimento constitui uma perda para a sociedade, que teria muito aprender com suas técnicas tradicionais de lidar com sistemas ecológicos muito complexos. É uma terrível ironia que, à medida que o desenvolvimento formal vá atingindo mais intensamente as florestas tradicionais, os desertos e outros ambientes, tenda a

destruir as únicas culturas que se mostram capazes de lidar bem com esses ambientes (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 125).

Por isso o Relatório entende que o ponto de partida para uma política justa e humana em relação a esses grupos é o reconhecimento e a proteção de seus direitos tradicionais à terra e a outros recursos nos quais se apoia seu modo de vida. Tais direitos podem ser definidos por eles em termos que não se enquadram nos sistemas legais regulares.

Buarque (2008) expõe que o conceito de Desenvolvimento Sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais, mas também de várias formulações acadêmicas que surgiram a partir da difusão do conceito. Dentre essas formulações o autor destaca as contribuições de Ignacy Sachs (1994), que entende o desenvolvimento sustentável a partir de pressupostos éticos e que demandam duas solidariedades profundamente interligadas: sincrônica (com a geração atual) e diacrônica (com as gerações futuras). Essa concepção chama atenção para o fato de que o conceito de desenvolvimento sustentável implica que o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras. No entanto, quando se coloca em foco os povos e grupos sociais empobrecidos e marginalizados, o autor sinaliza que os mesmos, não satisfazendo suas necessidades no presente, não podem se sacrificar poupando uma base de recursos naturais que não consegue assegurar sua sobrevivência no momento atual em função de um futuro improvável para a geração seguinte. Por isso, a escala e a distribuição desigual dos recursos forçam a busca de uma terceira solidariedade: a solidariedade espacial, que compromete todas as nações e povos num esforço conjunto de garantia da vida na terra.

É nessa esteira da compreensão do desenvolvimento como distribuição mais igualitária dos recursos (naturais, econômicos, sociais, tecnológicos, dentre outros) que se fundamenta a proposta de Amartya Sen (2000). Para esse autor, as realizações pessoais seriam intimamente influenciadas por oportunidades econômicas, políticas, sociais e culturais, além de estarem condicionadas ao que o mesmo chama de condições habilitadoras (saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas). Sob essa perspectiva, o desenvolvimento é definido por sua capacidade de propiciar melhores patamares das condições de vida dos indivíduos e o fortalecimento de suas liberdades. A análise do autor ainda atenta para a liberdade de escolha das pessoas de terem o tipo de vida que valorizam (SEN, 2000).

Assim, entendendo que o desenvolvimento e a sustentabilidade dependem de diferentes variáveis, que podem ser compreendidas de acordo com a concepção de Amartya Sen (2000) como meios promotores do desenvolvimento, nesta pesquisa iremos privilegiar a importância

dos elementos ligados aos valores culturais e à liberdade individual e coletiva de preservar ou modificar valores. Tal orientação se justifica na medida em que a análise sobre o saber fazer da pesca artesanal e sua transmissão geracional nos coloca no campo analítico das condições de reprodução cultural no mundo contemporâneo.

A importância dos valores culturais se reafirma nas propostas de desenvolvimento, como abordado por Kliksberg (2010), pois o capital cultural é o fator que promove a autoestima coletiva, o reconhecimento mútuo e a coesão social. Para que as políticas com viés sustentável possam ser de fato sustentáveis, é preciso incorporar algumas dimensões do capital cultural, até então negligenciadas, como o clima de confiança entre as pessoas, o associativismo, a consciência cívica e a defesa dos valores éticos que cada grupo social construiu ao longo do tempo. Sen (1998) concorda que os aspectos culturais têm um peso grande na formulação de modelos de desenvolvimento integradores, mas é preciso sustentar a liberdade das pessoas de salvaguardarem aquilo que valorizam e consideram como apropriado e significativamente importante.

O termo sustentabilidade, segundo Sen (2007), deve ser tomado com cautela, pois pode incorporar certo sentido de destino inescapável, uma camisa de força que retira do indivíduo e da coletividade a liberdade de rejeitar tradições “*pela imposição do precedente da conservação inquestionada*” (SEN 2007, p. 156). Em sua valorização da liberdade como caminho (e produto) do desenvolvimento, o autor entende que:

A liberdade cultural pode incluir, entre outras prioridades, a liberdade de questionar a defesa automática das tradições do passado quando as pessoas - em particular, os jovens - vêem razão para mudar as suas formas de vida (SEN, 2007, p. 156).

O que se percebe é que tanto a proposta de desenvolvimento sustentável (que implica no senso de responsabilidade entre as gerações) como a proposta de desenvolvimento como liberdade (que pressupõe inclusive a possibilidade de ruptura entre as gerações) são desafiadoras quando se focalizam as Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras, posto que na criação desses territórios está expresso o objetivo de salvaguardar os ecossistemas, mas também os modos de vida das chamadas populações tradicionais.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída em 2007 define as comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, nos quais estão inseridos os pescadores [...] (BRASIL, 2007).

Pereira e Diegues (2010) ressaltam que, apesar da existência da definição legal, é preciso considerar algumas características importantes que envolvem as populações tradicionais e seus conhecimentos, já que é por meio deles que a população age no meio natural e mantém seus sistemas tradicionais de manejo. Para os autores, a transmissão oral, a vinculação com o território, os sistemas de produção voltados para o autoconsumo, além da utilização dos recursos naturais são os principais elementos incorporados ao conceito de populações tradicionais. A utilização dos recursos por essas populações expõe a ligação do manejo dos recursos com mitos, regras, valores éticos e conhecimentos desses povos, podendo ser considerados elementos culturais regulatórios.

Autores como Cunha (1992), identificam entre as chamadas “populações tradicionais” a existência de uma indissociabilidade entre o homem e a natureza, já que ela é o meio essencial de sobrevivência social, fonte de vida e de identidade cultural, “significa a possibilidade de continuarem vivendo na história” (CUNHA, 1992, p. 77). Castro (2000) e Colchester (2000) valorizam a relação de diferentes elementos que envolvem a cultura dessas populações e o território, expressa no sistema simbólico e no conhecimento profundo dos recursos naturais que são decorrentes da vinculação territorial criada pelas gerações anteriores.

Para Diegues (2000), o conhecimento tradicional é conceituado como “o saber e o saber fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial, transmitidos em geral oralmente de geração em geração” (DIEGUES, 2000, p.14). Essa transmissão do saber tradicional ao longo das gerações implica em uma sabedoria gerada pela experiência que regula visões de mundo e imprime sentido a determinados discursos e ações da vida cotidiana. O autor destaca que, no caso da pesca, a transmissão geracional do saber fazer ocorre preferencialmente no âmbito da família, mas é frequente também a ação pedagógica dos “mestres” pescadores que ensinam aos mais jovens, com ou sem vínculos familiares, como, por exemplo, os ajudantes das embarcações.

No caso das populações tradicionais, as famílias transmitem memórias das formas de saber e seus acervos já construídos, mas também memória do fazer técnico que molda as atividades, inclusive profissionais, para gerações mais próximas. A memória relacionada à transmissão, de acordo com Caundau (2005), está destinada a ser transmitida, mas também emendada e aumentada. Cada profissão faz de si uma memória, ressaltando que a transmissão do saber fazer é em determinadas situações considerada como mais importante do que a transmissão dos bens, isso porque a memória técnica é frágil e não dura mais que cinquenta

ou sessenta anos após a interrupção de sua prática. Por isso, os grupos profissionais tendem a valorizar determinados comportamentos e reprimir outros, com a finalidade de produzir uma memória adequada à reprodução dos saberes e do saber fazer.

Caundau (2005) também considera importante que no, âmbito da transmissão, as informações adquiridas sejam arranjadas pelo grupo ou indivíduo com oportunidades para a inovação e a criação.

Diegues (2008) coloca que na pesca a observação dos pescadores é adquirida durante a prática pesqueira e medida pelo conhecimento transmitido pelas gerações passadas. Os pescadores dependem de suas habilidades visuais e do que memorizam, uma vez que tudo é aplicado na prática produtiva. Além disso, o autor salienta que muitas das observações são transmitidas mais oralmente do que por escrito e por isso esse processo está sujeito às limitações da memória. Para Pereira e Diegues (2010) a oralidade é ao mesmo tempo conteúdo e processo, impondo uma maior atenção aos movimentos de audição, percepção e memória. A transmissão oral dos conhecimentos das populações tradicionais está diretamente ligada à forma como se mantêm os valores, linguagem, representações, visões de mundo e práticas, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente.

Pereira e Diegues (2010) demonstram que a transmissão oral no contexto da pesca envolve muitos processos como a interpretação e a construção da ação no decorrer de seu desenvolvimento, implicando muitas vezes na transformação do conteúdo propagado. Existe ainda a influência do contexto no qual ocorre e as experiências pessoais, havendo interferência destes no arranjo do conteúdo e suas alterações, o que não intervém na legitimidade do próprio conteúdo, uma vez que a identidade fundamental da memória da pessoa é preservada. Os autores denominam esse processo como de memória e esquecimento, que seria uma organização homeostática da tradição cultural em sociedades não letradas. São esses aspectos que permitem a recriação do conteúdo repassado.

Logo, como expressa Garcia (2007), os conteúdos culturais transmitidos por meio das gerações não permanecem intactos e as gerações jovens apresentam características que as diferenciam da geração anterior a partir dos condicionantes histórico-sociais que fazem parte do tempo/espaço vivenciado por estas gerações. Para Falcke e Wagner (2005), os valores presentes no contexto familiar podem ser repassados por serem temas considerados historicamente relevantes, como também podem ser incorporados novos temas decorrentes das transformações sociais. Ainda sob a perspectiva desses autores, outro fator que ultrapassa a mera repetição dos padrões culturais é a tentativa de rejeição do modelo e a busca por novos padrões (sociais, culturais e econômicos) que são valorizados pelas gerações mais jovens. No

entanto, ainda nesses casos, ocorre a transmissão cultural, pois as gerações mais jovens tendem a repensar os conteúdos transmitidos e optam por não reproduzir apenas aqueles aspectos desfavoráveis ao seu bem-estar no novo contexto social.

Mannheim (1928) considera que a contínua transformação social tem contrapartida na constante mudança entre as novas gerações. As gerações mais jovens são as primeiras a incorporar essas transformações em seu sistema de comportamento. Assim, ao passo que o ritmo de mudanças aumenta, modificações cada vez maiores são experimentadas pelos jovens como sendo significativas. E cada vez mais, novos impulsos se interpõem entre o sistema de reorientação mais velho e o mais novo, gerando conflitos. O autor explica ainda que se o processo social não envolvesse também a mudança de gerações, os novos impulsos não poderiam ser refletidos de volta sobre os representantes da tradição. Essa possibilidade de reflexão das gerações mais jovens surge a partir do ponto onde começa a experimentação pessoal, quando os problemas da vida começam a ser localizados em um presente.

Segundo Kliksberg (2010), os jovens possuem uma facilidade especial para se integrar às mudanças, estão sob a vigência das permanentes modificações tecnológicas e possuem maior flexibilidade e versatilidade em participar das inovações. Por outro lado, o estímulo que lhes é transmitido, os valores que recebem e os modelos de referência que exercem influência sobre eles vão gerando em conjunto as mudanças de uma nova consciência que irá orientar suas ações e escolhas futuras.

Considerando as abordagens apresentadas pela literatura, buscou-se problematizar nesta pesquisa que a transmissão do saber tradicional da pesca entre as gerações está contextualizada em uma categoria de Unidade de Conservação brasileira criada sob um modelo de desenvolvimento e de gestão territorial específico.

O ICMBio, por meio da Instrução Normativa Nº35, de 27 de dezembro de 2013, estipula critérios para a definição do perfil das famílias “beneficiárias” das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, norteados por aspectos como: o auto-reconhecimento ou auto-identificação como integrante de grupo culturalmente diferenciado que compõe uma população tradicional; dependência dos recursos naturais presentes no território para atividade produtiva; habitualidade no uso dos recursos; ancestralidade, ascendência e histórico de ocupação no território pelas gerações antecessoras e a dependência do território para reprodução física e social da população.

Diante desse contexto, a pergunta problema que orienta a pesquisa é: Como as diretrizes de desenvolvimento sustentável incorporadas no modelo das Reservas Extrativistas

Marinhas influenciam a transmissão geracional e a continuidade das atividades tradicionais extrativistas?

## **OBJETIVOS**

### Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa consistiu em analisar as condições de reprodução sociocultural da atividade da pesca artesanal na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.

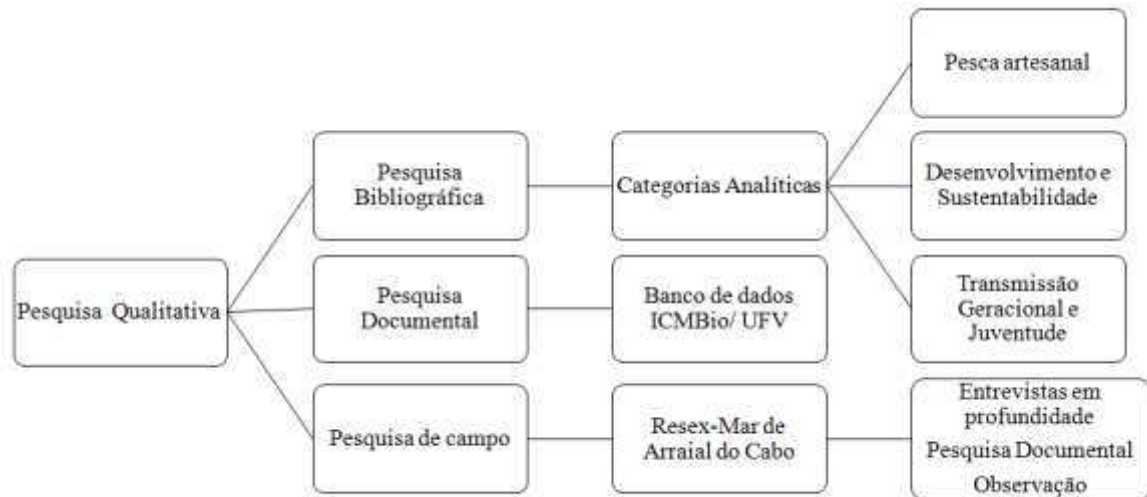
### Objetivos Específicos

- Descrever e contextualizar as condições socioeconômicas das Reservas Extrativistas Marinhas e suas implicações para o segmento juvenil;
- Descrever o processo de criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo e como a atividade de pesca artesanal se insere no contexto econômico e sociocultural da região;
- Analisar as formas de transmissão do saber tradicional ao longo das gerações de pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo;
- Analisar como a geração mais jovem interpreta a continuidade da atividade pesqueira na Resex-Mar de Arraial do Cabo na atualidade;
- Identificar as expectativas das diferentes gerações que convivem na Resex-Mar de Arraial do Cabo em relação ao futuro da atividade dentro da Unidade de Conservação.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Segundo Sá-Silva (2009), ao pretender conhecer, caracterizar e analisar um objeto de pesquisa, o investigador dispõe de diferentes instrumentos metodológicos. O direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido dependerá de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador. Tendo em vista os diferentes elementos que compõem a análise sobre as interfaces do desenvolvimento e o processo de transmissão geracional do saber fazer tradicional, buscou-se construir no presente estudo uma metodologia que possibilitasse maior entendimento do quadro geral das Reservas

Extrativistas Marinhas no Brasil e da realidade em que vive a geração mais jovem da Resex Marinha de Arraial do Cabo. Os procedimentos metodológicos adotados para realização da pesquisa, classificada de natureza qualitativa, partiram da triangulação entre pesquisa bibliográfica, documental e de campo (Figura 2) que foram desenvolvidas em duas fases: coleta e análise de dados.



**Figura 2.** Delineamento da pesquisa

Fonte: elaborado pela autora

### Coleta de dados

Durante todo o processo do estudo aqui descrito, esteve em andamento uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Oliveira (2007), é uma modalidade de estudo e análise de documentos que possuem natureza científica e remetem a contribuições de diferentes pesquisadores que estudam o tema, contemplando fontes secundárias como: livros, periódicos e artigos científicos. Nesta pesquisa, as fontes bibliográficas foram direcionadas ao aprofundamento do escopo teórico e conceitual das categorias analíticas da Antropologia e das Sociologias do Desenvolvimento e da Juventude.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada também com o intuito de aprofundar o entendimento sobre o contexto da pesca artesanal no Brasil e sobre as populações tradicionais que vivem nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Segundo Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica tem dentre suas finalidades a confirmação de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidas no domínio científico e proporcionar ao pesquisador um contato direto com obras e documentos que formam um mesmo campo de estudo.

A segunda estratégia metodológica empregada neste estudo foi a pesquisa documental que, como mostram Sá-Silva et. al (2009), trata-se de um procedimento que oferece riqueza de informações e é muito utilizado nas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais, pois utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Destaca-se ainda que esse procedimento metodológico é muito utilizado quando o pesquisador objetiva extrair informações a serem examinadas, organizadas e categorizadas para posteriormente serem interpretadas na elaboração de uma síntese baseada nas concepções teóricas e abordagem escolhidas.

Nessa etapa os documentos selecionados para análise foram alguns dos resultados gerados através do Convênio entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) entre os anos de 2013 a 2015, que teve o objetivo de auxiliar na determinação do perfil do “usuário/ beneficiário” de diferentes categorias de Unidades de Conservação brasileiras. Dentre as atividades realizadas nesse convênio, destaca-se para esta pesquisa o levantamento realizado em 77 Unidades de Conservação por meio da aplicação de questionários censitários que continham oito módulos que cobriram aspectos da renda das famílias; identificação dos “usuários/beneficiários” e a caracterização da área de moradia e de uso. Já os blocos amostrais captaram elementos no âmbito da educação e saúde; acessos a serviços; produção e comercialização; uso da terra e práticas de conservação; organização social; aspectos ambientais e a relação com a gestão da unidade.

As informações obtidas por meio desse instrumento possibilitaram a criação de um banco de dados acerca das Unidades de Conservação e a elaboração de 77 Diagnósticos Socioeconômicos e Ambientais de Unidades de Conservação de diferentes estados brasileiros; destes, 20 são referentes às Reservas Extrativistas Marinhas.

Para este estudo, com o intuito de descrever e contextualizar as condições socioeconômicas das Reservas Extrativistas Marinhas e suas implicações para o segmento juvenil, foram selecionadas 6 Reservas Extrativistas Marinhas, em quatro regiões diferentes do Brasil, conforme mostra o Quadro 1, para compor o *corpus* documental da pesquisa.

**Quadro 1.** Reservas Extrativistas selecionadas a partir do banco de dados UFV/ICMBio.

<b>Reserva Extrativista Marinha</b>	<b>Estado</b>
Resex Lagoa do Jequiá	AL
Resex de Arraial do Cabo	RJ
Resex Marinha de Caeté-Taperaçu	PA
Resex de Soure	PA
Resex Prainha do Canto Verde	CE
Resex de Corumbau	BA

Fonte: elaborado pela autora a partir do banco de dados UFV/ICMbio (2016).

A terceira etapa de pesquisa foi a coleta de dados por meio da pesquisa de campo, realizada nos meses de agosto e novembro de 2016. Nessa fase foram realizadas entrevistas com pescadores artesanais de diferentes gerações que residem na Resex-Mar de Arraial do Cabo (Figura 3), com a finalidade de trazer para a investigação a visão das gerações mais velhas e mais jovens de pescadores artesanais a respeito do modelo da gestão dessa área e a expectativa futura relacionada à continuidade das atividades tradicionais. Para tanto foram utilizados os procedimentos metodológicos de entrevistas individuais ou de profundidade e *snowball* (Bola de Neve).



**Figura 3.** Parte da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ.  
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Vale destacar que optou-se aqui pela entrevista de profundidade, pelo fato de o banco de dados do convênio UFV/ICMBio fornecer informações quantitativas a respeito dessa Resex-Mar. A entrevista de profundidade, nesse caso, forneceu um perfil qualitativo, complementando assim as informações obtidas por meio das atividades desenvolvidas pelo convênio. Como explicam Bauer e Gaskell (2014), a entrevista de profundidade é uma conversação para a qual o pesquisador terá preparado um tópico guia cobrindo os temas centrais e problemas de pesquisa. Durante a pesquisa de campo na Reserva Extrativista

Marinha de Arraial do Cabo foram realizadas 38 entrevistas de profundidade e o tempo de duração das mesmas variou entre 30 minutos e duas horas. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais como as praias onde os pescadores atuam, o posto do vigia, a casa de alguns pescadores, a Colônia de Pescadores, as instituições locais e as oficinas onde são consertados os barcos.

Para a realização das entrevistas de profundidade, utilizou-se a metodologia conhecida como “Bola de Neve” que, como salientam Baldin e Munhoz (2011), é uma forma de amostra não probabilística onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente até se atingir “o ponto de saturação”, que ocorre quando os novos entrevistados começam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. Assim, como descrevem os autores, o *Snowball* é uma técnica de amostragem que se utiliza de cadeias de referência.

Para Albuquerque (2009), a forma mais confiável na aplicação de uma pesquisa em cadeias de referência é aquela que consegue coletar o máximo de informações sobre todos os membros da rede; no entanto, a autora reconhece que muitas vezes isso não é viável ao pesquisador e, assim, a técnica *snowball* é recomendada por utilizar a abordagem em cadeias. Portanto, de acordo com a autora, os primeiros participantes contatados na aplicação da pesquisa são as chamadas “sementes” que devem ter conhecimento da sua localidade e das pessoas que vivem na comunidade. Salienta ainda, que para que se tenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de pessoas que exerçam preferencialmente certa liderança no espaço a ser estudado, conhecer muitos membros da localidade e que esses sejam de diversificados ramos de formação e atuação.

Na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo foram selecionados inicialmente nove representantes e lideranças que atuam em diferentes instituições na localidade e representam as chamadas “sementes” da presente pesquisa. Vale salientar que todos os representantes e lideranças estavam envolvidos com a atividade de pesca e além de mostrarem o olhar das instituições em relação ao tema trabalhado e apontarem outras “sementes” para fazerem parte da amostra, subsidiaram a investigação a respeito de aspectos que colocam em risco a continuidade da profissão de pescador artesanal, como: a falta de fiscalização no setor; degradação do ecossistema; influência do turismo na atividade; escoamento dos produtos; dentre outros temas.

Os demais participantes da pesquisa compõem uma amostra que abrange pescadores artesanais de diferentes modalidades de pesca, “mestres” reconhecidos no município como

detentores do saber da cultura local, jovens e mulheres do mar. O Quadro 2 mostra os primeiros participantes (sementes) contatados para a pesquisa de campo.

**Quadro 2.** Primeiros participantes da Pesquisa de Campo na Resex-Mar de Arraial do Cabo - RJ.

<b>Função</b>	<b>Instituição</b>
Gestora da Resex-Mar	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
Vice- Presidente	Conselho da Resex-Mar
Presidente	Associação da Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo - AREMAC
Diretora Presidente	Colônia de Pescadores
Presidente	Associação de Pescadores - APAC
Diretor de Pesca	Associação de barcos de boca aberta
Diretora Presidente	Cooperativa das Mulheres Pescadoras Aquicultoras e artesãs da Prainha - Sal, salga e arte
Membro	União das Entidades de Pesca e Aquicultura do estado do Rio de Janeiro
Diretor Técnico	Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Além desses, foram entrevistadas<sup>1</sup> 29 pessoas das quais: 2 são mestres, 9 são jovens entre 15 e 29 anos, 5 são mulheres e 13 são pescadores de diferentes modalidades de pesca (barco de boca aberta, traineira, caíco, vigia e pesca com rede). A Figura 4 mostra alguns dos participantes dessa fase da pesquisa.

---

<sup>1</sup>Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa por meio do parecer nº 1.737.236 e pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO por meio da autorização 54840.



**Figura 4.** Alguns dos participantes da pesquisa de campo na Resex-Mar de Arraial do Cabo - RJ.  
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A pesquisa documental foi realizada também na fase de campo por meio da investigação de documentos como os relatórios de gestão, plano de utilização da Resex-Mar, projeto de criação da Unidade, documentos e fontes históricas da Biblioteca Municipal sobre Arraial do Cabo e da pesca no local, jornais, prospectos de projetos de compensação ambiental desenvolvidos na Resex-Mar de Arraial do Cabo e prospectos turísticos do município. Destaca-se ainda a importância da observação do cotidiano dos pescadores artesanais, o papel que o gestor exerce na Resex-Mar e a influência de outras atividades econômicas, além da participação em reuniões sobre projetos que são realizados com os pescadores.

É relevante esclarecer que constava no projeto de pesquisa defendido em junho de 2016 a utilização da técnica de Diagnóstico Rural Participativo - DRP na fase de campo da pesquisa. No entanto, o pré-campo realizado em agosto de 2016 foi um procedimento metodológico muito importante, à medida que mostrou a inviabilidade da aplicação dessa

técnica na Resex-Mar de Arraial do Cabo, uma vez que os pescadores artesanais da unidade encontravam-se saturados de pesquisas e projetos anteriores que utilizaram dessa metodologia. É pertinente que essa informação faça parte deste tópico, para que os pesquisadores que tenham interesse em desenvolver futuras pesquisas nesta área com a utilização do DRP saibam das dificuldades de aplicação diante do exposto.

Sendo assim, a realização do campo prosseguiu com as entrevistas de profundidade, pesquisa documental e observação por meio da participação em algumas reuniões de pescadores onde era debatido o tema da pesca artesanal (Figura 5).



**Figura 5.** Reunião com pescadores do projeto Ardentia na Resex- Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Observação de campo, 2016.

### Análises de Dados

O instrumento utilizado para a análise dos dados sobre as Resex Marinhas gerados pelo convênio UFV/ ICMBio foi o aplicativo Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Ressalta-se que o tratamento desses dados seguiu de acordo com as variáveis selecionadas para esta pesquisa (Quadro 3).

**Quadro 3.** Variáveis selecionadas a partir do banco de dados UFV/ICMbio

<b>Variáveis selecionadas</b>
Proporção de jovens na população das Resex-mar
Escolaridade da população
Tipos de atividades produtivas desenvolvidas nas Resex-mar
Se a Pesca vem sendo ensinada para os mais jovens
Renda familiar
Benefícios governamentais recebidos pelas famílias
Opinião dos pais sobre a permanência dos jovens nas Resex-mar
Os principais problemas enfrentados pelos jovens
Principais problemas ambientais enfrentados nas comunidades
Principais aspectos positivos e negativos das Resex-mar

Fonte: elaborado pela autora a partir do banco de dados UFV/ICMbio (2016).

A análise documental foi a metodologia utilizada no tratamento dos Relatórios Socioeconômicos gerados pelo convênio UFV/ICMbio. Para a análise das entrevistas em profundidade realizadas em campo, a metodologia escolhida foi a análise de conteúdo. Sá-Silva et. al (2009) explicam que essa técnica consiste em relacionar a frequência de alguns temas, palavras e ideias para medir o peso conferido a determinado assunto. Geralmente, nesse tipo de análise os elementos fundamentais são identificados, numerados e categorizados, em seguida, essas categorias são analisadas teoricamente. Para Coutinho (2005), a análise de conteúdo incide sobre várias mensagens, podendo ser aplicada no exame de documentos escritos ou discursivos (espontâneos) que incluem obras literárias, conteúdo de entrevistas, questionários, periódicos entre outros.

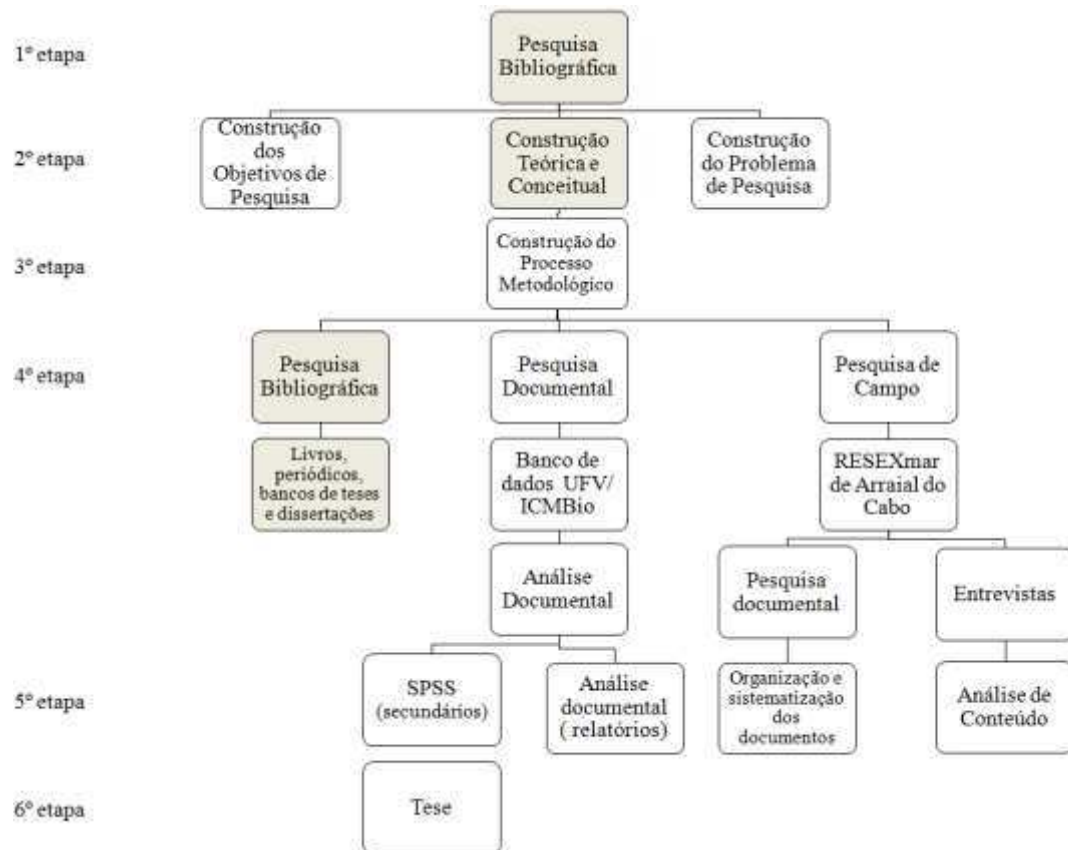
No que se refere aos documentos colhidos em campo, sua análise foi realizada por meio da organização e sintetização das informações identificando aspectos como: datas e períodos históricos em que foram publicados ou gerados os documentos, informações qualitativas e quantitativas e os termos mais recorrentes. O objetivo foi encontrar subsídios que possam favorecer a construção de um panorama geral acerca dos diferentes contextos socioculturais e econômicos nos quais estão imersos os pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo. Entende-se como pertinente lembrar como as metodologias utilizadas contribuíram para alcançar os objetivos específicos da presente pesquisa (Quadro 4).

**Quadro 4.** Sistematização dos objetivos específicos e as metodologias escolhidas.

<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>
Descrever e contextualizar as condições socioeconômicas das Reservas Extrativistas Marinhas e suas implicações para o segmento juvenil;	Pesquisa bibliográfica e Pesquisa documental
Descrever o processo de criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo e como a atividade de pesca artesanal se insere no contexto econômico e sociocultural da região;	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas de profundidade
Identificar e descrever as formas de transmissão e de modificação do saber tradicional ao longo das gerações de pescadores artesanais da Resex Marinha de Arraial do Cabo	Entrevistas de profundidade
Analisar como a geração mais jovem interpreta a continuidade da atividade pesqueira na Resex-Mar de Arraial do Cabo	Entrevistas de Profundidade
Identificar as expectativas das diferentes gerações que convivem na Resex-Mar em relação ao futuro da atividade na Unidade de Conservação.	Entrevistas de Profundidade e pesquisa documental

Fonte: elaborado pela autora.

Para melhor compreensão das etapas de pesquisa para construção da tese, a Figura 6 apresenta uma síntese dos processos adotados. Como pode ser observado, os procedimentos marcados em cinza referem-se à pesquisa bibliográfica. Embora a pesquisa bibliográfica tenha se iniciado na etapa 1, ela não findou com o avançar das demais etapas, pelo contrário, a pesquisa bibliográfica foi mantida paralelamente durante todo processo.



**Figura 6.** Percurso de Pesquisa.  
Fonte: elaborado pela autora

A partir desse percurso de pesquisa, executado ao longo do doutorado, esta tese foi dividida em 6 capítulos. No primeiro são tratadas três dimensões importantes ao se propor a imersão no universo da pesca: o mar, a pesca artesanal e os pescadores. Trata-se de uma tentativa de entender quais os significados atribuídos, ao que é e como é entendida a pesca artesanal e o que caracteriza a profissão de pescador artesanal. No capítulo 2, define-se o que é desenvolvimento, partindo da trajetória que possibilitou diferentes formulações, mostrando que se trata de um conceito desafiador. Neste capítulo também são retomadas publicações importantes que consistem em os pilares para o conceito que utilizamos na contemporaneidade para Desenvolvimento Sustentável e que norteiam políticas e ações governamentais no mundo todo. Por fim, são apresentadas as perspectivas teóricas escolhidas para conduzir as discussões propostas nesta pesquisa. O capítulo 3 está subdividido em duas partes: a primeira apresenta o contexto mundial de como surgiram as unidades de conservação e como as áreas protegidas foram implementadas no Brasil até se chegar ao tipo de regulamentação que utilizamos hoje. Na segunda, apresenta-se o trabalho feito com as informações do Banco de dados ICMBio/ UFV com seis Reservas Extrativistas Marinhas, no

qual são apresentadas as primeiras reflexões da tese e respondidos alguns dos objetivos propostos.

O capítulo 4 traz o conceito de gerações, importante para que se possa compreender como acontece processo de transmissão geracional. Neste capítulo também discute-se o entendimento das juventudes brasileiras e das implicações de identidade, campo de possibilidades e projeto de vida dos jovens dentro do processo de sucessão familiar. No quinto capítulo, é apresentado o universo empírico escolhido para esta pesquisa, e na primeira parte trata-se da formação histórica do município de Arraial do Cabo na qual é possível notar a importância da pesca artesanal. Também é descrito o processo de constituição da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo e apresentado um breve perfil dos pescadores e mulheres da pesca que participaram desta pesquisa. Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as percepções e análises de campo, relatos, falas dos pescadores sobre a pesca artesanal, a transmissão da profissão de pescador e ser pescador dentro de uma área protegida e as perspectivas para a pesca dentro da Resex-Mar. As considerações finais expõem uma síntese dos resultados, bem como os avanços e impasses observados durante a pesquisa.

## CAPITULO 1 O MAR, A PESCA E OS PESCADORES ARTESANAIS

Este capítulo inicial se dedica ao entendimento da pesca e como os pescadores artesanais se situam dentro do setor, temas que serão descritos nos tópicos dois e três, buscando delinear como a pesca se firmou no Brasil e os principais aspectos que caracterizam essa atividade, assim como as dificuldades que têm enfrentado nos últimos anos. No entanto, o tópico introdutório é uma reconstrução do simbolismo do mar. A escolha por começar por essa reconstrução veio de uma das primeiras entrevistas realizadas em campo, que despertou esse interesse na pesquisadora, e ainda que as entrevistas sejam protagonistas do último capítulo desta tese, já nos primeiros contatos realizados no pré-campo, elas influenciaram e transformaram todo o sentido dado a este trabalho. Isso porque, apesar das diversas leituras sobre o tema antes da ida a campo, no universo empírico foi possível perceber que o mar significa muito mais do que uma fonte de renda e atividade econômica. “*O município vive do mar*” essa afirmação, feita durante a primeira entrevista, proporcionou o insight de que antes mesmo de adentrar no universo da pesca artesanal e das Reservas Extrativistas Marinhas, era preciso entender o que é o mar para as populações litorâneas e como ele está presente na vida dessas pessoas. A partir de leituras das obras de Gaston Bachelard, Alain Corbin e Antônio Carlos Diegues foi possível conhecer esse “viver do mar” e as diferentes representações ao longo da história, configurando-o como uma fonte de práticas sociais, econômicas e culturais.

### 1.1 A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA SOBRE O MAR

Ao tratar do imaginário social a respeito das águas, é válido acentuar que rios e lagoas dão origem a simbologias diferentes daquelas associadas aos mares, ainda que na antiguidade, como destaca Diegues (2004), o oceano fosse considerado um grande rio. Bachelard (1989) considera que a água doce possui até uma imagem de supremacia em relação às águas do oceano, uma vez que nasce das fontes. O fato é que as imagens associadas aos rios, lagoas e a água doce envolvem características diferentes que influenciam a simbologia dada a elas e as diferenciam da imagem inumana dada às águas do oceano. Haja vista essa multiplicidade, neste item optou-se por tratar especificamente das principais simbologias criadas sobre o mar e o oceano<sup>2</sup>, dado que o lócus da presente pesquisa é uma Reserva Extrativista Marinha.

---

<sup>2</sup>De acordo com o portal Planeta Terra (2017), apesar da semelhança, existem algumas diferenças entre o mar e o oceano. A primeira delas se refere às dimensões das extensões de água, e neste aspecto os oceanos possuem

A literatura aponta que o mar adquire grande importância para determinados grupos sociais não somente do ponto de vista econômico, mas também sob a ótica cultural e simbólica, como salienta Diegues (2004). O autor, que possui uma vasta obra publicada relacionada às populações litorâneas, comunidades de pescadores e populações tradicionais, explica que alguns grupos humanos foram tão dependentes da pesca que se pode dizer que foram constituídos material e simbolicamente pelo oceano e as atividades relacionadas a esse meio. Frisa que em determinados períodos históricos, sociedades inteiras dependiam quase que exclusivamente do mar e de seus recursos, sendo o mesmo responsável pela reprodução física e social dessas sociedades.

Diegues (1999), ao tratar da vida no mar, descreve que ela é marcada não apenas por contingências naturais, mas também por temores e medos, acidentes, naufrágios, pela variação de preços e perecibilidade do pescado. Baseado na Antropologia Marítima de Aliette Geistdoerfer, afirma que os homens do mar sabem lidar com sistemas sociais, econômicos e religiosos para ocupar, gerir, explorar e imaginar o oceano e seus recursos. Apresenta um conjunto de comportamentos “da gente do mar”, que reúne aspectos importantes: técnicos, simbólicos, sociais, econômicos e rituais. Para Diegues (1999), entre os diferentes fatores que mostram o particularismo “da gente do mar” sobressaem os simbólicos, mágicos e rituais que revestem muitas culturas marítimas e a relação homem / natureza.

Apesar das variações culturais, o autor atribui importância às representações sociais relacionadas ao oceano, uma vez que marcaram a vida social. Tanto na antiguidade como também na contemporaneidade, mesmo depois das mudanças ocorridas pela industrialização e pela globalização, ainda resistem lendas e mitos que falam da importância das águas marinhas. Diegues reconhece a relevância dessas representações à medida que nos permite conhecer lendas e mitos essenciais que dão suporte ao entendimento do valor que determinadas sociedades atribuem ao mar, valor este que extrapola o universo monetário.

O mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que desenvolvem um contato estreito e retiram dele sua subsistência. É marcante nas obras do autor o fato de essas populações possuírem uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais. O autor salienta que existe uma vasta literatura, fruto do conhecimento adquirido por meio de observações de fenômenos físicos e biológicos vindos da chamada etnociência marítima, mas que há também explicações que passam pela representação

---

extensões de águas maiores. Outra diferença está relacionada ao fato de que os mares são cercados parcialmente ou totalmente pelos continentes, o que não acontece com os oceanos já que na realidade são os mesmos que cercam os continentes. E por fim a profundidade das águas é outra diferença, pois a profundidade dos oceanos é muito maior que a dos mares.

simbólica e pelo imaginário dos povos do mar tão importantes quanto às produções científicas. Dentre as principais características que explicam a diversidade das representações a respeito do mar estão a valorização positiva ou negativa e o caráter simbólico das diferentes relações econômicas e sociais com esse meio.

As primeiras literaturas modernas que envolviam a paisagem litorânea, segundo Corbin (1989), surgiram por volta da década de 1750 e continham uma representação relacionada ao sentimento de repulsa. Nesse período, a interpretação das Escrituras Sagradas, mais especificamente dos livros de Gênesis, Salmos e do Livro de Jó, marcaram negativamente as representações produzidas acerca do mar.

No Gênesis, de acordo com o autor supracitado, nascia a visão do “Grande Abismo”, uma massa líquida sem pontos de referência que traz a imagem do infinito, do incompreensível e sobre o qual flutuava o Espírito de Deus. Corbin (1989) destaca o fato de que no jardim do Éden não se fazia menção à existência do oceano; esse horizonte líquido, sobre o qual o olhar se perde, não podia se integrar à paisagem fechada do paraíso. Ainda baseado na cosmologia bíblica, realça que existem duas grandes extensões de água no mundo, aquela que ocupa a bacia dos mares e outra que se prende à abóbada celeste.

O Criador, ao separá-las, desenhou uma dupla linha divisória: o litoral, que define os domínios respectivos do mar e da terra, e a linha das nuvens, limites moventes entre a água do céu e a atmosfera que o homem respira; ora, as opiniões se dividem quando se trata de determinar em qual desses dois abismos submergiu a terra (CORBIN, 1989, p.12).

O autor faz alusão a nomes de grandes Santos, como Santo Agostinho, Santo Ambrósio e São Basílio que, através de metáforas, mostraram que penetrar nos mistérios do oceano é como querer abarcar a insondável natureza divina. Corbin (1989) destaca a história do dilúvio, um exemplo bíblico em que o oceano pode ser tomado como um instrumento de punição e catástrofe. Cavalcanti (1997) considera que o mar e o oceano possuem quase sempre simbolismos que se aproximam e estão relacionados ao início de todas as coisas, uma vez que foram concebidos antes mesmo de toda criação do mundo e irão permanecer até seu final. Foi também no texto da Bíblia que as criaturas do mar ganharam grande valor simbólico, como a figura do monstro Leviatã e o dragão (Figura 7) que veio atacar o Arcanjo São Miguel (CORBIN, 1989).



**Figura 7.** Imagem da destruição do Leviatã, criatura que aparece no livro de Jó.

Fonte: <http://www.sabbathbible.website>

Corbin (1989) assinala também que a literatura antiga apresenta o mar como um lugar enigmático, o que faz dele teatro do sofrimento. Não faltam episódios na mitologia e na literatura clássica que reforçam essa imagem negativa do litoral, marcado como um lugar de fuga, naufrágios, infelicidade e despedidas. O imaginário coletivo atribuía também representações do litoral e das praias como um receptáculo dos excrementos do mar, “faz parte da natureza do mar rejeitar sobre as praias toda secreção e toda impureza” (CORBIN, 1989, p. 23).

Bachelard (1989) explica que as mitologias sobre o mar são consideradas ancestrais, daí as crenças em deuses do mar terem animado a imaginação social durante muito tempo. Para o autor, a mitologia oceânica é local, interessando diretamente aos habitantes do litoral, e as aventuras marinhas são aventuras e viagens contadas. Por isso, acredita que para homens, mulheres e crianças que habitam a costa, a primeira experiência completa com o mar é da ordem da narração. O mar propicia contos, antes mesmo de propiciar sonhos.

O mar é fabuloso porque se exprime primeiro pelos lábios do viajante da mais longínqua viagem. Ele fabula o distante. Ora, o sonho natural fabula o que se vê, o que se toca, o que se come. O orador fala demais sobre isso para que o ouvinte o sinta bastante. O inconsciente marítimo é, portanto um inconsciente *falado*, um

inconsciente que se dispersa em narrativas de aventuras, um inconsciente que não dorme (BACHELARD, 1989, p. 163).

As crenças vindas da literatura mitológica alimentavam a ideia de que haveria oculto sob as águas do mar o poder de divindades como Poseidon e Netuno, potências mitológicas que tinham o domínio de controlar maremotos e outros tipos de forças selvagens e ameaçadoras. Netuno (Figura 8) era a principal das divindades aquáticas, de acordo com Thomas Bulfinch (2002), e o símbolo do seu poder é um tridente usado para abalar rochedos, desencadear tempestades e sacudir as costas. Essa divindade teria domínio também sobre os monstros que habitam as profundidades.



**Figura 8.** A representação dada a Netuno, deus do mar na mitologia Grega.  
Fonte: mitologiaonline.com

Poseidon, por sua vez, como explica Bachelard (1989), antes de tomar posse do mar era o deus que ao arremessar seu tridente a uma rocha fez surgir três fios de água que deram origem às águas das fontes e dos rios. A generalização desse feito, o fez ser associado também ao mar. Tendo em vista esses mitos, Corbin (1989) complementa que não havia turista no final do século XVIII que não almejasse conhecer os estreitos da Sicília ou a Grécia esperando conhecer o palco dessas lendas ou deparar-se com tais criaturas.

São fortes também as crenças de que existe uma conexão subterrânea entre a terra e o oceano propiciando a existência de terríveis cavernas no fundo dos mares. O movimento das águas profundas, de acordo com Corbin (1989), atiza o imaginário e inspira múltiplas teorias. Na opinião do autor, certamente o papel da lua é uma das mais discutidas e Newton, em 1687, apresentou uma explicação decisiva ao fenômeno que, ainda hoje desperta teses e simbologias que agregam a astrologia e a visão animal do mar. Bachelard (1989) complementa ao salientar que a água do mar comunga com todos os poderes da noite, e a lua impregna à substância da água uma influência deletéria, estando viva nas imagens e devaneios poéticos.

Bachelard (1989) destaca que o oceano carrega um dos maiores e mais constantes símbolos maternos. Explica que o mar por si só não bastaria para fascinar os seres humanos, assim muitas literaturas trazem a imagem de que o mar canta para os homens, um canto profundo que em todos os tempos atraiu milhares de homens a ele.

Esse canto profundo é a voz maternal, a voz de nossa mãe: não é porque a montanha é verde ou o mar azul que nós os amamos, ainda que demos essas razões para a nossa atração; é porque algo de nós, de nossas lembranças inconscientes, no mar azul ou na montanha verde, encontra um meio de se reencarnar. E esse algo de nós, de nossas lembranças inconscientes, é sempre e em toda parte resultado de nossos amores da infância, desses amores que a princípio se dirigiam apenas à criatura, em primeiro lugar à criatura-abrigo, à criatura-nutrição que foi a mãe ou a ama de leite (BACHELARD, 1989, p. 124).

O autor destaca ainda essa importância vital do oceano reconhecida na poesia de Paul de Réulque que se declara filho do mar ao descrever em seus versos como o oceano o nutriu “Nada do que nasceu sobre a terra me é mais caro que o mar, o vento alegre, o céu e o ar vivo. O mar, tu me és mais caro que os próprios anseios do amor, és para mim uma mãe.” (BACHELARD, 1989, p. 173).

A Bíblia e a mitologia tiveram grande peso sobre o imaginário coletivo e, apesar de criarem uma simbologia que liga o mar à origem do mundo e a características maternas, a maior parte das lendas e contos retratava a existência de monstros e deuses causadores de catástrofes e naufrágios. Foi assim, até surgirem os relatos dos navegadores, que com seus destinos “exóticos” despertaram uma abundante literatura científica envolvendo o oceano. No entanto, em alguns aspectos, os relatos trazidos pelos navegadores reforçaram a imagem negativa dada ao mar. Isso porque os barcos eram vistos como lugares maléficos onde se acumulavam germes em sua madeira e que possuíam um abismo negro em seu fétido porão. “Dos navios, afirma-se, surge frequentemente a infecção, emerge a epidemia” (CORBIN, 1989, p. 26). A intensidade dos enjoos no mar era visto como um flagelo que com seu cheiro afastava os turistas pela repugnância que causava.

As viagens marítimas eram intimamente ligadas à morte, como expõe Bachelard (1989), em sua obra *A Água e os Sonhos*. Para o autor, nenhuma utilidade poderia explicar o risco de partir sobre as ondas. Por isso, muitas vezes no imaginário social prevalecia a ideia de que, se quisesse entregar um vivo à morte, era só abandoná-los às ondas. A água do mar parece guardar a morte em sua substância, uma morte onde o horror é lento e tranquilo. A morte nas águas sorri com um sorriso terno de mãe, assim a água mistura os símbolos do nascimento e da morte.

Baseado em Marie Delcourt, o autor menciona o sentido mítico das crianças consideradas “maléficas”, ou seja, seres que não pertencem à fecundidade normal da terra; em algumas culturas tradicionais, para se evitar que elas tocassem o solo e contaminassem a fecundidade da terra, eram abandonadas no mar dentro de um esquife destinado a afundar. Havia ainda a crença de que quando tais crianças eram lançadas de volta à praia passavam a ser vistas como seres miraculosos, uma vez que tendo atravessado as águas, atravessaram também a morte, sendo capazes de salvar povos, criar cidades e refazer o mundo.

Existem ainda lendas que relacionam a morte a uma travessia e, em determinadas culturas, os mortos podem ser confiados ao túmulo ou à praia. A respeito desse último, a imaginação social atribui às águas do mar uma parte importante na morte e, para isso, as almas devem subir na barca do Caronte.

Bachelard (1989) frisa que existem muitas variações a respeito desse símbolo da barca do Caronte (Figura 9), mas que todas tratam de um navio fantasma carregado de almas confiadas à praia ou daqueles que desaparecem nas águas ou na profundidade do mar. Existe ainda a crença dos Carontes temporários, almas que se tornaram Carontes contra a vontade e que procuram por substitutos; a sabedoria popular aconselha aos navegantes não embarcarem em barcos desconhecidos, podendo se tratar da barca dos mortos.



**Figura 9.** Representação de Caronte na Mitologia.  
Fonte: mitologiaonline.com

Somente a partir do século XVIII começaram a ser criadas as imagens positivas relacionadas ao mar e ao litoral com a influência da Teologia Natural. Passou-se a se valorizar o sentido de espetáculo da natureza, percebendo-se o mundo como uma representação do próprio Deus e onde o projeto divino se manifesta. Essa evocação do espetáculo motivou, de forma profunda, muitas viagens turísticas das elites europeias que buscavam experimentar essa relação com a natureza, os prazeres dos banhos e dos ventos marítimos, encontrando assim um deleite que até então era desconhecido. Para Corbin (1989), a Teologia Natural implicou na reeducação do olhar e obteve sucesso em dissolver as imagens repulsivas inicialmente evocadas sobre o mar e por deslocar o entendimento de um Deus terrível que liberava catástrofes do céu, para o de um Soberano, que em sua infinita bondade dispôs o oceano e as praias, tendo em vista o bem estar do homem. Esses deslocamentos simbólicos, como defende o autor, são responsáveis pelo nascimento do turismo no litoral e pela nova significação dada à água salgada na cultura ocidental, como elemento saudável e purificador.

Ainda hoje, como explica Cunha (2000), é possível notar um conjunto de significados atribuídos à água pelo pescador artesanal, dentre os quais se destaca a imagem do mar como elemento sagrado que propicia a cura dos males do corpo e das doenças. Bachelard (1989) também analisou o sentido sagrado da purificação da água, que vai além da limpeza do corpo, mas envolve uma pureza substancial, uma vez que pela purificação participamos de uma força fecunda, renovadora e polivalente. Cunha (2000) explica que essa representação do mar como fonte de saúde é evocada pelos pescadores, transcendendo a dimensão do trabalho. Por mais

que o trabalho da pesca seja representado pela dureza, dificuldade e sacrifício, o mar é também focalizado como fonte de saúde e purificação.

Diegues (2000) mostra que os pescadores transportam a territorialidade do continente para o oceano, transformando o mar em um espaço de práticas sociais, religiosas e simbólicas. Essa relação é percebida no conjunto de conhecimentos de navegação, localização, pontos de referência, tipos de fundos marinhos, espécies de peixes, diversidade de pedras, correntes, ventos, marés, fauna e flora, que traduzem o espaço e o tempo do mar. Silva (2000) complementa ao salientar que, para o pescador, o mar envolve um mundo que engloba também o céu, as nuvens, chuvas e ventos que compõem o cenário do embarcado (Figura 10). Compreendidos pelos pescadores como “entidades”, esses elementos possuem movimento voluntário e capacidade de modificação do seu comportamento, compondo um universo vivo.



**Figura 10.** Registro dos pescadores puxando a rede na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do –RJ, 2016.  
Fonte: Pesquisa de Campo 2016.

A autora relata que, na cosmovisão dos pescadores, a água do mar possui uma luz que brilha quando o sol se põe e se apaga quando ele surge no horizonte e essa luminescência permite ao pescador dispensar os faróis das embarcações na captura dos peixes. Silva (2000) apresenta também a concepção dos pescadores brasileiros sobre a água do mar relacionada à

vida, pois é entendida como um líquido que tem a função de promover a circulação, assim como o sangue. O sal presente na água marinha reforça a ideia de pureza, já que é considerado como uma substância também sagrada e visto como um agente que tem a capacidade de combater doenças.

Segundo Maldonado (2000), que estudou a pesca no nordeste brasileiro, o mar é um referencial ideológico importante para os pescadores porque nele está fundamentada a sua atividade econômica, que obedece a ciclos biológicos e estes se impõem aos homens como lei. Apesar do conhecimento sobre esses ciclos, a atividade da pesca é marcada pela imprevisibilidade, o que requer a criação de um conjunto de práticas e rituais de proteção. Essas práticas, de acordo com Maldonado (2000), realizam o que Marcel Mauss chamou de “atos mágicos eficazes”, que seriam comportamentos incorporados que possuem amplos significados e que levam a modos particulares de compreensão, apropriação e divisão do mar em termos técnicos e simbólicos.

Diegues (1983) descreve que, quando entram no mar, os pescadores devem abandonar o que vem da terra e quando chegam à terra abandonar o que recebem no mar. Essa medida protetiva evitaria a contaminação de um ambiente por outro. Mesmo que os rituais coletivos de proteção “da gente do mar” pareçam estar desaparecendo, ainda hoje são comuns as procissões, oferendas e votos, além da prática de evitar certas presenças na embarcação, como a de mulheres, por exemplo, consideradas poluidoras ou portadoras do azar.

O que se pode notar é que, desde as primeiras crenças criadas pelas culturas litorâneas, o oceano se fundamenta não apenas como elemento central na vida “da gente do mar”, dada sua importância socioeconômica, como também articula aspectos culturais, identitários, mágicos e religiosos que compõem o imaginário coletivo. Visto esse forte caráter simbólico, se faz necessário também compreender como o mar se tornou vital para a reprodução econômica e social das populações litorâneas e como ocorreu o desenvolvimento de uma atividade produtiva que, acredita-se, é mais antiga que a agricultura.

## 1.2 A PESCA

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2016), a pesca não apenas é uma fonte de saúde, mas também de riqueza. Trata-se de um setor que oferece à população mundial um alimento nutritivo, fonte vital de proteínas e nutrientes essenciais, além de empregar milhões de pessoas e ser ainda a base dos meios de vida de outros milhões mais. Em vista dessa relevância, esse tópico dedica-se a apresentar os

principais números da economia da pesca, como essa atividade se desenvolveu tanto tecnologicamente quanto do ponto de vista das relações sociais e quais as suas principais limitações para o futuro.

Para a FAO (2016), o pescado segue sendo um dos produtos mais comercializados em todo o mundo e é especialmente importante para os países em desenvolvimento, uma vez que possuem produção pesqueira que ultrapassa metade dos produtos que os mesmos comercializam. Ainda com base na mesma fonte, o abastecimento de peixe per capita global atingiu em 2014 um novo recorde de 20 Kg e o aumento da oferta mundial de peixe para consumo humano excedeu o crescimento da população nos últimos cinco anos, aumentando a uma taxa anual média de 3,2%. A China tem sido responsável pela maior parte do aumento da disponibilidade de pescado para consumo, em consequência da expansão de sua produção pesqueira, especialmente a aquicultura<sup>3</sup>.

A FAO destaca que os fatores que têm contribuído para o aumento do consumo de peixe no mundo são: a construção de canais de distribuição, o aumento da demanda associada ao crescimento da população e o comércio internacional que desempenha um papel importante ao oferecer alternativas aos consumidores. Em 2014 o número total de embarcações de pesca no mundo chegou a 4,6 milhões e a produção anual total mundial de pesca foi de 93,4 milhões de toneladas. A produção total em águas marinhas foi de 81,5 milhões de toneladas, sendo o restante em águas continentais.

A organização também estima que 56,6 milhões de pessoas estavam trabalhando no setor primário da pesca em 2014, dos quais 36% trabalhavam em tempo integral, outros 23% em tempo parcial e o restante era constituído por pescadores em situações ocasionais. As mulheres representam 19% das pessoas empregadas diretamente no setor primário e quando se leva em consideração o setor secundário, que inclui o processamento e o comércio, constituem metade da mão-de-obra empregada na atividade.

Ao tratar da origem dessa atividade, Diegues (1983) explica que pouco se sabe a respeito do desenvolvimento da atividade pesqueira em sociedades primitivas, ainda que indicações arqueológicas mostrem por meio de representações que a pesca, particularmente a

---

<sup>3</sup>De acordo com informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2017) a pesca baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural. Já a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. A grande diferença entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, não atende as premissas de um mercado competitivo. Já a aquicultura possibilita produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar, no sentido de gerar alimento de qualidade, com planejamento e regularidade.

coleta de moluscos, era uma importante fonte de alimento em períodos que antecedem o aparecimento da agricultura.

As primeiras embarcações foram encontradas em achados egípcios e registros em pintura mostram escravos secando peixes. O autor salienta que foi durante a Idade Média que a atividade conheceu seu maior avanço, sendo praticada em diferentes territórios, desenvolvida no interior das propriedades feudais e atrelada à agricultura. Além disso, a atividade era incentivada pelos monges para atender ao consumo crescente dos cristãos. Como ressalta Diegues (1983), entre os séculos VII e X o peixe passou a fazer parte definitivamente na dieta popular, mesmo nas zonas rurais.

No entanto, foi por volta do século XIV que se estabeleceram os primeiros tratados regulando a pesca, e em 1410 as frotas de barcos começaram a ser classificadas por nacionalidade. As viagens dos descobrimentos impulsionaram o desenvolvimento da atividade, e na medida em que se percorriam mares mais distantes, necessitava-se de mais capital para armação dos barcos e manutenção das tripulações. Com a pesca de longo curso, o tamanho e tonelagens dos barcos aumentaram consideravelmente, acompanhando as inovações da engenharia naval desenvolvidas para os navios utilizados nas grandes viagens de descobrimentos, e o sal era usado para a conservação do pescado.

Com o avançar da Idade Moderna, Diegues (1983) destaca fatores que incentivaram a produção pesqueira como a melhoria dos meios de transporte, o volume de capital necessário ao maior desenvolvimento da atividade (que com o tempo demandou uma organização empresarial e não mais familiar) e a invenção do barco a vapor, que resolveu o problema de locomoção dos barcos a vela.

Entre 1860 e 1880 apareceram os primeiros barcos de pesca a vapor, algo que marcou um período de rápidas inovações tecnológicas, tendo reflexos na organização global da atividade. Essas inovações, como descreve Diegues (1983), provocaram reação por parte dos pescadores de embarcações a vela que se posicionavam contra as grandes embarcações a vapor, ocorrendo protestos<sup>4</sup> contra os arrastos praticados pelos barcos a vapor. Assim, aos poucos os barcos a vapor foram substituindo as embarcações a vela, mas apesar de inúmeras vantagens, esse tipo de embarcação mostrava ainda uma limitação: o fato de ter de voltar à terra constantemente para seu abastecimento, necessitando cada vez mais de condições especiais de abastecimento e reparações. Foi assim que houve a necessidade de criação dos

---

<sup>4</sup>O autor frisa que essa reação era compreensível, uma vez que somente um barco a vapor com 14 tripulantes pescava o equivalente a 80 veleiros tripulados por 600 pescadores. O desembarque dessa grande captura causava a baixa dos preços, o que colocava em risco a sobrevivência dos pescadores embarcados a vela.

portos especializados em atividades pesqueiras. “Os pequenos refúgios dos barcos a vela e outras embarcações artesanais deram lugar a portos de pesca sempre maiores, para onde convergiam inúmeros pescadores artesanais a procura de trabalho” (DIEGUES, 1983, p. 22). Essas mudanças tiveram reflexos também nas relações sociais de produção. Institucionalizou-se o pagamento de um salário variável de acordo com a função exercida no barco, como mestre, mecânico ou tripulante, complementado por uma participação de acordo com o volume pescado.

No Brasil, segundo Silva (2014), a história da produção pesqueira não se diferencia muito do desenvolvimento da atividade no resto do mundo, acompanhando as mesmas tendências. De acordo com a Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro (2014), o Brasil possui uma das maiores linhas de costa do mundo (cerca de 8.500 km de extensão) e grande diversidade de organismos marinhos que são considerados recursos naturais e econômicos. Destaca-se ainda que a atividade pesqueira brasileira consiste em uma das mais tradicionais atividades econômicas, mas que, apesar disso, como expõem as publicações do Instituto de Pesca, a estatística da produção de pescado de origem marinha brasileira não é ainda bem conhecida. A respeito da produção, os números mostram, de acordo com informações do extinto Ministério da Pesca e da Aquicultura – MPA (2013), que 765 mil toneladas de pescado foram produzidas pela pesca extrativista em 2013 e que havia cerca de 1,084 milhões de pescadores que contribuíram para produção.

Historicamente, no Brasil, o que se sabe, como informa Diegues (1999), é que a pesca era praticada pelos índios antes da chegada dos navegadores portugueses. Peixes, crustáceos e moluscos eram importantes na dieta alimentar indígena. Ao longo do litoral fluminense os índios utilizavam-se de canoas, pirogas cavadas em tronco e jangadas feitas de paus amarrados na pesca litorânea. Mourão (2003) menciona que muitas técnicas utilizadas pelos pescadores no início do desenvolvimento da atividade no litoral paulista lembravam a tradição indígena, a exemplo da utilização dos covos.

Já no período colonial, Diegues (2004) menciona que a atividade pesqueira representou uma importante fonte de alimentos para os engenhos e fazendas que se dedicavam à monocultura de cana-de-açúcar e para as cidades litorâneas. Na Primeira República, como explica Resende (2014), a Marinha tinha a incumbência de salvaguardar o litoral brasileiro de invasões e da usurpação de suas riquezas, além de controlar os portos brasileiros voltados para a exportação. O autor destaca a importância da missão do Cruzador José Bonifácio para a atividade pesqueira, que exerceu durante a Primeira República a representação do Estado no controle e reconhecimento das terras litorâneas distantes dos portos. Essa missão permitiu

levar em conta os diferentes povos litorâneos e suas culturas locais, prestando serviços essenciais de educação, saúde e melhora das condições de trabalho. Mais adiante, no Capítulo 5, quando tratarmos da caracterização do universo empírico escolhido para este trabalho, veremos que o município de Arraial do Cabo, onde se localiza a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, fez parte dos locais pelos quais a missão de Bonifácio passou.

Nesse período, o controle da atividade pesqueira se tornou uma estratégia do Estado para dominar o território, conhecendo-o melhor, e assim garantindo segurança às áreas costeiras e possibilitando ao governo controlar os meios de produção do setor. No entanto, como ressalta o autor com base em documentos que descrevem a missão Bonifácio, “era impossível tornar os pescadores parte do Estado como força militar ou potência na economia, sem criar uma nova organização social que incluísse melhorar-lhes as condições de existência” (RESENDE, 2014, p.52). Dessa forma, a Marinha desenvolveu um grande projeto para que Colônias de Pescadores fossem criadas em áreas abrangidas ou não por um só município. Essas colônias seriam reunidas em federações de pescadores dentro de cada estado brasileiro, totalizando um número de até 25 colônias por estado e acolhendo maior número de pescadores.

Tais colônias seriam formadas por pescadores do litoral, ilhas, rios e lagoas e iriam constituir um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do governo. A ideia era que cada uma dessas colônias fosse um centro de orientação técnica e profissional e, o mais importante, um núcleo de vigilância da costa nacional. Assim, a missão Bonifácio se encerrou com a fundação das Colônias de Pescadores, o que para Resende (2014) foi um processo de interação entre o Estado e os pescadores. O decreto nº 447, de 19 de maio de 1846, tem em seu capítulo V a primeira sistematização da atividade pesqueira e a regulamentação das estruturas que possibilitaram o surgimento das Colônias.

No início do século XX, a pesca assumiu em algumas regiões um valor econômico importante, como o caso da pesca de sardinhas que era feita em embarcações formadas por 15 a 20 homens, chamadas de traineiras (devido à utilização de uma grande rede de cerco chamada de traina). Esse tipo de pesca se iniciou em Ilha Grande, no Rio de Janeiro, e foi introduzida pelos portugueses e espanhóis. Diegues (2004) descreve que a pesca da sardinha de grande escala deu origem às primeiras indústrias de salga e secagem (mais tarde enlatamento) no Rio de Janeiro e em Santos. Ainda de acordo com o autor, na década de 1960 o governo brasileiro implantou uma indústria pesqueira de base empresarial oferecendo incentivos fiscais pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-Sudepe. A maior parte dessas empresas foi criada no litoral centro-sul brasileiro praticando a captura

do camarão para exportação. As principais indústrias pesqueiras brasileiras se encontram ainda hoje no litoral Sudeste e Sul brasileiro, o que pode ser explicado pelas características geográficas e do ecossistema de cada uma dessas regiões. A pesca é praticada também nas regiões Nordeste e Norte, mas como salienta Diegues, as características físicas desses dois ecossistemas limitam a concentração do pescado e o desenvolvimento da atividade com redes de arrasto de fundo.

Do ponto de vista da produção social e simbólica na história da pesca no Brasil, algumas espécies possuem grande importância para muitas comunidades de pescadores ao longo do litoral, a exemplo da pesca da sardinha que aparece de forma significativa devido a sua abundância e baixo custo, fazendo parte da alimentação popular e marcando a vida social e econômica, sobretudo dos pescadores do litoral sudeste brasileiro (DIEGUES, 2004).

No que tange aos elementos culturais, a atividade pesqueira originou muitas culturas litorâneas regionais no Brasil, como os jangadeiros em todo litoral do Nordeste, do Ceará até o sul da Bahia; a do caiçara no litoral do Rio de Janeiro e São Paulo e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A respeito dessas diferentes culturas, Diegues (1999) salienta que enquanto os dois últimos tipos de pescadores estão ligados também à atividade agrícola, os outros dependem quase que inteiramente da pesca costeira.

O Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2016) classifica a pesca levando em consideração a finalidade econômica e social, existindo assim três tipos de pesca no Brasil: amadora, artesanal e industrial. O Quadro 5 apresenta as principais características de cada modalidade, de acordo com exposto pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

**Quadro 5.** Características das diferentes modalidades de pesca no Brasil.

<b>Tipos de Pesca</b>	<b>Características</b>
Artesanal	É a atividade praticada diretamente por pescador profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com Arqueação Bruta (AB) igual ou menor que 20 (vinte) <sup>5</sup> ;
Industrial	É a atividade praticada por pessoa física ou jurídica e envolve pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte com finalidade comercial;
Amadora / esportiva	É a atividade de pesca praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou esporte. É considerada atividade de natureza não comercial, no que se refere ao produto de sua captura, sendo vedada a comercialização do recurso pesqueiro por ela capturado.

Fonte: ICMBio (2012).

Segundo o ICMBio (2017), a pesca artesanal tem características diversificadas tanto no que se refere ao habitat explorado, quanto aos estoques pesqueiros e técnicas utilizadas. O órgão destaca que um fator adicional complexo nesta categoria são os diferentes tipos de usuários, com diferentes estratégias e conhecimento sobre a pesca. Recentemente, a pesca artesanal foi ampliada, não sendo empregada somente para autoconsumo, mas também em maior escala, sendo praticada por embarcações de pequeno e médio porte com objetivos comerciais.

No que se refere às perspectivas futuras e desafios enfrentados pelo setor, tanto no Brasil quanto no mundo, a FAO (2014) considera que o futuro da pesca depende da sua capacidade de lidar com os desafios estratégicos em nível global/local. Espera-se que o aumento da população e da renda em conjunto gere uma demanda adicional para produtos de origem animal, especialmente o peixe. Por isso, o futuro desse setor, de acordo com publicações dessa organização mundial, será o resultado do desenvolvimento social e de seus contextos ecológicos, econômicos, locais, regionais e globais. O setor enfrenta grandes desafios que incluem a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada; as práticas prejudiciais ao ambiente; o esgotamento dos recursos; desperdício e a má gestão pública. José

<sup>5</sup> De acordo com a Coleção Mar Fundamental (2013) a arqueação bruta (AB ou GT) é um valor adimensional relacionado com o volume interno total de uma embarcação. A AB é calculada com base no volume moldado de todos os espaços fechados e é usada para determinar: regras de governo, manobra e segurança da embarcação, bem como as taxas de registro e portuárias. O valor da AB constitui um número adimensional, não sendo assim definido por qualquer unidade física de medida como o metro cúbico ou a tonelada.

Graziano da Silva, diretor geral da FAO, acredita que tudo isso pode ser superado a partir de alianças estratégicas e da plena participação da sociedade civil e da indústria privada. Todos os atores sociais que estão envolvidos com a atividade possuem um papel importante na garantia de fazer prosperar, de forma responsável e sustentável para as próximas gerações, esse setor. É necessário, para além dos aspectos econômicos, garantir que o bem-estar ambiental seja compatível ao bem-estar humano para que a atividade seja sustentável em longo prazo.

Assim, a FAO (2014) recomenda que haja consonância entre os objetivos econômicos estratégicos e a conservação dos recursos hídricos renováveis. É necessário equilíbrio entre crescimento e conservação, entre a pesca industrial e a artesanal, garantindo os benefícios justos para as comunidades. Além disso, é importante destacar que a Organização reconhece a contribuição da pesca artesanal na redução da pobreza e na segurança alimentar.

Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, optou-se por dar maior destaque a partir daqui à pesca artesanal, uma das atividades econômicas mais tradicionais brasileiras que enfrenta grandes desafios e limitações, assuntos estes que serão tratados de forma mais específica no próximo tópico.

### 1.3 OS PESCADORES ARTESANAIS E A CRISE DO SETOR

Nogueira (2005) descreve o pescador artesanal como aquele que se utiliza de instrumentos e técnicas que se adequam às condições ambientais, a exemplo das linhas de mão, espinhel, malhadeira e outras artes. Além do mais, o pescador artesanal desenvolve a atividade o ano todo com familiares e/ ou companheiros, tendo como principais finalidades o consumo familiar e a geração de renda. Para Silva, C. (2014) trata-se de um importante posto de trabalho e atividade econômica no Brasil, fazendo parte da cadeia produtiva inserida no circuito produtivo nacional, do qual também pertencem a pesca industrial e a aquicultura. A pesca artesanal pode ser considerada como a modalidade que compõe o circuito inferior da economia da pesca, uma vez que resulta em uma economia de pequena escala. Ainda sob o ponto de vista da autora, a atividade se insere também na linha de desenvolvimento sustentável e faz parte da chamada cooperação urbana.

Barreto e Barreto (2016) ajudam a entender ao explicar que uma sociedade pesqueira é formada pela ligação com seu ambiente de trabalho formado por rios, mares e lagoas; pelos petrechos disponíveis como barcos, currais e anzóis e pelo conhecimento empírico. Assim, a atividade pesqueira pode ser definida como aquela que engloba desde a captura do peixe até a

venda da produção, ou seja, são compreendidas as atividades fornecedoras de insumo, como também o processamento e a comercialização de pescado.

Conceitualmente, para alguns autores, como salienta Silva, C. (2014), não existe um consenso a respeito do significado do termo pesca artesanal. Geralmente ela é definida como uma atividade com características opostas à pesca de larga escala na qual se utilizam tecnologias de ponta e grandes investimentos. Para Silva, C. (2014), a pesca artesanal é uma categoria formulada pelo Estado, e refere-se a um posto de trabalho que tem certas características como a arte de fazer extração de pescados e maricultura e ao uso de técnicas tradicionais (de confecção de petrechos e embarcações). Outra característica mencionada pela autora é que a qualificação profissional do pescador artesanal é realizada a partir da tradição oral familiar ou comunitária.

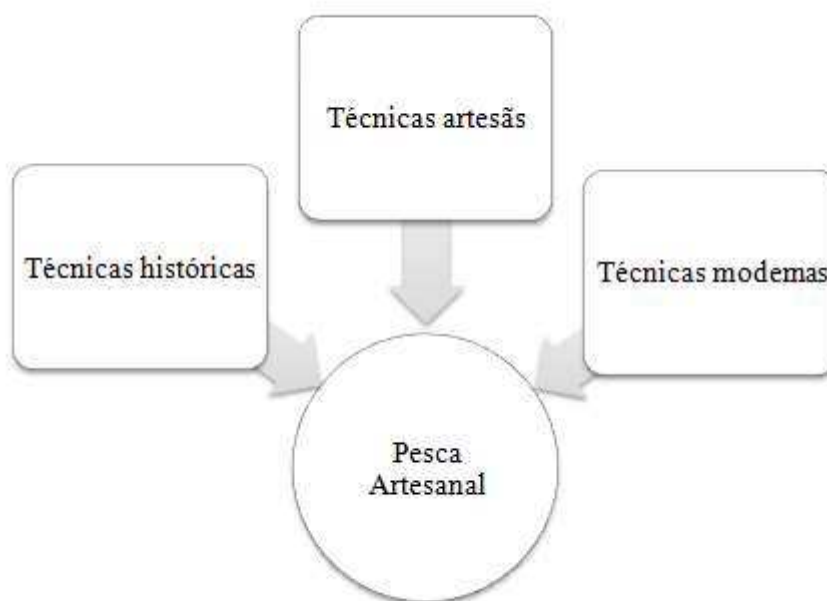
Segundo Diegues (2001, 2004), a pesca artesanal é aquela praticada em pequena escala, na qual do total da produção uma parte é destinada ao consumo da família e a outra parte é comercializada. Pode-se dizer ainda, de acordo com o autor, que a unidade de produção dos pescadores geralmente é constituída pela família ou por uma tripulação de conhecidos e parentes. A tradição é um aspecto que está relacionado à pesca artesanal, como ressalta o autor, no domínio do saber fazer e do conhecer que, forma a essência da profissão. Envolve também o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem aos pescadores se reproduzirem como tais. Esse controle da “arte da pesca” é transmitido pelos mais velhos, como acervo cumulativo ao longo das gerações adquirido pela experiência. Diegues menciona ainda que apesar de parte dos pescadores artesanais viverem em comunidades litorâneas, a maioria vive atualmente em bairros urbanos ou periurbanos. A pesca artesanal brasileira possui características complexas, levando em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais específicos de cada local. Os pescadores se utilizam de diferentes meios de produção como petrechos, embarcações e estratégias para capturar os recursos que, como explica o autor, são pouco abundantes em um ambiente que sofre com constantes mudanças (DIEGUES, 2008).

Para Barreto e Barreto (2016) a pesca artesanal é uma atividade caracterizada pela força do homem e por meio de pequenas embarcações. Esse tipo de atividade garante a geração de renda e o autoconsumo de dezenas de comunidades litorâneas e ribeirinhas no Brasil. Os autores destacam ainda que, além da finalidade econômica, a pesca artesanal se tornou uma forma de dar especificidade à cultura dessas comunidades.

Silva, C. (2014) complementa ao salientar que a pesca artesanal é uma atividade de extração e de coleta do pescado e de frutos do mar, em que os pescadores atuam em regime de

parceria, sem vínculos empregatícios, sendo outra característica, além do envolvimento de familiares, a solidariedade. Destaca também que na maior parte das vezes os pescadores artesanais são donos de seus meios de produção, apesar de se verificar a forte presença de parceiros que não possuem embarcações próprias e trabalham juntos no mesmo barco. A criatividade que permeia as técnicas também sobressai como qualidade da pesca artesanal, que a diferencia do trabalho assalariado, evidenciando a lógica do trabalho compartilhado orientado pela confiança, pelas normas e relações que são tecidas na oralidade e na amizade, eliminando muitas vezes a burocracia legal ou documental comum ao trabalho assalariado.

O esquema da Figura 11 foi elaborado com base em Silva, C. (2014) e mostra que a pesca artesanal é marcada por ser um tipo de trabalho que está ligado de forma direta às técnicas artesanais, históricas e ao uso de técnicas modernas. Esses aspectos integram a base material do trabalho do pescador ao preservar as historicidades da pesca artesanal e, ao mesmo tempo, adaptando-se às possibilidades e necessidades do novo tempo.



**Figura 11.** Aspectos que integram a pesca artesanal  
Fonte: Elaborado pela' autora com base em Silva, C. (2014).

Ainda segundo a autora, a pesca artesanal é fundamentada em uma produção de saberes construídos fora da escola formal, nas relações de sociabilidade e nas práticas solidárias cotidianas de parcerias e/ou familiares. Os ensinamentos dessa técnica reúnem um tipo de saber e prática que precisam ser compreendidos em diálogo com as demandas da vida coletiva urbana e com os valores sociais construídos da cultura popular, em consonância com

as orientações modernas, a exemplo das relações institucionalizadas. Silva, C. (2014) ressalta que trata-se de um saber construído pela oralidade, trajetos e “errâncias”; o pescador artesanal aprende por meio da conversação e pelas formas como é tecida a sociabilidade.

No que tange às modalidades de pesca artesanal, Barreto e Barreto (2016) descrevem, baseados nas contribuições de Isaac et al. (2005), seis formas de uso das técnicas (Quadro 6) que seriam, de acordo esses pesquisadores, as mais utilizadas. No entanto, não deixam de destacar que, nos sistemas de produção artesanal podem ser reconhecidas mais de quinze modalidades diferentes de pesca.

**Quadro 6.** Seis principais modalidades de pesca artesanal.

Modalidade de pesca	Descrição	Modalidade de pesca	Descrição
Coleta Manual	Se dá através da catação de ostras e mexilhões e também da captura de caranguejos feita com as mãos nuas sem o uso de aparelhos ou dispositivos.	Redes Móveis	Redes de malha mais comumente utilizadas, tecidas com náilon, possuem forma retangular com exceção da tarrafa (cônica) e do puça. O tamanho varia conforme a espécie e o ambiente de captura.
Armadilhas Móveis	É uma estrutura cilíndrica ou cônica feita com varas finas de madeira ou de ferro que permite a entrada, mas não saída do pescado.	Redes Fixas	São redes de malha colocadas na boca de canais de maré ou na saída de pequenas enseadas ou até mesmo à beira da praia aproveitando o movimento da maré.
Armadilhas Fixas	São estruturas construídas com madeira ou troncos. Possuem entrada em forma de “V”, chamadas de espias, que direcionam os peixes para dentro da armadilha.	Linhas	Linhas de náilon que são as mais utilizadas nas quais se prende um número variado de anzóis.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Barreto e Barreto (2016).

No que concerne às adversidades enfrentadas pelos pescadores artesanais ao desenvolvimento da atividade, a literatura tem enfatizado como principal agravante o aumento da exploração dos estoques pesqueiros, que ultrapassou a capacidade dos ecossistemas. Baseados em Abdallah (1998), Barreto e Barreto (2016) assinalam que o recurso pesqueiro é o produto da pesca extrativista que pode ser de origem marítima ou continental, classificado como um recurso natural renovável, de propriedade comum e de livre acesso. No entanto, se essa pesca não for controlada por parâmetros racionais, pode levar à sobrepesca, que ocorre quando a captura do pescado excede o nível máximo de rendimento biologicamente sustentável, o que gera a redução do estoque natural. A intensa exploração, somada à ausência de políticas públicas específicas para a pesca artesanal, afetou de forma comprometedor a viabilidade econômica, e agrava ainda mais os problemas sociais para a vida dos pescadores

artesanais. Silva, A. (2014) complementa essa discussão ao mostrar o que a literatura aponta a respeito dos impactos negativos que afetam a pesca artesanal:

Na pesca artesanal marinha, o cenário de degradação generalizada dos ecossistemas costeiros, provocado pela ação antrópica, tem sido o principal fator de redução dos estoques mais explorados pelas comunidades pesqueiras e põe em risco a perpetuação da atividade [...]. Os principais desafios enfrentados são: (i) poluição agrícola por fertilizantes e defensivos, (ii) poluição industrial e urbana; (iii) destruição de matas ciliares, provocando aumento da turbidez e material em suspensão na zona costeira, com impacto direto nos recifes de coral e produtividade primária; (iv) ocupação desordenada da orla marítima incluindo a supressão de manguezais, dunas e restingas, (v) descaracterização das comunidades pesqueiras pela migração profissional e reordenamento territorial, entre outros (SILVA, A., 2014, p. 13).

Outros elementos políticos e históricos também contribuíram para a atual crise do setor: o crescimento desordenado da atividade ao longo da história; o esforço focado nos recursos marinhos e concentrado num pequeno grupo de recursos tradicionalmente explorados; a falta de planejamento do setor; o uso de métodos inadequados de captura, muitas vezes predatório; o desconhecimento do potencial produtivo e das características biológicas do ambiente e dos recursos; poluição costeira e o fato de se tratar de um setor produtivo com baixo nível de conscientização dos limites naturais de exploração sustentável, além de a política pesqueira e incentivos econômicos estarem centralizados na pesca industrial (SILVA, A., 2014).

Ao tratar dos conflitos entre a pesca artesanal e a pesca industrial, Silva, A. (2014) evidencia a produção predadora e devastadora da pesca industrial que por vezes está atrelada também à falta de saneamento, poluição industrial e a obras que, na maior parte das vezes, mudam a dinâmica da natureza. Em contraste, a autora mostra que a literatura tem apontado o quanto é forte a percepção sistêmica da natureza que os pescadores artesanais possuem, e o cuidado e valorização do ecossistema, pensando principalmente nas gerações futuras.

Diegues (2004) realça que o conflito entre os pescadores artesanais e industriais não ocorre somente pela redução dos estoques pesqueiros e pela poluição, mas também devido ao fato de os barcos industriais operarem nas mesmas áreas costeiras onde atuam os pescadores artesanais. O autor explica que no Nordeste já há muitos casos de conflito entre os pescadores artesanais e industriais pelo fato de covos e redes de pescadores artesanais serem destruídos pela exploração industrial. No entanto, o autor reconhece que a crescente degradação dos ecossistemas costeiros é o fator que mais coloca em risco a reprodução social dos pescadores artesanais.

Ao tratar da degradação do espaço utilizado por esses pescadores artesanais, Silva, C. (2014) salienta a ação dos agentes modernizadores que apresentam lógicas de trabalho

diferentes, sobretudo no contexto urbano, onde a diversidade e complexidade do trabalho e as possibilidades se confrontam com “o ser pescador”. “Aqueles que resistem são geralmente os adultos e idosos, os mais jovens vivem a crise societal de forma mais profunda, que se anuncia como crise do trabalho, crise de sentido, crise do fazer, crise do pescador” (SILVA, C., 2014, p. 20).

O esquema da Figura 12, também baseado em Silva, C. (2014), ilustra o conjunto de conflitos que, de acordo com a autora, a pesca artesanal enfrenta no contexto metropolitano. São conflitos de diferentes naturezas, como aqueles ligados a outros circuitos produtivos que são moldados pela modernização e urbanização, a exemplo da expansão imobiliária, auto-segregação, novos usos, restaurantes, comércios, favelização e ações do Estado que vão diminuindo as áreas de pesca artesanal. Existem também os conflitos que relacionam o alto nível de exploração dos comerciantes e compradores e os conflitos existenciais, dentre os quais os descendentes familiares que não querem ser pescadores.



**Figura 12.** Conjunto de conflitos no contexto metropolitano.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva, C. (2014).

Para Silva, C. (2014), a pesca artesanal vive com densidade os dilemas para a reprodução social por ser uma atividade em que a natureza é o elemento fundamental de produção:

Quanto mais poluído o ambiente, mais têm os pescadores de enfrentar a fuga dos peixes, e maior o dispêndio de tempo e energia na coleta do pescado, ou seja, aumenta para os pescadores a carga de trabalho (...) a pesca necessita disputar

territórios, como concretude do espaço, e ao mesmo tempo disputar sentidos de estar no mundo (SILVA, C., 2014, p. 35-38).

No âmbito das leis, Barreto e Barreto (2016) esclarecem que a portaria nº 48 de 05 de novembro de 2007 autoriza o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA a esclarecer normas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros por meio de regulamentações para o período de proteção à reprodução natural dos peixes. Um dos instrumentos utilizados para a normatização da pesca é o período de defeso que, de acordo com sua definição básica, deve possibilitar

que os peixes possam se reproduzir, repor e renovar os estoques pescáveis para os anos seguintes. É necessário também entender a biologia e a ecologia das espécies consideradas, para que se tenha um uso sustentável, conciliando os interesses econômicos, sociais e ambientais (BARRETO; BARRETO, 2016, p. 25).

Assim, ainda com base nesses atores, durante um período de quatro meses ao ano para a preservação das espécies, o pescador profissional, individualmente ou em regime de economia familiar ou com auxílio de parceiros, fica proibido de desenvolver a atividade pesqueira e faz jus ao benefício de seguro-defeso no valor de um salário mínimo mensal. Destaca-se ainda que é previsto pela mesma Lei que esse benefício será cancelado no caso de desrespeito ao período de defeso. Para ter direito ao seguro defeso, os pescadores devem se apresentar ao órgão competente com as seguintes documentações:

- a) Registro de pescador atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;
- b) Comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;
- c) Atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove.

Barreto e Barreto (2016) enfatizam que existem ainda outros instrumentos de regulamentação que tratam do tamanho mínimo das espécies que podem ser capturadas, cotas, petrechos de captura, dentre outras especificações. Silva, C. (2014) explica que a atual relação entre as instituições públicas e o pescador artesanal é mediada legalmente pelas Colônias de Pescadores que, na visão da autora, atua dentro de princípios burocrático-legais personalistas e clientelistas que acabam impedindo que a política pública seja colocada em prática nos territórios para os pescadores, chegando até eles de forma muito fragmentada e orientada pelas limitações, tensões e conflitos entre os grupos envolvidos.

Referindo-se a todo esse contexto, Capellesso e Cazella (2011) pesam o fato de as comunidades pesqueiras passarem ainda por transformações vindas dos aportes tecnológicos e estruturais incorporadas pelo setor. Os autores salientam que a inclusão de motores, o uso de redes de material sintético e a venda da produção fresca às indústrias transformaram a pesca

artesanal, que no passado produzia as próprias matérias-primas e instrumentos utilizados na atividade. Hoje o cenário difere e a atividade sofre com as adversidades do exaustivo processo de captura e as externalidades ambientais negativas que ameaçam sua reprodução social.

O reflexo de todas essas dificuldades é o abandono da pesca artesanal, que ocorre primeiramente pelos filhos, que procuram desenvolver outros tipos de atividades econômicas. Como salientam Capellesso e Cazella (2011), esse abandono faz com que o desejo dos pais de que os filhos continuem com a tradição ligada à pesca artesanal entre em confronto com as dificuldades de sobreviver exclusivamente da pesca, colocando em risco a sustentabilidade geracional dessas famílias. Os impactos ambientais e as lacunas da gestão dessa atividade pelo poder público afetam a produção, aumentando as incertezas para os jovens pescadores artesanais.

Assim, uma alternativa encontrada para fazer frente à pressão sofrida pelo ecossistema e pelas populações que residem em ambientes costeiros, foi a criação de áreas marinhas protegidas, uma estratégia de desenvolvimento e gestão territorial utilizada com a finalidade de minimizar as consequências negativas da excessiva exploração dos recursos naturais e proteção da biodiversidade. No Brasil as Reservas Extrativistas Marinhas surgiram a partir da transferência do modelo de manejo originário da Amazônia, e é resultado do esforço de expandir o conceito para as áreas marinhas. A Reserva Extrativista é uma das categorias que integram o grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e tem o objetivo de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais que residem nessas áreas. Esse modelo de conservação é resultado de décadas de discussão acerca das diretrizes que englobam a ideia de desenvolvimento e, mais tarde, desenvolvimento sustentável, temas estes que serão tratados de forma mais aprofundada nos capítulos que seguem.

## **CAPÍTULO 2 DESENVOLVIMENTO**

Este capítulo está subdividido em quatro partes: a primeira apresenta um breve desdobramento do conceito de desenvolvimento desde suas primeiras concepções, intimamente ligadas à evolução econômica dos países, até as abordagens mais recentes que interpretam o desenvolvimento para além da melhoria em índices econômicos, colocando as culturas e as pessoas no centro das discussões. A segunda parte do capítulo se dedica à retomada de duas publicações importantes na história do refinamento do tema: O Relatório “Nosso Futuro Comum” e o livro Limites do crescimento. O primeiro divulgou o conceito de Desenvolvimento Sustentável para o mundo na década de 1990 e o segundo, ainda em 1972, já alertava para a necessidade de mudanças no padrão de crescimento da humanidade. São destacados como referências neste trabalho porque, mesmo tendo se passado décadas após a publicação, ainda hoje discutimos muito sobre temas suscitados nestes documentos. A terceira e a quarta parte apresentam a tentativa de apropriação das contribuições de dois autores influentes nas discussões acadêmicas sobre o tema do desenvolvimento e da sustentabilidade.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO: UM HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES**

De acordo com Moura et al. (2013), uma breve pesquisa a respeito do significado do termo “desenvolvimento” em dicionários, mostra expressões como crescimento, progresso e ampliação. Ainda sob a perspectiva dos autores, pode-se acrescentar a estas expressões outros conjugados como modernização e ocidentalização, uma vez que todos eles eram utilizados nas primeiras literaturas como tentativa de expressar o movimento histórico da humanidade, sua evolução no sentido direcional e linear. A diversidade de opiniões e a falta de um ponto de referência para esse conceito permitiu que a noção se vinculasse fortemente aos padrões dos países industrializados.

Favareto (2007) afirma que poucas ideias têm sido objeto de controvérsias como a de desenvolvimento. Para Sachs (2008a) o conceito é difícil de ser definido, no entanto fácil de ser reconhecido, já que se trata de uma ideia que não se presta a caber em uma fórmula simples; sua multidimensionalidade e complexidade explicam as mudanças que passou ao longo dos anos, incorporando experiências positivas e negativas, o que reflete novas configurações tanto políticas quanto intelectuais. O autor acrescenta ainda que as discussões

em torno do tema contribuíram para o refinamento do conceito, porém contrastam com o histórico sombrio do desenvolvimento em muitas partes do mundo.

Segundo Amaro (2003), a ideia que nasceu com o processo de independência da maior parte das antigas colônias europeias após a Segunda Guerra Mundial, representava o suposto desejo desses países de caminhar para a prosperidade e a riqueza em conjunto com seus “antigos colonizadores”. Assim, como explica o autor, diversos departamentos da Organização das Nações Unidas - ONU se dedicaram a propor matrizes de referência e estratégias que visavam a “evolução” desses países, por isso grande parte da produção teórica desse período aparece ligada à tentativa de resolução dos chamados problemas ou vícios do subdesenvolvimento.

Como evidencia Amaro (2003), trata-se de um conceito eurocentrado, uma vez que no contexto das sociedades industriais a experiência dos países europeus considerados desenvolvidos tornou-se referência e modelo que deveria ser seguido pelas nações subdesenvolvidas. Economistas e estudiosos importantes do desenvolvimento da época, como Simon Kuznets e Colin Clark, se dedicavam à construção de bases de dados e informações a respeito da evolução e caracterização dos países desenvolvidos, fato que influenciou o sentido que o termo assumiu nesse período. Entre as décadas de 1940 até o final de 1960 eram utilizados indicadores de crescimento econômico na qualificação do nível de desenvolvimento das nações, devido à grande ênfase à industrialização e aos aparatos tecnológicos que os países conseguiam desenvolver e dominar para incrementar seu dinamismo econômico. As concepções de desenvolvimento encontradas nesse período têm origem nos manuais de economia e apresentam a ideia de desenvolvimento como sinônimo ou resultado do crescimento. Baseado em literaturas da época, Amaro (2003) destaca que

O desenvolvimento econômico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material [...], reflectida num fluxo crescente de bens e serviços *ou que* essencialmente o problema do desenvolvimento econômico é o do aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais (AMARO, 2003, p.47).

O autor ainda mostra que estudiosos do tema começaram a considerar que fatores econômicos não conseguiam, de forma isolada, medir o desenvolvimento de uma sociedade. Foi a partir de então que o termo desenvolvimento social começou a centrar novas discussões até se fundir à ideia econômica que compunha os indicadores para o desenvolvimento. No entanto, a falta de consenso teórico permitiu que cada estudioso tivesse uma noção particular em relação ao que seria o desenvolvimento social, dificultando assim a formulação de um

conceito científico e a possibilidade de se estabelecer critérios comuns para se medir o que, na realidade, significava este termo.

Frank (1975), ao tratar do modelo de desenvolvimento utilizado pelos países tidos como “desenvolvidos” aplicado aos países subdesenvolvidos, chama a atenção para o fato de que estes possuem uma história específica e que, portanto, o molde dos países avançados não serviria para promover desenvolvimento em outras nações, uma vez que cada um possui culturas, religiões e escalas de valores diferentes. Estas questões estão em consonância com os argumentos de Perroux (1967), que afirma que as diferenças sociais são marcantes nos países desenvolvidos e nas culturas “modernas”. Para o autor, é um erro assegurar que explicações econômicas possam dar sentido à multiplicidade social, isso porque não se deve avaliar apenas as elevações do nível de vida. São também importantes a expansão da dignidade e da autodeterminação, fatores inseparáveis ao se considerar o incremento da melhoria das condições materiais de um indivíduo.

As contestações sociais e a crise do poder explicativo da ideia tradicional acerca do desenvolvimento deram espaço a críticas que o tomam como mito, com aceção a seu poder mobilizador e organizador; ao mesmo tempo essas críticas deram origem também a ideias inovadoras como o desenvolvimento como liberdade do economista indiano Amartya Sen. Moura et al. (2013) mostram que Sen, juntamente com Mahbub ul Haqse, se dedicaram a formular teorias e análises a respeito da dimensão social do desenvolvimento construindo um novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse índice, como explicam os autores, cobre múltiplas dimensões da vida econômica e social sendo uma alternativa ou um complemento ao Produto Interno Bruto (PIB) como mensurador do desenvolvimento. “Este pode ser visto como o principal esforço de ampliação do foco sobre o debate do desenvolvimento para além das dimensões econômicas” (MOURA et al., 2013, p. 123).

Sen (2000) apresenta uma perspectiva integradora ao desenvolvimento ao explicar que vivemos em um mundo de privações, e que independente do sucesso econômico dos países, a persistência de fatores como a pobreza, necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas ou crônicas, violação de liberdade política, dentre outros tipos de privações, podem ser encontradas. O autor mostra que mesmo em condições não satisfatórias de qualidade de vida, o desenvolvimento econômico pode ocorrer. Kliksberg (2010) complementa a visão integrada de desenvolvimento trazida por Sen, ao destacar a importância da valorização do capital social e da cultura para o desenvolvimento social. A noção de capital social, de acordo com o autor, reabilita processos silenciosos que se realizam no interior de uma sociedade. O autor mostra que o capital social constituído por níveis de confiança, capacidade

associativista, consciência cívica e valores éticos predominantes são de grande relevância ao desenvolvimento social. Isso se evidencia ao verificar a influência destes fatores nas taxas de crescimento econômico, governabilidade democrática, qualidade dos serviços públicos, nível das escolas e aumento da expectativa de vida.

Para além das críticas sociais, outra dimensão também importante começou a fazer parte das discussões a respeito do desenvolvimento: a ambiental. Já entre as décadas de 1950 e 1960 pesquisadores começaram a alertar para importância dessa discussão. A conferência de Estocolmo, em 1972, foi uma resposta a essas críticas, da qual surgiu a noção de ecodesenvolvimento, que, mais tarde, deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável, difundido por meio do Relatório Brundtland e que será examinado com mais atenção nos próximos tópicos do presente capítulo.

Assim, o que se percebe diante desta trajetória é que o desenvolvimento nada tem de linear, pode se dar em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido em projetos como melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região ou grupo social. As teorias de maior apelo pecam por desconsiderar a importância do estoque de bens e recursos de uma sociedade, suas instituições e os fluxos dinâmicos que possa vir a estabelecer. Atualmente, diferente da dificuldade inicial de formulação da ideia de desenvolvimento, do ponto de vista científico e acadêmico, existe um acervo multidisciplinar que permite que o conceito seja melhor e mais amplamente fundamentado, já que o tema se tornou objeto de inúmeros trabalhos acadêmicos mundialmente. Isso não significa, no entanto, que se possa falar em um consenso, principalmente quando se leva em consideração que vários discursos sobre o desenvolvimento circulam atualmente na sociedade e que cada grupo, segmento social ou geração pode, a partir de seus interesses e visão de mundo, defender uma ou outra vertente.

Sachs (2008b) aponta que a complexidade e a trajetória da ideia de desenvolvimento no último meio século resultaram na adição de sucessivos adjetivos: econômico, social, político, cultural, local, territorial, sustentável e, o que é mais importante para o autor, de novas problemáticas que evidenciam a necessidade de um paradigma capaz de lidar com o desemprego maciço e a desigualdade crescente. Assim, para os propósitos da tese foram focalizadas duas publicações que influenciaram as recentes vertentes de argumentação sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade que constam no conceito de Desenvolvimento Sustentável: O Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, que divulgou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e alertou para a necessidade de preservar recursos naturais para

as gerações futuras e a edição do livro *Limites do Crescimento*, que traz uma atualização que tenta refletir sobre a discussão 30 anos depois da primeira edição de 1972.

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SUSTENTABILIDADE

Durante a década de 1980, êxitos e sinais de esperança como a mortalidade infantil em queda; o aumento da expectativa de vida humana; aumento do percentual de adultos no mundo alfabetizados; aumento do percentual de crianças na escola e da produção global de alimentos eram processos importantes, mas que traziam também preocupações com tendências, como as de consumo, por exemplo, que o planeta e seus habitantes não poderiam suportar em longo prazo. Estas tendências contribuíam para os chamados “fracassos” do desenvolvimento relacionados à gestão social, econômica e do meio ambiente.

Tais preocupações levaram a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU a criar, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública, foi convidada pela Secretária Geral da ONU para presidir a Comissão formada por especialistas de diversas áreas. Tratava-se de um organismo independente, vinculado aos governos e ao Sistema das Nações Unidas. Dentre as atribuições da Comissão constavam três principais objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional, de modo a orientar políticas e ações no sentido de mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme. O relatório Brundtland ficou pronto em 1987, após dezenas de reuniões da Comissão e foi considerado um documento importante no contexto mundial, já que foi o primeiro a apresentar publicamente o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com o Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” (1991), termo que será utilizado a partir daqui neste trabalho, os governos e as instituições multilaterais devem se tornar mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das implicações ligadas ao meio ambiente, e de que muitas formas de desenvolvimento podem vir a desgastar os recursos ambientais (florestas, solos, mares dentre outros). O documento destaca a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo e faz um alerta: é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza e à desigualdade em vários níveis.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é trazido nesse documento, como visto anteriormente, como aquele capaz “de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”. O desenvolvimento assim proposto não vislumbra um estado permanente de harmonia, mas trata-se de um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades futuras. Sendo assim, os desafios são interdependentes e complementares, exigindo abordagens abrangentes e a participação popular, além da necessidade de mudança nas políticas e nas instituições envolvidas.

O Relatório traça algumas diretrizes políticas que devem ser priorizadas, ligadas à população, segurança alimentar, extinção de espécies, esgotamento de recursos, energia, indústria e assentamentos humanos. Embora os problemas ambientais relacionados à extinção de espécies e esgotamento dos recursos não fossem novos, a partir da formulação do Relatório sua complexidade começou a ser entendida, percebendo-se que essa degradação pode impedir também o desenvolvimento econômico. Por isso, o meio ambiente e o desenvolvimento estão tão interligados, ou seja, o desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora.

Além disso, “Nosso Futuro Comum” (1991) chama atenção para o fato de que o desgaste do meio ambiente e o desenvolvimento desigual podem aumentar as tensões sociais. Por isso as políticas para o desenvolvimento devem incluir programas de desenvolvimento sociais, “principalmente para melhorar a posição das mulheres na sociedade, proteger os grupos vulneráveis e promover a participação local no processo decisório” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 40). Ressalta-se que não existe um esquema único ou modelo de Desenvolvimento Sustentável a ser adotado, uma vez que cada país tem de avaliar suas implicações econômicas, sociais e ambientais. No entanto, o documento apresenta alguns objetivos que devem constar nas políticas ambientais e desenvolvimentistas que são derivadas do conceito de Desenvolvimento Sustentável: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia, administrar o risco e incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

As necessidades de habitação, abastecimento de água, saneamento e serviços médicos são importantes, uma vez que as deficiências nessas áreas são muitas vezes manifestações evidentes de desgaste ambiental. Daí a necessidade de abordagens integradas que reflitam o

objetivo chave de natureza sanitária em áreas como produção de alimentos; abastecimento de água e saneamento; política industrial, sobretudo no que se refere à segurança e poluição; e ao planejamento de assentamentos humanos.

Outro ponto em destaque no documento (e que diretamente influenciou a concepção das UC's de uso sustentável em nosso país) refere-se à importância das próprias instituições representantes de grupos vulneráveis participarem das regulamentações dos direitos e obrigações ligados à manutenção do equilíbrio com a natureza e da consciência ambiental. Por isso, o Relatório realça o reconhecimento dos direitos tradicionais que deve ser associado às medidas de proteção e uso dos recursos. Faz parte desse reconhecimento dar voz ativa às comunidades locais nas decisões referentes ao uso dos recursos das áreas onde vivem. Segundo o documento:

A proteção dos direitos tradicionais deveria ser acompanhada de medidas positivas para melhorar o bem-estar da comunidade de forma adequada ao estilo de vida do grupo. Por exemplo, os ganhos auferidos com as atividades tradicionais podem ser aumentados mediante a introdução de acordos de comercialização que assegurem um preço justo para a produção, e também por medidas para conservar e fortalecer a base de recursos e aumentar a produtividade desses recursos (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.127).

O documento explicita que as políticas de promoção que interferem nas vidas de povos isolados e tradicionais devem ser executadas de forma a não mantê-los num isolamento artificial e talvez indesejado, e de forma a não destruir seus estilos de vida. Deve-se providenciar serviços de saúde para complementar e aperfeiçoar as práticas tradicionais; corrigir as deficiências nutricionais e criar instituições de ensino. Tudo isso precisa ser feito antes da implantação de novos projetos que abram campo para o desenvolvimento econômico. Também são necessários esforços especiais para assegurar que a comunidade local se beneficie plenamente desses projetos, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda.

Outra publicação importante e que não poderia deixar de ser referenciada neste trabalho, que foi lançada antes até da divulgação do Relatório “Nosso Futuro Comum” e influenciou as discussões feitas no mesmo, foi o relatório “Limites do Crescimento”, lançado em 1972, que mais tarde gerou um livro com o mesmo título editado pelo Clube de Roma. Como explicam Meadows et al. (2008), não se tratava de uma publicação apocalíptica como muitos pensaram na época, mas um chamado à ação de cinco principais tendências globais: a industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, subnutrição generalizada, erosão de recursos não renováveis e destruição do meio ambiente.

Como explicam os autores, o Clube de Roma é uma organização internacional que tem a missão de agir como um catalisador das mudanças globais. Trata-se de uma organização não governamental sem fins lucrativos que reúne personalidades da ciência, chefes de Estado e lideranças que analisam problemas importantes para a humanidade. Vale a pena mencionar que alguns brasileiros já foram membros dessa organização, a exemplo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, dentre outros nomes que atualmente são apenas membros honorários.

Para chegar ao panorama apresentado pela primeira edição do livro, o Clube de Roma utilizou-se de uma base de dados integradas às teorias sobre o assunto, tarefa realizada por uma equipe formada por executivos, estadistas e cientistas de diferentes países e dirigida por Dennis Meadows. Após dois anos de estudos e discussões o estudo original foi publicado. O modelo de computador utilizado (Word3) simulou 12 cenários que projetavam o crescimento da população e a utilização dos recursos com a variedade de limites do planeta. Apesar de reconhecerem que os limites do crescimento assumem diferentes formas, o foco dos pesquisadores foi a estrutura física do planeta; todos os cenários simulados mostraram que o fim do crescimento seria marcado por diferentes tipos de colapso ou declínio do bem-estar da humanidade (queda nas condições de saúde, conflitos, devastação ecológica e desigualdades gritantes).

Em outras palavras, a conclusão do estudo era de que, se mudanças nos modelos de produção e consumo não fossem introduzidas, os limites do crescimento seriam alcançados nos próximos 50 anos. O documento defendia uma inovação profunda, proativa e social por meio de mudanças tecnológicas, culturais e institucionais para evitar que a “pegada” ecológica da humanidade, ou seja, o conjunto das ações antrópicas, ultrapassasse a capacidade que o planeta suporta.

Em 2008, os autores lançaram uma atualização do documento (30 anos depois), importante de ser mencionada neste trabalho porque contextualiza os limites do crescimento no século XXI. Nesta edição, os autores reconhecem que as últimas décadas têm produzido muitas formas de desenvolvimento. Em resposta a uma pegada humana crescente, como enfatizam Meadows et al. (2008), foram criadas novas tecnologias, os consumidores alteraram seus hábitos de compra e acordos multinacionais foram firmados. As taxas de crescimento populacional declinaram e a consciência a respeito das questões ambientais na maior parte dos países melhorou, já que a educação ambiental faz parte do cotidiano em muitos deles.

O que os autores mostram é que esses avanços dificultam falar atualmente em um colapso, e que a sociedade mundial tem se esforçado para compreender o conceito de

Sustentabilidade. No entanto, não se pode negar alguns fatos, como aponta a edição de 2008: o aumento dos desastres naturais, conflitos em alguns países para repartir recursos como água doce e combustíveis fósseis e o fato de que os Estados Unidos continuam aumentando sua emissão de gases e ritmo de produção. Diante disso, o que se percebe é que a pegada ecológica humana continua crescendo a despeito do progresso tecnológico e das mudanças nos padrões de comportamento. O que os autores afirmam é que a humanidade já se encontra no território insustentável, mas a consciência geral dessa situação é limitada, o que demanda mais tempo até a obtenção de novos valores individuais e mais apoio político.

Para Meadows et al. (2008), 30 anos depois, o desafio para atingir a sustentabilidade consiste em aumentar os níveis de consumo dos países pobres sem aumentar a pegada ecológica total. Isso demanda mais avanços tecnológicos, mudanças pessoais e mais respeito e compartilhamento nas fronteiras políticas. Os autores ainda lamentam o fato de a humanidade ter concentrado seus esforços nas últimas décadas somente em debates que, apesar de bem intencionados, não refletem ainda mudanças profundas. Para Meadows *et al.* (2008) o mundo só irá optar pela sustentabilidade após enfrentar crises mais violentas.

Para os autores, uma sociedade sustentável é aquela que tem à disposição mecanismos sociais, institucionais e de informação para manter sob controle os ciclos de realimentação que provoca o crescimento populacional ou do capital. Isso quer dizer que para ser socialmente sustentável, a combinação de população, capital e tecnologia teria de ser configurada de modo que o padrão de vida material fosse adequado e seguro para todas as pessoas. O que Meadows et al. (2008) explicam é que uma sociedade com essa pegada ecológica sustentável seria muito diferente da qual vive a maior parte das pessoas hoje.

Os modelos mentais do início do século XXI estão marcados por imagens poderosas de pobreza persistente ou rápido crescimento material e por esforços determinados para manter este crescimento a qualquer custo. Dominado por imagens de crescimento negligente ou de uma estagnação frustrante, a consciência humana comum dificilmente consegue visualizar uma sociedade determinada, satisfeita, justa e sustentável. (MEADOWS et. al., 2008, p. 257).

Os autores, ao tentarem descrever o que seria uma sociedade sustentável, explicam que a sustentabilidade não deve significar crescimento zero. Uma sociedade sustentável estaria interessada no desenvolvimento qualitativo, não na expansão física; utilizaria o crescimento material como uma ferramenta ponderada a favor do crescimento, e antes de decidir sobre alguma proposta específica de crescimento, se perguntaria qual o objetivo desse crescimento, a quem beneficiaria, quanto iria custar e quanto tempo iria durar.

Essa sociedade não se acomodaria com os inalterados modelos injustos de distribuição, não confinaria os pobres permanentemente em sua pobreza. Um estado sustentável não seria

uma sociedade de desalento, estagnação, desemprego e falência que os sistemas atuais experimentam quando seu crescimento é interrompido. É certo que o mundo sustentável necessitaria de regras, leis, padrões, limites, acordos e restrições sociais. Algumas destas regras seriam muito diferentes das regras com as quais as pessoas estão acostumadas até o momento. Outro ponto igualmente importante destacado por Meadows et al. (2008) é que a sociedade sustentável não teria motivos para ser uniforme. Assim como na natureza, a diversidade humana seria tanto uma causa como um resultado para a sociedade sustentável. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, a variedade cultural, a autonomia, a liberdade e a autodeterminação deveriam ser ampliadas, e não restringidas.

Diante de todos estes aspectos, os autores frisam que o crescimento da forma como é estruturado atualmente não está resolvendo os problemas que enfrentamos desde a primeira publicação do livro. Nesta edição de atualização os autores mostram (Figura 13) três áreas em que são necessários esforços a favor de um pensamento renovado:

---

**Pobreza:** Compartilhar parece ser uma palavra que no discurso político expressa o receio de que o real compartilhamento implique no entendimento de que não há o suficiente para todos. Suficiência e Solidariedade são conceitos que podem orientar na estruturação de novas abordagens para eliminação da pobreza.

---

**Desemprego:** Os seres humanos precisam trabalhar, testar e disciplinar a si mesmos, para assumir responsabilidade no cumprimento de suas próprias necessidades básicas, para ter satisfação na participação pessoal e serem aceitos como membros adultos e responsáveis da sociedade. Essa necessidade não deve deixar de ser satisfeita e nem deve ser preenchida por trabalhos degradantes ou prejudiciais. Ao mesmo tempo, o emprego não deve ser requisito para a capacidade de subsistência. Nesse ponto a criatividade é necessária para irmos além da ideia de que algumas pessoas criam empregos para outras, e a ideia ainda mais limitada de que os trabalhadores são meramente custos a serem reduzidos. Precisamos de um sistema econômico que não abandone as pessoas que, por alguma razão temporária ou permanente, não possam trabalhar.

---

**Necessidades imateriais não satisfeitas:** As pessoas não precisam de carros imensos, elas precisam de admiração e respeito. Elas não precisam de entretenimento eletrônico; precisam de algo interessante para ocupar suas mentes e emoções. Tentar preencher necessidades reais, porém, imateriais – de identidade, comunidade, auto-estima, desafio, amor, alegria – com coisas materiais, é o mesmo que estabelecer um apetite insaciável por soluções falsas para desejos jamais satisfeitos. Uma sociedade que permite admitir e articular suas necessidades humanas imateriais, e descobrir modos não materiais de satisfazê-las, necessitaria muito menos fluxos de materiais e energia e proporcionaria níveis mais altos de satisfação humana.

---

**Figura 13.** Áreas que precisam de um pensamento renovado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Meadows et al. (2008).

Para os autores, na edição atualizada, a necessidade de conduzir o mundo a outro estágio de evolução é vista como uma oportunidade maravilhosa de se buscar mais inovações empreendedoras, sejam elas tecnológicas, institucionais, comunitárias, sociais ou políticas. É destacado também pelos autores que o trabalho pedagógico realizado por parte dos estudiosos sobre o tema do desenvolvimento e da sustentabilidade deve continuar para que as pessoas cada vez mais entendam a importância de começar a agir. Diante do papel exercido pelos estudiosos, como frisado por Meadows et al. (2008), é que os próximos tópicos são dedicados a dois autores importantes que formularam diferentes perspectivas, mas que possuem em sua essência muito do que foi divulgado pelas duas publicações trabalhadas neste tópico.

### 2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DE IGNACY SACHS

A partir do conceito de Desenvolvimento Sustentável formulado pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, muitos estudiosos se dedicaram ao tema oferecendo modelos ideais a respeito de sua composição. Sachs (1990) e Buarque (2008) trazem uma contribuição ao conceito ao mostrar a existência de dois tipos de solidariedades vinculadas ao Desenvolvimento Sustentável: a solidariedade sincrônica, que se estabelece com a geração à qual pertencemos; e a solidariedade diacrônica, estabelecida com as gerações futuras. O dilema entre as solidariedades reside no fato de que o bem estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras, assim como as possibilidades de reprodução futuras não podem impedir o desenvolvimento e bem-estar da geração atual. Dessa forma, conclui-se que as duas solidariedades estão profundamente interligadas, uma vez que povos e grupos sociais em situação de pobreza não podem pensar nas gerações futuras nem se sacrificar poupando os recursos naturais que não asseguram a sobrevivência atual em função de um futuro improvável para seus filhos e netos (BUARQUE, 2008).

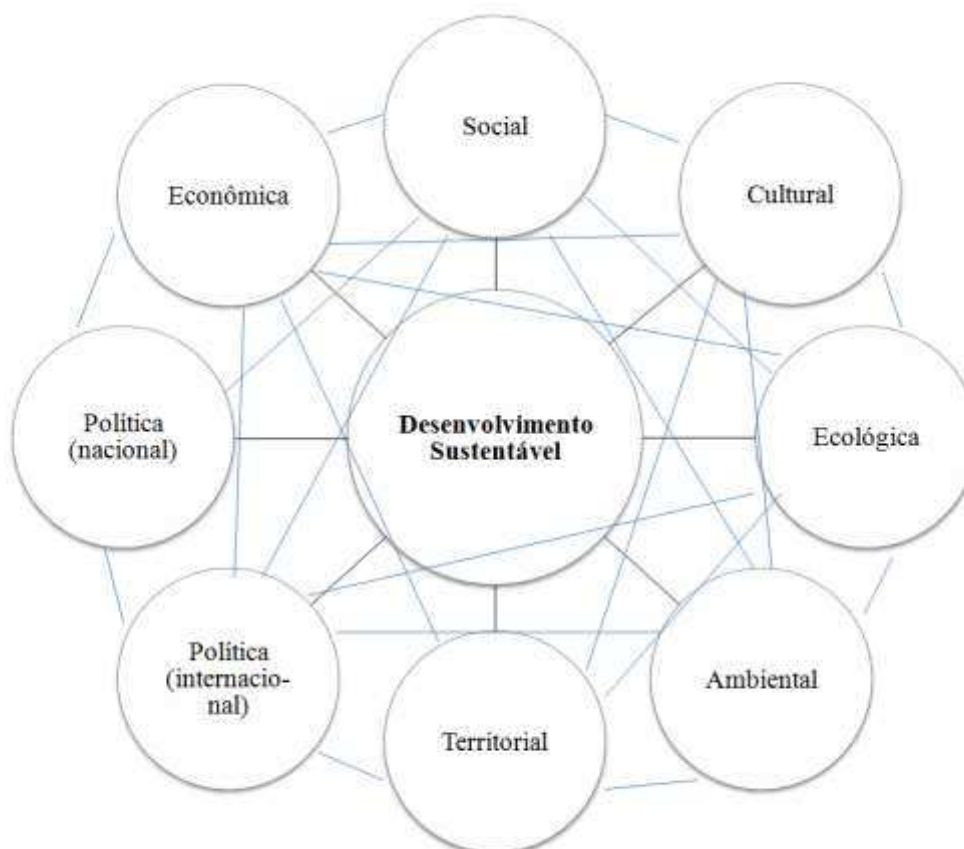
Os autores argumentam ainda que a escala de distribuição desigual mundial força a busca por uma terceira solidariedade para o Desenvolvimento Sustentável: a solidariedade espacial, que relaciona todas as nações e povos num esforço conjunto pela preservação da vida na terra. Essa visão não admite que algumas regiões ou países ganhem em qualidade de vida em detrimento da insustentabilidade de outros espaços e grupos sociais.

Para Sachs (1994), embora exista uma complexidade que envolve o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o Relatório “Nosso Futuro Comum” e os resultados das conferências realizadas transmitem uma mensagem de esperança ao trazer a possibilidade de buscar estratégias ambientalmente adequadas para o desenvolvimento socioeconômico. Além

disso, o autor considera que dois avanços conceituais são importantes ao colocar em discussão o tema. O primeiro é que desde os anos de 1970 a atenção dada à problemática ambiental levou a uma ampla reconceitualização do desenvolvimento em termos de ecodesenvolvimento, mais tarde renomeado desenvolvimento sustentável. Durante as três décadas que separam a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo, e a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo em 2002, o conceito foi refinado, levando em consideração avanços epistemológicos. O segundo, e talvez mais importante na visão do autor, foi a reconceituação fortemente influenciada pelos trabalhos de Amartya Sen, nos quais o desenvolvimento pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos, econômicos, sociais e culturais, bem como direitos coletivos.

Tendo em vista os avanços apontados, Sachs (2008b) ressalta que embora os direitos denotados pela perspectiva de Sen sejam indivisíveis, para o autor deve ser dado um status especial ao direito ao trabalho, dado o seu duplo valor, intrínseco mas também instrumental, já que o trabalho decente abre caminho para o exercício de vários outros direitos. O que Sachs deixa claro é que a maioria da população que vive em situação de pobreza está excluída da esfera econômica, mas também de formas perversas, anormais e desiguais de inclusão social.

Refletindo a respeito deste cenário, o autor formulou cinco dimensões de sustentabilidade para serem consideradas ao colocar em prática as diretrizes na tentativa de alcançar o que chamamos hoje de Desenvolvimento Sustentável: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural. Posteriormente, Sachs (2008a) aprimorou essas dimensões obtendo a formulação recente composta por oito componentes: foi substituída a dimensão espacial pela territorial, houve a ampliação da dimensão ecológica trazendo também o viés ambiental e duas dimensões políticas. Assim, as oito diretrizes são: social, econômica, ecológica, cultural, ambiental, territorial, política nacional e política internacional (Figura 14).



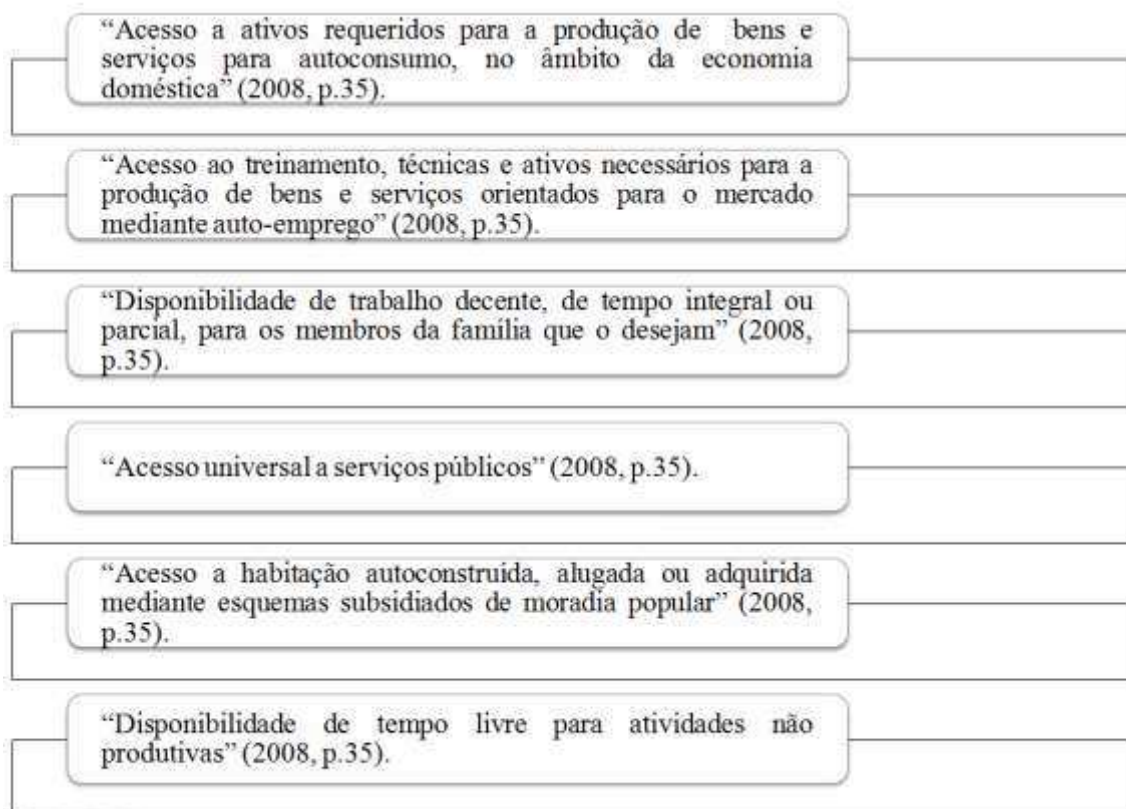
**Figura 14.** Esquema analítico das dimensões para sustentabilidade em Sachs.  
 Fonte: Elaborado pela autora com base em Sachs (2008 a).

A sustentabilidade social tem como meta construir uma sociedade com maior equidade de renda e de bens, o que implica na distribuição de renda justa, emprego pleno, qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. A sustentabilidade econômica implica na busca por uma eficiência econômica em termos macrossociais e não apenas microeconômicos. Isso deve se tornar possível principalmente por meio do desenvolvimento econômico intersetorial, segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, autonomia em pesquisas científicas e tecnológicas e pela inserção na economia internacional. A sustentabilidade ecológica é possível por meio da preservação do potencial do capital natureza no que se refere à produção de recursos renováveis e na limitação do uso dos recursos não renováveis. A sustentabilidade ambiental incluiria o respeito pela capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais (SACHS, 2008a).

A sustentabilidade cultural inclui a busca por processos que promovam mudanças dentro da continuidade cultural, ou seja, equilíbrio entre a tradição e a inovação e autonomia na geração e adoção desses processos. A territorial implica em buscar por configurações

urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, eliminação das disparidades inter-regionais e a busca por estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis. A política nacional envolve o respeito aos direitos humanos e a capacidade do Estado em implementar projetos em parcerias e com nível razoável de coesão social. Por fim, a política internacional, que faz menção à eficácia do sistema de prevenção de guerras e promoção da cooperação internacional, compartilhamento das responsabilidades, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica e cultural, gestão do patrimônio global e um sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional (SACHS, 2008a).

Para o autor, a boa sociedade é aquela que maximiza as oportunidades do indivíduo enquanto cria, simultaneamente, condições para produção de meios de existência viáveis que possam suprir as necessidades materiais básicas da vida (comida, abrigo, vestuário, etc) em diferentes cenários (família, parentela, redes, comunidades, etc). Essa produção de meios de autossuficiência depende da combinação de diferentes elementos, ilustrados na Figura 15:



**Figura 15.** Diferentes elementos que contribuem para a produção dos meios de existência viáveis, trabalho decente conforme Sachs

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Sachs (2008 b).

Dois aspectos trazidos dentre estes elementos são importantes para se evitar o que o autor chama de “crescimento excludente”: o mercado de trabalho fortemente segmentado, que

mantém uma grande parcela trabalhadora confinada a atividades informais, ou extraindo sua subsistência de forma precária em atividades de pequena escala; e a fraca participação na vida política, ou até mesmo a completa exclusão dela, de grandes setores da população, pouco instruídos, suborganizados e absorvidos pela luta diária em favor da sobrevivência. Seguindo essa interpretação, o “desenvolvimento includente” defendido pelo autor requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. Para Sachs (2008a), a democracia é um valor fundamental, no entanto deve-se atentar para o fato de que existe um grande abismo entre democracia representativa e democracia direta, sendo que esta última cria melhores condições para o debate de assuntos de interesse público.

O conjunto da população também deve ter iguais oportunidades de acesso a serviços públicos como educação, proteção à saúde e moradia. A educação é essencial ao desenvolvimento pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para um despertar cultural, a conscientização e a compreensão dos direitos humanos, o que aumenta a adaptabilidade e o sentimento de auto-estima. No entanto, apesar de possuir um caráter instrumental, a educação é condição necessária, mas não suficiente para se ter acesso a um trabalho decente, requerendo vir acompanhada por um pacote de políticas de desenvolvimento.

O acesso aos serviços, em si mesmo muito importante, faz parte de um objetivo mais amplo, que é o de melhorar a saúde das pessoas, o que depende também de uma alimentação adequada, do acesso à água limpa, da melhoria das condições de moradia e de medidas preventivas como a vacinação. Mais importante ainda na visão do autor, é fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, no entanto, as primeiras são de natureza puramente social e carecem de despesas contínuas, enquanto que as segundas, mediante a criação de oportunidades de trabalho decente, geram renda e uma alternativa duradoura ao problema social. O que Sachs (2008b) deixa claro é que a nossa preocupação ao tentar compreender o desenvolvimento e a sustentabilidade deve se orientar pelas imensas desigualdades existentes no acesso às oportunidades de trabalho, na remuneração do trabalho, na proteção e participação social e na geração de renda.

É considerável também que há uma diversidade nas configurações socioeconômicas de cultura para cultura, o que exclui a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Para que elas possam ser eficazes, devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade permitindo que as mesmas possam superar os gargalos que obstruem a aplicação dos recursos e libere as energias sociais. Por isso o autor

destaca a importância do planejamento territorial integrando níveis municipais, microrregionais e mesorregionais, de forma a reagrupar forças a favor da identidade cultural e dos interesses comuns instrumentalizados por meio dos espaços para o exercício da democracia direta nos foros de desenvolvimento regional/local.

Na realidade, o desenvolvimento é um processo com duas vertentes que devem ser compatibilizadas: uma a nível econômico, que parte da responsabilidade de prezar pela busca da diversificação das estruturas produtivas, logrando ao mesmo tempo incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, tido como a base do bem-estar; e a nível social, na qual deve-se buscar o reequilíbrio da sociedade, reduzindo as distâncias sociais que separam as diferentes camadas da população. Para Sachs (2008b) o desenvolvimento social não deve esperar pelo desenvolvimento econômico, e ao contrário do que pregam algumas correntes do desenvolvimento, a demanda por serviços sociais está longe de ser saturada, inclusive nos países desenvolvidos.

Apesar de ter elaborado esses critérios ideais de sustentabilidade, o autor pondera que existem obstáculos, sobretudo de natureza política institucional que, por vezes, estão ligados à má distribuição da posse e propriedade da terra, falta de uma reforma agrária adequada, privatização das terras comuns e a marginalização das populações tradicionais. Por isso, a promoção do modo de vida sustentável deve ser a linha mestra das estratégias de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem a participação das comunidades locais. O autor estima que um período de trinta a quarenta anos após a formulação do conceito, é suficiente para que as transformações e reestruturações necessárias ocorram, pois o principal objetivo está na não linearidade das estratégias que, ao serem projetadas com uma sequência de prioridades, podem ser mudadas ao longo do tempo.

O próximo tópico será dedicado à perspectiva de Amartya Sen que, como foi exposto por Sachs, é considerado um autor importante na reconceitualização de desenvolvimento, ao destacar a importância das liberdades individuais e coletivas.

## 2.4 AS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN

Amartya Kumar Sen é um economista indiano referenciado por também propor uma compreensão de desenvolvimento e sustentabilidade a partir de perspectivas que vão além da acumulação de riqueza ou das esferas econômica e da proteção do ambiente. O autor, em seus principais trabalhos, alerta que vivemos em um mundo no qual problemas novos convivem com antigos. A persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes

coletivas e fome crônica, violação de liberdades políticas, ampla negligência em relação à condição de agente dos indivíduos e de grupos frágeis, além de ameaças graves ao nosso ambiente, fazem parte da linha de argumentação utilizada pelo autor para explicar a utilidade de considerar o conceito de liberdade na busca pela superação e combate desses males.

Apesar de o autor reconhecer o papel da renda, juntamente com outras esferas, ao tratar do tema do desenvolvimento propõe uma reflexão sobre o conceito de liberdades que integra um quadro amplo de êxitos ou privações individuais e coletivas. Ele explica em seus estudos que o papel da renda e da riqueza ainda que sejam importantíssimos, juntamente com outras influências, tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo.

Seguindo essa lógica, o desenvolvimento deve estar relacionado à melhora da vida que levamos e às liberdades das quais desfrutamos. A concepção de liberdade apresentada envolve processos que permitem alternativas de ações e decisões ligadas às circunstâncias pessoais e sociais dos indivíduos. Amartya Sen (2000) explica que o enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza, pode parecer um afastamento das tradições dentro da economia; de certo modo, como esclarece o autor, é, se colocarmos em foco as análises mais rigorosas. Mas, como defende o mesmo, as abordagens mais amplas estão em consonância com teorias que também fazem parte da economia desde as conexões estabelecidas por Aristóteles entre florescimento e capacidade, até a um forte vínculo com Adam Smith, quando este focaliza as necessidades e as condições de vida dos indivíduos.

Sen (2000) explica que o principal, ao incorporar abordagens mais amplas, é perceber que o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus frutos são aproveitados. Em outras palavras, um país não precisa esperar até se tornar ou ser considerado “rico” (longo período de crescimento econômico) para lançar mão da expansão de serviços em áreas como a saúde e a educação. A qualidade de vida pode ser melhorada a despeito dos baixos níveis de renda, mediante programas adequados de serviços sociais. Além do mais, o investimento nas áreas da educação e da saúde pode contribuir muito para o aumento do crescimento econômico.

Assim, na abordagem de Sen (2000), a expansão da liberdade é considerada um fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. O autor destaca o papel construtivo e instrumental da mesma. Construtivo quando se relaciona à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida dos indivíduos. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações: a fome, a subnutrição, a morbidez, a morte prematura e outras necessidades básicas. Já o papel instrumental se refere a como diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para a expansão do

desenvolvimento humano em geral. Amartya Sen salienta que a eficácia da liberdade como instrumento está no fato de que diferentes tipos de liberdade possuem inter-relação entre si e um desses tipos pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros gêneros. Por isso, os dois papéis estão ligados por uma relação que associa uma variedade de liberdade a outras.

Vale sublinhar que o processo de desenvolvimento, entendido como tal, refere-se à ampliação da liberdade, o que deve incluir a eliminação das privações do indivíduo, ainda que o mesmo não tenha interesse imediato em exercê-la. Para Amartya Sen seria uma privação de liberdade se o indivíduo não puder ter escolha sobre essas questões.

Assim, essa análise do desenvolvimento sob o ponto de vista da liberdade atenta-se de forma particular “para a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam” (SEN, 2000, p.32). A capacidade é um tipo de liberdade, a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de estilos diversos de vida. O foco é concentrar na oportunidade real de o indivíduo promover seus objetivos, e por isso é preciso levar em conta não apenas os bens primários que as pessoas possuem, mas também as características importantes que operam na conversão dos bens primários na capacidade de a pessoa promover seus objetivos. Assim, o que o autor chama de “conjunto capacitário” consiste nos vetores de funcionamento alternativos dentre os quais um indivíduo pode escolher, e como essas combinações de funcionamentos refletem nas realizações efetivas do mesmo. O conjunto capacitário representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamento dentre um campo amplo de possibilidades.

Sendo assim, em seus estudos o autor destaca cinco tipos distintos de liberdade vista de uma perspectiva “instrumental”. Ele explica que de forma alguma deve ser entendida como uma lista completa, mas é útil para dar base a outras reflexões sobre diferentes contextos. Trata-se de liberdades instrumentais que tendem a contribuir para a capacidade geral de um indivíduo viver e também complementar outros tipos de liberdade<sup>6</sup>: *liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora* (Figura 16).

---

<sup>6</sup> No Capítulo 3 iremos apresentar um conjunto capacitário com variáveis selecionadas a partir da literatura exposta neste capítulo.



**Figura 16.** Cinco tipos de liberdades utilizadas nos estudos de Sen.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Sen (2000).

Para Sen (2000), cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de um indivíduo e podem atuar complementando-se mutuamente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Evidencia-se na linha de argumentação de Amartya Sen que a visão da liberdade adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões dos indivíduos, como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. Nesse sentido, a privação de liberdade pode resultar de um campo de possibilidades limitado do qual alguns dispõem para realizar o mínimo do que gostariam. As capacidades, na visão de Sen, podem ser aumentadas por meio de políticas públicas ou influenciadas pela participação social, na qual o indivíduo assume sua condição de agente do próprio desenvolvimento.

Essa abordagem permite ainda reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevalecentes, que podem influenciar as liberdades que as pessoas desfrutam e querem prezar. O autor explica que normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos, a natureza dos cuidados dispensados aos filhos, o tamanho da família e os padrões de fecundidade, o tratamento do meio ambiente e muitas outras.

Nesse sentido, a perspectiva de Sen dá relevância à atuação social, ou seja, ao alimentar a condição de agente do indivíduo, é possível provocar mudanças e realizações que podem ser medidas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente dos critérios externos. Sen (2000) destaca que a participação é um tema central, ao colocar em evidência alguns dos problemas envolvendo a busca pelo alcance do desenvolvimento. Essa discussão é pertinente a essa pesquisa, porque mostra, por exemplo, como o desenvolvimento econômico que conhecemos hoje pode ser danoso a um país, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições, heranças e capitais culturais.

De acordo com o autor, a condição de agente implica em dois princípios: autoridade e legitimidade. É como se existisse um inescapável problema valorativo quando se tem de tomar decisões que implicam o que se deve escolher ao se formular políticas e se deparar com as mudanças econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento e à manutenção de algumas tradições. Para Sen (2000), é uma decisão atrelada à liberdade das pessoas envolvidas, sendo direito delas avaliar. Não se trata de uma escolha fechada quando um modo de vida tradicional precisa ser sacrificado para que o indivíduo ou um grupo de pessoas possam escapar da pobreza. Cabe às pessoas envolvidas a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido. Neste dilema, por exemplo, a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental para o desenvolvimento. O termo agente é adotado por Amartya Sen em seus estudos retomando sua concepção mais antiga, como esboça o próprio autor, a

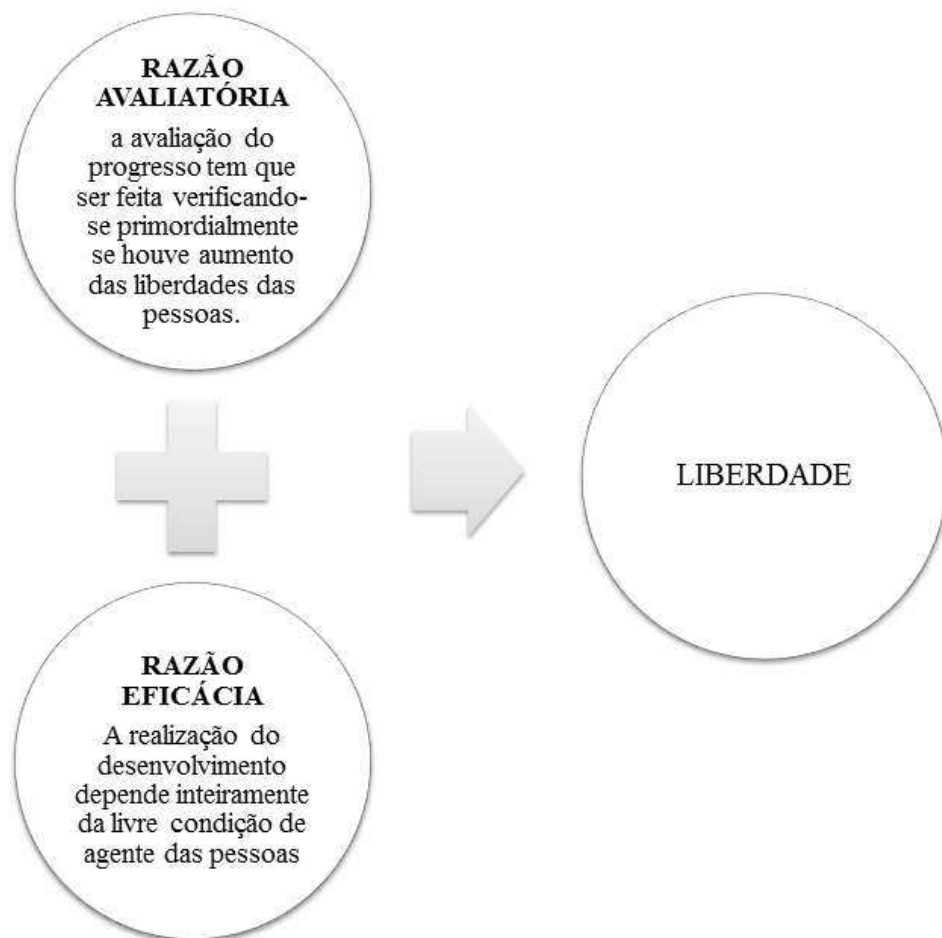
“mais grandiosa” de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo [...] ocupa-se particularmente do papel da condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. (SEN, 2000, p.33).

A condição de agente dos indivíduos é central para lidar com as privações, por outro lado, essa condição de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da mesma. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente essa condição de agente.

Por isso torna-se tão importante a existência da liberdade de todos participarem das decisões nas quais se coloca em discussão o conflito real entre a preservação de certas

tradições e as vantagens da modernidade. O autor rejeita qualquer modelo fechado a favor ou contra a modernidade imposta por autoridades ou administradores de políticas governamentais. É uma questão que deve ser discutida de forma amplamente aberta com as pessoas da sociedade, sobretudo as diretamente afetadas.

Sen (2000) salienta a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e diferentes condições de agente relacionadas de forma interativa. Assim, a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões, como mostra a Figura 17.



**Figura 17.** Razões que tornam a liberdade um conceito central para o desenvolvimento.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Sen (2000).

Essa perspectiva propõe o trabalho conjunto com a participação de atores externos às organizações públicas na formulação de políticas, ou seja, um modelo inverso às definições e abordagens do tipo *top down* que, como mostram Lima e D'Ascenzi (2103), são instrumentos legais que constroem a participação e o comportamento dos atores externos. Por mais que na fase de formulação de uma política aceite-se as pressões dos movimentos sociais e suas

demandas econômicas, territoriais, culturais e ambientais, na fase de implementação essas demandas não são contempladas porque as demais políticas que deveriam ser criadas de forma interligada não surgem, pois precisam também da atuação dos atores locais. Por isso os autores defendem a necessidade de se atentar para melhorias no processo de implementação das políticas públicas por meio de mecanismos que criem um contexto de cooperação para os atores participantes e que eles se tornem, de fato e de direito, agentes do desenvolvimento.

No próximo capítulo, será trabalhado um dos modelos de gestão do território em áreas preservadas no Brasil que, como vamos ver, veio ou começa com as discussões a respeito do Desenvolvimento e Sustentabilidade e de um longo processo de implementação de áreas preservadas no país. Uma trajetória de discussão entre as instituições e ambientalistas que, juntamente com a pressão exercida por segmentos sociais, culminou em um dos modelos de gestão de território das Reservas Extrativistas e mais tarde as Reservas Extrativistas Marinhas, que consistem no foco deste estudo.

### **CAPÍTULO 3**

## **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS**

Este capítulo está subdividido em três partes: a primeira apresenta como as Unidades de Conservação foram implementadas no Brasil, desde a importação do modelo americano, suas limitações para o contexto sociocultural brasileiro, até as mudanças institucionais de administração e gestão destas áreas, as diferentes tentativas de se firmar uma lei federal e a institucionalização do SNUC que, como se defende neste trabalho, foi um grande avanço brasileiro sob o ponto de vista das políticas públicas. A segunda parte trata das Reservas Extrativistas, o contexto em que foram criadas e quais os aspectos e objetivos importantes desta forma de gestão do território que mais tarde foi transferido para outras áreas como as marinhas com a criação das Reservas Extrativistas Marinhas, lócus deste estudo. E por fim, no terceiro tópico, serão apresentadas informações socioeconômicas e ambientais que juntas permitem algumas reflexões a respeito das possibilidades e limitações nestas áreas para as populações tradicionais que nelas residem, sobretudo os jovens pescadores.

### **3.1 HISTÓRICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL**

A ideia de proteção de espaços territoriais, segundo Silva e Souza (2009), reporta-se à própria história da humanidade, uma vez que há milhares de anos povos antigos já reconheciam o valor de sítios geográficos, animais que acreditavam ser sagrados, da água pura e de plantas medicinais, fazendo com que medidas fossem tomadas para proteger áreas com estas riquezas, como florestas e ambientes aquáticos.

No mundo contemporâneo, foi a partir da década de 1970, diante da crise ambiental anunciada, que especialistas esforçaram-se para formular um instrumento que pudesse tratar da conservação da diversidade biológica do planeta. Assim, iniciativas foram desenvolvidas durante toda a década de 1980 até que em 1992, durante a realização da Eco-92, 150 países adotaram as diretrizes que resultaram da convenção global. O Decreto Legislativo nº2, de 1994, aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, considerado o tratado internacional mais importante a respeito da diversidade biológica, do qual, como destacam os autores, o Brasil é signatário. A adesão à convenção implica que o país se compromete a recuperar e restaurar ecossistemas degradados, promover a recuperação de espécies ameaçadas e a implementação de planos e estratégias de gestão.

Silva e Souza (2009) explicam que as Unidades de Conservação integram o regime global de proteção da biodiversidade e implicam em um conjunto de elementos normativos e cognitivos que agregam atores do global ao local, além de decisões, ações e dinâmicas de troca de recursos e de conhecimentos sintonizados com a CDB.

O modelo de Unidade de Conservação adotado no Brasil e nos países subdesenvolvidos é considerado pela literatura como um dos principais instrumentos de estratégia para a proteção da natureza. Foi criado originalmente nos Estados Unidos com a implementação do Parque Nacional de Yellowstone e expandiu-se para outros países da Europa, sendo aceito como um padrão mundial.

O conceito de Parque Nacional como área natural foi empregado nos Estados Unidos tendo como elementos importantes, além da proposta de preservar áreas naturais, também uma preocupação de tornar áreas como Yellowstone regiões reservadas e proibidas de serem colonizadas, ocupadas ou vendidas. Para os preservacionistas da época, todos os grupos sociais eram iguais e a natureza deveria ser mantida intocada das ações negativas da humanidade. Assim, o modelo americano acabou sendo espalhado pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre povos e parques, tendo como princípio norteador a ideia de que a presença humana é sempre devastadora para a natureza (SILVA E SOUZA, 2009).

No Brasil, de acordo com Rylands e Brandon (2005), o Código Florestal de 1934 estabeleceu o marco legal dos parques nacionais, e o Parque de Itatiaia foi o primeiro parque brasileiro criado em 1937, localizado nas montanhas da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente outros parques foram criados, como os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos, Iguaçu e das Sete Quedas.

O Sistema Federal Brasileiro de Unidades de Conservação, no final da década de 1970, contava com 14 Parques Nacionais. Para Silva e Souza (2009), o problema gerado pela reprodução do modelo americano de criação de UC's no Brasil, se manifestou quando conflitos junto às populações tradicionais que viviam no interior dos espaços territoriais cogitados como áreas legalmente preservadas começaram a ocorrer devido à visão preservacionista. Esse fator ganhou mais visibilidade com o Plano de Integração Nacional – PIN, um programa de desenvolvimento e infraestrutura para a Amazônia, iniciado ainda na década de 1970, baseado nos “eixos do desenvolvimento” ao longo das principais rodovias, nas quais se inclui a Transamazônica. Parte desta área foi designada a um Parque, mas a construção da Transamazônica despertou o Brasil para a vulnerabilidade da floresta e, de acordo com os autores, esse contexto serviu de incentivo para as primeiras análises científicas sobre o tema.

É importante destacar que, a partir desta conjuntura, passou a se perceber que o modelo americanizado tornava-se inviável em locais onde a realidade é completamente distinta do modelo original. Silva e Souza (2009) complementam ao expor que no Brasil os conflitos gerados pelo desdobramento de tentar estabelecer áreas de proteção sob a visão preservacionista manifestavam-se junto às populações tradicionais que viviam no interior ou no entorno dessas áreas. Esse tipo de população possui culturas e práticas que são caracterizadas pela dependência da natureza, além de guardar um profundo conhecimento, como salienta Diegues (2000), em relação ao território mantido por várias gerações. Esse seria o primeiro aspecto importante de se destacar na implementação de áreas protegidas no Brasil.

Outro fator importante na trajetória de implementação se refere à dimensão institucional. Rylands e Brandon (2005) mapeiam as diferentes instituições que estiveram à frente da constituição e gestão dessas áreas ao longo dos anos. As Unidades de Conservação Federais foram administradas inicialmente pelo Ministério da Agricultura até 1967, quando o departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes foi estabelecido no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Baseado no Código Florestal, o IBDF trabalhava com parques nacionais, reservas biológicas (de proteção integral) e florestas nacionais (para uso).

Posteriormente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, criada em 1973 pelo Ministério do Interior, iniciou, no começo dos anos de 1980, um programa de estações ecológicas. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2017), a Sema teve um papel de articulação muito importante na elaboração da Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em vigor até hoje. Essa lei estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama e o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, único com poder de legislar.

Em 1979, como informam ainda os mesmos autores, o IBDF publicou seu primeiro plano para um Sistema de Unidades de Conservação na tentativa de racionalizar 16 categorias de conservação e seus objetivos de manejo. No entanto, esse plano nunca foi legalizado e até meados da década de 1980 o sistema brasileiro de Unidades de Conservação sofreu com objetivos confusos e categorias mal definidas.

Em 1986 o Conselho Nacional do Meio Ambiente criou uma comissão especial para formular um sistema nacional de Unidades de Conservação. Essa comissão produziu uma série de categorias, mas ficou apenas nisso. Mais tarde, na Constituição de 1988, foram incluídas provisões para as Reservas Extrativistas e a proteção dos direitos das comunidades

extrativistas que fizeram parte do programa governamental Nossa Natureza (RYLANDS; BRANDON, 2005).

Nota-se que as funções do IBDF e da SEMA estavam duplicadas, o que foi resolvido em 1989 com a fusão dos mesmos junto à Superintendência de Pesca e da Borracha, para formar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, dentro do Ministério do Interior. A demanda por um sistema consolidado de conservação foi incluída no Projeto Nacional de Meio Ambiente e outra proposta foi formulada. Após dez anos de debate, em setembro de 1989, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC foi apresentado ao Conama e ao Congresso Nacional.

A respeito da criação do Ibama, Rylands e Brandon (2005) mencionam que foi parte de uma grande reestruturação e organização governamental de suas instituições ambientais. Posteriormente, o Ibama tornou-se parte do Ministério do Meio Ambiente. Acima do Ministério do Meio Ambiente está o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, um órgão consultivo e deliberativo com forte representação da sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais.

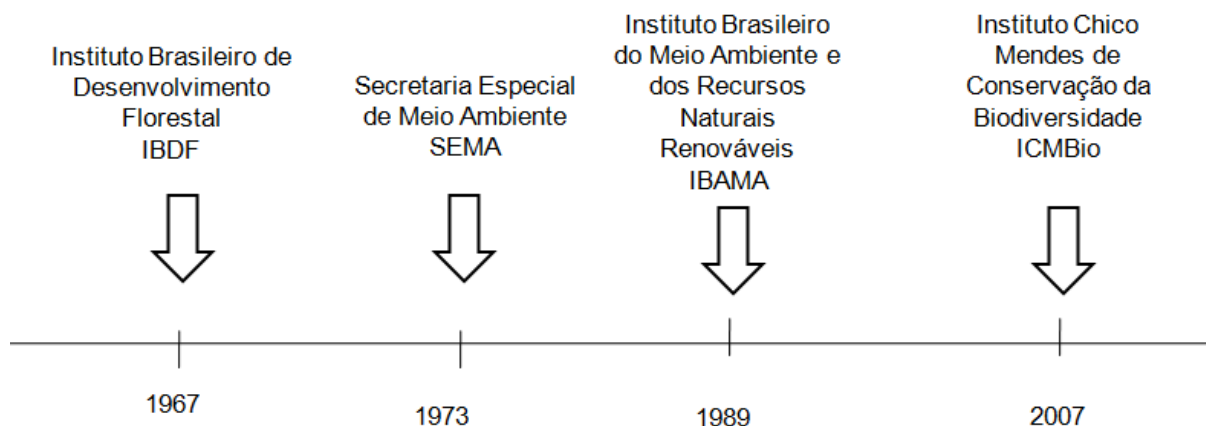
O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA foi estabelecido em 1981, tendo sido regulamentado em 1990 com seis componentes (Figura 18), sendo, até a atualidade, a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2017), o Departamento de Coordenação do Sisnama no MMA tem como atribuições promover a articulação e a integração intra e intergovernamental de ações direcionadas à implementação de políticas públicas de meio ambiente, além de incentivar a descentralização da gestão ambiental e a repartição de competências entre as três esferas de Governo. O Sisnama é formado pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Possui a seguinte estrutura:

### O Sisnama

Órgão Superior	Órgão Consultivo e Deliberativo	Órgão Central
Conselho do Governo	Conama	MMA
Órgãos Executivos	Órgãos Seccionais	Órgãos Locais
Ibama e ICMBio	Estados	Municípios

**Figura 18.** Configuração atual, com os seis componentes do Sisnama.  
Fonte: Adaptado do MMA (2017).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC foi oficialmente estabelecido em 2000 e um decreto de junho de 2001 determinou que o Ibama adequasse as categorias de unidades de conservação que não estavam de acordo com as novas definições. Em 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e que integra o Sisnama. De acordo com informações do ICMBio (2017), ao Instituto cabe executar as ações do SNUC podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. O esquema representado na Figura 19 mostra em uma linha do tempo os períodos e as diferentes instituições que estiveram à frente da gestão das Unidades de Conservação no Brasil até a criação do Instituto Chico Mendes.



**Figura 19.** Períodos e diferentes instituições que estiveram à frente da gestão das Unidades de Conservação no Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como salientam Rylands e Brandon (2005), o SNUC define e regulamenta as categorias nas instâncias federal, estadual e municipal e, devido ao fato de a realidade brasileira apresentar uma grande diversidade de situações, divide as Unidades de Conservação em dois grandes grupos: as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e as Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Rylands e Brandon (2005) mostram que as áreas de proteção integral definidas pelo SNUC incluem os Parques Nacionais; as Reservas Biológicas; as Estações Ecológicas; os Monumentos Naturais e os Refúgios de vida Silvestre. As unidades de uso sustentável, de acordo com os autores, permitem diferentes tipos e intensidades de interferência humana, além da conservação dos recursos naturais englobando as Florestas Nacionais; as Áreas de Proteção Ambiental; as Áreas de Relevante Interesse Ecológico; as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Como mostra o Quadro 7, de acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente (2017), há atualmente no Brasil 4.383 unidades federais, sendo 1.387 áreas de proteção integral e 2.996 de uso sustentável.

**Quadro 7.** Unidades de Conservação Federais por Bioma.

<b>Proteção Integral</b>	<b>Amazônia</b>	<b>Caatinga</b>	<b>Cerrado</b>	<b>Mata Atlântica</b>	<b>Pampa</b>	<b>Pantanal</b>	<b>Área Continental</b>	<b>Área Marinha</b>
Estação Ecológica	19	6	28	42	1	1	96	9
Monumento Natural	0	6	13	24	1	1	45	4
Parque	49	23	73	258	6	5	400	41
Refúgio da Vida Silvestre	3	5	5	37	1	-	51	8
Reserva Biológica	14	2	5	34	4	-	59	8
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>42</b>	<b>124</b>	<b>395</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>651</b>	<b>70</b>
<b>Uso Sustentável</b>								
Floresta	60	6	11	31	-	-	106	-
Reserva Extrativista	71	3	6	11	-	-	90	21
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	23	1	2	14	-	-	39	4
Reserva de Fauna	0	0	0	0	-	-	-	-
Área de proteção ambiental	34	34	69	194	3	-	305	67
Área de relevante Interesse Ecológico	6	4	16	21	-	-	47	6
Reserva Particular do Patrimônio Natural	55	79	161	525	9	17	844	1
<b>Total</b>	<b>249</b>	<b>127</b>	<b>265</b>	<b>796</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>1431</b>	<b>99</b>
<b>Total</b>	<b>334</b>	<b>169</b>	<b>389</b>	<b>1.191</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>2.082</b>	<b>169</b>

Fonte: adaptado de MMA (2017).

A Reserva Extrativista - Resex é uma das categorias que integram o grupo das UC's de Uso Sustentável. Além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, possui dentre seus objetivos a proteção dos meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais.

### 3.2 RESERVAS EXTRATIVISTAS E A TRANSFERÊNCIA DO MODELO DE MANEJO PARA AS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS

Little (2002) considera que a criação de Reservas Extrativistas no Brasil e o contexto no qual foram institucionalizadas têm forte influência da consagração do conceito de Desenvolvimento Sustentável como um suposto novo paradigma de desenvolvimento. O autor destaca essa conjuntura porque, a partir de então, foram criadas novas possibilidades e novas alianças com o objetivo de buscar uma alternativa viável de Desenvolvimento Sustentável, na qual os povos tradicionais fossem considerados parceiros pelos ambientalistas por conta de suas práticas históricas de adaptação com o meio ambiente. Assim, o autor destaca, sobretudo,

a profundidade histórica como dimensão importante dessa sustentabilidade, que é complementada pela abrangência geográfica nos ecossistemas variados do Brasil. Para Little (2002), a sustentabilidade foi o elemento chave que conduziu a busca por formas de co-gestão de território, envolvendo o governo na figura de seus órgãos ambientais, os ambientalistas e os grupos sociais.

Assim, o movimento que tomou a liderança política dos grupos extrativistas dispersos pelo país foi o movimento dos seringueiros da Amazônia brasileira. Silva e Souza (2009) chamam atenção para o fato de que a criação das Resex, concebida pelo movimento Seringueiro, representou a principal conquista de um movimento vindo da floresta que se articulou com outros ideais de luta pela terra e de garantia de um modo de vida, contrastando com um modelo de desenvolvimento que valorizava a propriedade individual. No entanto, a concepção que futuramente culminaria na criação das Reservas Extrativistas, ao garantir a apropriação coletiva da posse da terra e a forma de utilização orientada pelos métodos tradicionais, demandava também uma estrutura que garantisse a sustentação jurídica.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR teve uma atuação importante na organização dos seringueiros e, por meio dessa organização, evidenciou-se que as reivindicações dos seringueiros tinham muitas semelhanças com as exigências dos trabalhadores rurais de outras regiões do Brasil. Essas demandas confluíram e foram articuladas nos Congressos realizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag.

Silva e Souza (2009) mostram que, a princípio, o STR de Brasília, na liderança de Wilson Pinheiro e posteriormente com a atuação de Chico Mendes, que estava à frente do STR de Xapuri, assumiram a luta dos trabalhadores reivindicando uma reforma agrária que levasse em conta o contexto sociocultural dos povos da floresta. Little (2009) destaca que foi a partir do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, que ocorreu em Brasília, que as reivindicações territoriais resultaram em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (Ibama).

Ou seja, como Silva e Souza (2009) complementam, a demanda desse grupo social era por uma reforma agrária específica, que foi inserida na estrutura legislativa do país na forma de Projetos de Assentamentos Extrativistas e posteriormente por meio do Decreto n.98.897 de 1990, sob a figura das Reservas Extrativistas – Resex vinculadas ao Ibama. Os autores

sublinham ainda que algumas questões influenciaram a mudança da instituição governamental do INCRA para o Ibama, como o crescente apelo para as questões ambientais.

Outro acontecimento que também deve ser destacado nesse processo foi que, infelizmente, esse movimento passou a ser alvo dos fazendeiros, principalmente no estado do Acre, e ao eliminar as principais lideranças desse movimento, os fazendeiros tinham como objetivo acabar com a resistência à apropriação e exploração da terra. Mas como recordam Silva e Souza (2009), a morte de Chico Mendes foi um triste episódio que, pela repercussão nacional e internacional que ganhou, foi “um tiro pela culatra”, pois acelerou a demarcação de terras na forma de Reservas Extrativistas como uma resposta do governo aos conflitos e violência nestas áreas. Além de Chico Mendes, outras lideranças também perderam a vida na mesma luta em outros estados brasileiros.

O decreto assinado em 1990 dispôs que, a partir de então, cabia ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar as condições estipuladas no Contrato de Concessão de Uso. No mesmo ano a Reserva Extrativista do Alto Juruá no estado do Acre foi criada oficialmente pelo governo brasileiro. Little (2009) observa que essa modalidade territorial ofereceu um reconhecimento formal do Estado a respeito da territorialidade dos extrativistas. A princípio, nessas áreas, o controle e uso coletivo dos recursos foram normatizados por planos de utilização elaborados pelas associações locais de trabalhadores agro-extrativistas e aprovados pelo respectivo órgão federal responsável. O autor também chama atenção para algo imprescindível: o fato de que essas terras pertencem formalmente à União.

Em 1992 (por meio da portaria, Ibama n.22/92), de acordo com Chamy (2002), foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT com a missão de “executar políticas de uso sustentável dos recursos naturais, tendo as reservas extrativistas como referência, e por princípio a gestão comunitária e por prioridade ampliação da base territorial destinada às unidades de Reservas Extrativistas” (CHAMY, 2002, p.4). Com o tempo essa modalidade territorial foi apropriada por outros grupos de extrativistas que não exploravam a borracha, como castanheiros, quebradoras de babaçu e comunidades pesqueiras.

Little (2009) traz uma observação a respeito dos povos tradicionais dedicados à extração pesqueira, importante de ser destacada aqui já que esse trabalho se refere a eles, sobre o fato de os ribeirinhos e os pescadores enfrentarem outro conjunto de barreiras para o reconhecimento formal de suas áreas de ocupação e uso, já que na maior parte dos casos não se trata de terras, mas seções de um rio, de um lago ou do mar, o que gera o que o autor

chama de “terras aquáticas ou marinhas” que não contam com uma legislação adequada que reconheça as particularidades dessa apropriação.

Na contemporaneidade, como visto no tópico anterior, é o SNUC que regulamenta as Resex e como esclarecem Silva e Souza (2009), prevê a formação de um Conselho Deliberativo como gestor da Resex, o que modificou a configuração anterior no qual cabia apenas ao Ibama a supervisão da área para o cumprimento do Contrato de Concessão de Uso. Isso porque a gestão da Resex deve ocorrer de forma compartilhada; espera-se que o Conselho Deliberativo seja constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, entre outros atores sociais. Os autores acrescentam que essas áreas devem dispor inicialmente de um Plano de Utilização, documento que estabelece as regras construídas pela população residente, relacionadas às atividades desenvolvidas de manejo dos recursos, uso e ocupação da área, além da conservação dos recursos naturais. Toda Unidade de Conservação deve possuir um Plano de Manejo.

Este documento, conforme a Instrução Normativa Nº 01/2007, do ICMBio (BRASIL, 2007), é o principal instrumento de gestão da área, definindo a estrutura física e de administração, o zoneamento, os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, a análise de cenários, além do plano de uso dos recursos”(SANTOS E SCHIAVETTI, 2013, p.482).

As Resex são definidas no Art. 18 do SNUC:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (SNUC, 2000, p.27).

O Quadro 7, exposto anteriormente, mostra que há um total de 90 Reservas Extrativistas em áreas continentais e 21 em áreas marinhas. As Reservas Extrativistas Marinhas surgiram a partir da transferência do modelo de manejo originário da Amazônia, e é resultado do esforço de expandir o conceito das Resex para as áreas marinhas. Chamy (2002) expõe que a primeira Reserva Extrativista distinta em relação à utilização dos recursos, criada em 1992 fora dos limites Amazônicos, foi a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé, em Santa Catarina.

Para Diegues (2008), as áreas marinhas incluem ecossistemas diversificados incluindo áreas costeiras, marinhas, manguezais, lagoas, dunas e outras áreas. Na opinião do autor as populações de pescadores artesanais usam estes habitats com um nível de impacto baixo sobre a flora e a fauna, e elas têm sido consideradas importantes aliados no processo de conservação. Além do envolvimento com a pesca, principal fonte de sobrevivência das comunidades de

pescadores tradicionais que residem nestes locais, normalmente, a população desenvolve também agricultura de pequena escala, turismo e produção de artesanato.

Segundo Diegues (s/d),<sup>7</sup> e também como foi visto no Capítulo 1, o conhecimento tradicional na pesca é compreendido como “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”. (DIEGUES, s/d, p.5). O autor expõe que, nas comunidades costeiras, esse conhecimento é constituído por um conjunto de conceitos e imagens, produzido e usado pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio-ambiente aquático, ou seja, um conjunto de saberes e crenças cumulativas transmitidas através das gerações. Nessa lógica, entende-se que esse conhecimento não se restringe aos recursos pesqueiros, mas também à organização social, à formação das equipes de pesca, aos meios de comercialização e beneficiamento do pescado. Além disso, acrescenta que os pescadores não utilizam somente os conhecimentos acumulados pelos mais velhos, mas produzem outros a partir de suas próprias experiências.

Para o autor, trata-se de um conhecimento empírico e prático, que combina informações que vão desde o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies e habitats assegurando capturas regulares e a sustentabilidade, em longo prazo, das atividades pesqueiras. Esse tipo particular de conhecimento é produzido por comunidades de pescadores que possuem as características expostas na Figura 20.

---

<sup>7</sup> Este texto foi retirado do acervo do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas brasileiras – NUPAU, com o título “Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável: o caso da Resex marinha do Arraial do Cabo-Rio de Janeiro”, na seção de “artigos Nupaub” não contém informações de data e publicação. Está disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resexarraial.pdf>.

Relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídas nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos;

Pela ligação com o território onde o grupo social se reproduz socialmente;

Pela importância das atividades de subsistência, ainda que as relações com o mercado desempenhem um papel importante na reprodução do modo de vida;

Pela acumulação limitada de capital; papel crucial desempenhado pela unidade familiar ou doméstica e as relações sociais baseadas principalmente no parentesco;

Pelo uso de tecnologias patrimoniais relativamente simples, com impacto limitado sobre o meio-ambiente;

Fraco poder político e dependência política e econômica dos centros urbanos; tradição oral responsável pela produção e transmissão dos saberes, símbolos e mitos associados com a pesca artesanal, e em algumas vezes, com a pequena agricultura;

Por um certo nível de identidade social e cultural que distingue essas comunidades das demais pelo modo de vida dos pescadores, por uma visão de mundo e linguagem próprias, distintas daquelas do mundo urbano-industrial.

**Figura 20.** Conjunto de características das comunidades de pescadores artesanais.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Diegues (s/d).

Ainda se tratando das contribuições de Diegues (s/d), o autor acentua que nas Reservas Extrativistas Marinhas implementadas em biomas com características de mangues e estuários, como o caso do Mandira, em Cananéia - SP, as comunidades de pescadores são culturalmente mais homogêneas que as comunidades tipicamente marítimas como as Resex-Mar de Arraial Cabo-RJ e Corumbau - BA (DIEGUES, S/D). Isso porque nas primeiras, como explica o autor, principalmente aquelas que vivem do mangue (pesca, extração de moluscos), a pressão do turismo parece ser menor, uma vez que são áreas de proteção permanente. Já nas segundas, a complexidade social e cultural aumenta, com a existência de outras atividades não-pesqueiras (turismo, urbanização, etc).

Ao longo do desenvolvimento de várias pesquisas nestas áreas, Diegues (s/d) observou também uma característica de maior parte das Resex Marinhas: de que foi declarada área de uso sustentável somente a área costeira/ marítima, tendo sido deixada de fora as áreas de moradia e vivência dos pescadores. O que acontece comumente, é que essas áreas são vendidas ou apropriadas, sobretudo, por veranistas e nesse caso, o acesso dos pescadores à reserva é mais limitado, pois eles acabam transferidos para áreas distantes das praias.

Atentando para estas questões, Diegues (s/d) elucida que no documento do IBAMA/CNPT - Roteiros Metodológicos: Plano de Manejo Múltiplo das Reservas

Extrativistas Federais de 2004 é enfatizada de forma clara a necessidade de compatibilizar o conhecimento científico e tradicional nos planos de manejo de reservas extrativistas pesqueiras e marinhas; no entanto, uma limitação é que não há diretrizes de como isso deve ser feito nas diversas fases do plano de manejo: coleta de informações, construção democrática do plano de manejo, monitoramento e avaliação.

Esse documento também indica alguns princípios que devem orientar essas atividades, que estão listados no Quadro 8.

**Quadro 8.** Princípios que devem orientar as atividades do Plano de Manejo.

<b>Princípios</b>	<b>Especificação</b>
Princípio da sustentabilidade ambiental	As atividades pesqueiras devem permitir a reprodução dos estoques, aumentando a resiliência dos ecossistemas e habitats usados pelos pescadores, bem como permitir uma melhoria na qualidade de vida dos pescadores (renda, trabalho, saúde, educação, etc).
Princípio da precaução	Na ausência de certeza científica formal e na possibilidade de graves danos aos recursos marinhos e costeiros deve-se proceder com cuidado ao se estabelecer as metas de produção. O referido ainda indica que no plano de manejo essas metas devem sofrer revisões constantes em função da situação dos estoques, deve-se buscar medidas consensuais entre os usuários da reserva e a transparência nos processos decisórios e na elaboração dos acordos de pesca.
Princípio do manejo adaptativo	Tendo-se em vista as incertezas e os riscos da atividade pesqueira, deve-se adotar práticas de manejo que levem em conta essa imprevisibilidade, adaptando-as tanto às mudanças naturais quanto sociais e aquelas decorrentes do mercado. Nesse sentido, essas práticas de manejo devem ser tratadas como experiências pelas quais os gestores e pescadores tomam decisões dentro do princípio do co-manejo
Carência de informações pesqueiras	Como as informações sobre a pesca artesanal (produção, valor, etc) são escassas o plano de manejo deve incorporar o conhecimento dos pescadores e basear-se em estudos sobre pescarias similares em outras regiões ambientalmente semelhantes.
Princípio da exclusão	Áreas biologicamente importantes devem ser consideradas áreas críticas de conservação dos recursos (berçários, áreas de reprodução dos estoques) e, portanto devem ser preservadas pelos usuários
Participação dos atores sociais e regimes de governabilidade	O processo de co-gestão ou gestão compartilhada deve fomentar a participação ativa dos múltiplos atores e criar espaços de discussão e negociação, levando em conta o histórico e a situação atual das comunidades em termos de conhecimentos patrimoniais, instrução (formal e informal,) níveis de organização, anseios e vocações e capacidade de adaptação às mudanças.

Fonte: Adaptado de Diegues (s/d).

Ao trazer comentários a respeito das especificidades trazidas pelo Roteiro Metodológico, Diegues (s/d) coloca em destaque que o documento propõe categorias de manejo; consumo local e venda de excedentes; áreas de pesca comercial; zoneamento da área

preservada (indicando aquelas propícias para a pesca: intensiva, extensiva e ainda áreas de exclusão) áreas de moradia e atividades complementares, pontos de desembarque, dentre outros. O autor ainda realça a necessidade do estabelecimento de protocolos de fiscalização, de monitoramento dos aspectos tanto biológicos, socioeconômicos, das atividades pesqueiras e aquícolas, do gerenciamento da mão de obra existente e das possibilidades de agregação de valor através do beneficiamento e comercialização da produção.

Tendo em vista os aspectos trazidos até aqui, fica claro que a pesca artesanal é um dos aspectos relacionados à cultura e meio de vida que a Resex-Mar busca proteger. Santos e Schiavetti (2013) mencionam que poucos estudos têm sido conduzidos para avaliar se a pesca artesanal é realmente sustentável. Reforçam também que, apesar de as Resex-Mar possuírem os mesmos objetivos gerais que as Resex, sua singularidade está no fato de se localizarem em um ambiente que ainda não conta com uma legislação adequada que reconheça as particularidades dessa apropriação. Haja vista essa necessidade de entender melhor o contexto desta atividade em áreas protegidas é que o próximo tópico se propõe a oferecer um panorama a partir de informações socioeconômicas e ambientais sobre seis Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras.

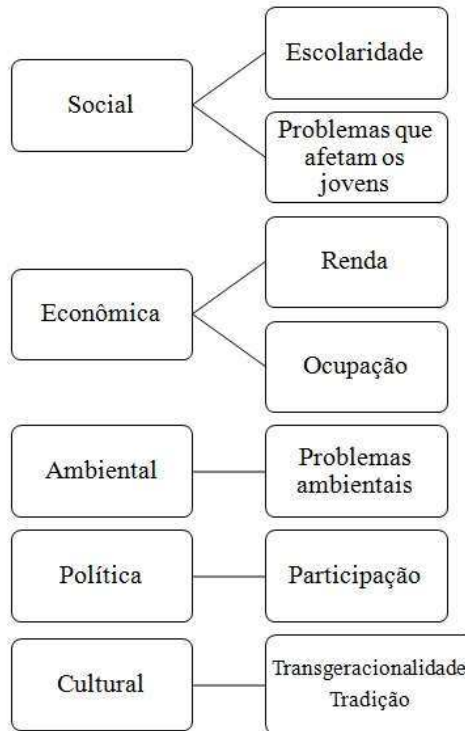
### 3.3 RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES

Este tópico se propõe a construir um panorama que permita subsidiar a avaliação das possibilidades e limitações para o segmento juvenil de pescadores a partir das principais características socioeconômicas das Reservas Extrativistas Marinhas. A ideia de construção desse panorama tem influências teóricas de Amartya Sen e Ignacy Sachs que, como visto no Capítulo 2, em seus estudos construíram dimensões que, apesar de não se tratarem de esquemas analíticos fechados para medir o desenvolvimento, servem de base para reflexões em diferentes contextos.

Considerando essas contribuições da literatura, este tópico irá apresentar o contexto das Reservas Extrativistas Marinhas. Assim, foram reunidas diferentes variáveis socioeconômicas e ambientais escolhidas para formar um “conjunto capacitário”. Por meio da combinação dessas variáveis refletiremos sobre as condições de vida dos jovens em específico.

O objetivo é operacionalizar as contribuições teóricas na análise de casos concretos, cujos dados, como informado anteriormente, são provenientes dos Diagnósticos Socioeconômicos e Ambientais de Unidades de Conservação (ICMBio/UFV, 2015). Além desse objetivo, este tópico se destina a verificar similitudes de resultados sobre populações de

pescadores artesanais em contextos de diferentes Resex-Mar. A Resex-Mar de Arraial do Cabo está incluída nessa análise, com o intuito de já expor informações sobre algumas de suas características. O conjunto capacitário será formado por variáveis que representam as seguintes dimensões (Figura 21):



**Figura 21.** Dimensões escolhidas para compor nosso conjunto capacitário.  
Fonte: Elaborado pela autora.

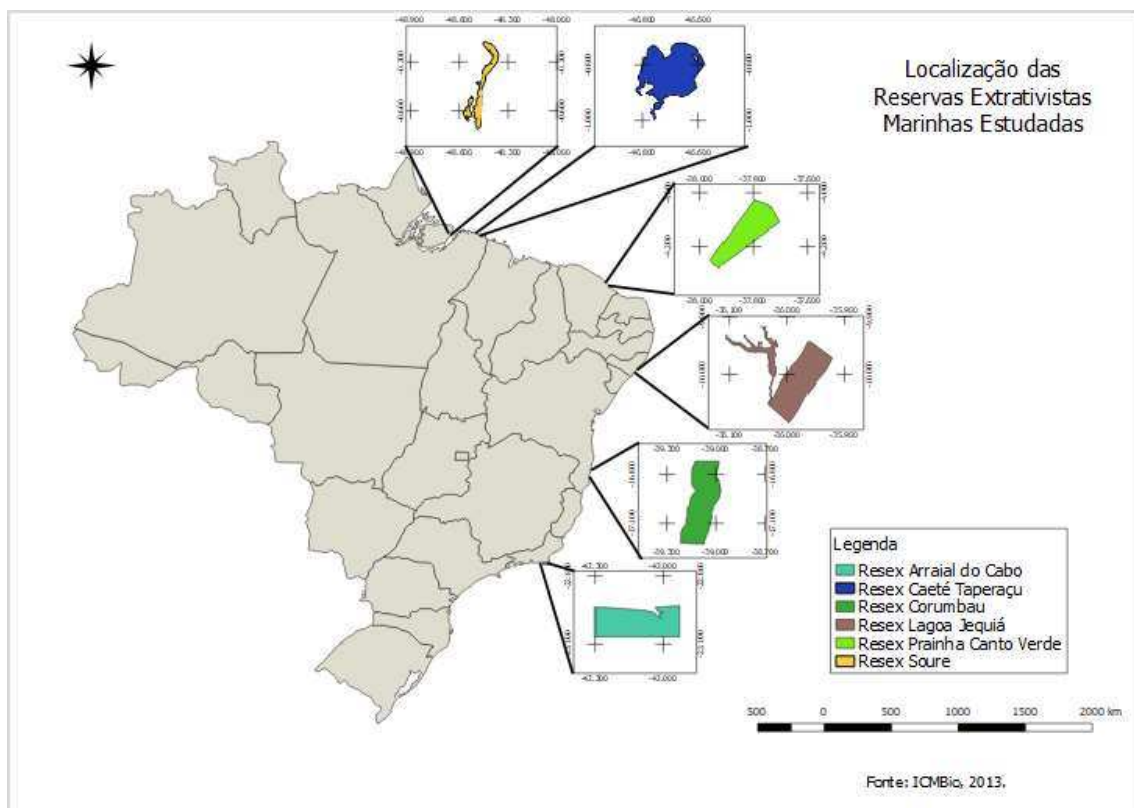
A ideia é ensaiar o que Amartya Sen (2000) denomina de “ranking agregado”, ou seja, a partir de um conjunto de comparações separadas de variáveis distintas e formular um ranking com o conjunto destas variáveis. Apesar de reconhecer a cobertura incompleta oferecida por esse tipo de análise, é importante considerar que eleger determinadas variáveis e estabelecer comparações, pode trazer ou sinalizar aspectos esclarecedores. Esse estudo não está desconsiderando outras variáveis importantes, a exemplo da saúde, nem dando um valor menor à sua importância. É válido sublinhar que qualquer exercício avaliativo desse tipo, segundo Sen (2000), para a pessoa que está fazendo seus próprios juízos exigirá reflexão, que, neste caso se vale da literatura explorada até aqui, que em conformidade, elege, dentre outras variáveis, as dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas.

A escolha das variáveis, em nosso caso, se deu em função de poder verificar condicionantes, limitações e perspectivas que consideramos que podem influenciar a

transmissão geracional da atividade tradicional e a permanência ou não dos jovens na pesca e na própria Resex-Mar.

Assim, para realizar a análise pretendida foram selecionados dados de seis Reservas Extrativistas Marinhas dentre as 21 existentes no país. Vale reforçar que a escolha das seis se justifica pelo fato de estarem localizadas em regiões diferentes, representando os jangadeiros, caiçaras e os pescadores da região Norte. No entanto, não implica que os resultados e reflexões expostas aqui devam ser cristalizadas e aplicadas às demais áreas, sem levar em consideração o contexto socioeconômico e cultural no qual estão inseridas. O intuito aqui é que esse estudo sirva de apoio para reflexões e outras pesquisas que também tenham como foco as Reservas Extrativistas Marinhas existentes no Brasil.

As Resex-Mar selecionadas foram: Prainha do Canto Verde, localizada no estado do Ceará, Caeté Taperaçu e Soure, no estado do Pará, Lagoa do Jequiá, no estado do Alagoas, Corumbau no estado da Bahia, e Arraial do Cabo, situada no estado do Rio de Janeiro. A Figura 22, mostra a localização das Resex-Mar estudadas.



**Figura 22.** Localização das Resex-Mar estudadas.  
Fonte: Dados da pesquisa 2016.

A Tabela 1 mostra a população e o total de questionários aplicados com os responsáveis familiares em cada uma das Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas.

**Tabela 1.** População e número de questionários aplicados nas Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas.

<b>Reserva Extrativista Marinha</b>	<b>Nº de questionários</b>	<b>População</b>
Arraial do Cabo - RJ	202	643
Prainha do Canto Verde – CE	359	947
Caeté-Taperaçu – PA	351	1.639
Soure	732	4.858
Corumbau	725	2.730
Lagoa do Jequiá	1.716	5.923

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Ao evidenciar o perfil etário da população que reside nas áreas selecionadas (Tabela 2), nota-se que na Resex-Mar de Arraial do Cabo a porcentagem da população entre 15 a 29 anos<sup>8</sup>, é menor em comparação às outras Resex-Mar. No entanto, é preciso considerar como uma possível explicação para essa diferença o fato de a Resex-Mar de Arraial do Cabo estar muito próxima a municípios maiores, como Cabo Frio, que oferecem melhores oportunidades de renda e infraestrutura de educação, o que se configura como um atrativo para o segmento juvenil que passa a não residir na UC.

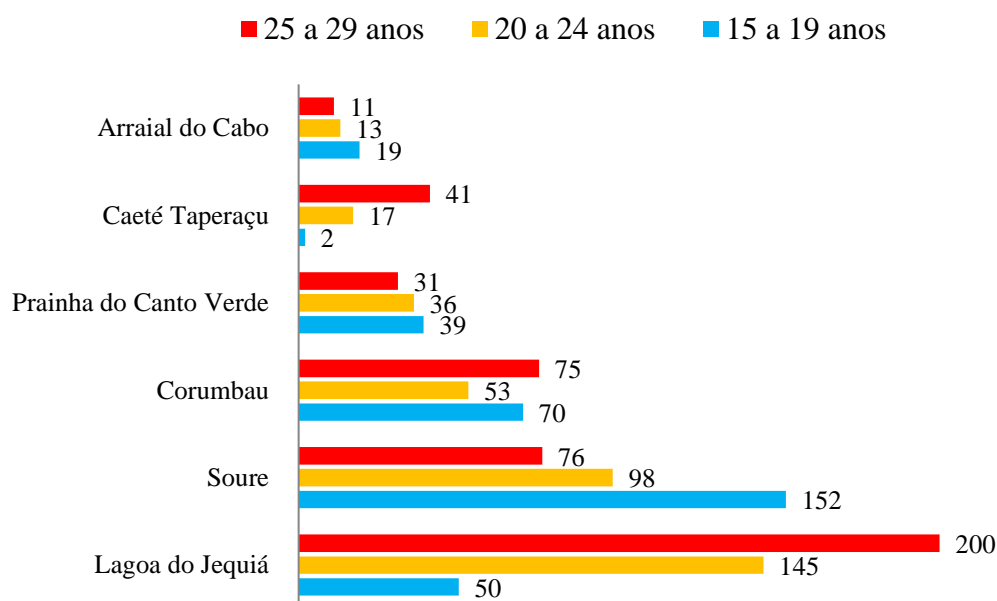
**Tabela 2.** Tabela 2. Faixa etária do grupo familiar nas seis Reservas Extrativistas Marinhas estudadas

Idade	Arraial do Cabo	Prainha do Canto verde	Caeté taperaçu	Corumbau	Souré	Lagoa do Jequiá
0 a 14 anos	14,30%	26,13%	31,50%	35%	31,92%	31,46%
15 a 29 anos	<b>18,20%</b>	<b>27,33%</b>	<b>29,00%</b>	<b>29,87%</b>	<b>25,28%</b>	<b>24,58%</b>
30 a 69 anos	52,20%	38,29%	33,00%	32,06%	31,08%	34,95%
70 a 90 anos	2,40%	2,61%	0,90%	1,50%	1,75%	2,39%
Mais de 90 anos	-	-	-	0,18%	-	0,05%
Não sabe/ não informou	12,90%	5,64%	5,50%	1,57%	9,97%	6,57%

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Ao relacionar o perfil etário com os responsáveis pelas famílias que fizeram parte do levantamento que deu origem ao banco de dados, evidencia-se a proporção de jovens (15 a 29 anos) que já são chefes de família. Fica evidente que a proporção de jovens que já são responsáveis familiares é maior nas Resex-Mar de Lagoa do Jequiá e Soure (Figura 23).

<sup>8</sup> Esse recorte etário é utilizado no Brasil para demarcar um segmento populacional beneficiário de políticas públicas para a juventude.



**Figura 23.** Número de responsáveis pelas famílias com idade entre 15 a 29 anos.  
Fonte: Banco de dados ICMBio/ UFV (2015).

As Reservas Extrativistas são descritas pelo SNUC (2000) como uma das categorias de Unidades de Conservação no Brasil destinadas a assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e, dentre seus principais objetivos, destaca-se a proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais. Ao tentar relacionar o delineamento da lei com as orientações divulgadas pelo Relatório “Nosso Futuro Comum” no que se refere aos pescadores artesanais, salienta-se a importância da promoção de serviços básicos como a criação de instituições de ensino e outras variáveis sociais como etapas anteriores aos projetos que abrem campo para o desenvolvimento econômico. O documento expressa que as políticas de desenvolvimento que interferem nas vidas de povos tradicionais devem ser executadas de forma a não destruir seus estilos de vida, mas também a não os manter isolados.

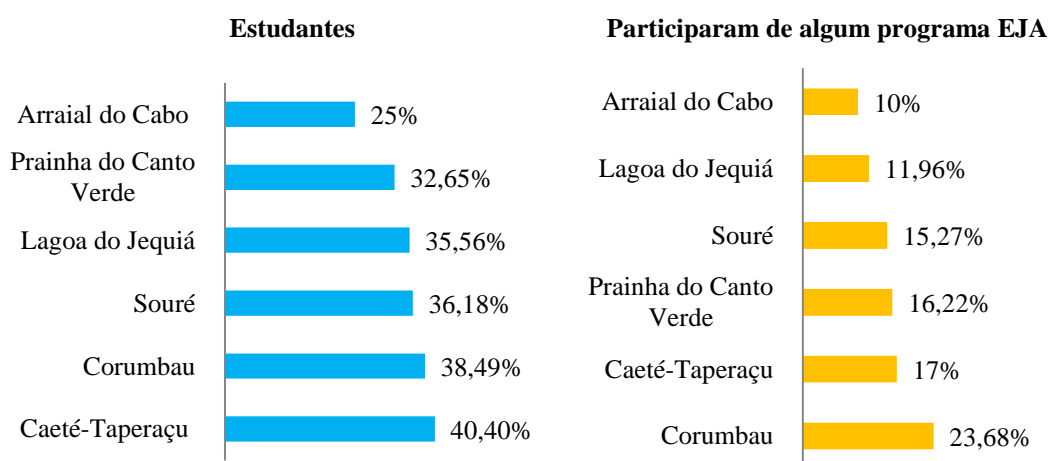
Trazendo as duas variáveis escolhidas para compor a sustentabilidade social, ao colocar em evidência a educação para as seis Resex-Mar selecionadas, observa-se que a maior concentração dos níveis de escolaridade está entre a educação infantil e o ensino fundamental completo que são assegurados pelas políticas públicas estaduais e municipais (Tabela 3). Outro aspecto importante é que na Resex-Mar de Arraial do Cabo, em comparação com as outras Resex-Mar a proporção de pessoas que possuem ensino superior e pós-graduação é maior. Para o exercício de compreensão dos fatores que influenciaram o perfil apresentado, alguns aspectos relacionados à escolaridade são trazidos para subsidiar melhor essa reflexão.

**Tabela 3.** Escolaridade do grupo familiar das seis Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas

Escolaridade	Arraial do Cabo	Prainha do Canto Verde	Caeté-Taperaçu	Corumbau	Souré	Lagoa do Jequiá
Semianalfabeto/Analfabeto	2,80%	12,60%	3,80%	11,29%	3,12%	16,03%
Educação infantil/Ens. Fundamental Completo	51,82%	52,56%	69,50%	54,71%	66,10%	52,27%
Ens. Médio Completo /Curso Técnico	28,70%	24,43%	18,60%	23,14%	19,23%	18,42%
Ens. Superior/ Pós-Graduação	10,40%	3,80%	0,50%	2,60%	1,05%	2,06%
Não sabe/Não Informou	6,30%	6,63%	7,62%	8,25%	10,50%	11,23%

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Inicialmente, o que se percebe ao comparar a proporção de beneficiários das seis Resex-Mar que ainda estão estudando, é que nas Resex-Mar de Caeté-Taperaçu e Corumbau a proporção de estudantes é maior. Essa informação influencia de forma direta os níveis de escolaridade contidos na Tabela 3. Outro fator que também está relacionado à proporção de estudantes é que nas duas Resex-Mar é também significativa a proporção de membros do grupo familiar que participou de algum programa ou curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA na comunidade (Figura 24).

**Figura 24.** Proporção de estudantes e beneficiários que já participou do programa EJA nas Resex-Mar estudadas.

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Para complementar essa informação, foi elaborado um mapeamento (Tabela 4) que mostra especificamente a situação de escolaridade dos jovens (15-29 anos) residentes das seis Resex-Mar com base nas respostas dos responsáveis familiares. Os dados apontam que a situação de escolaridade para o segmento juvenil destoa em alguns aspectos do panorama

escolar apresentado na Tabela 3 para o grupo familiar. Na maior parte das Resex-Mar selecionadas há maior concentração de jovens que não estudam e que possuem ensino médio incompleto.

Esse mapeamento mostra ainda que na maior parte das Resex-Mar selecionadas o segmento juvenil avançou nos níveis de escolaridade em relação ao grupo familiar, os jovens ainda estão encontrando adversidades que fazem com que abandonem os estudos antes da conclusão do ensino médio. Os dados apontam que, quanto mais os jovens avançam nos estratos etários, menor é a quantidade de estudantes e ao observar a proporção de jovens que ainda estuda, nota-se que nas seis Resex-Mar a proporção é de menos de 50% de estudantes.

**Tabela 4.** Tabela de referência cruzada com a faixa de idade, escolaridade e relação de estudantes e não estudantes das seis Resex-Mar.

Faixa de idade	Escolaridade	Prainha do Canto Verde		Arraial do Cabo		Caeté - Taperaçu	
		Estuda		Estuda		Estuda	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
15 a 19 anos	Analfabeto	-	-	-	-	5	-
	Semialfabetizado/ alfabetizado	-	-	-	1	3	8
	Até 1º fase do Ens. Fundamental	2	1	-	4	44	37
	Até 2º fase do Ens. Fundamental	9	20	1	20	22	27
	Ens. Fundamental Completo	1	-	-	-	2	1
	Ens. Médio Incompleto	4	39	-	9	8	11
	Ens. Médio Completo	18	1	-	1	13	4
	Não informou	-	3	-	2	9	7
	<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>64</b>	<b>1</b>	<b>36</b>	<b>106</b>	<b>95</b>
20 a 24 anos	Analfabeto	1	-	-	-	3	0
	Semialfabetizado/ alfabetizado	-	-	-	-	2	4
	Até 1º fase do Ens. Fundamental	10	-	-	2	37	20
	Até 2º fase do Ens. Fundamental	8	1	5	2	14	16
	Fundamental completo	-	-	2	1	2	1
	Ens. Médio Incompleto	14	4	3	3	2	8
	Ens. Médio Completo	23	4	9	1	6	1
	Curso Técnico	-	1	-	-	-	-
	Ens. Superior incompleto	1	3	2	2	-	-
	Ens. Superior Completo	1	3	3	-	-	1
	Pós-graduação	-	-	-	2	-	-
	Não informou	1	3	-	3	5	5
	<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>71</b>	<b>56</b>
25 a 29 anos	Analfabeto	-	-	-	-	1	-
	Semialfabetizado/ alfabetizado	1	-	-	-	3	5
	Até 1º fase do Ens. Fundamental	17	-	2	-	34	22
	Até 2º fase do Ens. Fundamental	21	-	4	2	8	19
	Ens. Fundamental Completo	2	-	4	1	1	1
	Ens. Médio Incompleto	10	1	6	-	3	8
	Ens. Médio Completo	16	1	10	-	7	2
	Ens. Superior incompleto	1	2	1	2	-	-
	Ens. Superior Completo	0	2	1	-	-	-
	Pós-graduação	-	-	3	-	-	-
	Não informou	2	5	4	-	7	3
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>11</b>	<b>35</b>	<b>5</b>	<b>64</b>	<b>60</b>	

Faixa de Idade	Escolaridade	Soure		Corumbau		Lagoa do Jequiá	
		Estuda		Estuda		Estuda	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
19 a 15 anos	Analfabeto	2	-	2	-	2	-
	Semialfabetizado/alfabetizado	9	-	1	-	11	-
	Até 1º fase do Ens. Fundamental	31	8	2	-	31	8
	Até 2º fase do Ens. Fundamental	65	83	12	19	65	83
	Ens. Fundamental Completo	5	6	29	86	5	6
	Ens. Médio Incompleto	41	183	6	1	41	183
	Ens. Médio Completo	42	9	16	121	42	9
	Curso Técnico	-	1	23	9	-	1
	Ens. Superior incompleto	1	12	-	2	1	12
	Ens. Superior Completo	1	1	-	5	1	1
	Não informou	4	3	-	1	74	3
	<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>306</b>	<b>91</b>	<b>244</b>	<b>273</b>	<b>306</b>
	20 a 24 anos	Analfabeto	2	-	-	-	2
Semialfabetizado		8	1	3	-	8	1
Até 1º fase do Ens. Fundamental		40	4	13	1	40	4
Até 2º fase do Ens. Fundamental		84	13	30	1	84	13
Ens. Fundamental Completo		9	-	3	-	9	-
Ens. Médio Incompleto		42	23	48	18	42	23
Ens. Médio Completo		81	8	71	4	81	8
Curso Técnico		0	2	1	2	0	2
Ens. Superior incompleto		1	11	1	13	1	11
Ens. Superior Completo		4	-	2	-	4	-
Não informou		21	-	3	-	71	-
<b>Total</b>		<b>311</b>	<b>62</b>	<b>175</b>	<b>39</b>	<b>342</b>	<b>62</b>
25 a 29 anos		Analfabeto	15	2	3	-	15
	Semialfabetizado	24	-	7	-	24	-
	Até 1º fase do Ens. Fundamental	81	6	35	2	81	6
	Até 2º fase do Ens. Fundamental	65	6	42	1	65	6
	Ens. Fundamental Completo	6	-	8	1	6	-
	Ens. Médio Incompleto	42	9	65	7	42	9
	Ens. Médio Completo	83	6	50	0	83	6
	Curso Técnico	-	-	1	1	-	-
	Ens. Superior incompleto	1	5	2	11	1	5
	Ens. Superior Completo	6	-	5	1	6	-
	Não informou	2	-	-	-	81	0
	<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>34</b>	<b>218</b>	<b>24</b>	<b>404</b>	<b>34</b>

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

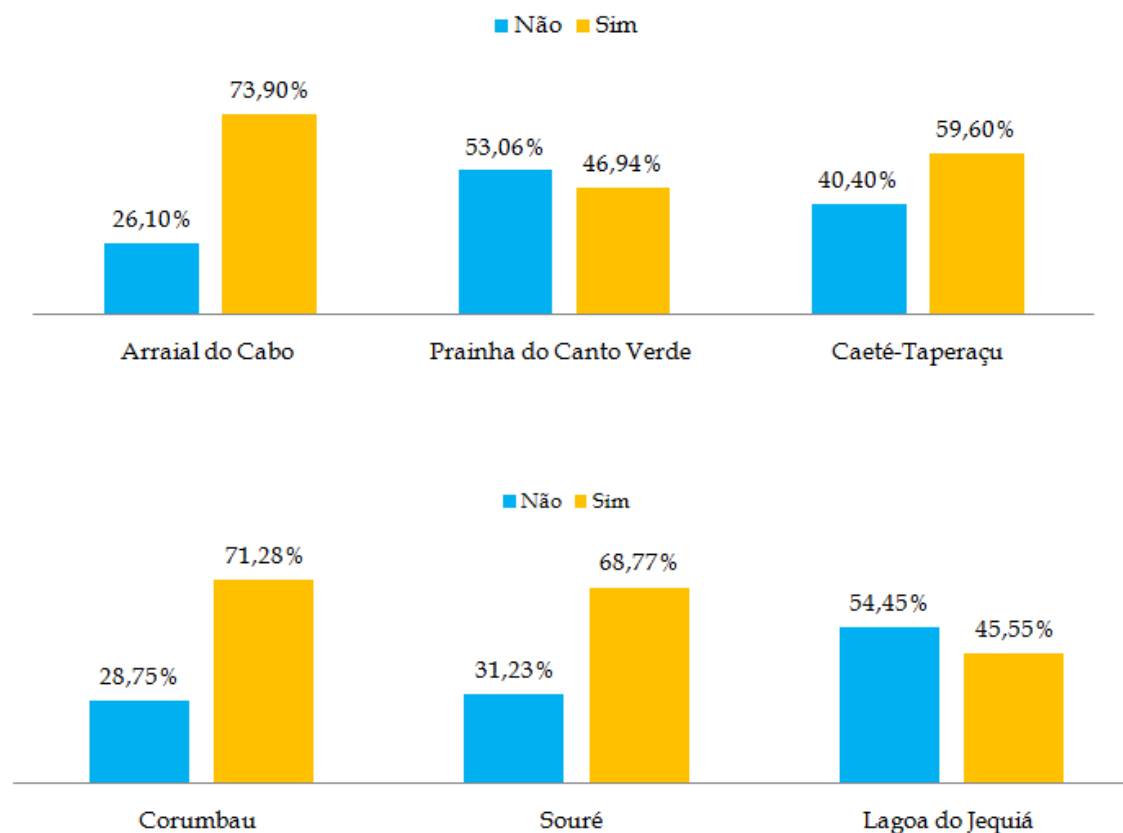
Os Relatórios Socioeconômicos das Resex-Mar estudadas, mostraram que nos municípios de principal acesso para as Resex-Mar de Arraial do Cabo, Caeté - Taperaçu, Soure e Corumbau existem escolas estaduais e municipais com oferta de ensino fundamental, médio e pré-escolar. Somente no município de Jequiá da Praia, principal acesso para os moradores do entorno da Resex-Mar de Jequiá da Praia, não existe instituição escolar com oferta de ensino médio, ou seja, os membros da família que querem cursar níveis mais avançados frequentam escolas em outro município. A situação é parecida para os moradores do entorno da Resex-Mar de Prainha do Canto Verde, no qual a escola situada no entorno da Resex-Mar no município de Beberibe, oferta apenas até o ensino fundamental, levando também a se deslocarem para outro município os membros da família que desejam cursar níveis escolares mais avançados. Assim, nos dois casos citados, as condições de acesso a níveis mais elevados de educação são mais restritas.

Percebe-se que na maior parte das Resex-Mar selecionadas, as condições de acesso à educação são melhores, no entanto, ainda se verifica por meio do mapeamento da Tabela 4 que os jovens que fizeram parte do levantamento estão encontrando dificuldades de conclusão do ensino médio. Por isso, chama-se atenção para um fator importante que seria o abandono da escola para o exercício de um trabalho remunerado, para contribuir com a renda familiar. Neste estudo acredita-se que essa hipótese seja legítima principalmente ao considerar que a pesca é a principal atividade produtiva desenvolvida nestas áreas e no contexto desta atividade, como será visto no Capítulo 6, os pescadores são inseridos ainda na infância ao acompanhar os pais e avós nas pescarias. Com o passar do tempo, ao desenvolverem mais habilidades e conhecimento na profissão, os jovens estudantes não conseguem conciliar os horários das aulas com os horários exigidos pela profissão.

Isso confirma as contribuições de estudos como de Vieira et al. (2013) e Araújo e Ribeiro (2011), que chamam atenção para a escolaridade dos jovens em comunidades de pescadores artesanais no litoral Amazônico, da Bahia e do Ceará, e destacam a necessidade de se buscar na educação juvenil destas áreas formas interdisciplinares que dialoguem com a realidade dos pescadores, valorizem o conhecimento tradicional e empírico e sincronizem a atividade de pesca à vida escolar.

Ao trazer a segunda variável que compõe a dimensão social, observando os problemas que afetam a permanência dos jovens pescadores nas Resex-Mar, os dados mostram que as limitações na área da educação é uma barreira vista pelos pais como um fator de não permanência dos jovens nestas áreas. No entanto, a expectativa dos pais e responsáveis familiares quanto à permanência dos jovens nas UC's, como demonstra a Figura 25, é

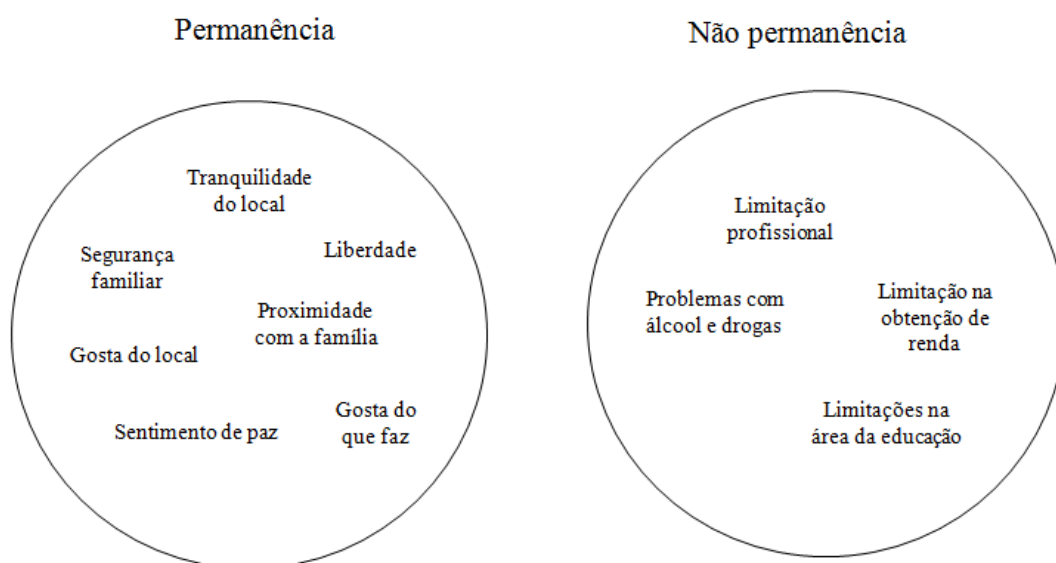
positiva. Somente na Resex-Mar de Prainha do Canto Verde o desejo de não permanência dos jovens é menor.



**Figura 25.** Opinião dos responsáveis familiares a respeito do interesse dos jovens em permanecerem nas seis Reservas Extrativistas Seleccionadas.

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Os principais fatores que mais estimulam o desejo de permanência dos jovens são, nas seis Resex-Mar, similares e aqueles que aparecem com maior frequência, na opinião dos responsáveis pelas famílias, envolvem o sentimento de liberdade e paz, as relações familiares e os laços com o local (Figura 26). Esses sentimentos e relações que incentivam a permanência dos jovens são semelhantes à valorização simbólica e afetiva da natureza vinda da Teologia Natural, como foi visto no Capítulo 1. Esses laços com o local são também características das comunidades tradicionais, conforme Diegues (s/d) descreve, ao abarcar as relações simbólicas e econômicas intensas com o mar, lagoas e ambiente aquático além da ligação com o território.



**Figura 26.** Fatores que contribuem para permanência ou não dos jovens no entorno das Resex-Mar.  
Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Já os fatores que influenciam o projeto de não permanência são também similares nas áreas selecionadas, sobressaindo as limitações ligadas à área profissional, esfera produtiva e obtenção de renda. Vale destacar que tais limitações podem ser influenciadas pela maior ou menor distância das UC's em relação à sede dos municípios e ao vigor e diversidade de atividades econômicas da região onde as Resex-Mar se localizam. Os dados e os relatórios trazem ainda a opinião dos pais a respeito dos principais problemas para os jovens dentro das Resex-Mar, destacando-se a falta de emprego (em outras atividades que não a pesca), os problemas com álcool e drogas e, novamente, carências na área da educação.

A respeito das limitações que influenciam o projeto de não permanência dos jovens, retomamos a proposta analítica de Amartya Sen (2000) que defende que o desenvolvimento deve estar ligado à melhoria das condições de vida e às liberdades que pessoas e grupos desfrutam. O conceito de liberdade, para Sen, significa a expansão das capacidades e dos campos de possibilidades disponíveis para a ação e as escolhas individuais ou coletivas. Como foi visto, aspectos positivos e negativos caracterizam o lugar, o estilo de vida dos pescadores e a Unidade de Conservação, criando um leque de indicadores que balizam o projeto de permanecer ou não no território e na atividade artesanal. Segundo os pais, os jovens vivem um estado mais acentuado de privações, notadamente relativas à educação, futuro profissional e geração de renda, o que dificulta alcançar um patamar de qualidade de vida tido como adequado para satisfazer as necessidades de um jovem contemporâneo. Cabe destacar

que, no modelo seniano, as oportunidades sociais, tais como o acesso à educação, são aquelas que favorecem a participação dos indivíduos na produção econômica, na geração de riqueza, na obtenção da autonomia e na construção do papel social de agente. O bem-estar, meta mais valiosa do desenvolvimento, reside justamente na riqueza de possibilidades de eleições, nas oportunidades de estar habilitado a participar e agir e na liberdade de escolher uma ou outra forma de vida.

Para Sachs (2008b), há um valor intrínseco na educação na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização e compreensão dos direitos humanos, além de contribuir também para o sentimento de auto-estima. Como visto no Capítulo 2, a sustentabilidade social tem como intuito construir uma sociedade com maior equidade, o que implica em uma distribuição de renda e bens mais justa, qualidade de vida decente, e a educação “abre” as possibilidades para que o indivíduo ou, especificamente na análise em questão, o jovem, possa buscar essa equidade.

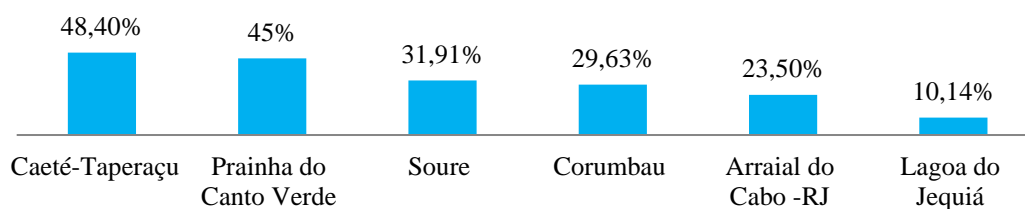
As limitações na esfera produtiva e obtenção de renda foram mencionadas e, ao focalizar as variáveis que tratam deste tema, entramos na esfera econômica do panorama apresentado. Ao comparar os dados das seis Resex-Mar, observamos que a pesca artesanal é a principal atividade econômica (Tabela 5).

**Tabela 5.** Atividades produtivas desenvolvidas nas seis Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas.

	Arraial do Cabo	Prainha do Canto Verde	Caeté-Taperaçu	Corumbau	Soure	Lagoa do Jequiá
Produção Extrativista Vegetal	-	10,96%	6,60%	2,03%	37,94%	-
Pesca	99,50%	44,22%	70,10%	86,24%	81,34%	24,50%
Produção Vegetal	-	12,33%	16,70%	7,48%	2,58%	1,30%
Produção Animal	-	8,28%	2,60%	1,39%	6,03%	2%
Pecuária	-	-	0,60%	2,80%	0,87%	0,63%

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

A pesca, de acordo com a análise dos relatórios socioeconômicos, para mais de 60% dos pescadores foi ensinada pelos pais, avós e parentes, o que reforça uma das condições para serem caracterizados como beneficiários destas áreas, ou seja, a ancestralidade e a transmissão geracional da atividade tradicional. Há nas seis Reservas Extrativistas Marinhas pessoas que constroem embarcações e, de acordo com a opinião dos responsáveis familiares, como mostra a Figura 27, essa atividade está sendo ensinada aos jovens; na Reserva Extrativista Marinha Lagoa do Jequiá apenas 10,4% dos entrevistados observam a transmissão da atividade, porcentagem que aumenta gradativamente nas outras cinco.



**Figura 27.** Proporção dos responsáveis pelas famílias que acreditam que essa atividade está sendo ensinada aos mais jovens.

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Ao observar a Tabela 5 fica evidente que, nas Resex-Mar de Prainha do Canto Verde, Caeté-Taperaçu, Corumbau e Soure, há maior diversificação de atividades produtivas (agrícolas, extrativistas e a criação de animais) junto à pesca artesanal, que são importantes não tanto como fonte de renda mas, para o autoconsumo das famílias (Quadro 9).

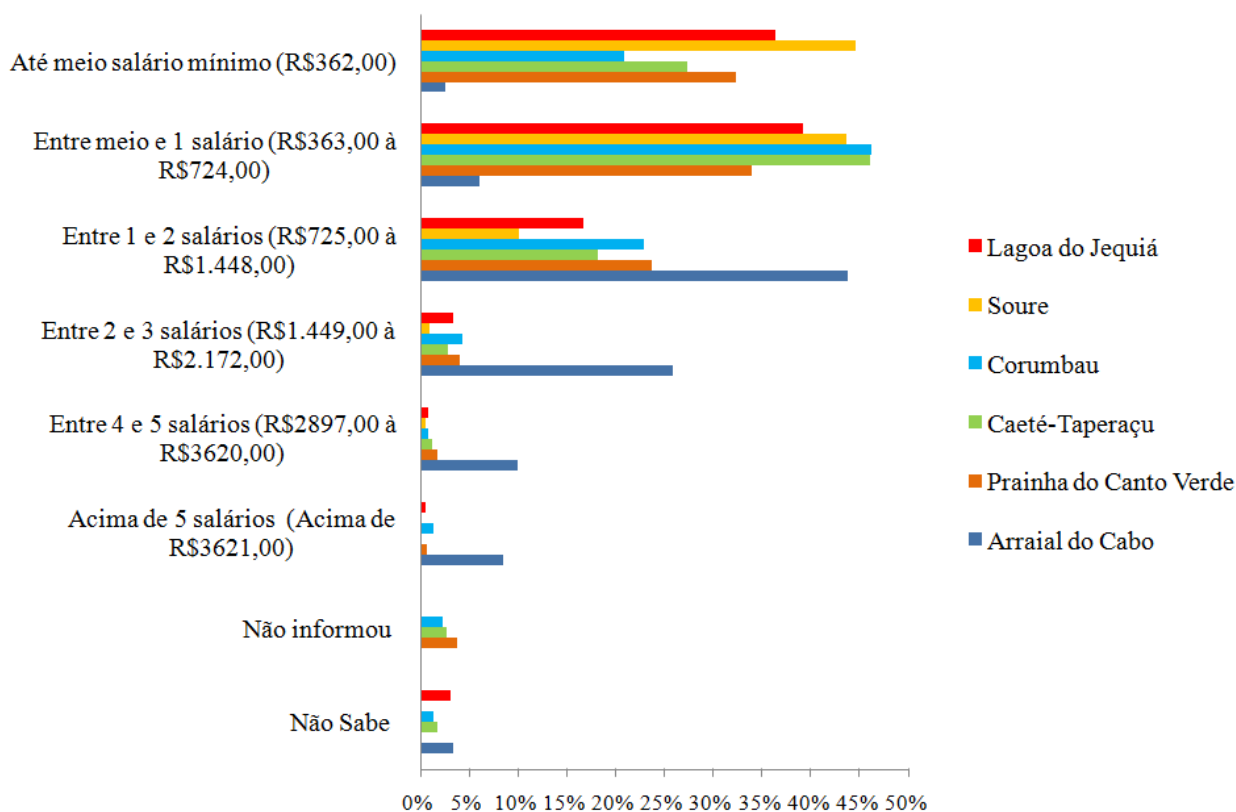
**Quadro 9.** Produtos da pesca e demais atividades.

Resex-Mar	Pesca	Extrativismo Vegetal	Agricultura	Criação de animais
<b>Caeté-Taperaçu</b>	Lagosta, pargo, corvina, bagre e o ariacó	Copaíba, murici, castanha-do-pará e caju	Mandioca e cana-de-açúcar	Aves e carneiros
<b>Prainha do Canto Verde</b>	Caranguejo, lagosta, aricó, bagre, gó e tainha	Caju, coco e o coqueiro plantado	Feijão, melancia e milho	-
<b>Soure</b>	Caranguejo, camarão, turu, o bagre, acari, sarda, tainha, cação, filhote e o camarão.	Açaí, coco, andiroba e o caroço de tucumã	Hortaliças, maxixe e a banana	-
<b>Corumbau</b>	Ariacó, tainha, bagre, pescadinha, vermelho e o cação	Mangaba, borracha e o coco da baía	Mandioca, feijão, hortaliças, banana, abacaxi e pimenta do reino	Porcos e aves
<b>Arraial do Cabo</b>	Anchova, xerelete, corvina, tainha, bonito e a lula.	-	-	-
<b>Lagoa do Jequiá</b>	Camarão, Carapeba e o Siri	-	Mandioca e tomate	Frangos e galinhas

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Economicamente, o rendimento das famílias nas Resexmar de Lagoa do Jequiá, Soure, Corumbau, Caeté-Taperaçu e Prainha do Canto Verde concentra-se entre meio e 1 salário mínimo por mês. Sobressai, ao observar a Figura 28, que na Resex-Mar de Arraial do Cabo é significativa a proporção de pessoas que possuem rendimento entre 2 e 5 salários. A respeito

desse perfil de renda, vale destacar que os valores foram fornecidos pelos responsáveis familiares, que podem subestimar a renda obtida quando questionados.



**Figura 28.** Renda mensal agrupada em salários mínimos dos grupos familiares das seis Reservas Extrativistas Marinhas.

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Os relatórios socioeconômicos trazem alguns aspectos que complementam o perfil de renda e mostram que, na Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, 89% das famílias são beneficiárias do Bolsa Família, Seguro Defeso ou recebem aposentadoria. Além disso, de acordo com Mendonça et al. (2013), a pesca artesanal é a atividade produtiva tradicionalmente praticada no município desde sua formação e, durante muitos anos, foi a principal fonte de renda da população. No entanto, outro setor de atividade começou a ganhar espaço no território a partir dos anos de 1970: o turismo, que atualmente garante alto retorno econômico ao município. Os autores informam ainda que a cidade de Arraial do Cabo é conhecida como a capital nacional do mergulho e, em decorrência dessa fama, estabeleceu-se na cidade um grande número de pousadas, hotéis e empresas que oferecem passeios de barco. Essa dinâmica da atividade turística incentivou também a produção de artesanato. Em

determinadas épocas do ano as famílias de pescadores artesanais complementam a renda com resultados da atividade turística. Considerando os investimentos e incentivos ao turismo em Arraial do Cabo e o grande fluxo de turistas que visitam o município ao longo do ano, pode-se compreender porque parte das famílias de pescadores possuem renda superior às demais Resex-Mar.

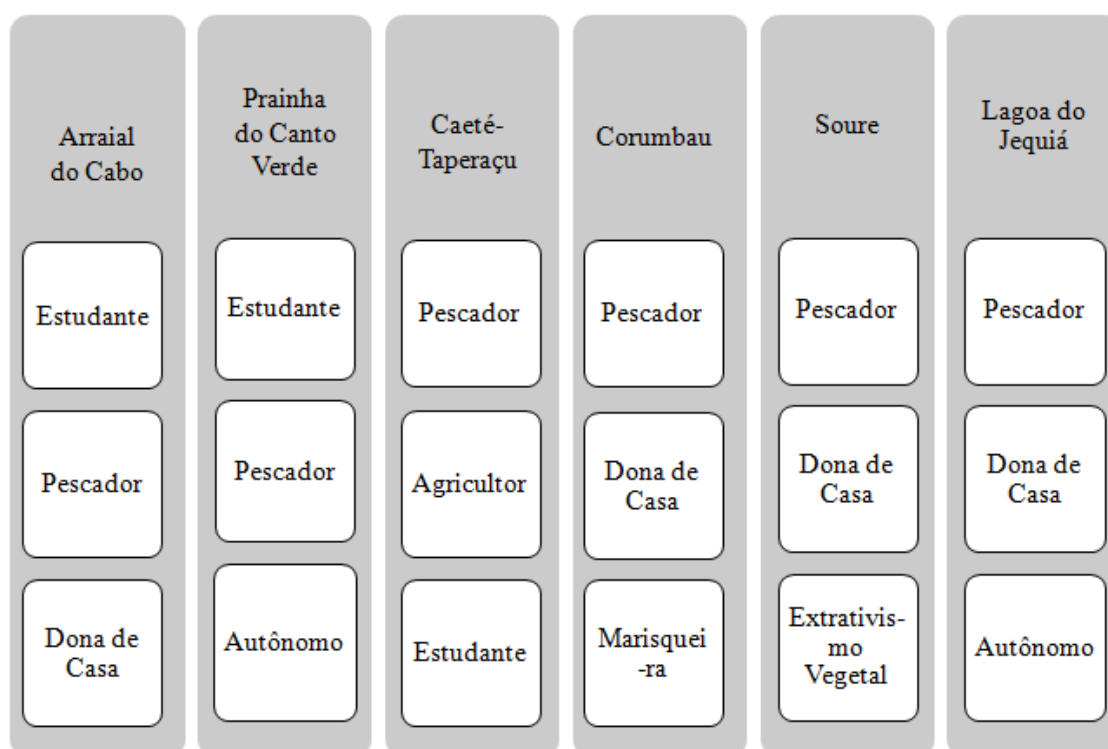
Já na Resex-Mar de Prainha do Canto Verde a composição da renda se equipara à composição da Resex-Mar de Caeté Taperapu, uma vez que, segundo Doula *et al.* (2014), mais de 60% da população recebe benefícios governamentais como o Bolsa Família, Bolsa Verde, Defeso ou aposentadoria. Em Prainha do Canto Verde, além das atividades de pesca, agricultura e extrativismo vegetal, a renda é complementada pelo turismo de base comunitária. Chama-se atenção para o fato de se tratar de um tipo de turismo diferente do desenvolvido na Resex-Mar de Arraial do Cabo, que possui características de base empresarial. Além do estabelecimento de pousadas na região, algumas delas estão sob direção dos membros das famílias dos pescadores. Informações do relatório socioeconômico da Resex-Mar revelam que os pescadores desenvolveram a prática de alugar suas próprias casas para temporadas e fins de semana. Em decorrência deste tipo de turismo de base comunitária, também se tornou importante o artesanato, atividade praticada majoritariamente pelas mulheres, que garante até meio salário mínimo por mês às famílias de pescadores.

Na Resex-Mar de Caeté-Taperapu, como informam Leite *et al.* (2015), mais de 82% dos entrevistados afirmaram receber benefícios governamentais como o Bolsa Família e o Bolsa Verde. Os autores mostram que os moradores da área, além de desenvolverem diferentes atividades produtivas, como visto anteriormente, complementam a renda familiar com a produção de artesanato que agrega a renda com a pesca em até meio salário mínimo. Na Resex-Mar de Corumbau, como descrevem Ferreira Neto *et al.* (2016), os beneficiários recebem o Bolsa Família, Bolsa Verde e também as aposentadorias, que são importantes na complementação da renda. Entre as famílias de pescadores 29,3% afirmam realizar atividades de artesanato, que também complementam a renda em até meio salário.

Para a Resex-Mar de Soure, segundo a descrição feita por Oliveira *et al.* (2014) pode-se notar que a complementação da renda é parecida com a complementação das Resex-Mar de Caeté-Taperapu e Corumbau. Os autores mostram que grande parte das famílias de pescadores é beneficiária do Bolsa Família, Seguro Defeso e Bolsa Verde. Também desenvolvem trabalho com artesanato, que é praticado por 13,90% dos responsáveis pelas famílias, o que complementa a renda em até um salário mínimo. Também na Resex-Mar de Lagoa do Jequiá, as famílias recebem o Bolsa Família e aposentadoria. O artesanato é

desenvolvido por 2,9% dos moradores e complementa a renda mensal em até meio salário mínimo.

Outra informação importante para caracterizar o perfil de renda das famílias no entorno das Resex-Mar refere-se às principais ocupações dos membros familiares; ao selecionar os dados para os membros das famílias, verifica-se que, em ordem de importância, a ocupação de pescador aparece em todas Resex-Mar estudadas. Isso mostra que, para o segmento juvenil, a pesca se configura como ocupação atual nas seis UC's analisadas (Figura 29) e, dada a rotina e os horários em que a atividade é praticada, compreende-se as dificuldades ou mesmo o abandono da vida escolar na trajetória desses jovens.



**Figura 29.** Três principais ocupações para os membros das famílias de pescadores nas Resex-Mar estudadas. Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

O que se pode dizer ao observar as duas variáveis é que poucas ocupações possuem relevância como a pesca, e pensando na perspectiva para os jovens, é restrito o universo de possibilidades de inserção ou complementação de renda. Como visto nas Resex-Mar de Arraial do Cabo e Prainha do Canto Verde, a atividade de turismo incrementa a renda obtida com a atividade de pesca. Mesmo que estejamos tratando de formas de turismo diferenciadas (de base comunitária e empresarial) essa atividade representa um adicional econômico que pode explicar porque nos dois casos, e na Resex-Mar de Arraial do Cabo, essa diferença é até mais acentuada.

As perspectivas de Sen (2000) e Sachs (2008b) se encontram ao considerar que os intitamentos econômicos que uma pessoa possui dependem de fatores como as condições de troca e as condições do mercado. O processo de desenvolvimento econômico de um país ou local é diretamente proporcional aos intitamentos econômicos dos indivíduos ou famílias, ou seja, a dinamização econômica da configuração local está relacionada à dinamização econômica dos indivíduos. Assim, a sustentabilidade econômica deve implicar na busca pela eficiência não apenas em termos microeconômicos, mas macrosociais, o que é possível de se conquistar por meio das ligações intersetoriais.

A respeito deste processo de desenvolvimento econômico, Drummond (2002) destaca que, para alguns analistas do desenvolvimento, é motivo de surpresa e incoerência a situação de pobreza material de povos que vivem em territórios ricos em recursos naturais. No entanto, o autor mostra que essa pobreza muito se deve ao fato de os setores que envolvem atividades artesanais terem relação limitada com as esferas comerciais, industriais e de serviços, ou seja, é fraca a participação do extrativismo em processos que poderiam intensificar o potencial de geração de renda e desenvolvimento econômico. O autor explica que tanto no Brasil, como em países como Venezuela, Jamaica e Suriname, as políticas governamentais não têm sido capazes de reverter as regras políticas de distinção e valoração entre as atividades de extração de recursos e a transformação industrial; por isso, é importante fomentar conexões entre diferentes setores da economia para a diversificação produtiva e a dinamização regional nestas áreas.

O Relatório “Nosso Futuro Comum” destaca a pobreza como um dos principais efeitos das políticas de desenvolvimento com viés de crescimento estritamente econômico, e mostra que é impossível tentar superar esse obstáculo sem uma perspectiva ampla que inclua programas sociais para proteção dos grupos vulneráveis. Outro ponto importante é que a satisfação das necessidades essenciais das populações tradicionais depende também de que se consiga que o crescimento econômico atinja regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas e que diferentes setores da esfera econômica, como a pesca artesanal, por exemplo, passem a ser valorizados como geradores de renda digna.

Ao observar os casos apresentados, nota-se também que é significativo o peso da complementação da renda com o recebimento de benefícios advindos de programas sociais específicos para as populações tradicionais e em situação de pobreza. No entanto, os responsáveis pelas famílias, ao serem questionados a respeito das principais limitações para a permanência dos jovens, apontam as barreiras ligadas à área profissional, à esfera produtiva e obtenção de renda, mostrando que a intervenção apenas pelas políticas sociais de transferência

de renda não têm sido suficientes, havendo necessidade de um esforço maior na valorização social das atividades já desenvolvidas e na dinamização da conexão com outros setores da economia para a criação de novos campos profissionais.

Ao observar as informações a respeito dos principais problemas ambientais enfrentados nas Resex-Mar selecionadas (Tabela 6), são apontados como mais graves os transtornos com o lixo, desmatamento e a pesca predatória nas seis Unidades. Em menor proporção, são citados conflitos envolvendo as áreas de pesca e o desenvolvimento do turismo, a falta de fiscalização dentro das UC's e a poluição hídrica.

**Tabela 6.** Principais problemas ambientais citados nas seis Reservas Extrativistas Marinhas

Principais Problemas Ambientais	Arraial do Cabo -RJ	Prainha do Verde - CE	Caeté-Taperaçu PA	- Corumbau	Souré	Lagoa do Jequiá
Lixo	32,80%	33,20%	31,90%	28,86%	23,67%	21,40%
Desmatamento	12,90%	-	20,40%	28,35%	5,31%	10,15%
Pesca Predatória	23,30%	33,02%	-	8,86%	10,20%	8,42%
Deslizamentos	-	-	-	-	-	17,20%

Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Esses problemas ambientais mencionados pelos responsáveis pelas famílias são incompatíveis com as diretrizes que orientam o próprio SNUC ao ferir os principais objetivos de criação destas áreas, como visto nos tópicos anteriores.

Além do mais, Diegues (2004) e Silva, C. (2014) já evidenciavam os problemas enfrentados pelos pescadores artesanais, como a pesca predatória, os conflitos entre pescadores artesanais e industriais, que não ocorrem somente pela redução dos estoques pesqueiros e poluição causada ao ambiente, mas principalmente devido ao fato de os barcos industriais operarem nas mesmas áreas onde atuam os pescadores artesanais. Outro fator importante é que os tipos de desgastes ambientais mencionados pelos responsáveis familiares não podem ser direcionados apenas aos atores sociais externos, como também é de responsabilidade dos atores sociais internos seguir as normas de conservação do ambiente dentro desses territórios. As pesquisas de Rivera (2015) já apontavam para a necessidade de maior suporte institucional e capacitação dos pescadores com a finalidade de contribuir com a preservação do ambiente de forma mais ampla e integrada.

Este trabalho chama atenção para o fato de que deve se atentar para o crescimento de outras atividades como o turismo, como visto na Resex-Mar de Arraial do Cabo e Prainha do Canto Verde, que, por exemplo, demanda maior fiscalização por parte de órgãos federais e estaduais, mas também um esforço integrado dos próprios municípios, uma vez que é positivo o turismo atrair maior número de visitantes e gerar maior dinamização econômica, mas, ao

mesmo, tempo aumenta também a ação antrópica que resulta em produção e descarte de lixo, desmatamento para a construção de casas e hotéis, aumento de consumo de água e pressão direta sobre os recursos pesqueiros com a maior circulação de barcos e atividades de pesca esportiva e mergulho.

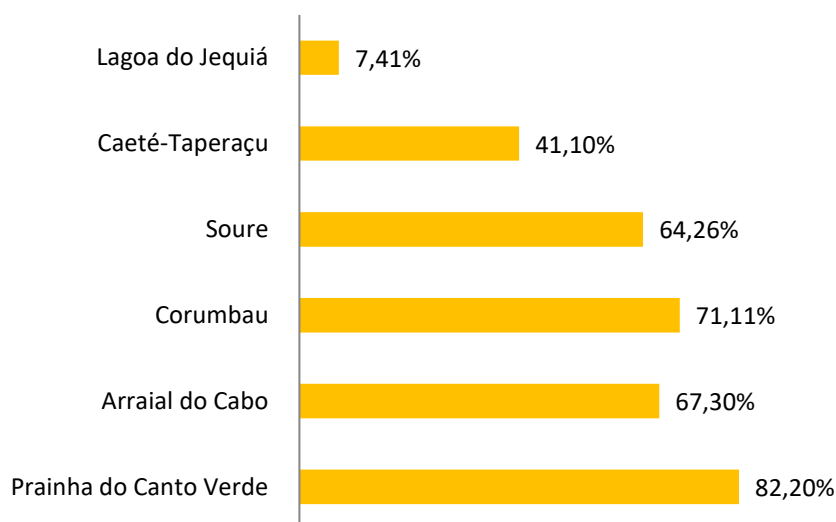
Diegues (s/d), como abordado nos tópicos anteriores, já chamava atenção para a maior complexidade de comunidades tipicamente marítimas onde a pressão do turismo e outras atividades não- pesqueiras é maior.

No Capítulo 1 vimos que os grandes desafios para a pesca artesanal consistem nos conflitos com a pesca ilegal e industrial, as práticas prejudiciais ao ambiente e a má gestão pública. Autores como Capelesso e Cazella (2011) e Silva, A. (2014) apontam que todas essas dificuldades comprometem o futuro do setor, uma vez que o reflexo é o abandono da pesca por parte dos jovens que vivenciam problemas com o circuito produtivo, novos usos do ambiente e conflitos existenciais.

No entanto, o caminho indicado pela literatura é que a superação desses problemas depende de um desenvolvimento social e seus contextos ecológicos, econômicos, locais e regionais, a partir de alianças estratégicas e da plena participação da sociedade civil. Isso porque todos os atores sociais que estão envolvidos com o setor da pesca artesanal possuem papel importante na garantia de fazer prosperar de forma sustentável a atividade. É por isso que, apesar da dimensão econômica muitas vezes ser considerada em longo prazo, o alerta feito desde as publicações de “Os limites do crescimento” e “Nosso futuro comum” é o de que seja mais importante garantir o equilíbrio entre crescimento econômico e a conservação.

Já que as alianças estratégicas e a plena participação da sociedade civil são condições necessárias para superação destes entraves, no que tange à participação da população em associações, atividades institucionais e formas de representação política, pode-se dizer que na Resex-Mar de Lagoa do Jequiá esse tipo de envolvimento é menor por parte dos responsáveis pelas famílias e a Resex-Mar de Prainha do Canto Verde se destaca com a melhor proporção de participantes nestas esferas (Figura 30). As principais organizações citadas pelos responsáveis pelas famílias são: a Colônia de Pescadores, Associação de Marisqueiras, Cooperativas, Associação de Barqueiros e Associação de Pescadores.

Os encontros mais comuns nas seis Resex-Mar são as reuniões do Conselho Deliberativo da Resex-Mar, reuniões para discussão sobre a pesca predatória e para discussão do Plano de Manejo e Capacitações.



**Figura 30.** Participação dos responsáveis familiares em espaços políticos.  
Fonte: Banco de dados ICMBio/UFV (2015).

Os dados mostram também que a instituição mais presente dentro das UC's é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio que, como foi visto, é o órgão responsável desde 2007 por executar as ações previstas pelo SNUC (2000), podendo implementar, gerir, proteger e fiscalizar as áreas protegidas. Por isso não é inesperado que para todas as Resex-Mar selecionadas a instituição mais presente seja esse órgão que também atua como representante no Conselho Deliberativo destas áreas. Outras instituições também são citadas como atuantes, como a Igreja Católica, o Ibama, a prefeitura, a Capitania dos Portos, a Colônia de Pescadores e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

Nesse sentido, pode-se dizer que o SNUC (2000) incorpora as orientações trazidas pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, o que representa um avanço da política em nosso país não apenas em estar em conformidade com os esforços internacionais, mas também por criar um sistema que tenta levar em conta as particularidades econômicas, socioculturais e ambientais do nosso território.

Spinola (2012) e Bittencourt (2012) destacam que um dos principais avanços verificados no sistema que orienta as Unidades de Conservação de Uso Sustentável está associado à inclusão política das populações tradicionais na tomada de decisão sobre a gestão das unidades por meio do arranjo dos Conselhos Deliberativos. O Art.18. §20 descreve que a composição dos representantes do Conselho deve oportunizar a participação de diferentes atores sociais. Contudo, em seus trabalhos, as autoras destacam obstáculos relacionados à igualdade política no processo deliberativo entre os atores institucionais governamentais,

outros representantes e os extrativistas. Tal desequilíbrio interfere na possibilidade de se promover um diálogo eficaz na tomada de decisão e enfraquece a efetivação do papel político dos extrativistas como agentes. Bittencourt (2012) mostra que essa dificuldade faz com que o pescador não se sinta como participante ou como agente transformador do atual modelo de gestão do território.

Os dois estudos mencionados acima apontam para necessidade de se promover maiores esforços para o alcance da gestão conjunta entre o poder público e a população local, não apenas para agenciar a conservação dos recursos naturais, mas também para legitimar a identidade cultural dessas populações. Nos casos apresentados neste tópico, ainda que na maior parte o nível de participação destas esferas esteja acima de 50%, seria preciso medir a qualidade dessa participação para além dos números e também avaliar a disposição das instituições em considerar e acatar essa participação nas instâncias decisórias. A esse respeito, Sen (2000) pondera de forma incisiva ao afirmar que, ao alimentar a condição de agente do indivíduo, é possível provocar mudanças e realizações medidas de acordo com seus próprios valores e objetivos. A visão da liberdade adotada pelo autor envolve tanto os processos que permitam a liberdade de ações quanto de decisão dos indivíduos e, ao alimentar a condição de agente destas comunidades tradicionais, é possível provocar mudanças e realizações que possam estar em consonância com seus próprios valores e realidade.

Como foi visto anteriormente no Capítulo 2, há a necessidade ainda de se renovar o pensamento sobre determinadas áreas quando se trata de alcançar o desenvolvimento e a sustentabilidade. Meadows et al. (2008) sinalizaram o caminho ao chamarem a atenção para a questão do emprego, que deve ser visto não apenas como meio para cumprimento das necessidades básicas ou acesso a bens materiais, mas também para a satisfação pessoal e, para os jovens especificamente, está ligado a aceitação como adultos e responsáveis. E ainda, precisa-se renovar também a forma de interpretar as necessidades imateriais, ao considerar que as pessoas carecem de admiração, respeito, reconhecimento de uma identidade e apenas garantir isso por lei não tem sido suficiente.

O que se percebe diante do panorama exposto é que muitos aspectos foram esclarecidos e reforçados diante da literatura que já existe sobre o tema. Como por exemplo, ao considerar a dimensão social, ainda que as variáveis expostas tenham mostrado que já superamos os altos índices de analfabetismo que marcavam o perfil de escolaridade do nosso país durante as últimas duas décadas, e o acesso à escolaridade principalmente por comunidades mais isoladas tenha melhorado, para a população que fez parte deste estudo e os jovens especificamente, concluir níveis mais avançados de estudo ainda tem se mostrado um

fator que motiva a não permanência dos mesmos nas áreas de Reserva. Economicamente, mesmo estando envolvidos com a pesca artesanal, e, em alguns casos, com a agricultura de pequena escala, turismo e produção de artesanato, melhores oportunidades de emprego e renda são fatores que motivam a não permanência do jovem pescador. Esses fatores são somados aos problemas enfrentados pela pesca artesanal que colocam em risco a sustentabilidade da profissão.

Por fim, o panorama apresentado mostrou que é preciso continuar investindo nestas dimensões de forma mais acentuada, buscando superar essas limitações dentro de uma perspectiva integrada. Apesar dos esforços empreendidos até o momento, que são considerados avanços tanto do ponto de vista político quanto institucional, considerando toda a trajetória de tentar estabelecer um arranjo que desse conta da nossa realidade socioeconômica e ambiental, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que os objetivos de constituição das Reservas Extrativistas Marinhas sejam alcançados.

Os dados apresentados neste capítulo trouxeram esclarecimentos que reforçam que, mesmo se tratando de seis Reservas Extrativistas Marinhas classificadas dentro da mesma categoria, não existe um modelo ou esquema único a ser adotado já que cada território precisa avaliar suas implicações, potencialidades, e limitações sociais, econômicas e ambientais. No entanto, a apresentação dos dados deste capítulo mostrou uma lacuna que o conjunto capacitário não conseguiu abranger de forma mais esclarecedora, que é a dimensão cultural. Ela apareceu de forma transversal ao longo deste tópico ao mostrarmos que a atividade de pescador artesanal está sendo repassada aos mais jovens, a existência de uma projeção positiva que envolve sentimentos e ligações familiares e com o território, justificando a perspectiva de permanência para alguns jovens. Por isso, os capítulos que seguem procuram compreender melhor como se dá esse processo de transmissão da atividade tradicional, como esse processo ocorre e quais suas características. Os dois últimos capítulos deste trabalho vão se concentrar em uma das Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas neste capítulo, que terá a finalidade de ouvir dos próprios pescadores artesanais e jovens pescadores artesanais, quais as limitações e perspectivas futuras para a sustentabilidade dessa atividade.

## **CAPÍTULO 4**

### **TRANSMISSÃO GERACIONAL: PROCESSOS E IMPLICAÇÕES**

Este capítulo está subdividido em três partes: a primeira apresenta o esforço em compreender o conceito de geração, de suas formulações iniciais até as primeiras rupturas com a ideia de que uma geração é marcada apenas por um ciclo cronológico. Entender o conceito de geração é indispensável para que possamos adentrar na segunda parte, que expõe as contribuições de pesquisadores que tratam do processo de transmissão geracional, colocando-se em evidência o papel da família no processo de transmissão. Ainda nesta parte são apresentadas noções importantes ao tema da transgeracionalidade como: a solidariedade, mitos e lealdades. Na terceira e última parte, levantamos uma discussão sobre a juventude, já que a mesma aparece desde o primeiro tópico que se inicia com o conceito de geração até as noções do processo de transmissão geracional aparecendo de forma transversal. Junto com as reflexões a respeito das juventudes brasileiras, elementos importantes sustentam a reflexão como identidade, memória, projeto de vida e o campo de possibilidades que fecham o desencadeamento da discussão proposta.

#### **4.1 O CONCEITO DE GERAÇÃO**

O estudo sobre o conceito de geração não é uma tarefa simples. Segundo Tomizaki (2010) consiste em um esforço complexo que envolve a intensidade das lutas silenciosas que são travadas entre as diferentes gerações e a importância que possuem as alianças e os atos de solidariedade que podem existir na formação de novas gerações. Por isso, a autora enfatiza que realizar um estudo geracional significa estar preparado para analisar disputas, alianças, rupturas e continuidades entre uma geração e outra. É preciso “dimensionar de maneira cuidadosa e profunda as formas e intensidades assumidas pelas relações que unem e, ao mesmo tempo, distanciam as gerações” (TOMIZAKI, 2010, p.329).

Ainda segundo a autora, transmitir e herdar significam movimentos que colocam as gerações diante do desafio de escolher como devem se conduzir em relação à herança, que pode ir dos bens materiais aos estritamente simbólicos, podendo ser analisada tanto pelo ponto de vista das microrrelações sociais, quanto em relação à dimensão macrossocial (como os sistemas regulados pelo Estado). Gotman (1998), ao se referir à herança, explica que se trata de um mecanismo que envolve a produção e a reprodução da família ao longo do tempo. Por vezes é interpretada como um sistema de obrigações que expressa fatos normativos em

que não está em jogo somente a aplicação de um direito, mas a materialização de estratégias familiares que se dão pela interiorização de valores morais que refletem no modo como o indivíduo organiza sua visão e atuação no mundo. Por isso, para Tomizaki (2010), tentar compreender a relação entre diferentes gerações coloca em evidência um dos maiores problemas do homem, a finitude da vida. Os processos de transmissão tendem a envolver situações de conflito, já que podem determinar a morte (física ou simbólica) de um dos grupos que se confrontam. O próprio fenômeno geracional pode provocar mudanças tanto na forma como as gerações mais jovens são educadas, quanto naqueles que têm a tarefa de transmitir algo.

Os primeiros estudos sobre o conceito de gerações tiveram origem nas Ciências Humanas no século XIX, quando os trabalhos ligados à História concebiam a noção de geração como um instrumento metodológico utilizado para medir o tempo histórico. No entanto, como mostra Tomizaki (2010), no início do século XX começaram a surgir perspectivas teóricas que introduziram o conceito de gerações nas Ciências Sociais.

Feixa e Leccardi (2010) explicam que Comte havia formulado uma lei geral que articulava o ritmo da história à duração média da sucessão entre as gerações. O sociólogo apresentou uma concepção a respeito do tempo das gerações e se esforçou na identificação de um tempo mensurável para demonstrar um progresso linear. Nos estudos desse autor, a palavra-chave era “continuidade”, que seria o resultado do entrelaçamento entre as mudanças produzidas pela nova geração e a estabilidade mantida pelas gerações mais velhas. Comte afirmava que o ritmo que poderia ser calculado pela medição do tempo necessário para que uma geração pudesse ser substituída na vida pública era de cerca de 30 anos. Nesse ponto de vista, o progresso era identificado com a chegada das novas gerações, não significando a desvalorização do passado, pois, assim como acontece com o organismo humano, o tempo social também está sujeito a desgastes. No entanto, neste caso, as partes gastas podem ser facilmente substituídas a partir do momento em que as novas gerações tomam o lugar das antigas.

Dilthey, por outro lado, como mostram Feixa e Leccardi (2010), considerava mais importante a qualidade dos vínculos que os indivíduos das gerações mantêm em conjunto. Sob esse ponto de vista, as gerações são definidas em termos de relações de contemporaneidade e consistem em pessoas que partilham o mesmo conjunto de experiências. São as experiências históricas que delimitam o pertencimento a uma geração, baseadas em uma temporalidade concreta, construída a partir de acontecimentos e experiências compartilhadas.

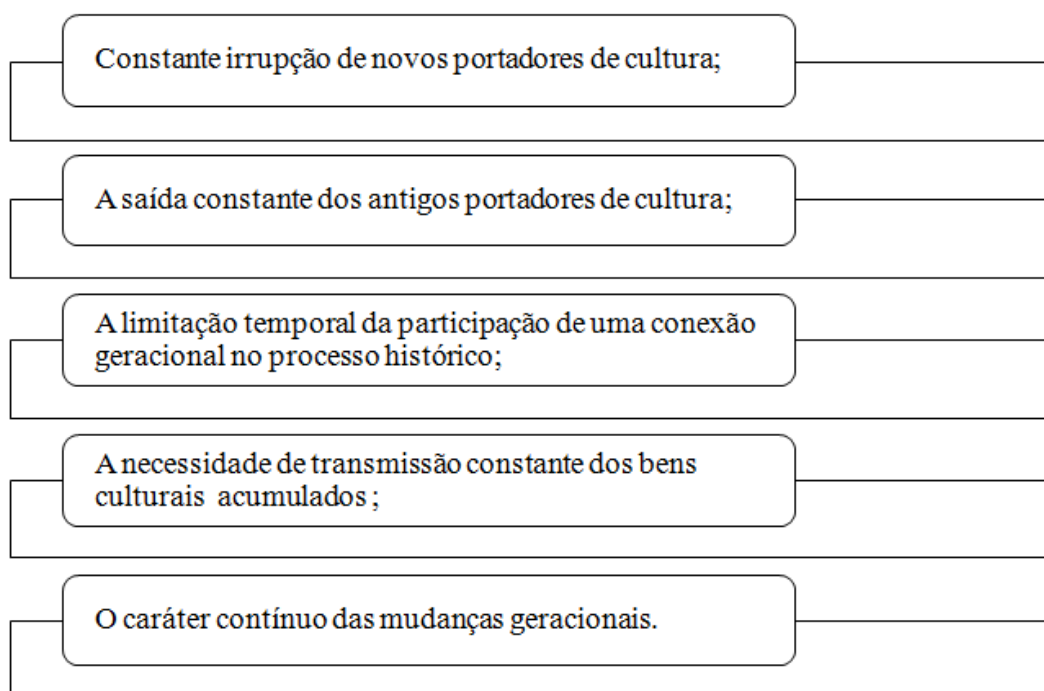
A respeito da discussão em torno das gerações, um autor importante devido a seu esforço na constituição de uma Teoria das Gerações é Karl Mannheim. Sua análise é considerada um divisor de águas na história desse conceito, pois considerou as gerações como resultado de descontinuidades históricas. Existem dois componentes centrais em sua abordagem: a presença de eventos que quebram a continuidade histórica que demarca a vida coletiva e o fato de estas descontinuidades serem experimentadas pelos membros de um grupo etário de formas diferentes. Além disso, pode-se dizer que os estudos de Mannheim (1928) diferem dos estudos anteriores devido ao fato de o autor tentar dissociar os ritmos históricos do processo de sucessão geracional. O autor estabelece uma crítica aos estudos que submetiam o processo de transmissão a um ritmo de gerações por intervalos regulares (primeiros 30 anos de formação), além de considerar que indivíduos que experimentam anos de crescimento ou convivência interligados por uma unidade geracional possuem maior disposição à receptividade e posteriormente influências culturais, intelectuais, políticas e sociais de sua época.

Em seus trabalhos, o autor evidencia que a formação e a sucessão das gerações estão intimamente ligadas aos processos históricos de mudança social. Isso porque a dinâmica social seria a causa da entrada e criação de novos impulsos de geração. Um novo modelo de geração é marcado pelas diferenças em relação às gerações anteriores motivado pelas transformações na sociedade. São as limitações ou diferenças nas posições ocupadas pelos indivíduos no espaço sócio-histórico em determinados campos de ação e de acontecimentos que produzem uma forma de viver e pensar no processo histórico. Essas posições ocupadas pelos indivíduos são similares tanto na situação de classe (na qual as condições socioeconômicas constituem uma base comum entre os indivíduos) como na situação geracional. De acordo com o autor, estar em uma situação de classe ou geracional implica estar atrelado a contextos sócio-históricos que são capazes de contribuir nos modos de pensar e agir.

[...] só se pode falar de uma situação de geração na medida em que os indivíduos que entram simultaneamente na vida participem potencialmente em acontecimentos e experiências capazes de criar laços entre eles. Somente um mesmo quadro de vida histórico-social permite que a situação pelos nascimentos no tempo cronológico torne-se uma situação sociologicamente pertinente (MANNHEIM, 1928, p. 52).

É importante ressaltar que Mannheim (1928) não desconsidera a importância do critério biológico (idade) na definição do fenômeno geracional. O mesmo acredita que a contemporaneidade cronológica constitui uma situação de pertencimento a uma geração. Na visão do autor, existem cinco aspectos que sinalizam uma sociedade marcada por mudanças

geracionais. A Figura 31 mostra os elementos que são importantes do ponto de vista dinâmico e interativo.



**Figura 31.** Elementos importantes da mudança geracional na concepção de Mannheim.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Mannheim (1928).

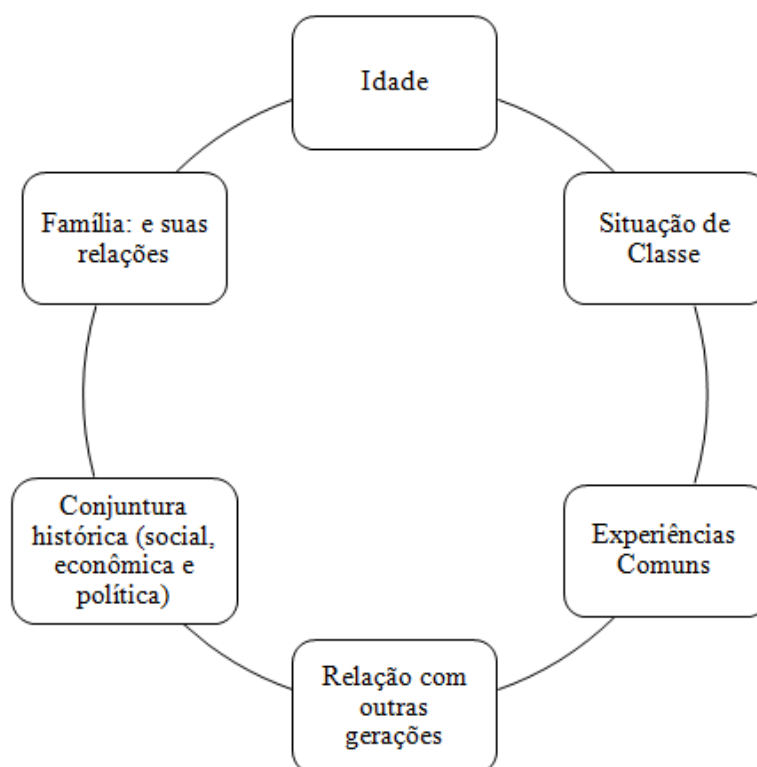
A constante irrupção de novos portadores de cultura seria a entrada de novos indivíduos no processo de transmissão. O autor explica que diferente de uma sociedade utópica, a nossa sociedade se renova geracionalmente, uma vez que a criação e o acúmulo de cultura acontecem em indivíduos diferentes, impedindo o acúmulo de bens constantes e produzindo uma revisão permanente que permite perceber o que ainda é útil e o que ainda não foi conquistado. Na opinião de Mannheim, para a continuação da vida social a saída constante dos antigos portadores de cultura é tão importante quanto a constante irrupção de novos portadores. Chama atenção para a configuração da memória social que está presente junto à acumulação de cultura, na medida em que são produzidas experiências que ficam disponíveis às ações futuras. As vivências passadas se fazem presentes como modelos que orientam as ações e condutas dos indivíduos, mas são passíveis de reflexão e reorientação:

[...] Sólo es preciso que la selección se haga consciente, que se torne reflexiva, allí donde ya no bastan las transformaciones semiconscientes de los tradicionalistas. Fundamentalmente se racionalizan y se hacen reflexivas sólo aquellas esferas que se han vuelto cuestionables por las transformaciones de la contextura histórico-social, aquellas donde la transformación necesaria ya no se realiza sin reflexión y donde la reflexión viene a convertirse en una técnica de desestabilización (MANNHEIM, 1993,p.214).

A limitação temporal da participação de uma conexão geracional no processo histórico implica, de acordo com o autor, que não é suficiente nascer em um mesmo tempo cronológico sendo um indivíduo jovem, adulto ou idoso (determinação mecânica); o que caracteriza a posição dos indivíduos nascidos na mesma época é a estratificação das experiências, a possibilidade de presenciar e experimentar os mesmos acontecimentos (posições de afinidade). Já a necessidade de transmissão constante dos bens culturais acumulados envolve o papel e o desafio que as gerações mais velhas possuem em relação às mais novas ao tentar garantir que as novas gerações cresçam apresentando os mesmos comportamentos vitais e sentimentais herdados de seus antepassados. Está em jogo a dificuldade inerente quanto se trata de visões de mundo diferentes de cada uma das gerações envolvidas e o fato de que as gerações estão em constante interação, aprendendo o tempo todo umas com as outras. O caráter contínuo das mudanças geracionais, por sua vez, coloca em evidência o papel das gerações intermediárias no processo de transmissão, uma vez que são elas que exercem influência sobre as outras (MANNHEIM, 1993).

Firmando-se em Mannheim, Tomizaki (2010) explica que um grupo se constitui como sendo da mesma geração quando ele é capaz de gerar uma ressonância comum entre as pessoas envolvidas. Não se trata sempre de um grupo homogêneo em termos de ideias; no interior dessas unidades de geração há grupos concretos que, por vezes, são até mesmo opostos entre si. Por isso as experiências criadas por laços entre as pessoas podem atingir de forma diferenciada os membros de uma mesma geração.

A autora acrescenta que se o pesquisador não tiver clareza das possibilidades de coerções impostas ao grupo estudado que podem vir em função do período histórico no qual ele se formou como conjunto geracional, não lhe será possível compreender outros condicionantes da situação de geração como a idade, a situação de classe, experiências comuns e as relações intergeracionais. É preciso compreender também que as gerações familiares nunca estão deslocadas da realidade social ou histórica, pois os membros de uma geração familiar são ligados por laços que permitem compartilhar de uma situação específica. Assim, na tentativa de melhor direcionar seus estudos sobre o tema, Tomizaki (2010) elege aspectos que devem compor um quadro de análise de um conjunto geracional a ser analisado, como mostra a Figura 32.



**Figura 32.** Aspectos importantes em uma análise geracional para Tomizaki (2010).  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Tomizaki (2010).

Outras perspectivas importantes de serem referenciadas no presente trabalho foram florescendo a partir de Mannheim. Abrams ampliou as discussões ao relacionar a noção de geração à identidade, dimensão substancial neste estudo e que será melhor explorada adiante. Mas vale antecipar que esse autor colocou em evidência a relação existente entre tempo individual e o tempo social, sendo a identidade definida como a consciência do entrelaçamento da história individual e da história social. O tempo histórico-social é visto como central na definição de novas gerações e identidades sociais, pois é o processo de mudança que produz o que é anterior e posterior. Para o autor, uma geração seria o período de tempo em que a identidade é construída a partir de significados que são socialmente e historicamente adquiridos. Assim, as novas gerações iriam criando novas identidades e novas possibilidades de ação.

Segundo Foracchi (1972), também influenciada pelas contribuições de Mannheim, os membros de uma geração compartilham um acervo de experiências, situações de vida e oportunidades de trabalho. Ademais, usufruem os benefícios e a opressão, as vantagens e as desvantagens, a tensão e a alegria do destino prefigurado pelo seu modo de inserção na estrutura social. Os mesmos acontecimentos e fatos que formam as experiências de uma

geração incidem em uma identidade de vivências que conduz a uma mesma localização social, formando o estilo de conhecimento e atuação característicos de uma geração. Outro ponto importante evidenciado pela autora é que os membros de uma geração estão abertos às experiências sociais e ao processo histórico-social, e essa abertura, sobretudo de expectativas a respeito do futuro, torna uma geração diferente da outra. O comportamento de ruptura acontece igualmente de forma compartilhada, na juventude especificamente, por meio de crises intermitentes que estão ligadas às relações sociais e limites de idade que marcam essa fase transitória. Assim, a descontinuidade das gerações está intimamente ligada ao ritmo de mudança social, onde a geração adulta é sem dúvida afetada pelos mesmos fatores geradores de descontinuidades nas gerações mais jovens. Sob esse ponto de vista, o rompimento não se efetua no plano da geração adulta, mas naquilo que ela representa. Nesse sentido, os conflitos são embates de valores, onde uma geração refuta aquilo que vê como tradição e a partir disso imprime um novo ritmo social.

Foracchi (1972) adverte que a continuidade das gerações é fundamental para assegurar a criação cultural e a transmissão da cultura, assim como a formação de novos agentes sociais. Sob o ponto de vista da preservação e transmissão do patrimônio cultural, a continuidade é uma garantia de sucessão e renovação. Como em Mannheim, a autora também atribui à juventude ou a sua simples existência o constante rejuvenescimento da sociedade e em última análise sua preservação. Nesse sentido, existem aspectos de um legado cultural que originalmente se afirmam como capazes de absorver redefinições, de incorporar críticas ou não persistirem.

O conflito vai acontecer quando a crítica não for absorvida e, para a autora, barreiras de idade são irrelevantes nesse conflito que se caracteriza por ser de valores. É proeminente destacar que de acordo com essa perspectiva, sendo os jovens os representantes destes processos de rejuvenescimento e preservação, é indispensável que a sociedade assegure, a eles, recursos para preservar os fundamentos da sua atitude perante a mesma conforme foram estruturados no seio das relações familiares. “Ao mesmo tempo, é preciso que tais fundamentos se constituam nos vínculos essenciais do relacionamento do indivíduo com outros membros da sociedade o que, por sua vez, pressupõe estarem eles identificados com alvos coletivos” (FORACCHI, 1972, p.26).

Sobre esse aspecto, a autora chama atenção para dois fatos: o primeiro é a acentuação do inter-relacionamento no nível de indivíduos e gerações, e o segundo consiste na associação das compensações inerentes a tal relacionamento com objetivos que não são dos indivíduos ou das gerações, mas da sociedade. Para Foracchi (1972), é difícil supor que a geração adulta não

seja afetada pelo mesmo conjunto de fatores que gera descontinuidade entre as gerações. O que a leva a admitir que, ao contrário do que geralmente é colocado, não são duas gerações que se opõem (jovens/adultos); elas são diferentemente afetadas por um mesmo processo que rompe suas relações, mas que são resultados sociais desse processo.

Assim, o conflito das gerações desloca-se para o plano da sociedade que, polarizada, se coloca em uma posição aberta aos jovens e adultos, resumindo-se em aceitar o sistema, usufruir de suas oportunidades ou rejeitar o mesmo, tentando reconstruí-lo de forma parcial ou não. Há na juventude, como expressa a autora, um significado que a transcende ao se afirmar como uma etapa de sacrifício, uma resposta da própria sociedade à incapacidade adulta de construir uma vida mais plena.

Após mapear o conceito de geração e as implicações do rompimento com as primeiras ideias de que o conceito estaria atrelado apenas a um período biológico, assim como considerar que acontecimentos e o contexto sócio-histórico são importantes nesta compreensão e nos estudos sobre geração, o próximo tópico se dedica ao processo de transmissão geracional e às dimensões e o papel da família neste movimento de transmitir.

#### 4.2 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL

Foi exposto no tópico anterior que, a partir dos estudos de Mannheim, passou-se a se considerar que indivíduos que experimentam anos de crescimento ou convivência interligados por uma unidade geracional possuem maior disposição à receptividade de influências culturais, intelectuais, políticas e sociais de sua época. Em seus trabalhos, o autor concorda que a formação e a sucessão das gerações estão intimamente ligadas aos processos históricos de mudança social, mas porque a dinâmica social seria a causa da entrada e criação de novos impulsos de geração. Entendemos que um novo modelo de geração é marcado pelas diferenças em relação às gerações anteriores e motivado pelas transformações constantes na sociedade. São as limitações ou diferenças nas posições ocupadas pelos indivíduos no espaço sócio-histórico em determinados campos de ação e de acontecimentos que produzem uma forma de viver e pensar no processo histórico. Tal perspectiva, ao colocar o foco analítico nos indivíduos, nos grupos sociais, nas instituições e na cultura, influencia a agenda de pesquisas subsequentes sobre as relações geracionais, inclusive sobre a juventude contemporânea.

Garcia (2007) destaca que os conteúdos culturais transmitidos das gerações mais velhas para as mais jovens não permanecem intactos ao longo do tempo. A alteração de alguns conteúdos culturais pelas gerações se deve à influência dos condicionantes históricos-sociais

que fazem parte do tempo e do espaço vivenciados por elas. Uma característica importante da transgeracionalidade nas famílias, que de acordo com a autora vai além da mera repetição de padrões culturais, é a tentativa de rejeição do modelo familiar de origem e a busca de novos padrões pelas gerações mais jovens. É indispensável salientar que mesmo nesses casos ocorre a transmissão cultural, ainda que estas gerações mais jovens repensem os conteúdos culturais recebidos e tentem não reproduzir os aspectos considerados desfavoráveis ao bem estar das gerações precedentes. Isso porque, como mostra a autora, a busca por alterações, mudanças ou oposição aos modelos existentes faz parte da constituição da história social das famílias.

Esse processo de transmissão através das gerações pode ser definido por meio de “legados, mandatos, mitos e lealdades” que se perpetuam, fazendo parte da história familiar. Além disso, destacam-se os valores transmitidos pela família que permitem a continuidade da identidade familiar ao longo do tempo (ALMEIDA E MAGALHÃES, 2011). Considera-se ainda que a transmissão geracional não ocorre somente dentro das fronteiras familiares, mas também pelos valores culturais de determinada sociedade na qual o indivíduo está inserido sendo a família um núcleo de cultura, com seus costumes e tradições que funcionam como uma lente através da qual se interpreta a realidade.

A literatura ressalta esse papel primordial exercido pela família no processo de transmissão e nos modelos de projetos de vida das gerações mais jovens. Autores como Eisenstadt (1976), Cervený (2001), Sarti (2004) e Almeida (2013) realçam essa importância devido ao fato de na família residirem vários tipos de relações sociais e atividades que são combinadas em seu cotidiano. As perspectivas trazidas por esses autores trazem noções importantes para este estudo, das quais se pode citar a solidariedade, os mitos e as lealdades, assim como o fato de que esses aspectos exercem influência em escolhas individuais, a exemplo da escolha profissional.

Eisenstadt (1976) defende que é a combinação de várias atividades que permite à família desempenhar sua função socializante e também que ela seja o principal fundamento da solidariedade e continuidade social. É no âmbito familiar que o autor identifica um processo de aprendizado de atividades instrumentais que são regulamentadas de acordo com certos padrões e valores. O autor ainda estende sua explicação ao mostrar que no âmbito das relações de parentesco e dos grupos familiares ampliados (além do âmbito da família nuclear), o alcance das relações instrumentais é ainda maior, uma vez que está ligado a um grande número de atividades e associações que podem ser políticas, econômicas, dentre outras. A estrutura básica para essas relações é a solidariedade, que é regulada de acordo com orientações e valores recebidos dentro da família. O autor vai além ao mostrar que apesar de a

família ser esse primeiro ambiente da socialização, as relações de parentesco e com os grupos de descendência não são a única base que mantém a estrutura social, pois há sempre outras esferas, arranjos sociais e institucionais que também fazem parte desse processo.

Além disso, o autor supracitado exemplifica mostrando que as relações econômicas podem possuir critérios que, por vezes, diferem dos critérios que prevalecem na família. Nesses casos, o padrão de equilíbrio entre as relações instrumentais, de solidariedade que existem no âmbito familiar não se mantém. Se o sistema geral de normas da sociedade se harmoniza com normas familiares, a transferência da identificação e extensão da solidariedade é um processo relativamente fácil. Porém, quando os princípios integrativos da estrutura social diferem daqueles que regem o comportamento familiar, é impossível para o indivíduo não ter de mudar certos padrões de comportamento para ser capaz de alcançar um pleno status na sociedade. Mesmo assim, pode-se dizer que há um respeito à solidariedade gerada no seio familiar, uma vez que um problema de manutenção da solidariedade familiar pode fazer o indivíduo buscar meios de transferir essa solidariedade “básica” da família para as esferas não familiares.

Sarti (2004) apresenta uma abordagem de família como um universo de relações que se delimitam pela história que é contada aos indivíduos desde que nascem. Isso acontece por meio de palavras, gestos, atitudes e até mesmo silêncios que serão reproduzidos e ressignificados. Tudo isso vai depender dos diferentes lugares e momentos ou até mesmo dos papéis assumidos pelo indivíduo dentro do grupo familiar. A autora parte da ideia de que a família se delimita simbolicamente, baseada em um discurso sobre si própria que opera como um “discurso oficial”. E é precisamente fundamentado nos padrões de referências familiares que o indivíduo vai se constituindo socialmente.

Para a mesma autora, as fronteiras da família, delimitadas pela história que vai sendo contada aos indivíduos ao longo da vida, são constantemente redefinidas pelas diferentes mensagens que chegam, vindas também do mundo. Além do mais, é importante realçar que cada indivíduo conta essa história de sua forma. Ou seja, ela é recontada de maneiras diferentes para cada um dos membros que compõem o universo familiar. Assim, conforme o lugar do qual ouvem e falam, vão construindo múltiplas histórias. Sarti (2004) explica também que trata-se de um processo que é atualizado de forma permanente ao longo da vida e não refere-se apenas ao indivíduo em relação à sua família, mas também às formas alternativas de organização familiar ante “modelos” legitimados socialmente. Desse modo, os limites do mundo familiar, demarcados pela história que a família conta sobre si, são abalados pela ação individualizada de cada um de seus membros, que reagem singularmente às relações

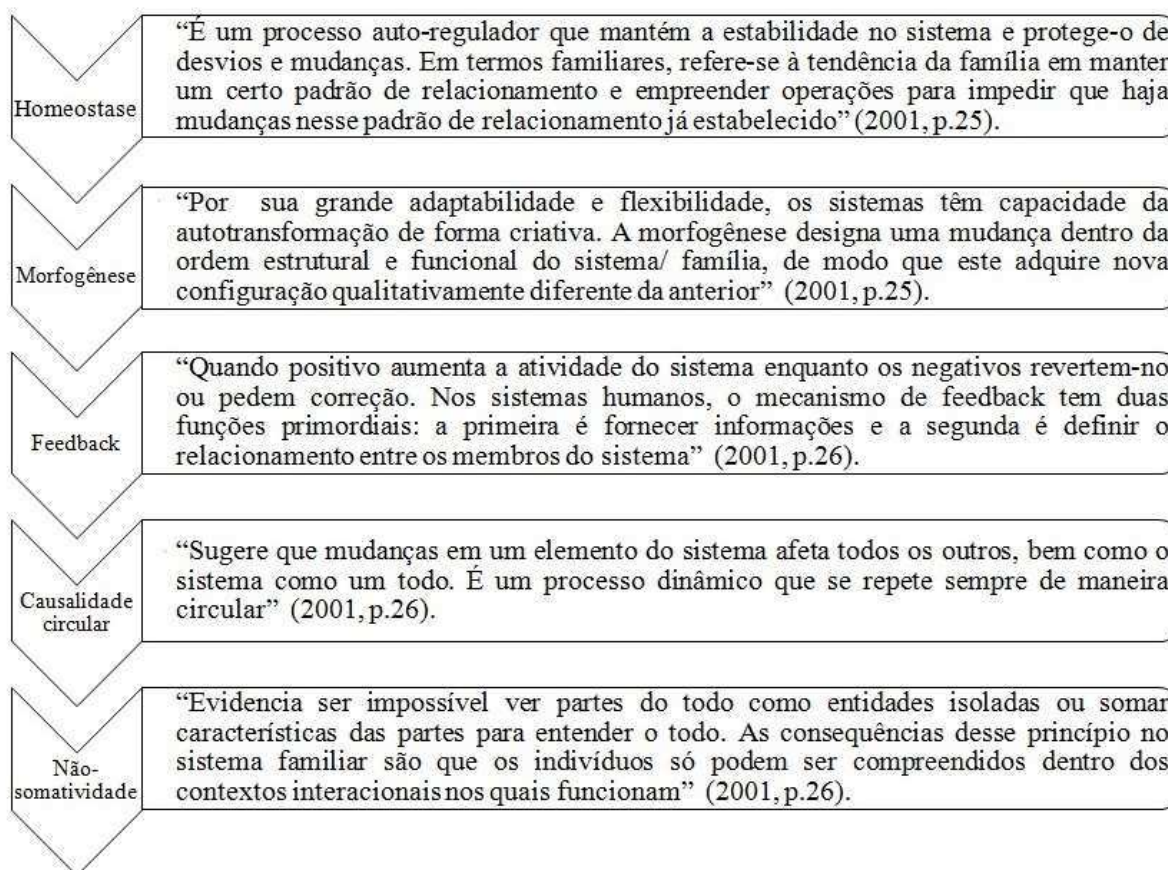
internas e trazem para a convivência cotidiana a experiência também com o mundo exterior.

A tensão entre os diferentes discursos familiares manifesta a singularidade da família no mundo contemporâneo. Ela é, ao mesmo tempo, auto-referida em sua construção do “nós”, e segundo a autora, estabelece o mundo privado influenciado pelo mundo exterior que vai trazendo para o indivíduo a dimensão do “outro” com o qual tem que lidar. Desse modo, a família se estabelece pela construção de identidades, algo que vai demarcar um constante confronto, pois “sem deixar entrar o mundo externo, sem espaço para a atividade, a família confina-se em si mesma e se condena à negação do que a constitui, a troca entre diferentes” (SARTI, 2004, p. 122).

Sarti (2004) introduz outro aspecto relevante que é a forma como a família constrói seus mitos, o que acontece a partir do que ouve de si mesmo. Desse modo, cada família constrói sua própria história, seu próprio “mito” que pode ser entendido como uma formulação discursiva em que são expressos o significado e a explicação da realidade vivida. Normalmente são baseados em elementos objetivos ou subjetivos acessíveis aos indivíduos na cultura e sociedade em que vivem. Os mitos familiares, que são expressos nas histórias contadas, vão cumprir o papel de infundir uma marca da família e na herança a ser perpetuada.

Cervený (2001), apesar de trazer o entendimento da família segundo a teoria de sistemas, amplia o entendimento do papel da mesma neste processo de transmissão ao apresentar o núcleo familiar como um sistema interpessoal que pode ser definido como um circuito de retroalimentação, uma vez que o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas, e apesar de a autora trazer essa abordagem sob o ponto de vista da Psicologia, esse entendimento se aproxima das formulações de Mannheim (1928) e Forachi (1972) dentro da Sociologia expostas anteriormente.

A autora esclarece que, como qualquer outro sistema, a família opera de acordo com princípios como a homeostase, morfogênese, *feedback*, causalidade e a não-somatividade (Figura 33).



**Figura 33.** Princípios pelo qual a família opera de acordo com Cerveny (2001).  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Cerveny (2001).

Interessa-nos destacar neste trabalho os princípios do *feedback*, da morfogênese e da causalidade circular que mostram que a partir de um *feedback* negativo a família adquire grande potencial de adaptabilidade e flexibilidade, o que expõe sua capacidade de autotransformação de forma criativa. Seguindo o princípio da causalidade circular, um membro da família que é afetado por algum tipo de mudança pode influenciar os demais, o que implica que cada membro do sistema familiar pode influenciar o outro, sendo ao mesmo tempo influenciado pelos demais. São as influências mútuas do cotidiano da vida familiar. A morfogênese realça a potencialidade de transformação da família, ou seja, ela possui um potencial para a mudança de modo que o modelo familiar pode adquirir novas configurações diferentes da geração anterior. Assim, a família quebra padrões interacionais do passado e pode fazer reformulações no presente que não deixam de assegurar a continuidade de uma geração para a outra em meio às mudanças externas. Esse potencial para a mudança e habilidade de criar novos valores faz com que os pais dividam com seus filhos um sentido de passado duradouro que está conectado com o potencial de mudança no futuro.

Assim como Sarti, Cervený (2001) explora a “figura” do mito familiar que é definido por ela como um número de crenças bem sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família a respeito de seus papéis e natureza de sua relação. A autora explica que em outras leituras, como em Maurizio Andolfi, os mitos são colocados como estruturas móveis que são construídas e modificadas com o tempo. Para este autor, o mito familiar é um conjunto de leituras da realidade, no qual elementos da realidade e fantasia coexistem, e são em parte herdados pela família de origem e em parte pela família atual. O sistema de valores de uma família pode tipificar-se por mitos que os membros compartilham durante várias gerações. A perspectiva trazida pela autora expõe que existe uma ligação íntima entre os mitos e a cultura, o tempo e o espaço, e na família isso fica muito evidente.

Desta forma, acontecimentos que ocorreram com gerações passadas ou até mesmo com outros membros da família atual são “guardados” no que Cervený (2001) chama de “livro da história familiar” e serve de subsídio para outros mitos, tornando-se característico daquele grupo familiar. Os segredos familiares ou acontecimentos não vergonhosos servem muitas vezes para criar união em nível intrafamiliar, o que também contribui para a formação de uma identidade específica daquele grupo. O mito familiar também é explorado por Almeida (2013) que acrescenta ainda o tema das lealdades invisíveis a esse entendimento. Explica que essa figura tem por finalidade garantir a proteção da família em relação ao exterior, assim como a sua coesão interna. Para a autora, os mitos podem ser encontrados quando são resgatadas as histórias das famílias de origem. Fazem parte de uma espécie de mitologia, como se fosse uma crença inconsciente transmitida através das gerações, que quando compartilhada modela os membros nascidos dentro daquela família.

A autora destaca ainda o poder que os mitos familiares podem exercer sobre a vida de seus membros, uma vez que podem influenciar as escolhas do indivíduo, apontando para questões acerca de identidade e de propósito de vida. Essa importância tem relação também com o equilíbrio homeostático familiar, dando um sentido de pertencimento, ou seja, recusá-lo pode ter o sentido de negação de vínculos de dependência e amor, causando até um sentimento de não pertencimento ao grupo família. A autora considera que podem ser nocivos ou desorganizadores, dado o nível de complexidade ou modificação que são capazes de acrescentar ao ambiente familiar, promovendo: ansiedades, rupturas, distanciamentos, podendo ser até mesmo uma ameaça à identidade familiar.

Por fim, a respeito do mito, destaca que a memória familiar é caracterizada por um movimento de seleção daquilo que é bom a ser assegurado a uma linhagem que aja de acordo com suas expectativas, ou seja, “ao mesmo tempo transmissão de conteúdo e informações é

também uma forma de selecionar aquilo a ser esquecido para sustentar e transmitir o mito do grupo familiar” (ALMEIDA, 2013, p. 66). Conforme Almeida (2013), o processo familiar existe na dimensão linear ao longo do tempo. Há um impacto de vida, de uma geração, sobre aquelas que a seguem. Nesse sentido, um evento em determinado nível pode afetar os relacionamentos em cada um dos outros níveis, podendo-se afirmar que, quando um indivíduo passa por mudanças em um dos estágios de desenvolvimento do seu ciclo de vida, o ciclo de vida familiar também é alterado.

Nesse ponto da discussão a autora introduz duas dimensões que interessam diretamente aos objetivos do presente trabalho, que seriam as dimensões: profissional e das lealdades invisíveis. Explica que a escolha por uma profissão seguida por outros membros da família pode representar um estado de maior indiferenciação, uma vez que, nesta repetição da escolha, o indivíduo encontra identificações com conteúdos transmitidos pelas gerações anteriores. Contudo, na medida em que ele amplia a sua carreira, pode vir a experimentar um grau maior de diferenciação e autonomia em relação aos outros membros da família.

Assim, o que se pode dizer é que as lealdades invisíveis na família podem ser percebidas, principalmente, pela repetição de eventos através das gerações. Isso pode acontecer por meio da repetição de um mesmo papel na família por diferentes membros, de uma mesma condição social e no que diz respeito à qualidade dos relacionamentos tanto amorosos, como profissionais. É através da transmissão dos mitos, valores, legados e das lealdades que o indivíduo repete determinados padrões relacionais, comportamentos ou escolhas de gerações anteriores.

Segundo Almeida (2013), o conhecimento dos mitos e expectativas familiares podem ajudar o jovem em sua escolha e em seu futuro profissional, visto que ele irá reconhecer os mitos e outros processos transmitidos a exemplo das lealdades e os legados, e absorve à sua história. “Ele pode fazer uma opção mais consciente daquilo que deseja para o seu projeto profissional e buscar uma diferenciação da família” (ALMEIDA, 2013, p.73).

Normalmente, de acordo com a autora, os conteúdos geracionais passam de uma geração para outra de forma “invisível”, levando o indivíduo a ser leal e corresponder às expectativas das gerações anteriores. A autora afirma que se pode entender que a repetição da profissão na família é uma forma de ser leal ao grupo familiar e de garantir o pertencimento no grupo. Para além do pertencimento, pode-se entender também pelo sentido de dar continuidade ao projeto da família, aceitando a herança profissional, fundamental para a família, uma vez que assegura o princípio de homeostase familiar, visto anteriormente.

Contudo, ao mesmo tempo em que essa transmissão de seus mitos, legados, lealdades e valores acerca da escolha profissional acontece de forma “invisível”, também podem ocorrer “empecilhos” à escolha profissional, por intermédio de opiniões declaradas acerca de suas expectativas. Consequentemente, pode parecer que aquele indivíduo que degenera deixa de pertencer ao seu grupo de origem. Seguir a tradição familiar pode trazer a segurança de se manter na família e perpetuar o legado de gerações anteriores. Quando o indivíduo não é leal a esse legado, ele pode atribuir-se um sentimento de culpa pelo rompimento daquilo que ligava seus ancestrais às novas gerações.

Almeida (2013) entende a transmissão dos valores familiares ao longo das gerações como uma das formas de perpetuar a família e garantir a continuidade de seu patrimônio. Para a autora, esse entendimento vai além do sinônimo de crenças familiares; os valores familiares são referências da vida individual e coletiva que o grupo familiar transmite, seja de forma implícita ou explícita, a sua nova geração. Isso acontece por meio das práticas educativas familiares e das ações cotidianas que os pais e outras gerações vão transmitindo.

Por isso, a família possui papel de extrema importância para esse processo, uma vez que ao nascer, o indivíduo já é inserido em uma conjuntura organizada, conforme os padrões construídos pela sociedade e absorvidos pela família. Cada grupo familiar traz uma cultura própria, carregada de valores, mitos, hábitos e formas de interpretar o mundo. É no dia a dia, com as relações cotidianas, que esse conteúdo se transmite. A autora salienta que é importante acentuar que a transmissão geracional dos valores não acontece de forma linear, ocorre em um contexto mais complexo, construído por diferentes fatores que se cruzam e, por vezes, se complementam. Ademais, vale recordar que aquilo que é transmitido não permanece intacto através dos tempos, passa por alterações, de acordo com a influência de condicionantes históricos e sociais vividos por cada geração. Destaca-se também, com base nesta perspectiva, que esses valores são aprendidos quando unidos à experiência, ou seja, o indivíduo absorve determinado conteúdo quando ele o vivencia, introduzindo-o na prática ao longo de sua experiência.

Almeida (2013) explica que os membros das gerações mais velhas inculcam essas regras, mitos e valores fazendo com que o membro mais jovem se aproprie de seus hábitos e, conforme o indivíduo se torna adulto, sem se dar conta, adota as formas de agir e a visão de mundo dos seus familiares. Da mesma forma, ele tende a transmitir seus hábitos, valores e visão de mundo para as gerações seguintes, conservando a lealdade familiar. Assim, as gerações mais velhas, ao transmitirem os valores e os mitos familiares, concedem ao indivíduo um papel e um destino, dentro das leis familiares. De acordo com a autora,

Boszormenyi-Nagy e Spark chamam esses conteúdos de “lealdades invisíveis”, uma vez que percorrem as gerações, sem serem ditos explicitamente. Funciona como um fio invisível, pois podem influenciar o comportamento do indivíduo sem que o mesmo se dê conta, no entanto, por vezes, os efeitos são visíveis, existindo a consciência de que determinada escolha se fundamenta na lealdade ao grupo.

A autora sustenta que em momentos como o casamento, o nascimento de um filho ou a escolha profissional, se deve buscar equilíbrio entre as expectativas de lealdade da família de origem. O indivíduo de alguma forma é sempre leal às suas origens, mesmo quando não pode fazê-lo de forma explícita, será feito de forma velada, se manifestando através de sintomas, como por exemplo, sentimentos que podem ser de culpa ou rejeição por parte de outros membros da família. A noção de lealdade é considerada por Almeida (2013) como fundamental para compreender a estrutura de relação das famílias, assim como o cumprimento dos legados e as repetições que ocorrem de geração a geração (comportamentos, atitudes e escolhas). Além do que, os compromissos firmados pela lealdade tecem uma rede bem resistente que mantém unidas as partes do sistema familiar. Pode-se dizer que as lealdades são de grande relevância uma vez que marcam o pertencimento do indivíduo ao grupo e garantem a sobrevivência do grupo familiar através das gerações.

O próximo tópico é dedicado à reflexão a respeito da juventude, que como visto ao longo dos dois primeiros tópicos apresentados neste capítulo, aparece como ator fundamental de rejuvenescimento da sociedade e, por vezes, carrega a incumbência da preservação de legados familiares. No entanto, existem contextos em que apesar de assumir um legado cultural, é preciso que essa nova geração estabeleça redefinições, incorpore críticas ou até mesmo rompa com esse legado. Pensando nestas questões, após entender como ocorre esse processo de transmissão e compreendendo o papel e o valor da família, o próximo tópico apresenta as noções de identidade e projeto de vida na trajetória do jovem.

#### 4.3 JUVENTUDE, IDENTIDADE E PROJETO DE VIDA

A noção de juventude foi apropriada por diferentes enfoques que, ao longo da história de construção do conceito, assumiu aspectos da corrente geracional, tomada como um conjunto social composto por indivíduos que integrariam uma mesma fase da vida. Em outros momentos assumiu aspectos que caracterizavam uma cultura juvenil específica, de geração definida em cortes etários. Já em momentos distintos, a juventude aparece influenciada pela corrente classista e foi compreendida como um conjunto social heterogêneo, composto por

diversas culturas juvenis em função das diferentes composições de classe. Os primeiros esforços dentro da Sociologia sobre a temática da juventude, de acordo com Tavares (2012), datam do século XVIII e localizavam a juventude como componente de um sistema de valores já prescritos. Os jovens precisavam conhecer os limites e regras sociais e internalizá-las para se integrar à sociedade. O autor continua expondo que, mais tarde, em função do industrialismo, outros aspectos começaram a colocar os jovens em foco, como a violência urbana e a criminalidade juvenil. Nesse momento, muitas perspectivas psicológicas surgiram na tentativa de identificar as possíveis causas da delinquência juvenil.

Já no século XX, a obra *Adolescense* de Stanly Hall, de 1904, apresentou uma nova perspectiva que vinculava a temática a uma abordagem Psicogenética. O argumento do autor dessa obra era de que os aspectos biológicos seriam definidores da personalidade do jovem. No entanto, as posições assumidas por Hall foram duramente criticadas, uma vez que não consideravam o papel da cultura como elemento também importante na construção da personalidade juvenil. Tavares (2012) menciona que posteriormente, nos anos de 1920, começam a aparecer os primeiros delineamentos que trouxeram o conceito de geração. Podem-se mencionar trabalhos de autores como Spranger, Dilthey e especialmente os esforços de Mannheim, que representa um marco na construção de um campo de estudos sobre a Sociologia da Juventude.

O autor refere-se ainda à escola de Chicago ao destacar a importância de obras que se debruçaram sobre o estudo da juventude urbana (convívio com gangues e imigrantes) apontando anomalias, desvios sociais e conflitos que existiam no espaço urbano resultantes da pobreza, da falta de reconhecimento e do processo de urbanização. Mais adiante, outras abordagens como a de Parsons trouxeram para a discussão o caráter de ordem estrutural, discutindo a emergência da adolescência, que ocorre a partir do desenvolvimento de padrões de comportamento que combinavam elementos geracionais e elementos ligados aos papéis sexuais nos estilos dos garotos e garotas. Essa perspectiva mostrava que os jovens, sobretudo das classes médias norte-americanas, em suas formas de interação com outras gerações, exprimiam novos elementos que possibilitaram a definição de uma “cultura juvenil”.

Após a Segunda Guerra, essa tendência nos estudos de investigação da cultura juvenil abre espaço para a ênfase nas classes sociais. Neste contexto, a juventude de classe operária ou das classes médias (associada a movimentos de contracultura) aparece nas investigações ao configurar enfrentamentos às contradições da cultura parental. Eisenstadt (1976), interessado nas investigações intergeracionais, considera a juventude um grupo social específico quando não existe ajustamento entre as regras sociais no interior dos grupos familiares. A respeito da

perspectiva desse autor, Tavares (2012) expõe que cada indivíduo passa por diferentes gerações durante a vida. Em cada um desses estágios existem determinadas regras que devem ser seguidas de acordo com os papéis sociais desempenhados (crianças, adultos ou velhos). Dentro da lógica social, quando os valores transmitidos pela família não permitem aos jovens chegar ao status social pretendido, ele passa a se localizar em grupos específicos de geração. Ao fazer parte dessas coletividades, o jovem compartilha suas frustrações com os que sofrem do mesmo tipo de segregação social.

Os movimentos norte-americanos e europeus influenciaram as primeiras publicações sobre juventude no Brasil. Os primeiros estudos sobre o tema, até meados de 1970, estavam voltados para a investigação de como o jovem se estabelecia como geração em uma estrutura social distribuída em classes e status sociais. Isso devido à situação de desigualdade no Brasil que se materializava a partir das mudanças demográficas advinda da crescente urbanização e do trabalho assalariado. Nesse período, cabe destacar o trabalho de Madeira (1986) a respeito da juventude paulista, que realçava o aumento da contratação de empregados na faixa etária de 10 a 17 anos, evidenciando as estratégias familiares de sobrevivência que motivaram a população jovem a se inserir cada vez mais cedo ao mercado de trabalho. Posteriormente, a juventude universitária ganhou destaque, influenciada pelos movimentos estudantis que cada vez mais se envolviam com movimentos sociais e dos trabalhadores. Tavares (2012) explica que nesse período muitos movimentos sociais foram identificados como movimentos de uma juventude inconformada e rebelde, e defendiam ideias revolucionárias e contrárias ao regime militar.

Tavares (2012) explica que, apesar da relevância do quadro de estudos a respeito das juventudes de classe popular, os estudos que iniciaram a Sociologia da Juventude no país estavam voltados para a classe média universitária. Nesse sentido, se destaca o trabalho de Foracchi (1972), pioneira nas investigações sobre juventude, trazendo uma série de contribuições ligadas aos processos de socialização e inclusão do jovem. A autora expôs como uma situação de classe pode proporcionar uma geração que compartilha valores semelhantes a exemplo dos jovens universitários. Destacou ainda a relevância da continuidade das gerações para assegurar a criação e a transmissão da cultura, reforçando a perspectiva de Mannheim de que a existência de novos agentes sociais representa uma forma de continuidade e renovação, garantindo assim, além da preservação cultural, a preservação moral de cada sociedade.

Ao se tentar compreender a definição do período juvenil, é relevante destacar que do ponto de vista das políticas públicas, a Secretaria Nacional da Juventude - SJN órgão

vinculado ao governo federal que coordena e articula as políticas sobre juventude adota atualmente o período de 15 a 29 anos. Forachi (1972) salienta que toda sociedade elabora uma noção ideal de ser “adulto” no qual estão substanciadas aspirações, valores e normas. E tomando o adulto como uma condição social, assumimos a ideia de que as diferentes etapas da existência humana são marcadas pelo ritmo biológico da idade, envelhecimento, a duração da vida e a morte. No entanto, a autora sustenta que esses fatores biológicos suportam ser equacionados sociologicamente, e permitem perceber que em cada uma dessas etapas de vida existem características particulares, havendo também um encadeamento entre elas que não é cronológico.

Outros autores complementam esse ponto de vista ao acrescentar importância da diversidade a essa noção. Paes (2009) evidencia que, ao se referir à juventude, alguns continuam a valorizar eventos da vida social que marcam a passagem para a chamada vida adulta, a exemplo da obtenção de um emprego, casamento ou o nascimento do primeiro filho. O autor comenta que, em outros tempos, algumas sociedades demarcavam de forma bem precisa essa transição do jovem para a vida adulta. A idade cronológica parece legitimar o acesso dos indivíduos a direitos e deveres e aparece como um marco importante de uma fase a outra da vida. Canella (2014) denomina de processo de autonomização do sujeito, essa transição para a vida adulta que é uma das características da juventude, o que implica na ampliação dos laços sociais e o afastamento de agências de socialização como a família, a escola e a vizinhança. A configuração de como ocorre esse processo é bem diversificada e, segundo o autor, vai depender de fatores como a classe social, gênero, etnia, diferenças regionais, ambientais, entre outros. Para o autor, daí se justifica o constante emprego do termo “juventudes” para assinalar essa diversidade. Mandelli et al (2011) defendem a utilização do termo juventudes, e entendem que por isso deve existir também a necessidade de práticas diferenciadas para dar suporte a essa diversidade.

Stropasolas (2014) também marca essa heterogeneidade em seus trabalhos ao enfatizar uma enorme desigualdade de situações e condições entre os jovens. Isso seria consequência da não resolução de problemas estruturais no campo brasileiro, afetando diretamente uma parcela expressiva desse público, que vivencia hierarquias de poder, invisibilização, pobreza e exclusão social. Para o autor, o reconhecimento da pluralidade, heterogeneidade ou “diversidade” dos jovens brasileiros vem sendo cada vez mais expresso nos eventos, nas agendas públicas ou na literatura acadêmica. Para ele existem dois lados deste reconhecimento

[...] se, por um lado, tem como aspecto positivo a relativização dos modelos hegemônicos e a valorização das diferentes identidades sociais e culturais, por outro, pode se tornar problemático na medida em que se minimiza o peso das desigualdades sociais que afetam as populações do campo, da floresta e das águas, os próprios jovens rurais e as diferentes condições e oportunidades vivenciadas por este público em relação à população juvenil dos espaços reconhecidos como urbanos de nossa sociedade (STROPASOLAS, 2014, p. 181).

O autor menciona o caso específico dos jovens rurais, interessante de se destacar, uma vez que, de certo modo, aproximam-se da realidade dos jovens das águas e pescadores artesanais que fazem parte deste estudo e que, apesar de estarem contextualizados na área urbana, experimentam assim como os jovens rurais, uma lógica de organização e aprendizagem do trabalho similar aos aspectos trazidos pelo autor. Assim, Stropasolas (2014) salienta que os jovens rurais fazem parte de grupos sociais que dispõem de uma lógica de organização e funcionamento das suas atividades econômicas, bem como particularidades culturais e históricas na vida social. Consistem em modos de aprendizagem e de socialização com a família, a comunidade, de interação com o trabalho, a natureza, os ciclos climáticos, além de aspectos da cultura, do tempo e do espaço que estimulam a valorização do convívio coletivo entre as gerações. Para o autor, os integrantes da categoria juventude são vistos, na maior parte dos casos, como aprendizes e em fase de socialização, período caracterizado de transição para a vida adulta, o que implica que não são vistos como membros plenamente constituídos do mundo social. Mais precisamente, os jovens são (potencialmente) reconhecidos como cidadãos plenos no momento em que deixam a juventude.

Stropasolas (2014) amplia sua discussão para o âmbito das políticas públicas ao problematizar o fato de que o processo de construção de políticas públicas para as juventudes precisa levar em conta os perfis identitários que vêm sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interage a juventude. O autor entende que é necessário abordar essa categoria para muito além do agrupamento de indivíduos reconhecidos como uma população com características específicas ou como a junção de um grupo diferenciado de jovens que pouco dialogam entre si, fato este que dificulta a interação social e a identificação de interesses comuns entre pares geracionais na sua luta por reconhecimento, valorização e afirmação de uma identidade política na sociedade. Seguindo essa perspectiva, para o autor é um desafio a formulação e implementação de políticas públicas para as juventudes do campo, das florestas e das águas “que não impliquem classificações ou vieses políticos reproduzindo ou criando novas hierarquizações, exclusões ou assimetrias de poder em territórios, famílias, comunidades e entidades em que se inserem as populações de jovens” (STROPASOLAS, 2014, p. 195 -196).

Ao se questionar a setorização das políticas para as juventudes, o intuito do autor é reforçar a importância de ações integradas que contemplem a diversidade social das juventudes e suas demandas específicas, mas que tenham vinculação com um projeto mais amplo de transformação social orientado para o desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, existe a necessidade de se rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, com o objetivo de ampliar a participação social da juventude nesse processo. Em outras palavras, seria ampliar a interação Estado, instituições, sociedade civil, movimentos, universidades, e, sobretudo, os jovens.

Para o autor, a desigualdade ainda marca, sobretudo, os grupos sociais que enfrentam enormes dificuldades para acessar os direitos de cidadania, permanecendo excluídos e invisibilizados. Nesse cenário destaca-se as crianças e os jovens de categorias que integram populações tradicionais, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados rurais, entre outras, aos quais raramente é dada a oportunidade de participar na definição da agenda política que os afeta (STROPASOLAS, 2014). O autor ainda traz a noção de identidade, como dimensão importante ao tentar considerar a interação na diversidade social da juventude. Considera que é de sumo valor levar em consideração a construção de uma identidade social do jovem e o seu reconhecimento na interação com o diverso e com o outro em diferentes espaços (rurais ou urbanos, públicos ou privados), seja para trabalhar, participar de reuniões, eventos ou manifestações.

Nesse sentido, é pertinente trazer as contribuições de Dubar (2005), que apresenta uma compreensão da identidade de forma a não distinguir entre identidade individual e identidade coletiva, mas tratar da identidade social como uma articulação entre as transações internas e externas ao indivíduo e as instituições com as quais ele interage. O autor traz um entendimento de que a identidade humana não é dada no nascimento, ela é construída na infância e só a partir de então deve ser reconstruída no decorrer da vida. Outro ponto importante do desenvolvimento de seus argumentos é que, para ele, o indivíduo jamais a constrói sozinho, esse processo depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias autodefinições. Em outras palavras, a identidade pode ser entendida como produto das sucessivas socializações, nunca é acabada, nunca é dada, é sempre construída e deverá ser (re)construída diante de períodos de incerteza (maior ou menor).

Para o mesmo autor, em pesquisas empíricas que visam compreender um ator social, ou uma categoria socioprofissional, sua origem socioeconômica e sociocultural, é essencial saber a maneira pela qual esses atores se identificam uns aos outros, o que está diretamente relacionado ao contexto de definição de si e dos outros. Como ator social, cada indivíduo

possui certa definição da situação em que está inserido, o que inclui uma forma de se definir e definir os outros. Para isso, recorre a categorias de origens diversas e argumentos que expressam valores, posições e posicionamentos.

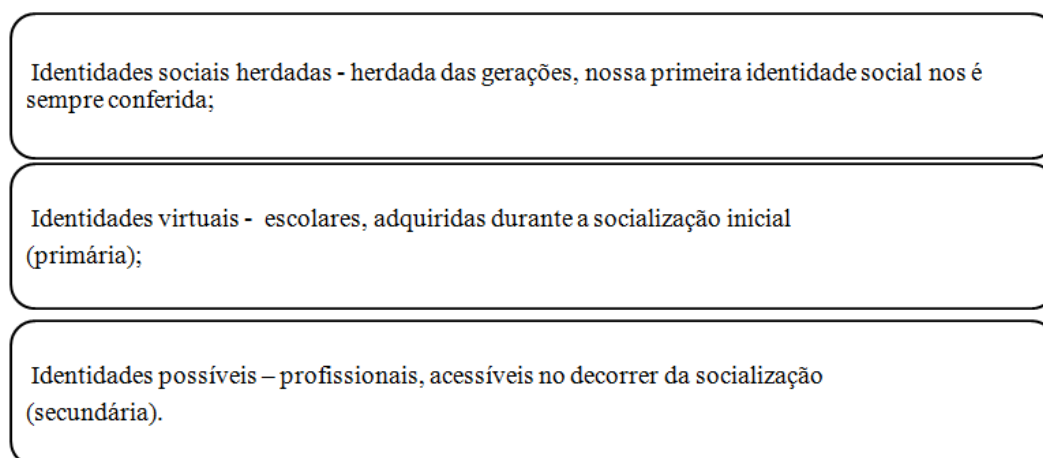
Ainda sobre a linha de argumentação de Dubar (2005), não se pode afirmar que o contexto estritamente determina para cada indivíduo suas autodefinições; outra dimensão indispensável de se considerar é que cada indivíduo tem uma história, um passado que também pesa na identidade como ator. Essa definição tem muita influência de sua trajetória, tanto pessoal como social. Assim, pode-se dizer que, de acordo com o autor, existem dois eixos de identificação de um indivíduo “um eixo sincrônico”, ligado a um contexto de ação e uma definição de situação, em um espaço dado, culturalmente marcado, e um “eixo diacrônico”, ligado a uma trajetória subjetiva e a uma interpretação da história pessoal, socialmente construída” (DUBAR, 2005, p. 20). É pela articulação dos dois eixos, que surgem as formas com que cada um se define, ao mesmo tempo como ator de um sistema determinado e como produto de uma trajetória pessoal. Cada um é identificado por outrem, mas pode recusar essa identificação e se definir de forma diferente. Das duas maneiras, a identificação vai se utilizar de categorias socialmente disponíveis e, por vezes, legitimadas, no qual se pode mencionar designações de Estado, denominações étnicas, regionais, profissionais etc. São chamados de atos de atribuição os que definem que tipo de homem/ mulher o indivíduo é para o outro (identidade para o outro) e os atos de pertencimento os que definem que tipo de homem/ mulher o indivíduo quer ser (identidade para si).

De acordo com Dubar (2005) essa dualidade pode ser conflituosa entre as definições “oficiais”, que são atribuídas por outros, e as “subjetivas” que são reivindicadas por si. Quando o resultado das duas definições difere, há um desacordo entre a identidade social virtual que é conferida a alguém e a identidade social real que ela mesma se atribui. Elas ainda podem assumir duas formas: as transações externas ou objetivas, entre o indivíduo e outros significativos, pretendendo acondicionar a identidade para si e para o outro; e as “internas” que relacionam a necessidade de salvaguardar uma parte de sua identidade herdada e o desejo de construir novas identidades no futuro (identidades visadas). Vale ainda destacar que essas formas de identificação social são denominadas pelo autor de formas identitárias.

Dubar (2005) salienta ainda que a relação entre as identidades herdadas (aceitas ou recusadas) e as identidades visadas vai depender da forma de reconhecimento pelas instituições legítimas e pelos agentes que estão em contato direto com os sujeitos envolvidos. Ou seja, a construção das identidades se realiza na articulação entre os sistemas de ação que propõem identidades virtuais, e as trajetórias nas quais são construídas as identidades reais do

indivíduo. Assim, essa identidade pode ser analisada em termos de continuidade entre identidade herdada e visada, ou pela ruptura, implicando em transformações subjetivas. Os dois processos, que concorrem para a produção das identidades, o biográfico (identidade para si) e o relacional (identidade para o outro), utilizam-se de um mecanismo comum: a tipificação. Isso implica na existência de um número de modelos socialmente relevantes para serem feitas combinações coerentes de identificações. Dubar (2005) explica que essas categorias (religiosas, políticas, trabalho) prestam tanto para identificar os outros como a si mesmo e vão variar de acordo com o espaço onde ocorrem as interações e com as temporalidades biográficas em que as trajetórias se desenrolam. O autor realça também que essas categorias vão depender muito das fases da vida do indivíduo, algo que se aproxima da teoria dos papéis, que implica nas cenas sociais em que o indivíduo se insere.

As categorias legítimas influenciam o processo de construção das identidades para si, mas não as determinam. Os indivíduos de cada geração reconstróem suas identidades sociais reais (Figura 34) a partir de:



**Figura 34.** Construção de identidades sociais reais.  
Fonte: Dubar (2005).

Baseando-se em uma abordagem Construtivista, Dubar (2005) traz a distinção entre socialização “primária” e “secundária”, permitindo que o conceito de socialização se desvincule apenas do campo escolar e da infância, sendo aplicado com um crescente sucesso ao campo profissional, o que é de notável importância ao presente estudo. Segundo o autor, a identidade social não é transmitida por uma geração à seguinte, cada geração a constrói com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente; isso acontece também por meio das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos

passam. Outro ponto importante é que, das múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, a dimensão profissional adquiriu uma importância particular.

Dubar (2005) sustenta que, se as formas de construção das categorias sociais partindo dos campos escolar e profissional, ganharam tal legitimidade, isso se explica porque nas esferas do trabalho e do emprego (assalariado) e da formação escolar e profissional se estabelecem áreas oportunas de identificações sociais dos indivíduos. Segundo o autor, a formação se tornou uma dimensão progressivamente valorizada não só pelo acesso ao emprego, mas também pela trajetória de emprego e das saídas do mesmo. Essa identidade construída se origina a partir de um campo possível que pode se desenvolver ainda na infância, na adolescência e no decorrer da vida diante de todas as estratégias identitárias. Algumas trajetórias serão marcadas pela continuidade (inter e intrageracional) e outras serão marcadas por rupturas que irão implicar em questionamentos de identidades anteriores, adquiridas ou construídas. Dentre os acontecimentos importantes para a identidade social, a confrontação com o mercado de trabalho constitui certamente papel importante para a construção da identidade. “Não se trata apenas da escolha de uma profissão ou de obtenção de diplomas, mas de construção pessoal de uma estratégia identitária que mobilize a imagem de si, a avaliação de suas capacidades e a realização de seus desejos” (DUBAR, 2005, p. 150).

A linha de argumentação de Velho (2003) vai ao encontro dos esforços de Dubar (2005), trazendo para essa discussão a importância da memória e do projeto de vida. O autor afirma que a coexistência entre diferentes configurações de valores é uma marca de vida na sociedade moderna. Conforme o autor, há um campo de possibilidades que é típico de nossa sociedade. Apropriando-se de Alfred Schutz, utiliza-se do conceito de projeto de vida como “conduta organizada para atingir finalidades específicas” para expor que toda noção de projeto de vida está entrelaçada à ideia de indivíduo-sujeito. Isso porque a consciência e o tipo de valorização de uma individualidade estão baseados em uma memória que dá sentido à biografia e possibilita a construção e a condução de projetos. Assim, se a memória possibilita um olhar retrospectivo sob uma trajetória, o projeto seria a antecipação no futuro de novas trajetórias, na medida em que, por meio de objetivos, estabelece organização para se chegar à sua finalidade.

Portanto, o autor explica que a consciência desse projeto vai depender essencialmente da memória, que vai oferecer as referências de um passado que levou ao cenário do presente. Importante sublinhar que Velho (2003) não tem a pretensão de esboçar um indivíduo racional capaz de tecer estratégias, sua intenção é mostrar que as circunstâncias do presente que envolvem valores, preconceitos, emoções, o projeto e a memória vão se associar dando

significado à vida e às ações do indivíduo. Em outras palavras, na construção da identidade social, a memória e o projeto individuais são fundamentais. Para o autor, o projeto é a ferramenta de negociação da realidade com outros indivíduos e coletivos. A identidade, dentro desta perspectiva, depende da relação de interação que o sujeito estabelece a partir do projeto.

O autor situa essa abordagem no universo das camadas populares brasileiras, considerado por ele como amplo, variado e heterogêneo. Frisa a heterogeneidade das camadas e classes trabalhadoras em nosso país, seja na cidade ou no campo, no qual identifica-se representantes de bóias-frias, pescadores, desempregados, semi-empregados, os empregados domésticos, funcionários públicos, colarinhos brancos, técnicos de nível médio, comerciários, bancários, dentre outros que compõem um universo de diferentes categorias e grupos sociais que vão variar de acordo com contextos históricos e regionais. Chama atenção para o fato de que não é excluída a possibilidade de interação social entre os diferentes mundos e classes, mediante diferentes naturezas de relações. Velho (2003) sustenta que os projetos, como as pessoas, podem mudar ou as pessoas podem mudar através de seus projetos. A transformação do indivíduo acontece no decorrer dessa trajetória e fatores como a globalização e a fragmentação da sociedade moderna vão introduzindo novas dimensões que colocam em suspenso todas as concepções até então formuladas de identidade social.

Logo, se pode perceber que a construção da identidade é um processo que acontece no tempo, caracteriza-se por ser dinâmico, possuir pesos e valores e significados que são avaliados pelos termos de referência e visões de mundo de cada categoria social. Para finalizar, o autor contextualiza o jovem e os estudos de geração, e sinaliza que estudar essas duas categorias sociológicas implica em considerar esse processo de interação social que ajuda a compreender situações, atribuições de papéis, formação de expectativas, comportamento e o modo de apresentação de indivíduos e grupos. É nessa complexa negociação de variáveis (econômicas, políticas, sociais e simbólicas) que as fronteiras etário-geracionais vão se apresentando em função do contexto histórico e cultural. Nesse sentido, Velho (2003) dá destaque à importância do trabalho de cientistas sociais, fundamental para que se possa vir a conhecer melhor toda essa heterogeneidade de trabalhadores no Brasil e se pensar que tipo de apoio pode ser dado às categorias que encontram dificuldade de inserção no mundo do trabalho.

No presente estudo, o esforço fundamental é refletir sobre todas as contribuições trazidas até aqui para realidade dos pescadores artesanais que vivem nas áreas protegidas, observando em que contextos esses valores são transmitidos ao longo das gerações, bem

como a própria profissão, passa constantemente por continuidades e rupturas. No próximo capítulo será apresentado o universo empírico da pesquisa de campo que fez parte deste trabalho, assim como aspectos importantes do contexto cultural, social, econômico, político e ambiental que, assim como foi visto ao longo deste capítulo, são importantes de se levar em consideração ao se pretender uma análise sobre gerações.

## **CAPÍTULO 5**

### **O UNIVERSO EMPÍRICO: ÁREA DE ESTUDO E ATORES SOCIAIS**

Este capítulo apresenta a caracterização da área de estudo e dos atores sociais envolvidos na pesquisa de campo que consiste em um dos processos componentes do estudo aqui descrito. Para a construção do capítulo, foram utilizados resultados da pesquisa bibliográfica por meio de publicações que tiveram a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo como universo de pesquisa. Utilizou-se também de documentos colhidos em campo, a exemplo de textos da Biblioteca Municipal da cidade e da Secretaria de Turismo e de outros documentos obtidos junto aos representantes das instituições visitadas. Foi importante na construção do presente capítulo uma literatura obtida também em campo que trata diretamente da pesca artesanal no município, além de trechos das entrevistas em profundidade e fotografias que ajudam a conhecer a área escolhida como foco dos dois últimos capítulos deste trabalho. O capítulo está subdividido em três partes: a primeira apresenta a formação histórica do município de Arraial do Cabo; a segunda descreve a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo; o processo de constituição e algumas pesquisas que já foram desenvolvidas na área e a última consiste em uma apresentação dos atores sociais que fizeram parte da pesquisa.

#### **5.1 O MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO**

De acordo com documentos da Biblioteca Municipal Vitorino Carriço, que se encontra no município de Arraial do Cabo, a cidade está localizada no estado do Rio de Janeiro, na região conhecida como baixada litorânea ou região dos lagos, que é composta por nove municípios. Em 2017, segundo informações do IBGE, a cidade possuía 29.304 habitantes e como descrevem os documentos encontrados na biblioteca municipal, a história do município começou há cerca de cinco mil anos, com nômades que chegaram à região. Logo depois historiadores apontam para a ocupação dos Tamoios que eram os habitantes da área até a chegada dos Portugueses. Nessa época, a dieta alimentar dos indígenas era composta basicamente de peixes e crustáceos, complementada pela mandioca e a caça de animais.

Ainda com base na mesma fonte, a descoberta do município ocorreu quando Américo Vespúcio decidiu se separar da frota da segunda expedição à costa brasileira e navegar rumo ao sul. No Capítulo 1 vimos que, durante a Primeira República, a Marinha tinha a incumbência de salvaguardar o litoral brasileiro de invasões e da usurpação de suas riquezas,

além de controlar os portos brasileiros voltados para a exportação. Nesse período, as missões lideradas por José Bonifácio tiveram grande importância para o reconhecimento do litoral brasileiro, sobretudo os que se localizavam distantes dos portos.

Outro documento importante para essa caracterização, o livro *Nas Redes de Saberes e Histórias: Arraial do Cabo*, de 2013, publicado a partir da parceria entre Ronaldo Miranda Fialho, de origem cabista, com a Professora Pesquisadora Maria Aparecida Gomes Ferreira do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, descreve que a chegada de Américo Vespúcio ocorreu na praia que atualmente é conhecida como “Praia dos Anjos” (Figura 35) em 10 de maio de 1503.

Inicialmente toda a área foi chamada de Cabo Frio devido a algumas características observadas no território como: as correntes marítimas com temperatura mais fria que as temperaturas normais da costa brasileira, ventos constantes, também muito mais frios do que no resto do litoral e devido às condições do tempo, que mudavam rapidamente no local, fato que leva o mar a ficar agitado. A revista *Arraial Já: minha cidade, minha história*, publicação municipal, traz no primeiro número de maio de 2013 algumas informações que completam a descrição desse período ao expor que o navegador ficou encantado com as belezas da área e então construiu um forte no município, cujas ruínas existem ainda hoje. Naquela época ele deixava homens com armas e mantimentos 24 horas com intuito de proteger o litoral.

Os documentos mostram que parece existir um dissenso a respeito do local em que foi construída a primeira feitoria (entreposto comercial) no Brasil. Alguns defendem que foi na área hoje reconhecida como Arraial do Cabo, outros afirmam que seria dentro dos limites do município de Cabo Frio. O importante é que foi construída nessa mesma época e que em consequência desta construção começou a formação de um modesto povoado e durante séculos a cidade seguiu sua vocação como vila de pescadores.



**Figura 35.** Local da chegada de Américo Vespúcio no município de Arraial do Cabo-RJ.

Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br>.

Ferreira e Fialho (2013) acrescentam alguns detalhes ainda sobre a chegada dos Portugueses, como o fato de os reis de Portugal e da Espanha, que eram muito católicos, terem enviado imagens santas para acompanhar as expedições, dentre elas a imagem de Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora dos Navegantes, Nosso Senhor do Bonfim, e mandaram também Nossa Senhora dos Remédios, que possui na Praia dos Anjos (Figura 36), uma igreja que leva seu nome, datada de 1506. Segundo registros de historiadores, nesta igreja foi celebrada a primeira missa em local fechado no país.



**Figura 36.** Igreja Nossa Senhora dos Remédios no município de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Ainda que a colonização e o desenvolvimento de Arraial do Cabo tenham se processado em função da cidade de Cabo Frio, o município viveu muito tempo isolado, não existindo acesso a outros povoados da região. Pertenceu a Cabo Frio durante anos, sendo seu principal distrito, até que em 13 de maio de 1985 a cidade foi emancipada pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Arraial do Cabo, como o nome insinua, se deve ao fato de a área estar localizada no acidente geográfico denominado Cabo, uma ponta de terra que avança mar adentro. Este Cabo, de acordo com informações dos documentos municipais, é considerado um dos pontos da costa brasileira que mais avança em direção ao mar, chegando a atingir 50 metros de profundidade.

O município limita-se ao norte com Cabo Frio, ao sul com o oceano Atlântico e ao oeste com o município de Araruama. A Figura 37 mostra a localização do município com seus limites e foi retirado dos documentos que fazem parte do acervo da Biblioteca Municipal da cidade. As principais praias do município são: Praia dos Anjos, Praia do Forno, Praia Grande, Prainha, as Prainhas do Atalaia, Praia da Ilha do Farol e a Praia Grande.

Os documentos ainda expõem que a região apresenta vegetação típica de restinga na maior parte do território municipal e nos morros existe a transição entre a vegetação de restinga e de Mata Atlântica. Antes da formação da restinga, o mar atingia o que hoje é chamada de área continental de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama. A restinga de Massambaba aprisionou parte do mar formando a Lagoa de Araruama. Ainda que exista apenas em alguns pontos das margens da lagoa, o manguezal é um importante ponto de abrigo e alimentação para fauna e faz parte também da vegetação regional.



**Figura 37.** Localização do município de Arraial do Cabo e suas divisões.  
Fonte: Documento da Biblioteca Municipal Victorino Carriço (1994).

Outra característica natural das águas de Arraial do Cabo, que aparece na documentação sobre o município, é o fenômeno da ressurgência. Trata-se de um evento oceanográfico que se fundamenta na subida de águas profundas e ricas em nutrientes, para regiões menos profundas do oceano. Isso acontece em pontos raros do oceano e é resultado da ação dos ventos que provocam o afastamento das águas quentes da Corrente do Brasil, que descem pela costa do nordeste em direção ao sul. Com o afastamento dessas águas, há a subida das águas frias da Corrente das Malvinas que correm em sentido contrário às águas da Corrente do Brasil. Com isso, nutrientes são arrastados e repousam nas camadas iluminadas do mar, sendo utilizados pelas algas microscópicas provocando uma explosão de microalgas

(fitoplâncton) que são consideradas o início da cadeia alimentar marinha. Constituem alimento dos animais marinhos pequenos que ao crescer rapidamente, servem de alimento para peixes pequenos, que vão alimentar os maiores e assim sucessivamente, até os grandes peixes de valor comercial. A ressurgência é considerada um fertilizante do mar e acredita-se que seja um dos motivos pelo qual o mar de Arraial do Cabo é rico em pescado.

Durante a pesquisa de campo, alguns pescadores afirmaram que devido a esse fenômeno, as águas do mar de Arraial do Cabo estão sempre geladas. Um dos pescadores explica ainda que devido à ressurgência vários peixes passam pelo mar de Arraial do Cabo.

Você sabe que tem aquele fenômeno da Ressurgência, já ouviu falar? É um fenômeno natural, entendeu, é o vento norte bate, carrega assim aquela água né que tá praticamente em cima, que o superficial tá descendo, obviamente a água fria sobe, sobe água de 50, 100 metros, que é uma água muito fria, 15°, essa água fria sobe e ela sobe com nutrientes. (Entrevista N°18, FIPAC).

Arraial do Cabo tem muito peixe na nossa costa por conta da ressurgência, porque traz peixe e leva peixe. O ressurgência só acontece aqui nessa área. (Entrevista N° 9, 57 anos)

Na pesquisa de Ferreira e Fialho (2013), trechos de entrevistas com pescadores também reforçam a importância do fenômeno para a pesca no município:

O peixe desova na água fria, porque, se ele desovar na água quente, o outro peixe grande vem comer a cria dele. Então, na época de maio, junho, julho a anchova procura lugar para desovar por causa do peixe grande na água quente. (FERREIRA; FIALHO, 2013, p. 52-53).

Ao tratar de sua estrutura econômica, de acordo com o Plano Brasil Sem Miséria no seu município (2017), o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas, em 2010, era de R\$ 1.181,64, ou seja, entre um e dois salários mínimos, o que confirma parte do rendimento dos pescadores apresentado no Capítulo 3. Inicialmente a economia do município era baseada na atividade pesqueira, e segundo Mendonça et al. (2013), Arraial do Cabo é identificado como um dos núcleos mais tradicionais de pesca artesanal do estado do Rio de Janeiro. Os documentos da Biblioteca Municipal da cidade mostram que no passado, enquanto os homens se dedicavam à pesca, as mulheres eram responsáveis por salgarem os peixes, além de confeccionarem rendas de bilros. No trabalho de Ferreira e Fialho (2013), o depoimento do Mestre. Dok mostra um pouco como era a pesca no passado:

Naquele tempo, a mulher também trabalhava, salgava peixe na praia e carregava água. Naquela época, a Prainha era deserta. Só tinha paiol. Então, a gente matava peixe e as nossas mães iam salgar. As salgadeiras lavavam, escalavam, salgavam de novo e depois vinham as tropas de burro daqui mesmo e levavam no cesto de jacá no lombo do burro até lá em baixo. (FERREIRA; FIALHO, 2013, p. 40).

Ainda hoje, de acordo com informações do portal Mapa da Cultura (2018), existe no município o Ponto de Cultura dos Artesãos de Arraial do Cabo, onde são ministrados, para

mulheres de diferentes faixas etárias, cursos que incluem a renda de bilro. Muitas rendeiras dedicam-se à arte desde criança. Informações do prospecto turístico coletado na Secretaria de Turismo do município mostram que a renda de bilro foi um símbolo econômico em épocas que complementava a renda familiar das famílias de pescadores. Como visto anteriormente, o artesanato é uma atividade que contribui para a obtenção de renda complementar nas Resex-Mar e, no caso específico de Arraial do Cabo, o artesanato recebe incentivos da atividade turística.

O portal Mapa da Cultura (2018) ajuda a entender que os bilros são pequenas peças de madeira, que variam em formato e tamanho e que servem para enrolar a linha que será usada para fazer a renda (Figura 38). Uma curiosidade é que, no passado, eram usados espinhos, pois as rendas eram feitas à beira-mar e os alfinetes enferrujavam com a maresia. Ainda de acordo com a mesma fonte, a atividade chegou à cidade pelas mãos das mulheres portuguesas.



**Figura 38.** Rendeiras de bilro em Arraial do Cabo-RJ, no passado e atualmente.  
Fonte: Esquerda: Ferreira e Fialho (2013); direita: Portal Mapa da Cultura (2018).

No que se refere à gastronomia do município, pode-se dizer que ela está diretamente relacionada à cultura da pesca e, ainda de acordo com informações dos prospectos da Secretaria de Turismo, a prática de salga do peixe para sua conservação impulsionou no passado a tradição por pratos tradicionais como o peixe com banana, além de outras diversas receitas à base de frutos do mar e dos peixes frescos encontrados nos restaurantes (Figura 39).



**Figura 39.** Culinária tradicional no município de Arraial do Cabo-RJ, peixe com banana e o peixe fresco.  
Fonte: Esquerda: prospecto da Secretária de Turismo do município (2017); direita: dados de campo (2016).

No entanto, como indicam os documentos e bibliografia sobre a área, a partir da primeira metade do século XX, especificamente no ano de 1943, com a implementação da Companhia Nacional de Álcalis, a economia local começou a ser impulsionada por outra atividade econômica além da pesca. A fábrica produzia matéria-prima para a fabricação de vidros, e de acordo com documentos da Biblioteca Municipal, a oferta de emprego aumentou, chamando atenção inclusive para mão de obra vinda de outras regiões, contribuindo para o crescimento da cidade. Durante décadas a Álcalis foi o maior empregador da cidade, contudo suas atividades foram encerradas em 2006 e muitos ex-funcionários se voltaram para a atividade de pesca.

Outra atividade econômica importante, que ainda faz parte do cenário atual do município, é o turismo. Começou a ser desenvolvido na década de 1970, como expõem Mendonça et al. (2013), em função da construção da ponte Rio-Niterói, com o turismo de veraneio. Segundo os autores, ao longo dos anos foi crescendo e a partir dos anos de 1990 o turismo de sol e mar e de segunda residência se consolidou na região, tornando-se uma alternativa de renda à população local e configurando-se, junto com a pesca, como uma das principais atividades econômicas no município. Atualmente, Arraial do Cabo, como informam os prospectos turísticos, é considerada a cidade dos esportes náuticos pela quantidade de ambientes que propiciam práticas como o mergulho, a pesca esportiva, surf, *stand up paddle* e a canoa havaiana.

Além destes, destacam-se os passeios de barco com paradas em diferentes praias do município. Também é famosa como a “capital do mergulho” em função de suas praias de água transparente e areia branca que propicia a pesca submarina e a prática do mergulho. O fluxo de turistas (Figura 40) que circula pelo município diariamente é grande, intensificando-se no período de verão (dezembro, janeiro, fevereiro e março).



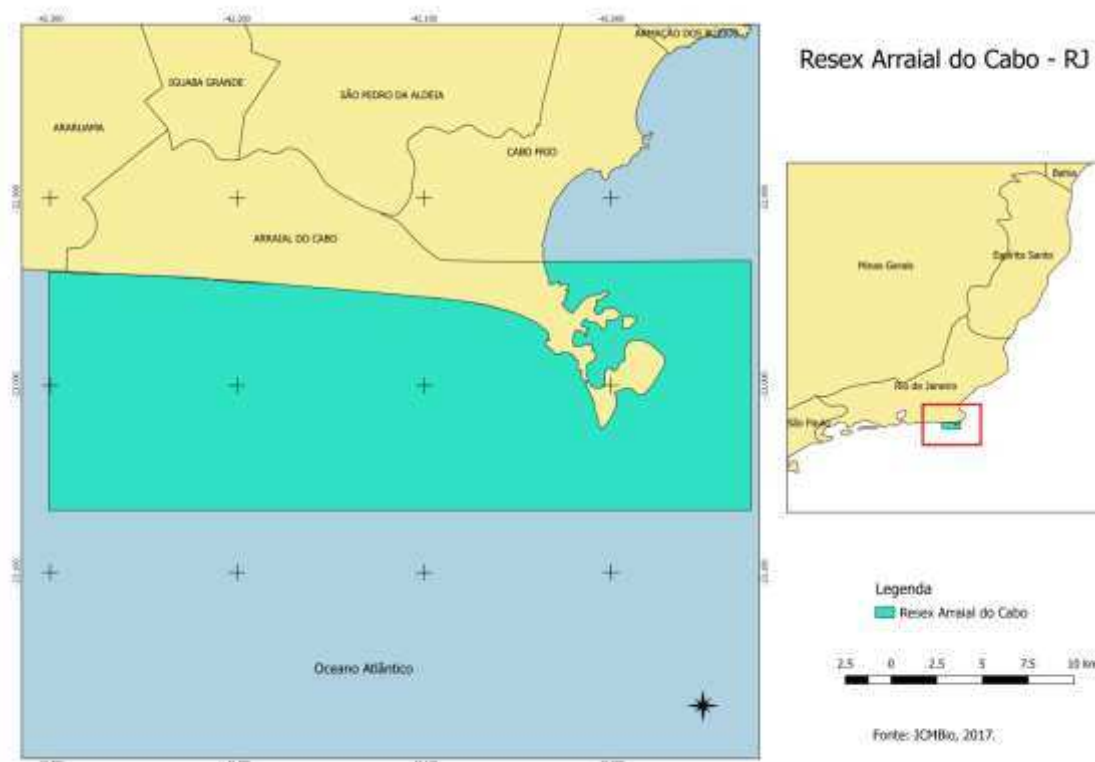
**Figura 40.** Turistas circulando pela Marina dos pescadores, de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Observação de campo, 2016.

Após conhecer a origem do pequeno povoado que veio a tornar-se o município de Arraial do Cabo e as principais atividades econômicas e tradicionais que foram desenvolvidas em função do mar e que ainda se fazem importantes na composição econômica da população, o próximo tópico descreve como ocorreu o processo de constituição da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo.

## 5.2 A RESERVA EXTRATIVISTA DE ARRAIAL DO CABO

O município de Arraial do Cabo foi um dos primeiros no Brasil a ter uma Reserva Extrativista Marinha, criada pelo Decreto de 03 de janeiro de 1997. Informações do Programa de monitoramento de Áreas Protegidas (2017) revelam que a Resex-Mar corresponde, aproximadamente, a 7,87% da área costeira do município. No decreto de criação da mesma, consta que a área se trata de um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade de Pernambuco e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo (Figura 41). Consta também que a criação da área tem por objetivo garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos

naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo.



**Figura 41.** Localização da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ.  
Fonte: Dados da pesquisa 2016.

No *Projeto Reserva Extrativista de Pesca Artesanal Marinha Arraial do Cabo*, documento datado de 1996 e que traz a proposta de sua criação, é possível verificar que a primeira sugestão de criação da área foi em 1993, a partir do escritório local e da assessoria de Comunicação do IBAMA à Prefeitura Municipal. Essa iniciativa foi levada à frente pela prefeitura e o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/ IBAMA), resultando em visitas e reuniões com pescadores de várias localidades do município. Nesta ocasião, foram acertadas as etapas a serem realizadas pela administração local para o fechamento da proposta, que incluiu um levantamento socioeconômico dos pescadores locais e envolvimento de pesquisadores especializados em pesca.

Neste mesmo documento consta que a criação da Resex-Mar iria reforçar o cuidado para com os recursos disponíveis, no intuito de não apenas confirmar a identidade cabista, que era muito associada à pesca artesanal, mas também permitir o controle da exploração racional dos recursos renováveis que, de acordo com o texto, são elementos construtivos básicos de tal identidade. Acrescenta ainda que, na época, o processo de criação da área estava amadurecido

tanto em relação à administração pública local e federal, como no que se refere aos órgãos da comunidade organizada.

Informa que, no município de Arraial do Cabo, na época da proposta de constituição da área protegida, conviviam cerca de 69 pescarias de arrasto de praia, além de outras modalidades de linha, redes, puçá e de tarrafas, o que, de acordo com o documento, reforça a heterogeneidade das identidades do grupo. Dentre as parcerias, a modalidade mais valorizada naquele momento de implementação da Resex-Mar era a de cerco, devido à expressão quantitativamente importante e pela complexidade de organização apresentada pela mesma. Trata-se de uma modalidade que se pratica em torno de uma unidade produtiva chamada tradicionalmente de “companha”, que apresenta uma divisão técnica na qual seus membros “menores” são chamados de companheiros. Geralmente são nove funções desenvolvidas coletivamente que exigem senso de organização e comando.

Outra informação importante que consta no documento é que dados apresentados na época mostravam que, em 1995, a captura de 3.171.306 Kg de pescado representava um incremento de 70% em relação ao ano anterior, fato que era atribuído ao combate à pesca predatória desenvolvido naquela conjuntura pela Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC e ao IBAMA. Essa produção era destinada ao mercado local (donos de peixarias e consumidores locais) e ao mercado externo composto de atacadistas e varejistas do Rio de Janeiro e São Paulo. O documento traz alguns anexos como jornais da época e abaixo-assinados que endossaram a criação da área de proteção marinha. A Figura 42 mostra uma cópia de um dos jornais publicados naquele contexto no qual é possível notar a expectativa de melhora para a pesca artesanal por parte dos pescadores e como se deu o processo de cadastramento dos mesmos.

# Reserva extrativista de pesca em Arraial do Cabo

Os pescadores de Arraial do Cabo estão animados com as futuras perspectivas de pesca na região. Ainda este ano, o litoral do município poderá tornar-se a primeira reserva extrativista de pesca artesanal marinha do País. O projeto, idealizado por biólogos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), está em Brasília e só depende da aprovação do Governo federal.

Os principais objetivos do projeto são o de proteger os pescadores da região e evitar a pesca predatória no local. Um cinturão pesqueiro será criado entre a praia de Maçambaba, na localidade de Pernambuco, e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo. Neste trecho, só poderá ser praticada a pesca artesanal por pescadores da região cadastrados no Ibama. De acordo com Fábio Fabiano, biólogo do Posto Avançado do Ibama em Arraial do Cabo, responsável pelo projeto, a economia no município será beneficiada, além da preservação da pesca na região.

Até o mês passado, 300 pescadores se cadastraram junto ao Ibama. A expectativa é que este número dobre até a implantação da reserva. O trabalho de cadastramento está sendo realizado por alunos de 2º Grau do município. Os estudantes vão até os pescadores e recolhem dados sobre suas atividades pesqueiras. "Nós temos realizado um trabalho de



A pesca artesanal é explorada com pequenas embarcações

conscientização dos pescadores e moradores da região. É preciso que eles saibam da importância da reserva e que se interessem por ela. Nós estamos estudando também se os pescadores de Cabo Frio poderão pescar na área da reserva", explicou Fábio Fabiano.

*Pelo menos 300 pescadores já se cadastraram junto ao Ibama para explorar a região*

Mesmo sem a implantação da reserva extrativista, algumas portarias baixadas pelo Ibama para proteger a atividade artesanal já melhorou as atividades dos pescadores da região. Já está proibida a pesca usando redes de arrasto por barcos pesando mais de 10 toneladas,

que caracteriza pesca industrial, a menos de duas milhas da costa. Mas o ideal para a preservação da região é que não exista qualquer tipo de arrasto. Ele captura diversos animais que são jogados fora, impedindo que várias espécies de frutos do mar cresçam e reproduzam. De acordo com Fábio Fabiano, nos últimos meses, 12 embarcações foram apreendidas e multadas.

Com a implantação da reserva extrativista, a fiscalização será realizada pelo Ibama, com apoio da Fundação Instituto e Pesca de Arraial do Cabo (Fipac) e de um policial civil. Mas os pescadores serão os principais aliados do projeto e alguns terão autorização para abordar os barcos ilegais. "Nós temos uma lancha para fiscalizar toda essa região. Para conseguir fazer uma fiscalização eficiente vamos precisar do apoio de toda a comunidade pesqueira", afirmou Fábio.

**Figura 42.** Jornal com a notícia de constituição da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo- RJ na época da criação.

Fonte: Dados de campo (2016).

Carneiro et al. (2012) destacam que, em 1999, foi elaborado e aprovado o Plano de Utilização da Unidade de Conservação. Como explicam Lobão e Loto (2012), para definir o conjunto de pescadores que integrariam a população tradicional da área, os pescadores delimitaram em assembleia que os “cabistas” seriam aqueles que pescavam no local há pelo menos dez anos, e que votavam no município de Arraial do Cabo há cinco anos. Essa definição dos beneficiários e usuários da Resex-Mar, de acordo com os autores, implicou em conflitos e desafios à gestão da área. Ainda de acordo com os autores, a Associação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo - AREMAC foi criada com objetivo de realizar a cogestão da Resex-Mar junto ao gestor da Reserva, representante do IBAMA na época. A atual gestão da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo conta com um Conselho Deliberativo, criado em 2010 e composto por 25 representantes dos beneficiários e usuários da área, juntamente com o gestor da unidade representante do atual ICMBio no município.

A respeito desse processo de constituição da área, Carneiro et al. (2012) chamam atenção para o fato de que, para alguns pesquisadores, sob o argumento de se preservar regimes tradicionais de apropriação dos recursos, o processo de constituição foi proveniente da agenda de instituições em níveis superiores, interpretando que, na trajetória de mudanças ocorridas na área, a iniciativa de criação seguiu ações que caracterizavam o processo de decisão *top down*, cuja forma de implementação foi mencionada no Capítulo 2 deste trabalho. Os autores frisam também que trata-se de um cenário desafiador, já que a Resex-Mar foi criada em uma área na qual ocorreu uma explosão do turismo, o que implica que já havia um fluxo de massa e dos negócios ligados à atividade no território.

A ausência de um ordenamento destas atividades é preocupante, de acordo com os autores, já que pesquisas evidenciam que o crescimento desordenado da atividade turística compromete e altera as condições espaciais, sociais, culturais e ambientais inclusive no que se refere à permanência da pesca artesanal. A Figura 43 mostra parte da Marina dos Pescadores do município, onde se misturam barcos de passeio e de pescadores artesanais.



**Figura 43.** Marina dos Pescadores de Arraial do Cabo- RJ, 2016.  
Fonte: Dados de campo (2016).

Considerando o fato de os autores mencionarem as pesquisas já realizadas nas quais a área estudada constava como universo empírico, o subtópico que segue tem o intuito de apresentar alguns dos trabalhos que estão cadastrados no Portal de Periódicos CAPES/MEC, criado pelo Ministério da Educação, integrando bibliotecas em um acervo com mais de 38 mil publicações. Trata-se de uma importante fonte de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web. A escolha desse portal se justifica por permitir acesso a conteúdos multidisciplinares e em diversos idiomas. Entende-se que conhecer parte das pesquisas que tiveram a Resex-Mar como universo empírico auxilia na caracterização da área de estudo a partir de pesquisas mais recentes e que abarcam diferentes ângulos da realidade.

#### 5.2.1 A Resex-Mar de Arraial do Cabo e as Pesquisas Científicas

Essa parte da caracterização se dedica a apresentar alguns dos estudos e pesquisas que escolheram a Resex-Mar de Arraial do Cabo como base empírica. Alguns trabalhos como de Mendonça et al. (2012) e Lobão e Loto (2012) foram utilizados na construção das partes que antecedem esse tópico do capítulo. São artigos científicos e dissertações de mestrado que, como dito anteriormente, fazem parte do portal de periódicos da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que se localizam em áreas acadêmicas distintas, como as Ciências Ambientais, Biologia e as Ciências Sociais, mas que dialogam com a pesquisa aqui descrita por realçarem aspectos importantes da Resex-Mar de Arraial do Cabo, como a biodiversidade e as relações culturais entre atores sociais, que juntos formam o contexto da Reserva Extrativista Marinha (Figura 44).



**Figura 44.** Parte da área da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Assim, ao iniciar a apresentação das pesquisas, evidencia-se os trabalhos de Carneiro et al. (2012) e Carneiro (2009), que trazem em seus artigos resultados alcançados a partir de experiências em projetos como o “Ressurgência” e a importância desse tipo de intervenção como catalisador de iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais, além da relevância para a formação de redes. Os autores destacam que a interação da pesquisa ao ensino, como do programa Saúde, Meio Ambiente e Segurança, contribuiu para outras iniciativas futuras e tinham como objetivo a sustentabilidade da pesca artesanal e do trabalho profissional dos pescadores artesanais.

Os estudos de Carvalho (2012) e Marendino e Carvalho (2013) trazem para a discussão no contexto da Resex-Mar a questão de gênero, e também introduzem essa temática a partir

de experiências de intervenção. Os autores buscam articular o papel da mulher e a preservação da memória observada durante o desenvolvimento do “Programa Mulheres Mil”, que introduziu na Resex-Mar de Arraial do Cabo ações como cursos de filetagem, salga, culinária e fabricação de bijuterias com as mulheres da restinga. A teoria das representações sociais foi utilizada para evidenciar o imaginário das mulheres da Resex-Mar, e também serviu de lente para analisar relações de gênero e cultura na área.

Souza (2014) e Dunley (2006), em suas pesquisas de dissertação, assim como Toste et al. (2011) e Krueel e Peixoto (2003) em artigos científicos, desenvolveram estudos que realçam a biodiversidade do ecossistema aquático. Foi exposto o caso da contaminação de pescado e moluscos bivalves por toxinas produzidas por microalgas; o efeito de fragmentação de habitat sobre a biologia reprodutiva de *Byrsonima Sericea*; o estudo sobre população de gastópodes marinhos e o levantamento de espécies vegetais utilizadas na faixa terrestre da Resex-Mar, agregado ao conhecimento e às tradições locais.

Em 2007, o Professor Antônio Carlos Diegues escreveu um artigo em que organizava trabalhos de teses e dissertações produzidas no período entre 1989 e 2007 a respeito dos elementos culturais das comunidades e grupos de pescadores relevantes ao desenvolvimento das atividades pesqueiras artesanais na Resex-Mar. O autor desenvolveu seus argumentos com base em seis trabalhos e identificou quais eram as lacunas em tais estudos, analisando elementos como o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, os sistemas tradicionais de manejo, modo de vida e os conflitos e mudanças sociais na Resex-Mar de Arraial do Cabo. Vale destacar que dentre eles encontravam-se as produções de Lobão (2006) e Mendonça (2007), autores que fizeram parte da pesquisa bibliográfica utilizada nos tópicos anteriores.

Ao tratar dos trabalhos dos dois autores citados, Mendonça et al. (2013) e Lobão e Loto (2012), destaca-se que ambos publicaram estudos trazendo análises comparativas: o primeiro refletiu sobre as possibilidades e limites do desenvolvimento do turismo e da pesca em Reservas Extrativistas, observando as experiências de Arraial do Cabo – RJ e Prainha do Canto Verde – CE; e o segundo trouxe para análise dois tipos de gestão compartilhada dos pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo e a Área de manejo de Exploração de Recursos Bentônicos no Chile.

Os resultados dos trabalhos e publicações apontaram para o fato de que os pescadores possuem um bom conhecimento da biodiversidade local, no entanto existe a necessidade de incremento de pesquisas que descrevessem a atividade de pesca em seu contexto macroergonômico em atendimento às novas diretrizes da gestão da pesca em áreas marinhas

protegidas como promessa de desenvolvimento sustentável. Salientaram a necessidade de compreender melhor o conhecimento e o manejo das diferentes artes de pesca que existem dentro da Resex-Mar para que se possa entender de forma mais acentuada os aspectos culturais que existem dentro da mesma. Apontam para a circunstância de que há sobreposição de uso dos recursos no território, o que tem interferido na vida da população litorânea, causando impactos negativos.

Alertam também para a importância dos objetivos de criação da área, que influenciam decisivamente a forma de relação entre as atividades existentes na mesma, ou seja, consiste em entender que se trata de um processo feito de cima para baixo ou de baixo para cima. Destacam como importante um programa de monitoramento periódico das espécies estudadas, para se manter as condições de preservação do meio natural. Por fim, demonstram que existe a necessidade de compreender, entre os atores sociais que convivem dentro da Resex-Mar, a importância da área preservada para os mesmos. No estudo de Diegues (2007) foi constatado que havia transferência do conhecimento tradicional aos pescadores mais jovens, no entanto o autor já apontava que eles estavam migrando para outras atividades. Esse resultado é de extrema importância para a presente pesquisa, praticamente dez anos depois, este trabalho tem dentre seus objetivos entender como os pescadores mais jovens interpretam a importância da Resex-Mar, da continuidade da atividade e como enxergam as perspectivas futuras dentro da profissão. Além disso, todos os estudos trazidos aqui mostram a transdisciplinaridade e como diferentes extensões do conhecimento se complementam e são necessárias para se buscar o melhor desenvolvimento local e a sustentabilidade do território.

O último tópico deste capítulo tem o propósito de apresentar os participantes da presente pesquisa. Para esta apresentação foram utilizados trechos de entrevistas, fotografias, bibliografia e documentos colhidos em campo para que os próprios atores sociais envolvidos com a pesca artesanal dentro da Resex-Mar pudessem “dizer” quem são eles e como a atividade é organizada atualmente nessa área.

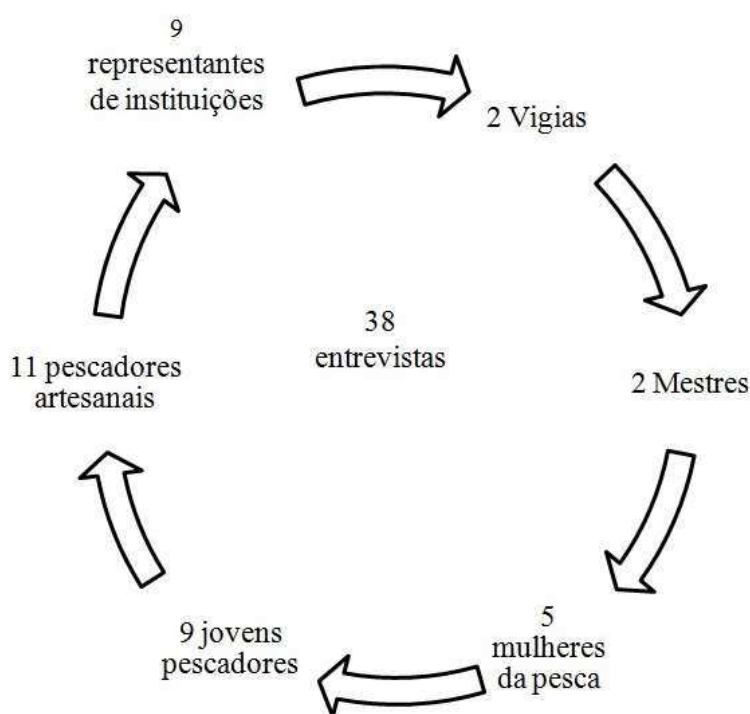
### 5.3 QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS QUE FIZERAM PARTE DA PESQUISA?

Neste tópico são apresentados os pescadores artesanais, mulheres da pesca, jovens e representantes das instituições que fizeram parte da pesquisa. Como foi descrito na metodologia, foram realizadas 38 entrevistas em profundidade e, ao se pretender construir essa apresentação, a ideia norteadora é fazer com que o próprio campo se apresente ao leitor

deste trabalho, a partir dos documentos, imagens e informações colhidas nessa fase da pesquisa.

Durante a conversa com a gestora da Resex-Mar de Arraial do Cabo, a respeito do número de pescadores artesanais na área atualmente, a mesma estima que seja cerca de 1.700 pescadores divididos entre as comunidades, ou nas palavras dela, nas praias do Pontal, Prainha, Praia dos Anjos, Praia Grande e do 2º distrito. Ela salienta que os pescadores que vivem exclusivamente da pesca devem chegar a 300, os demais complementam a renda com outro tipo de atividade, apesar de pescarem toda semana. Esse número total estimado pela gestora se aproxima da lista cedida pela presidente da Colônia de Pescadores.

Ao tratar especificamente das praias que abrangem os pescadores e mulheres envolvidas com a pesca, para este trabalho fizeram parte a Prainha, Praia dos Anjos, Praia Grande e Praia do Pontal. A Figura 45 mostra como se dividem os participantes da pesquisa.



**Figura 45.** Pescadores artesanais participantes da pesquisa.  
Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar que, entre os representantes das instituições ligadas à pesca artesanal no município que fizeram parte da pesquisa (Quadro 10), nenhum (a) soube informar a respeito de uma estatística pesqueira anual, ou seja, número exato de pescadores, quantidade de peixes capturados por ano, principais espécies, preço de venda, etc.

**Quadro 10.** Representantes de instituições que fizeram parte da pesquisa

Número da entrevista	Instituição	Sexo
1	Gestora da Resex-Mar / ICMBio	F
2	Presidente da AREMAC	M
3	Presidente da Colônia de Pescadores	F
4	Presidente da Associação de Pescadores de Arraial do Cabo- APAC	M
5	Diretor de Pesca da Associação de Barco de Boca Aberta	M
6	Comissão Nacional para Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos-CONFREM	M
7	Presidente da Associação de Mulheres	F
38	Vice- Presidente conselho da Resex-Mar	M
18	Diretor técnico da Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC	M

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Como visto nos tópicos anteriores, a população do município de Arraial do Cabo durante muitos anos viveu praticamente da pesca, tanto os pescadores como suas famílias. E, para entender melhor as diferentes modalidades mencionadas nas entrevistas, é interessante trazer novamente as contribuições de Ferreira e Fialho (2013), que ao se referirem aos principais tipos de pesca praticados na Resex-Mar de Arraial do Cabo, explicam que são divididos entre: a pesca de rede, que se utiliza de redes de arrasto de praia empregando embarcações a remo (canoa) e que é subdividida em três outros tipos: pescaria de cerco, lanço à fortuna e pescaria de gancho. Nos três tipos ocorre o lançamento da rede ao mar e cerco do cardume, no entanto das três a pesca de cerco (Figura 46) é a mais realizada.



**Figura 46.** Pesca de cerco realizada na praia grande no passado e atualmente, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A pesca de linha, na qual se faz o uso da linha de mão e anzol, pode ocorrer nas pedras, em canoas e botes motorizados. Os autores salientam que no passado a pesca no município de Arraial do Cabo seguia uma organização que é denominada por Britto (1999) de “corrida das canoas”. Trata-se de um rodízio de oportunidade para as embarcações pescarem de 21 em 21 dias, no qual um par de canoas sai para pescar. Um pescador que é representante de uma das associações de pescadores, ao falar a respeito da pesca de cerco na Resex-Mar de Arraial do Cabo, explica que até os dias de hoje alguns pescadores utilizam esse rodízio.

Aqui na Praia Grande, teria que ter 42 canoas, de 21 em 21 dias, só tem 10, porque as canoas são feitas na Bahia, entendeu? Na Praia dos Anjos 12, na Prainha 9, no Pontal 4, então nós temos um rodízio uma escala de trabalho, quem pesca na canoa de hoje, só vai pescar daqui 21 dias, a gente respeita Natal e Finados, semana Santa depende da lula. (Entrevista N°4, APAC).

Ferreira e Fialho (2013) explicitam que a “companha”, assim como começou a se explicar anteriormente, é a forma como os pescadores se organizam para fazer a pescaria e é composta geralmente por nove pessoas com funções diferentes: vigia, mestre, chumbeiro, corticeiro, proeiro, meeiro, reeiro, contrarré e cabeiro. Segundo os autores, a função do vigia é considerada mais alta, pois é dele a responsabilidade de emitir sinais para realização do cerco. Após a pescaria, acontece a partilha do produto capturado no qual cada parte é chamada de quinhão. Explicam que em uma pesca com nove pescadores, são distribuídos nove quinhões aos pescadores, mais um quinhão para o dono da canoa e quatro para a rede. É costume dos pescadores fazer doações à igreja e às viúvas, por exemplo. Os trechos reforçam o valor dado ao posto de vigia entre os pescadores, bem como a responsabilidade assumida.

Você começa na canoa, começa como cabeiro até você chegar em um mestre ou um vigia né. (Entrevista N°1, ICMBio)

O vigia de cardume no linguajar do pescador é o curso superior da pesca. E tem que ter o dom, eu tenho amigos pescadores que tem o dobro da minha idade e não sabe

vigiar. [...]. É todo dia tem que ser nove, como são duas canoas, são 18 famílias que dependem do sustento de uma pessoa que fica lá em cima (Entrevista Nº 6, CONFREM).

Segundo a descrição dada pelos dois vigias que participaram da pesquisa, o vigia “manda” e isso acontece por meio de sinais e um pano branco na mão; assim, o mestre vai se orientando pelo o que ele indica. O vigia consegue ver as mantas ou cardumes chegando e, como explicam em Arraial do Cabo, é comum com espécies como tainha, anchova, xaréu, cação, cavala, serra e bonito. O olheiro ou vigia fica em cima do morro e visualiza o cardume. Ele vai dizer onde está o cardume a quantidade e qualidade do peixe. De acordo com os mesmos, o cardume vem formado (nesse caso faz uma mancha escura no mar) ou vem comendo outro peixe. Um deles explica que o vigia não usa binóculo, porque quando uma pessoa faz uso do binóculo olha só para um lugar e o vigia precisa olhar para o mar todo, isso porque cada peixe tem um comportamento, uma forma de chegar:

Peixe não tem um rumo certo, a tainha vem pulando, o bonito vem na ressurgência, porque ele vem comendo a manjubinha, aquela cosia peixe grande engole peixe pequeno e aí que a gente sabe. Quando o vigia faz o sinal com o pano branco, está mandando algo. Nossa rede tem trezentas braças mais tem a parte do cabo no canto da praia, então o vigia manda o grupo embarcar na canoa, ir lá pra fora [...]. Quando a gente bate na perna é pra lagar a rede, vão remando passando a rede no mar até formar o cerco, por isso se chama pesca de cerco (Entrevista Nº 6, 59 anos).

Normalmente o pescador vai para o posto do vigia (Figura 47) por volta das cinco ou seis horas da manhã e fica até entre meio dia ou uma da tarde, tudo depende do movimento da pesca. Um dos vigias explica que há vezes em que alunos das escolas acompanham esse trabalho e que já chegaram a subir a trilha 70 alunos atentos ao que ele tinha para ensinar.



**Figura 47.** Posto do vigia, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Dados da Pesquisa 2016.

Já sobre o posto de mestre, de acordo com os dois mestres que contribuíram para a pesquisa, o pescador que assume essa responsabilidade precisa conhecer o que é o mar, tudo

que o envolve, assim como conhecer todos os petrechos necessários. Na Figura 48, à direita, a casa da pesca, uma espécie de museu com memórias da pesca criado pelo Mestre Chonca, que coleciona fotos antigas e recentes dos pescadores, poesias e os petrechos de pesca utilizados no passado e ainda hoje na arte da pesca. Esse acervo constitui parte importante da cultura material da profissão e, segundo Dubar (2005), contribui para a socialização profissional.



**Figura 48.** Casa da pesca e os petrechos antigos de pesca que fazem parte do acervo montado, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Dados da Pesquisa 2016.

Faz parte do saber dos mestres conhecer quando o mar está agitado, ou “embolado”, nas palavras de um deles, conhecer também os pesqueiros locais que os pescadores consideram apropriados para cada tipo de pesca, já que em cada um dos pesqueiros se pode encontrar determinadas espécies de peixes. Ferreira e Fialho (2013) complementam essa informação, acrescentando que existem na Resex-Mar de Arraial do Cabo cerca de 84 pesqueiros.

Outro fato importante de se destacar a respeito da pesca na área é que, atualmente, os pescadores são classificados de acordo com três categorias. Essa classificação é resultado de uma trajetória, de negociações, como explica a gestora da Resex-Mar. A área de Preservação Marinha é de 1997 e o Plano de Utilização foi o primeiro instrumento de ordenamento datado de 1999. No entanto, o Conselho da Reserva foi criado em 2010, e a concessão de direito real de uso foi destinada à gestão da Unidade de Conservação. A gestora conta que o ICMbio realizou uma análise do Plano de Utilização e verificou que alguns pontos eram considerados ilegais frente ao SNUC (nova legislação). Segundo ela, a equipe passou de 2012 a 2016 fazendo uma revisão e foram desenvolvidas oficinas para ouvir os pescadores e se chegar a um acordo que fosse benéfico a todos. Paralelo a isso, foi feito o cadastramento

dos beneficiários da Resex-Mar, dividindo os pescadores nas categorias A, B e C, como mostra a Quadro 11.

**Quadro 11.** Categorias nos quais são divididos os pescadores na Resex-Mar de Arraial do Cabo.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
A	Pescador profissional extrativista tradicional que tem sua renda baseada exclusivamente na pesca, podendo excepcionalmente, em épocas de baixa pescaria exercer atividades pontuais e temporárias (bicos).
B	Pescador Extrativista tradicional que pesca rotineiramente e que tem outra fonte de renda fixa, com carteira assinada ou não, tendo na pesca um complemento da sua renda.
C	Pescador amador, morador de Arraial do Cabo, que pesca por lazer, portanto não tem direito a comercializar seu pescado. Tem seus petrechos de pesca limitados a linha, molinete, vara, tarrafa, caça submarina em apneia. A quantidade de pescado será limitada e as áreas permitidas serão definidas no Plano de Utilização da Resexmar -AC.

Fonte: Adaptado do Jornal do Cadastro do ICMBio, publicado em 2013, Resex-Mar de Arraial do Cabo, 2016.  
Fonte: Dados da Pesquisa 2016.

Assim, o que se pode dizer é que os pescadores que compõem esta pesquisa fazem parte das diferentes modalidades de pesca existentes na área, exercem diferentes posições dentro da pesca e se enquadram em uma das três categorias regulamentadas recentemente. No que se refere ao perfil de idade deste grupo, o pescador artesanal mais velho possuía 86 anos e o mais novo 15 anos. O Quadro 12 mostra informações da geração de pescadores mais velhos e mulheres da pesca que participaram da pesquisa.

**Quadro 12.** Sexo, idade e escolaridade dos pescadores que participaram da pesquisa Resex-Mar de Arraial do Cabo, 2016.

Número da entrevista	Sexo	Idade
8	M	86
9	M	57
10	M	53
11	M	62
12	M	76
13	M	56
15	M	56
16	M	79
19	M	38
20	M	44
21	M	59
22	F	69
23	F	53
24	F	58
25	M	86
26	M	71
27	M	42
35	M	56
36	M	60
37	M	35

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Além da Gestora da Resex-Mar e da Presidente da Colônia de Pescadores, fizeram parte da presente pesquisa quatro mulheres que integram um grupo que está tentando constituir uma cooperativa das mulheres da Prainha. Como explica a gestora da Resex-Mar de Arraial do Cabo, atualmente a participação das mulheres na pesca foi fomentada, porque antes era praticamente invisível. No período em que foi realizada a pesquisa de campo aqui apresentada, se contabilizavam duas cooperativas: uma em funcionamento regular e outra em processo de constituição. Haviam sido criadas há cerca de dois anos, à época, e dividiam uma cadeira do conselho da Resex-Mar.

Elas estão tentando aí o espaço, porque a nossa pesca é muito masculina, então uma das cooperativas que se criou é de pessoas de tradição de família, mas que pescam prioritariamente lula, e aí o grande foco do trabalho delas é a pesca da lula. A outra, que é de pessoas lá da Prainha, elas têm uma relação mais próxima eu acho, mais tradicionais na pesca, e aí elas estão fazendo alguns trabalhos com salga de peixe. (Entrevista Nº 1, ICMBio)

O machismo não permitia que a mulher se envolvesse na pesca, de três anos pra cá começou um envolvimento, depois de Dilma que a mulher começou a se mobilizar. (Entrevista N° 2, AREMAC).

Assim, durante a pesquisa de campo, através da metodologia de Bola de Neve, chegou-se à liderança desse grupo de mulheres da Prainha e à parte do grupo. Elas explicam que a ideia de se formarem como grupo de mulheres nasceu da vontade de resgatar a cultura da salga, uma vez que historicamente as mulheres sempre fizeram a salga do peixe para que os atravessadores pudessem levar para outro município, como foi visto anteriormente. Então as mulheres pescadoras, aquicultoras e artesãs da Prainha decidiram constituir a Cooperativa Salga, Sol e Arte - MUPAAP.

Já que nossa família é toda formada de pescadores não se pode excluí-los desse movimento e do nosso negócio. Muitas de nós já pescamos muito, já pegamos mariscos, mas a maioria hoje com filhos e netos não consegue mais sair em barcos pra pescar. Então o que nós fazemos, esperamos o peixe na praia, eles repassam um pouco do pescado pra gente. Quando precisa ir para o mar, nós embarcamos, temos até nosso barco para que nós mesmas possamos buscar o marisco. Mas os sobrinhos, filhos e maridos já traz os peixes pra gente (Entrevista N°23 , 53 anos).

A cooperativa estava em fase de constituição, mas o grupo já existia há cerca de 3 anos à época da realização da pesquisa de campo. Cada uma das mulheres realizava esse trabalho em suas casas isoladamente, até resolverem se organizar. Comercializam dentro do município, atendendo a pessoas que conhecem o trabalho. A ideia de constituir a cooperativa está ligada à vontade de expandir e poder comercializar fora de Arraial do Cabo também. O grupo costumava se reunir na casa de uma delas, no entanto conseguiram que a prefeitura cedesse um espaço, e os planos eram de adequar a cozinha e expandir os negócios. Trabalham também com a confecção de bijoias que são produzidas a partir da escama do peixe, da concha dos caramujos, da vértebra dos peixes e outras matérias-primas vindas do mar (Figura 49).



**Figura 49.** Biojoias e a salga do peixe feitos pelas mulheres da Prainha, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Dados da pesquisa de campo 2016.

Em se tratando especificamente dos pescadores artesanais jovens, o mais velho possuía 29 anos e, dos nove participantes, apenas dois não estavam estudando. Alguns já haviam constituído família e se tornado pais. Como será exposto adiante, somente um não era proveniente de família de pescadores. Nesta parte da caracterização, é importante frisar que todos estavam envolvidos com a pesca, apesar de alguns jovens desenvolverem outras atividades econômicas como forma de complementação da renda. A Figura 50 mostra dois jovens que participaram da pesquisa, tiveram os rostos resguardados por terem menos de 18 anos.



**Figura 50.** Alguns dos jovens pescadores artesanais que participaram da pesquisa, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Pesquisa de Campo 2016.

Além da captura, os jovens pescadores sabem beneficiar o peixe, comercializar e fazer pequenos consertos em redes e motores. O Quadro 13 mostra informações sobre a faixa etária e escolaridade dos jovens participantes da pesquisa. Vale destacar que as informações contidas no Quadro 13 confirmam a tendência apontada no mapeamento feito no Capítulo 3 a partir das informações do banco de dados ICMBio/UFV, que mostrou que na Resex-Mar de Arraial do Cabo a parcela da população formada por jovens pescadores entre 15 a 19 anos estão estudando. No entanto, quando se considera os jovens de 20 a 29 anos a situação se inverte, e a maior parte abandona os estudos, ou não conseguem avançar.

**Quadro 13.** Informações etárias e de escolaridade dos jovens pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo - RJ.

<b>Nº da entrevista</b>	<b>Idade</b>	<b>Grau de escolaridade</b>	<b>Estuda atualmente</b>
14	19	3º ano	sim
17	17	9º ano	sim
28	26	1º ano	não
29	18	8º ano	sim
30	16	6º série	sim
31	23	6º série	não
32	17	1º ano	sim
33	15	7º série	sim
34	29 anos	3º grau incompleto	não

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Assim, apresentado o universo empírico e os atores sociais que fazem parte da pesquisa e que serão protagonistas do último capítulo, após entender a formação do território, da identidade e as conformações pelas quais passou e se estabelece a atividade de pesca artesanal, o próximo capítulo, além de trazer as entrevistas em profundidade realizadas, tem o intuito de refletir sobre as referências bibliográficas abordadas até aqui, além de buscar compreender um pouco mais a dimensão cultural intergeracional no contexto de preservação socioambiental que caracteriza a Resex-Mar.

## CAPÍTULO 6

### A TRANSMISSÃO GERACIONAL DA PESCA ARTESANAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO-RJ: O OLHAR DOS PESCADORES

*“Mais adievolve, mais adievolve, adievolve o porta estandarte que nois te emprestiamo. Eu sei que nois nunca se diemo, mais adievolve o porta estandarte que nois te emprestiamo”.*

*Porta Estandarte<sup>9</sup>.*

Este capítulo apresenta a o olhar dos pescadores, mulheres da pesca, representantes das instituições e jovens da pesca a respeito da pesca artesanal, do processo de transmissão geracional e do modelo de gestão da Reserva Extrativista Marinha. O mesmo foi subdividido em quatro partes, sendo as três primeiras dedicadas à apresentação dos resultados das entrevistas em profundidade e da observação em campo. O último tópico traz a aproximação da literatura com os principais apontamentos identificados nas falas dos participantes da pesquisa. A escolha por apresentar primeiramente os resultados e finalizar com a aproximação teórica é pessoal e tem o intuito de dar destaque à voz dos pescadores antes de estabelecer a análise pretendida.

#### 6.1 A PESCA ARTESANAL PELO OLHAR DOS PESCADORES ARTESANAIS DE ARRAIAL DO CABO: “NÃO É O PEIXE QUE ESTÁ ACABANDO, QUEM CORRE O RISCO DE DESAPARECER, É O PESCADOR ARTESANAL”

Ao iniciar este capítulo optou-se por apresentar o olhar dos pescadores sobre o que é a pesca artesanal no município de Arraial do Cabo. Isso porque se entende como oportuno identificar o significado da profissão para os mesmos. Assim, ao descreverem o que a pesca representa profissionalmente para eles, nota-se a valorização de dimensões como o sentimento de liberdade, o fato de não lidarem com a relação patrão / empregado, além do contato com a natureza e o mar sendo, os dois últimos, sinalizados de forma marcante no entendimento do que consiste a profissão.

---

<sup>9</sup> Música que uma das mulheres da pesca que fez parte da pesquisa cantou ao lembrar as histórias contadas pela avó a respeito da rivalidade que existiu no passado entre a Praia dos Anjos e a Prainha no município de Arraial do Cabo –RJ, foi escolhida para fazer parte da abertura do capítulo, por ter sido um momento em que ela se emocionou ao trazer de volta tal memória.

É uma profissão bonita, bonita, não é rentável mais é bonita, pescar livre sem ninguém pra te atrapalhar, sem ser mandado por ninguém, não tem patrão, o patrão sou eu mesmo. O que eu mais gosto? Liberdade, é da liberdade [...] (Entrevista N° 21, 59 anos).

A profissão é boa, e hoje em dia inclusive o pessoal não sabe aproveitar, não sabe aproveitar não. Eu gostava de tudo, eu pescava e me divertia ao mesmo tempo. Nunca, nunca me entristeci, nada, nada, sempre alegre, com bom humor (Entrevista N°26, 71 anos).

É muito gostoso, cê não trabalhar pra ninguém, viver no mar, nossa! Dorme na beira de praia, faz a fogueira [...] faz sua hora junto com a maré, com a lua, é outro, é outro departamento, cê não tá entendendo! (Entrevista N° 6, CONFREM).

Percebe-se que os jovens também valorizam os mesmos aspectos como o fato de não ter patrão e o sentimento de alegria que, de acordo com um deles, não é possível descrever.

Pra mim é uma boa profissão porque você mesmo paga seu salário, não tem patrão, você faz o que quiser (Entrevista N° 25, 18 anos).

É uma profissão legal, é uma alegria que não tem como descrever [...]. Só que não tem mais como depender exclusivamente da pesca (Entrevista N° 32, 17 anos).

As narrativas dos pescadores artesanais trazem também aspectos pautáveis à compreensão da profissão ao descrevê-la como uma modalidade de pesca que possui limite de captura. É fundamental observar que os pescadores artesanais fazem um contraponto usando a comparação com a captura e a dimensão da pesca industrial. Em seus argumentos, colocam em evidência as leis de pesca no Brasil e o fato de algumas determinações serem generalizadas. Todos estes fatores juntos ajudam a diferenciar a pesca artesanal das demais modalidades existentes.

A pesca artesanal ela já diz é uma modalidade de pesca que ela tem um limite de captura dessas espécies (Figura 51), por exemplo, o pescador ele não é como um barco industrial (Entrevista N° 2, AREMAC).

Então eu tenho um limite de pescado, já o contrário da pesca industrial, por exemplo, a pesca industrial ela captura toneladas e toneladas, o que eu vou capturar ao longo de dez anos, eles capturam em um ano. Então nós temos um limite até um limite físico para poder exercer. A mesma coisa é um pescador de um barco de pequeno porte, ele não tem a capacidade de trazer toneladas e toneladas, então quando chega naquele limite, por isso é chamado de pesca artesanal (Entrevista N° 4, APAC).

Hoje a pesca artesanal ela vai até vinte toneladas, é errado! Eu acho que nós não chegamos a esse limite, se chegarmos a umas duas toneladas é muito. Isso aqui quem está falando não é técnico não, é pescador, é a visão de um pescador (Entrevista N° 2, AREMAC).



**Figura 51.** Pescado capturado na pesca de cerco na Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016.  
Fonte: Pesquisa de Campo 2016.

Explicam também que para a pesca artesanal são usados alguns recursos e equipamentos; um deles coloca que, para a realização da atividade, “é preciso a canoa, o vento e a rede”. Acrescenta que o pescador se utiliza de diferentes ferramentas que são necessárias para o reparo das embarcações. Outro, além dos elementos citados anteriormente, contabiliza de forma mais racional os recursos necessários, ao dizer que mesmo sem saber se vai capturar algum peixe, é preciso arcar com os custos do óleo, da isca e do gelo.

Na pesca artesanal a gente usa a canoa, que é pra ir ao mar, ai a canoa tem o vento e tem a rede. Essas ferramentas (Figura 52) são usadas no reparo, no reparo das canoas. Uma canoa quebra, então todo tipo de ferramenta é usado, todas essas aqui. (Entrevista N° 12, 76 anos).

Na pesca o pescador tem que pagar óleo, a gente tem que pagar isca, tem que pagar gelo (Entrevista n° 13, 56 anos).



**Figura 52.** Algumas ferramentas utilizadas no reparo das embarcações, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Pesquisa de Campo 2016.

A tecnologia também faz parte dessa caracterização da atividade e é percebida pelos pescadores, inclusive os mais jovens, que realçam, que ao longo do tempo, a atividade passou por mudanças que são agregadas no incremento das embarcações que inicialmente eram apenas a remo. Atualmente um número considerável de embarcações possui motor, mesmo que pequeno.

É, eu lembro que meu avô falava que as artes de pesca nossa era madeira e folhas, galhos e aí depois passou pras redes né com fibra de tucum que era o coco da restinga, com cordas feitas de árvore que tinha na área da mata atlântica. Então, depois veio o petróleo, aí veio o náilon e as redes [...] (Entrevista N° 6, CONFREM).

Antes não pescava com sonda, era o olho nu, os mestres, fazia a marca pelo morro, pros pesqueiros, num era sonda não, e era certinho, carregava o barco e vinha embora, hoje em dia é sonda [...] é a mesma coisa da senhora ponhar uma peneira, e peneirar pra ter o melhor, hoje em dia, nem tem muitos mestres, como antes tinha (Entrevista N° 16, 79 anos)

Com certeza existe essa busca pelas as novas tecnologias, adaptando e o meio é assim. Eu acho que as comunidades tradicionais eles sempre viveram em adaptação, nunca foram estáticas (Entrevista N°6,CONFREM)

A pesca artesanal evoluiu um pouco mais, evoluiu, ela deu uma boa evolução. Ah, barcos melhores, redes melhores, nós evoluímos nos barcos, nas redes, que antes a gente tinha uns barcos muito pequeno, rede muito pequena, a gente levava um coro

muito grande [...] quem evoluiu a pesca do Arraial foi eu. (Entrevista Nº 34, 29 anos)

Além das inovações técnicas e tecnológicas incorporadas na trajetória da profissão, não escapa também ao olhar dos pescadores o fato de que se trata de uma profissão que está exposta às adversidades climáticas, à sazonalidade, aos riscos e ao sacrifício do dia a dia.

A gente vive com os contratempos né? Temperatura, o mar quando tá alto tem uma série de fatores que é um trabalho de risco né, eu trabalho com anzol, com faca, com animal que quer me morder, da mesma forma que eu quero capturar ele, então existe essa parte também (Entrevista Nº 5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA)

Na pesca existe a questão da sazonalidade, né, e como tem outras oportunidades, e o custo de vida nessas áreas urbanas elas costumam ficar mais caras, então você tem que agregar mais renda pra poder sobreviver (Entrevista Nº6, CONFREM)

Outro atributo que aparece na descrição dos entrevistados é a coexistência de diferentes modalidades de pesca na Resex-Mar: de linha, caniço, cerco, pesca que é feita nas pedras, traineira, mergulho, além de outros tipos, confirmando a descrição feita no Capítulo 5 como mostram os fragmentos que seguem:

E a gente também tem uma diversidade de pesca, porque a gente tem a canoa que é o arrasto de praia, onde o vigia vê o peixe e manda cercar. A gente tem a pesca de caniço, pesca de linha que é feito na pedra, nos costões, aqui se pesca de todo jeito, quando não dá de um jeito dá de outro. (Entrevista Nº2, COLÔNIA DE PESCADORES)

A gente tem a pesca de traineira, que são redes, né, de traineira, são embarcações maiores um pouco, mas não são industriais não, são embarcações artesanais e que armam o cerco mas já lá no alto mar. Tem a pescaria com linha que é bote de boca aberta, ou um barquinho de convés ou então nos caícos que são pequenas embarcações. E tem os pescadores de pedras, que ficam nas pedras, eles vão para alguns pesqueiros nos costões. E tem também os vigias que tem olho de águias, eles identificam a quantidade de peixe, qual é o peixe e lá de cima orienta o cerco aqui em baixo (Entrevista Nº 1, ICMBio)

Mais essas quatro modalidades seria legal você entender, então é caíco, traineira, canoa e barco de boca aberta, basicamente você fechou o circo nosso de modalidade de pesca né. Isso sem falar no mergulho tem pescador que é pescador de mergulho, entendeu? (Entrevista Nº 5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA)

A definição de que a pesca artesanal em uma reserva extrativista marinha tem o objetivo principal do autossustento de sua comunidade e de garantir a preservação da biodiversidade é também um entendimento que não escapou ao olhar de alguns pescadores.

Dentro de uma reserva extrativista onde foi feita para o autossustento da sua comunidade, garantir a biodiversidade e a sustentabilidade do extrativista. Com essas leis impostas no país nós sofremos nisso aqui, porque mesmo que tenha regras dentro da unidade que possam ser seguidas, nós nunca podemos sobrepor uma lei. (Entrevista Nº 2, AREMAC).

Interessante perceber ao compilar as falas, que no tocante à profissão, muitas vezes nem era preciso questionar como era a pesca no passado, os pescadores ao tratar do assunto lançavam mão da memória para descrever como era a pesca artesanal, explicando mudanças que abrangem os contextos socioeconômico e histórico do município, ocasionando diferenças na situação atual da atividade. Pelas falas pode-se notar que, em outros tempos, era possível obter um bom retorno econômico que, ao que tudo indica, ultrapassava a função de autoconsumo. Outro elemento é que, na percepção dos pescadores, o pescado era mais abundante.

Antigamente tinha muito peixe, hoje em dia é mais difícil, diminuiu muito, quem tava num lado, não via quem tava do outro, um monte de peixe que tinha na praia, muito bom (Entrevista N° 22, 69 anos).

Eu fiz uma casinha, minha casinha não é boa, não é boa, mais ruim também não é não. Eu fiz só com a pesca, só com a pesca, porque naquele tempo a gente matava peixe, o peixe tinha pouco valor, mas toda hora a gente matava peixe [...] hoje quem trabalha com pesca não consegue não, não consegue botar um tijolo sequer. (Entrevista N° 8, 86 anos).

Eu sempre ganhei dinheiro na pesca, muito dinheiro, mais do que se eu tivesse empregado dentro de uma multinacional. Tanto que eu não quis ser funcionário da Petrobrás, eu trabalhei, tive uma passagem rápida pela Petrobrás, porque a pesca me dava muito maior retorno que qualquer emprego desse. Então eu não sou aquele pescador frustrado, eu agradeço a Deus todos os dias, pela profissão que ele me deu (Entrevista N° 2, AREMAC).

Os principais fatores de modificação que transparecem nas falas dos pescadores são o aumento da população no município, a conseqüente pressão sobre os recursos, a entrada de pessoas na atividade que não possuíam o “dom” para profissão, que resultam na falta de respeito dos novos integrantes pelo ambiente, pelas antigas regras e do grupo. Nas transcrições abaixo é possível verificar o processo de tipificação, tal como descrito por Dubar (2005), onde ocorrem conflitos entre a criação de identidades para si e identidades para e com o outro.

A pesca mudou, mudou muito porque o Arraial cresceu, veio muita gente de Campos, do Espírito Santo, de Minas, do Rio de Janeiro, vieram pra cá trabalhar e foram invadindo a cidade. Hoje é pousada, é hotel, e o peixe acabou. Porque é muita gente a explorar (Entrevista N° 16, 79 anos)

Naquele tempo os companheiros era tudo igual, hoje pra você arranjar um colega na pescaria é difícil, tem colega, mas é traidor, não tem confiança, então a pesca é desse jeito [...] Antigamente vivia exclusivamente da pesca, nós vínhamos pra aqui 4 horas da manhã, era tudo organizado, hoje tá tudo bagunçado. O que mudou foi os pescadores, hoje não tem mais respeito não (Entrevista N° 8, 86 anos).

Entre esses pescadores de agora que estão aqui em Arraial do Cabo, na linguagem deles, esses pescadores são “feitos nas coxas”. Não são natos mesmo, nascidos tem que ter esse chamado pra isso, né, tem que ter esse dom (Entrevista N° 8, 86 anos).

O diretor técnico do órgão municipal - FIPAC que cuida da atividade no município fornece algumas explicações que esclarecem porque a população cresceu da forma como é descrita nas falas anteriores dos pescadores. De acordo com ele, se deve à instalação da Álcalis em Arraial do Cabo nos anos de 1950, que atraiu pessoas de diferentes lugares, que com o trabalho na empresa, mantinham um nível de vida considerado bom. Seus funcionários tinham até 14º salário, plano de saúde e a empresa contava com um mercado próprio. Tudo isso atraiu trabalhadores de diferentes regiões do país. Muitas pessoas constituíram família, no entanto durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), a empresa foi privatizada e muitas pessoas foram mandadas embora. Os compradores não souberam administrar a empresa que acabou fechando e muitos funcionários que já tinham constituído família procuraram se inserir no turismo ou na pesca.

Na visão do diretor técnico, apesar de terem entrado para a profissão, poucos conseguiram ter uma relação de respeito com o ambiente e apenas procuravam manter o nível de vida que tinham anteriormente. Além do mais, contribuíram para a alavancagem da atividade turística que, inicialmente, era de pequena escala, mas que chamou atenção de pessoas que tinham capital para investimento e torná-la ainda mais rentável.

Essa população começou a pescar, né, junto com aquele pescador que era pra ser artesanal, aí começou a explorar mais, praticamente pra ter recurso, entendeu? O pescador artesanal ele foi praticamente fagulado por aqueles filhos, netos, daquele pessoal que ficou assim desempregado né, que começaram a pescar. Aí o pessoal, e vai, muito assim por ignorância, entendeu? O ser humano, você sabe, que ele se acha assim um máximo né? Acha que ele pode tudo, que ele pode destruir tudo (Entrevista N°18, FIPAC).

Alguns caíram né pelo turismo, começaram a fazer aquele turismo bem assim simples né, mas quem é pra ser empreendedor, na época o turismo, a cidade pequena, o que pensaram? Eu vou enfiar o barcão lá e aí começou, aí começou a vir até mais gente, gente só de fora, estes caras que estão hoje aí que são os grandões. Quem tinha condições investia e é isso aí que tá aí, tirou o lugar do pescador (Entrevista N° 18, FIPAC).

Ao tratar da visão dos jovens pescadores, que não possuem essa memória vivida do passado, eles explicam que a pesca atualmente parece não condizer com o que ouvem dos pescadores mais velhos, e a conclusão que chegam é que hoje a profissão não oferece o mesmo retorno financeiro que um dia já proporcionou.

A pesca aqui os antigos falam que a pesca está só piorando, uma profissão que não dá tanto igual antes, mas fazer o que? (Entrevista N° 30, 16 anos).

Em relação ao contexto atual, parte dos pescadores afirma não ser possível o sustento das famílias exclusivamente com essa atividade econômica; novamente, aspectos como a sobrepesca, o avanço do turismo, as diferentes formas de exploração dos recursos e a falta de

consciência com o ambiente fazem com que não ocorra a passagem do cardume pela costa como acontecia no passado.

Hoje não se pode mais viver da pesca, essa geração tá aí, essa geração tá acabando com a pesca, não dá mais pra gente viver dela. Pescador hoje tem o olho muito grande, ele quer procurar o melhor pra ele, num sabe que mais tarde vai fazer diferença, não pensa o futuro, pensa só o presente, aí eles vão prejudicando a pescaria (Entrevista N° 8, 86 anos).

E com essa sobrepesca que são das indústrias diminuiu mais ainda para o pescador artesanal. O que, que vêm pra gente? Não vêm nada, ou quase nada. Então vêm as dificuldades e a gente não quer que a família da gente passe dificuldades (Entrevista N° 2, AREMAC).

A pesca tá desse jeito aí, não dá mais pra se viver dela, não tem mais lugar de colocar mais um barco se quer, ocuparam tudo, é ocuparam tudo. E 50% não é daqui, é de Búzios e Macaé, gente de fora (Entrevista N° 8, 86 anos).

Foi pedido aos pescadores que falassem a respeito dos aspectos que mais gostavam na profissão de pescador e os fatores que mais contribuem para empatia são: o contato com a natureza, a relação com o mar e o sentimento de liberdade, que aparecem como pontos que fortalecem a identificação com ofício. É interessante destacar que grande parte afirmou que o que mais os instiga é o momento em que “se pega o peixe”. Ao que tudo indica, essa satisfação predomina no gosto pela profissão.

O que eu mais gosto é o contato com a natureza o tempo inteiro né, a ligação e você ter, você aprender a se safar de várias dificuldades, de improvisar (Entrevista N°6, CONFREM).

O que eu mais gosto é tá no mar mesmo pescando, lá dá uma paz de espírito que você nem sabe que existe, cê nem sabe a paz de espírito que aquilo lá me dá, é muito bom, é muito bom. Às vezes eu parava meu barco ficava sentado lá, deitado e tal, sentava e ficava olhando, isso aqui é muito bom. Não, não é qualquer profissão que proporciona não. (Entrevista N° 11, 62 anos)

O que eu mais gosto é quando mata o peixe né, não tem coisa melhor (Entrevista N°16, 79 anos).

Eu acho que é a liberdade né, de você estar né convivendo direto com a natureza né, você ter opção em cima do tipo do peixe, o valor do peixe (Entrevista N° 38, 59 anos)

Da mesma forma que falaram a respeito do que mais gostam, os pescadores também descreveram aquilo que menos gostam na profissão. E neste sentido, chamaram atenção para elementos como a falta de mercado para comercialização do peixe e a não valorização social da profissão. Novamente, nas falas abaixo, se percebe o conflito identitário, na medida em que os pescadores refutam a imagem criada para eles pela sociedade mais ampla, baseada em estereótipos e preconceitos.

O que eu menos gosto é na hora de comercializar o pescado, é... Porque nos falta incentivo pra isso né, uma reserva que foi criada e não tem um mercado municipal de peixe, aonde eu vou comercializar o meu peixe? (Entrevista N° 35, 56 anos).

Você hoje tem um ganho reduzido, sofre as sanções das leis aplicadas, se nós pescadores artesanais dentro de uma unidade de conservação deveríamos ter outro olhar, deveríamos ser olhados de outra forma (Entrevista N° 2, AREMAC).

O pescador tem que ser pescador, tem que viver no atoleiro, ser miserável, são essas as filosofias impostas. A condição de vida de um pescador, é o pescador rasgado, desdentados tomando cachaça na beira da praia. Essa é a imagem que as pessoas têm do pescador. Um cara de aparência queimada, com uma roupa de farroupinha, barbudo de pé no chão. O pescador tem que ter um limite de ganho pra poder se enquadrar nas categorias que eles criam. A sociedade nos julga muito mal (Entrevista N° 2, AREMAC)

No que se refere aos motivos apontados pelos jovens para gostar e não gostar da profissão são mencionados aspectos similares como o contato com a natureza; a convivência com os amigos no trabalho e ao sentimento de liberdade, que nutrem um olhar positivo. No entanto, a quantidade de barcos e a falta de fiscalização contribuem para uma projeção negativa.

O que eu menos gosto é da escassez do pescado que deixa a gente revoltado (Entrevista N° 34, 29 anos).

Teria pontos positivos pra um pescador artesanal viver dentro de uma área protegida se houvesse fiscalização, a pesca industrial é extremamente atuante aqui dentro da nossa reserva (Entrevista N° 34, 29 anos).

A turma está vindo de fora e pegando o espaço da gente. Os caras estão só trazendo barco e fazendo essa bagunça que está aí, não tem órgão nenhum que fiscaliza (Entrevista N° 31, 23 anos).

Esses argumentos de que o pescador artesanal corre risco de desaparecer é compartilhado tanto pelos mais velhos quanto pelos jovens. Um dos participantes chega a fazer uma menção de que é preciso fazer camisetas informando esse desaparecimento, assim como é feito com os animais que entram em extinção, uma brincadeira que simboliza o sentimento de que a profissão pode acabar.

E a tendência que eu vejo sendo sempre falada nê, o peixe está acabando eu até discordo porque Deus é muito generoso e eu creio que ele não vai deixar acabar o peixe, mais está acabando na verdade os pescadores, a tradição e com isso o que está favorecendo é a pesca industrial que é a tal prejudicadora de todo o ecossistema (Entrevista N° 34, 29 anos)

Estamos precisando fazer camisetas, porque estamos em extinção! Nós temos cinco vigias em Arraial do Cabo, ninguém quer pescar mais. No futuro eu acho que não vai ter mais não. Por isso é importante resguardar. (Entrevista n° 4, APAC).

Vistas as concepções que os pescadores artesanais constroem e partilham a respeito da pesca artesanal na Resex-Mar de Arraial do Cabo, características, dimensões e fatores que a definem, o próximo tópico vai mostrar o processo de transmissão geracional pelos próprios pescadores e o principal objetivo é saber não apenas como ocorre, mas se está ocorrendo na atualmente e se os pescadores e os jovens entendem como importante sua continuidade.

## 6.2 O PROCESSO DE TRANSMISSÃO GERACIONAL DO SABER NA PESCA ARTESANAL: “PRA SER UM BOM PESCADOR É PRECISO APRENDER A OUVIR O MAR”

Ao iniciar a apresentação dos aspectos que marcam o processo de transmissão geracional a partir das falas dos pescadores, é importante registrar que para um pesquisador, ainda que exista a neutralidade científica, é encantador adentrar às memórias, processos e formas com que os mesmos descrevem esse encadeamento de como acontece a aprendizagem da profissão. Também fica mais evidente que se trata de um universo complexo como alertou Tomizaki (2010) no Capítulo 4, que se trata de um esforço de compreensão de lutas silenciosas, motivações, lealdades, legados, necessidades e contextos sociais que formam o pescador. Assim, este tópico tem o objetivo de mostrar por meio das falas, como a transmissão acontece e quais as perspectivas de continuidade da profissão na Resex-Mar de Arraial do Cabo.

Desta maneira, ao explicarem como aprenderam a ser pescadores, mais uma vez os pescadores lançam mão da memória, e grande parte afirma que aprendeu a profissão acompanhando os pais, familiares e pessoas mais velhas dentro da “companha”. Alguns pescadores e mulheres da pesca contam que “pegaram gosto” pela profissão porque quando eram crianças levavam café para os pais e outros pescadores mais velhos e a partir de então acontecia a socialização que permitia que aos poucos fossem assimiladas as artes da pesca. Além da memória, nota-se a lealdade nesta relação familiar de pescadores que se iniciaram fazendo companhia aos pais e aqueles que desenvolviam até uma relação de afinidade intermediada pela observação cotidiana do ofício.

Com a minha mãe, minha mãe, também salgava peixe, minhas tias eram salgadeiras (Entrevista N° 22, 69 anos).

Eu ia levar café com oito anos pro meu pai, meu pai era vigia de cardume ou olheiro de cardume (Figura 53) (Entrevista N° 4, APAC).

Aprendi com meu pai, meu avô também. Eu comecei a acompanhar eles com 8 anos de idade né, ia pro colégio, matava aula pra ir pescar, meu Deus do céu! Minha mãe corria atrás de mim pela beira de praia, e aí comecei a pescar direto, eu e meu pai a gente teve até uma ligação muito forte, quando ele falava vão fazer isso, eu já tinha feito (Entrevista N° 6, CONFREM).

Às vezes eu deixava de sair a noite pra fazer companhia pro meu pai na pesca, eu comecei a pescar com 11 anos. Aí a gente vai pegando o gostinho (Entrevista N°9, 57 anos).



**Figura 53.** Pai e filho, duas gerações de pescadores na família, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Dados da pesquisa 2016.

No que se refere aos pescadores jovens, a forma como se tornaram pescadores é similar e apenas um jovem esclarece que não aprendeu a atividade com os pais ou familiares. Ele narra que sempre gostou de ir à praia e de ficar olhando os pescadores trabalharem, até se interessar e começar a ir pescar e mergulhar com eles. Os demais, todos têm origem em famílias de pescadores e aprenderam a profissão acompanhando os pais desde crianças. Alguns ao serem questionados sobre como se tornaram pescadores, formularam uma resposta simples: está no “sangue” (Figura 54). Especificamente, houve o caso de um jovem cujo pai não queria que ele se tornasse pescador e se recusava a levá-lo para a pescaria; no entanto, ele experimentou o primeiro contato com a pesca acompanhando outros membros da família e explicou que “pegou gosto”. Outro jovem explica que começou na profissão porque estava “entrando no caminho errado” (ao se referir às drogas) e a solução encontrada pela família foi colocá-lo na pesca.

Me tornei pescador porque está no sangue, né? (Entrevista N° 13, 16 anos).

Na verdade quem começou me levando pro mar foi meu tio que me levava na sexta de tarde e no sábado, eu pescava de sexta pra sábado e no domingo eu descansava pra na segunda estar estudando. Aí, meu pai mesmo não queria me levar pra pescar, falava pra eu estudar. Mas meu tio foi me levando, me levando, aí acabei gostando e fiquei [...] meu pai me mandava estudar, mas estava no sangue (Entrevista N° 26, 26 anos).

Me tornei pescador porque eu estava estudando, aí daqui a pouco comecei a entrar numa vida errada, aí a solução foi começar acompanhar meu pai que saía pra pescar e fiquei (Entrevista N° 26, 29 anos).



**Figura 54.** Jovem pescador da Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Dentre os pescadores mais velhos também há aqueles que se tornaram pescadores devido a circunstâncias difíceis, como a necessidade de sustento de suas famílias e a situação de desemprego e pobreza.

Toda vida fui pescador, todinho no mar, olha só desde quando eu me entendi com dezesseis anos, que comecei entender o que era já a situação de pobreza (Entrevista N° 25, 86 anos).

Eu nasci num berço de pobreza, abandonei a escola, com 13 anos, meu avô já não podia mais pescar, porque tinha problema de saúde, eu tive que trabalhar na pescaria, pra criar ele e criei até ele falecer (Entrevista N° 12, 76 anos).

Eu só me tornei pescador por falta de emprego, é porque eu trabalhava com carpintaria, trabalhava de pedreiro, trabalhava de madeireiro, mas a vida ficou tão

difícil, aí eu comprei um barco e fui pescar, fui viver a minha vida no mar (Entrevista, Nº11, 62 anos)

Os relatos mostram que esse processo se dá por meio da observação, da repetição e da prática. Tudo isso acontece à medida que, ainda crianças, começam a acompanhar os pais.

O que o pescador faz? O pescador ele pega o filho dele com 4 ou 5 anos, ele bota dentro de um barco, e ali a criança vai observando as artes de pesca. E ali é diferente de você ir pra uma escola aprender uma profissão, estudar pra aquilo. Nós não, nós já temos esse conhecimento através dos nossos pais. E a nossa escola é a vida (Entrevista Nº 2, AREMAC).

No início é isso né, a repetição, tá costurando a rede, vê o pai costurando você quer costurar também, o pior é que a gente arrebenta a rede (Figura 55) pra fazer né, ai ele ficava puto da vida e faz, arrebenta, emenda, dá errado e vai indo e vai indo. (Entrevista Nº 6, CONFREM).

Aprendi olhando meu pai e meu avô fazer, minha avó era fazendeira de rede, minha família toda, minhas tias, minhas primas, meus primos, a gente fazia [...].Essa agulha é própria pra costurar (Figura 56). Aí fui olhando, fui aprendendo, hoje lá fora não tem quase ninguém que faça isso aqui, na Praia Grande tem uns dois ou três, na Prainha só tem três e na Praia dos Anjos não tem ninguém. (Entrevista Nº11, 62 anos).



**Figura 55.** Uma rede sendo emendada enquanto acontece a entrevista, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.



**Figura 56.** Agulha usada para emendar redes, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Dados da pesquisa 2016.

As mulheres também relatam que aprenderam a salgar (Figura 57) os peixes passando por esse mesmo processo de observação com as mães, tias e outras mulheres.

Desde quando minha mãe salgava junto com a mãe dela, era um galpão, um paiol, digamos assim que era o nome dado, era um paiol, porém tinha uma cisterna, aí era aquelas pilhas de peixe que varava a madrugada [...] eu ficava ali também observando e ajudando minha mãe. (Entrevista N°23, 53 anos).



**Figura 57.** Peixe sendo preparado para salga, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ, 2016.  
Fonte: Pesquisa documental feita em campo (2016).

Os jovens também afirmam que a aprendizagem vem da observação, um deles explica que com o falecimento do avô, ele atualmente aprende com os companheiros de barco, e

também procura observar os pescadores com mais experiência e assim aprende como desenvolver certas habilidades, a exemplo de como costurar redes.

Meu pai era pescador e comecei acompanhando ele, ele ia me ensinando, ia prestando atenção também como as outras pessoas que sabiam pescava (Entrevista N° 17, 17 anos).

Eu ia com meu avô de caíco, barquinho pequeno e ele me ensinava as coisas, aí ele faleceu e eu fiquei, aí continuei pescando. Hoje eu procuro os mais velhos, fico do lado vendo eles costurar redes e continuo aprendendo (Entrevista N° 33, 15 anos).

Os pescadores afirmam que esse conhecimento é muito importante na formação do pescador, porque é preciso estar preparado para enfrentar o mar. De acordo com eles, essa convivência faz com que o pescador aprenda a conhecer o ambiente, como as mudanças que influenciam o comportamento dos peixes. Alguns pescadores afirmam que, com o tempo, é como se eles próprios se tornassem parte do ambiente ao ponto de as mudanças da natureza serem sentidas no próprio corpo.

Nós temos que ter uma experiência, pra onde a água vai, pra onde não vai, qual é a qualidade de água também, tem que aprender. Tem a qualidades das águas de quando é boa pra peixe quando não é, as águas também tem maré, a própria água vira uma maré que tem alimentação pro peixe, aí mata pouco peixe, mais por que, porque tem a maré alimentando eles, mais depois que aquela maré sai dele, ele abre a boca pra pegar isca (Entrevista N° 12, 76 anos).

É um conhecimento de como você olha, a diferença entre a pedra e o peixe. O tipo de fundo e qual a formação dele. Conhecer as marés, por exemplo, quando você tem muito contato com a natureza no seu corpo você sente se o tempo vai mudar se não vai. Se a maré vai subir se não vai pela sua convivência você se torna praticamente parte do ambiente (Entrevista N° 2, AREMAC).

Os professores não conhecem a maré, pra onde vai, pra onde não vai, não conhecem o tempo, como vem como não vem, eu conheço o tempo pelas estrelas, pelas estrelas eu sei [...] a lua ela influi em tudo, tudo é dela. A lua ela tem quatro divisões, da lua nova pro quarto crescente é meio tempo, então pode influir no tempo, no vento, ou chuva. Tem também as trovoadas, como a senhora tá vendo tá tudo escuro aqui, porque a trovoadá tá armada, ali ela pode fechar o universo e dar um ronco, ela pode descarregar em vento ou em chuva [...] então eu to no mar, se eu vi umas certas nuvens no universo eu já conheço o comportamento dos peixes, tem muita coisa que essa geração mais nova não conhece, o próprio mar fala, o próprio mar fala! (Entrevista N° 25, 86 anos).

Aquele filme Avatar é maravilhoso pra explicar essa conexão com a natureza né, é aquilo ali, é uma conexão cê fica pensando que o peixe está lá naquele lugar, vou lá, fica imaginando como o peixe se comporta (Entrevista N°6, CONFREM).

Outro fato importante destacado pelos pescadores artesanais é que, além de conhecer o mar, é importante saber usar os instrumentos de pesca. E a questão levantada é a de que, atualmente, muitos que se dizem pescadores não conhecem a “verdadeira” pesca artesanal.

O pescador para ele ser um pescador profissional, não é dizer que só vai pescar, não. O pescador que é pescador, considerado um pescador profissional, ele tem que entender a matéria de dentro do mar e todos os aparelhos que a gente tem que fazer

para matar o peixe ele tem que entender. Não estou dizendo para a senhora que sou o tal não, mas na frente de certos pescadores, atualmente, hoje em dia, eu me coloco como sou um doutor de pescaria, tô na frente deles (Entrevista Nº 25, 86 anos).

Apesar desse contexto de aprendizagem da pesca, a maioria dos entrevistados afirma que não gostaria de ver seus filhos vivendo da pesca, porque no contexto atual não existe maneira de se manter apenas com os rendimentos da atividade e, sendo assim, não querem ver os filhos passando pela mesma situação por que passam.

Hoje um pai não diz assim pro filho: eu quero que você seja pescador. Ou o filho não vê, não tem uma visão de sustentabilidade dentro daquilo que ele possa fazer. A gente não tem essa garantia, não é que seja aqui não, porque o pescado ele ficou escasso no mundo inteiro (Entrevista Nº 2, AREMAC).

A Sra. já pensou ter que pagar luz, água, compra, vestimenta pra filho, mochila pra filho, escola, certo? A Sra. tem que ganhar pra isso, hoje só com pesca não tá dando pra isso (Entrevista, Nº11, 62 anos)

Não, eu num propus filho meu nenhum pescar porque eu num vi futuro pra ele. E cada dia que vai passando eu tô vendo o negócio sem lei, e cada dia que foi passando eu tô vendo sem lei, eu vou botar um filho pra seguir, pra beber dessa água aí? Pra depois não querer sair? (Entrevista, Nº11, 62 anos)

Os jovens compartilham dessa visão e afirmam que não gostariam de ver seus filhos vivendo da pesca, seja pelas dificuldades enfrentadas pela atividade atualmente ou por se tratar de um trabalho “sacrificante”. Expressam o desejo de que os filhos tenham “emprego fixo” ou que valorizem mais os estudos.

Não gostaria que meus filhos trabalhassem com pesca não, queria um trabalho fixo pra eles. Mas é importante ensinar porque quando não tem o que fazer, tira a gente das ruas e das coisas ruins (Entrevista Nº 33, 15 anos).

Todos os pais, ninguém quer que o filho permaneça naquilo dali. Igual você já reparou que o número de pescadores é de gente mais velha né, porque o pai quer que o filho estude, seja um doutor (Entrevista Nº 34, 29 anos).

Os pescadores conseguem perceber a importância da continuidade, alguns até denotam que ainda está acontecendo a transmissão e que existem jovens interessados em prosseguir na profissão de pescador. Chamam atenção para a importância da continuidade da atividade tanto pelo ponto de vista de resguardar a tradição, como também pelo ponto de vista da produção de um alimento importante.

Uma das coisas mais importante é que nós produzimos alimento né, você vai no médico, o médico fala assim pra você coma peixe, come peixe, então o que nos falta é isso é o reconhecimento né (Entrevista Nº5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA)

Sim, tá havendo essa transmissão pros mais jovens, mesmo nesse curso que nós fizemos que o SIMPERJ veio dá pra gente, ministrar pra gente, dois dias de curso, nós temos jovem lá fazendo este curso porque pra não se perder essa tradição. A gente vê muito jovem envolvido com a pesca principalmente lá na Prainha (Entrevista Nº 7, ASSOCIAÇÃO DE MULHERES)

No entanto, algumas falas sinalizam que o contexto de adversidades que envolve a atividade atualmente ameaça a continuidade da profissão. Um dos pescadores fez uma estimativa de que, dentro do período de 10 anos, não haverá mais a profissão em Arraial do Cabo.

Eu acho que acabando essa geração que pesca, acabou a pesca artesanal. A pesca artesanal tem uma duração de 10 anos, nos próximos 10 anos acaba, não tem jeito (Entrevista N 11, 62 anos)

Quando questionados a respeito do interesse da geração mais nova em aprender o ofício, os pescadores mais velhos se dividem. Um dos Mestres que participou da pesquisa comenta que a geração jovem só vai conseguir se manter na profissão se tiver muita força de vontade.

Tem uma galera jovem, mas devido ao progresso, os filhos, os pescadores mais novos eles entendem o seguinte, que o turismo dá muito mais dinheiro do que a pesca, então eles passam a fazer da pesca um “bico” devido essa remuneração. (Entrevista N° 5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA)

É, mais assim a gente vê vários garotos, meu sobrinho, por exemplo, pesca, é tarado com a pescaria, mais tá fazendo faculdade, ele vai se formar, mais ele ama a pescaria. Ama, ele é doido, doido (...) (Entrevista N°6, CONFREM).

De vez em quando vem um aqui pra eu passar pra ele, ontem mesmo, teve um rapazinho aqui, trouxe uma rede pra eu ensinar ele. Eu ensinei ele, olhe você faça isso assim e assim e assim, se não der certo você volta aqui, você vai pegar e fazer eu não vou fazer não porque eu quero ensinar você (Entrevista N° 25, 86 anos).

O pescador que concedeu a entrevista de N°25, reconhecido como um dos Mestres da Sabedoria Popular do município sente-se orgulhoso em mostrar seu trabalho com as redes, explica que a rede fabricada manualmente é mais resistente do que as redes que são compradas prontas, e que apesar das pessoas não valorizarem muito na hora da venda, dependendo do tamanho pode chegar ao preço de R\$ 2.000,00.

Então eu vou ter um privilégio de mostrar a rede que eu faço a mão, que tá pronta aqui (Figura 58) para mim não é trabalho não, mais para enfeitar a nossa história eu vou mostrar a senhora, minha rede, minha obra que eu faço à mão. Essas medidazinha aqui tem que ter golpe de vista pra fazer, de ponta a ponta, não tem medida não, a medida é meus olhos, aí vou fazendo (Entrevista N° 25, 86 anos).



**Figura 58.** Rede confeccionada pelo Mestre, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016.  
Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Com essa imagem e o trabalho com as redes de pesca deste Mestre da Sabedoria Popular da Resex-Mar de Arraial do Cabo, este tópico é finalizado, e após conhecer um pouco desse processo de transmissão entre os pescadores da Resex-Mar de Arraial do Cabo, a próxima parte busca expor a visão dos pescadores a respeito do modelo de gestão da Reserva Extrativista Marinha, quais as principais opiniões a respeito da criação, funcionamento, da preservação da cultura da pesca artesanal no município, as perspectivas e as ações que podem e estão sendo desenvolvidas pelos pescadores para manter a tradição da pesca artesanal no município.

### 6.3 A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO PELO OLHAR DOS PESCADORES ARTESANAIS

Como os pescadores artesanais de Arraial do Cabo exercem a profissão dentro de uma área protegida, fez parte do roteiro de campo investigar a percepção deles a respeito da criação da Resex-Mar e suas influências para a profissão de pescador artesanal. Inicialmente procurou-se compreender, a partir dos relatos dos pescadores que estiveram presentes no processo de constituição da Resex-Mar, como eles interpretam esse momento inicial de criação. Eles explicam que, na época da constituição, havia expectativa de melhora da condição da atividade para os pescadores artesanais, que houve conflitos à medida em que o pescador se deparou com as novas regras e que isso se deve principalmente ao fato de que era algo novo e muitos pescadores ainda desconheciam a importância de uma área protegida e suas implicações (Figura 59).

Eu era o presidente da Colônia dos pescadores de São Pedro da Aldeia e vim apoiar a criação da reserva aqui. Era tão novo, as pessoas desconheciam na verdade né, a importância de uma reserva extrativista, o que ela poderia implicar, tanto na questão imobiliária quanto na questão política, na cidade. Então assim foi, e o maior conflito era sempre dentro da comunidade mesmo, do respeito das regras né, porque a comunidade viu que tinha que ter uma legislação, um poder, que pudesse atuar, diante das regras da comunidade. (Entrevista N°6, CONFREM)

Tive presente sim neste processo de constituição, com certeza, ninguém forma nada se não tiver conflito, né? Porque o seguinte, nós achávamos que nós formando, criando a reserva ia ser bem melhor pra nossa parte artesanal, entendeu? Que a gente não ia fazer coisa errada, mais ia ter direito a muita coisa. (Entrevista N°2, AREMAC)



**Figura 59.** Placa de identificação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo – RJ, 2016.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Alguns pescadores, por sua vez, apontaram melhorias para o território com a criação da Reserva Extrativista Marinha. São elas relacionadas à pesca industrial, às ações predatórias, à proteção das diferentes espécies que existem na área, à interação entre as comunidades, assim como o fomento ao diálogo entre os diferentes grupos de interesse sobre os recursos naturais.

O que melhorou foi a pesca industrial que não vem dentro da reserva, a interação entre as praias através de liderança né, a conversa, o diálogo, isso foi importante, por mais que se espinhem um com outro, o diálogo é importante né. (Entrevista Nº6, CONFREM)

O fato de ser uma reserva extrativista é bom, é bom porque evita de todo o mundo chegar ai e meter a rede, que nem tão fazendo, ilegal, tem que barrar a traineira de fazer isso, tem traineiras vindo de outros lugares e meter a rede ai, porque sendo uma reserva aqui tem muito tipo de espécies marinhas (Figura 60), variedade de peixe que não pode nem se quer ser pescado e nós respeitamos (Entrevista Nº7, ASSOCIAÇÃO DE MULHERES).



**Figura 60.** Tartaruga sendo devolvida para o mar, Resex-Mar de Arraial do Cabo – RJ, 2016.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

No entendimento de um dos pescadores, há um ponto positivo na constituição da Resex-Mar muito importante, pois pondera que, se a mesma não tivesse sido constituída, os pescadores artesanais não existiriam mais no município.

Olha só, eu vou falar a verdade, eu acho que melhorou porque se não fosse a reserva eu não existia mais, porque nós temos que compartilhar todo o espaço físico com todos que seria o espelho d'água, com o turismo que seria os banhistas, com os brinquedo aquático, com o tráfego muito grande de influência de embarcação carregando, isso fora o petróleo e gás, os navio, as nossas áreas onde a gente pescava, a gente não pode pescar mais. Então, dentro da reserva pelo menos essa questão do profissional do mar, se não fosse a reserva já não existia mais pescador. (Entrevista N° 35, 56 anos)

Contudo, apontam também fatores relacionados à gestão da área que contrabalançam as percepções positivas. Nota-se que a maior parte dos questionamentos converge para a falta de fiscalização, o uso de redes inadequadas, além do avanço da atividade turística no território, que acontece por parte de usuários que, de acordo com os pescadores, vieram de fora para explorar os recursos e por ser uma atividade que em determinadas épocas do ano é muito rentável.

O turismo aqui é muito cruel, porque ele é de um período só, dezembro, janeiro fevereiro, aquele bum, é gente que você não consegue nem andar na rua, chega a ser até um tanto quanto insuportável mas é uma época em que o dinheiro está passando

no nariz. Então realmente dividem e diversificam a atividade com o turismo. (Entrevista N°1, ICMbio).

Menina isso aqui é uma reserva extrativista, isso aqui num era pra ter rede, tá entendendo? No entanto se você descer aí em baixo, o que você mais vê é rede aí. (Entrevista N°11, 62 anos)

Outra coisa que eu vou falar pra você que você tem que botar é as traineiras, as traineiras de rede, elas só beneficiam o atravessador e o dono da rede, o dono do barco, porque os outros pescadores passam até fome e se adquirir família vai passar fome também, e o atravessador, o atravessador num bota nem a mão, só ganha (Entrevista N° 9, 57 anos)

Os jovens também comentam a respeito destes aspectos ao salientarem a entrada de pessoas de fora na área protegida e o fato de precisarem dividir a área com estes outros usuários, principalmente os barcos de passeio.

A turma está vindo de fora e pegando o espaço da gente. Os caras estão só trazendo barco e fazendo essa bagunça que está aí, não tem órgão nenhum que fiscaliza [...].O fato de ser uma área protegida era pra favorecer o pescador se fosse fiscalizado porque aqui tem tudo, lula, mexilhão, polvo tudo aí (Entrevista N° 31, 23 anos)

Para o pescador, hoje as principais dificuldades são os barcos de passeio atrapalhando [...]. O fato de ser uma reserva não muda nada porque a pesca só está piorando. Pra trabalhar numa área protegida seria bom se os barcos que não poderiam trabalhar realmente não tivessem atuando na área (Entrevista N° 29, 18 anos).

Ainda de acordo com os pescadores, é comum embarcações artesanais estarem pescando em uma área e serem acudadas por um barco grande de pesca industrial que, segundo dois dos entrevistados, cerca a embarcação artesanal com uma rede e se o pescador artesanal não se retira, vai sendo arrastado. Alegam também que não há um controle na Marina dos Pescadores sobre aquilo que está sendo pescado.

E aí criou-se essa grande avalanche que temos dentro da nossa unidade. Um exemplo é o turismo desordenado. Outro exemplo, a falta de recurso direcionada ao pescador, porque exploram o espaço do pescador [...] hoje é mais visado o interesse do turismo do que diretamente da pesca. (Entrevista N° 2, AREMAC).

O turismo continua não desenvolvendo nada de bom, não vamos colocar outra palavra, nada que venha trazer favorecimento a comunidade de pesca, muito pelo contrário. Ele está conseguindo tirar o pescador das suas raízes e reverter para um turismo avassalador que nos estamos aí, que é um turismo paisagista. Mesmo o turismo de base comunitária que estão tentando implantar dentro da unidade, mas não tem nem como, implantar. Porque é muito difícil porque eles já estão, como que você num turismo pequeno, de base comunitária. (Entrevista N°37, 35 anos).

Alguns fazem a ponderação de que a falha na fiscalização não é responsabilidade somente do órgão público que fica a cargo dessa função e das pessoas que estão à frente dele. Os pescadores consideram que falta estrutura e sustentação governamental para que esse serviço seja colocado em prática e também problematizam a formulação das leis de pesca artesanal que não condizem com a realidade.

Não quer dizer que a gente tá falando mal do ICMBio, falando mal, a gente tá falando da realidade, eu vô lá pra eles e falo, nós temos que acabar com a reserva porque nós não temos fiscalização, não é que eles não querem fazer fiscalização, é porque eles não tem como, eles não têm recurso pra isso, cê entendeu? (Entrevista N°2, AREMAC)

Porque eu sou analfabeto, analfabeto entre aspas, mas eu tenho faculdade do mar, como é que a pessoa, o cidadão que é formado vai poder fazer as leis de pesca em Brasília, dentro do escritório, tem que fazer na praia, tem que fazer o que você está fazendo, que os outros faz, tem que conviver com o pescador pra saber o que está acontecendo, pra não falar besteira que não é só as autoridades que falam besteira não, essas pessoas também falam. (Entrevista N°8, 86 anos)

Eu entendo que não é que o órgão não quer fazer fiscalização, é que eles não têm recursos pra isso. E é até por isso que a gente precisa ajudar a fazer pesquisa, a divulgar trabalhos como o seu (Entrevista N° 4, APAC).

A gestora da Resex-Mar comenta essa fragilidade das ações e que são poucas ONG's que atuam no município. É mais comum haver projetos de compensação ambiental, configurando um cenário de poucas parcerias. Chama atenção para o fato de que o turismo, se desenvolvido dentro dos padrões comunitários, pode ser uma alternativa de renda para o pescador, e frisa que toda a comunidade do município vive do mar, independente da atividade desenvolvida.

Então, a instabilidade governamental fragiliza um pouco e deixa as pessoas com o pé atrás, sempre na desconfiança. Ong's não temos. O máximo são alguns projetos de licenciamento e educação ambiental dos empreendimentos que fazem coisas muito pontuais, não temos uma parceria estabelecida realmente que tenha um trabalho que seja reconhecido. O foco da prefeitura é turismo e porto. E por isso não conseguimos estabelecer nenhuma relação com a prefeitura. Se a Resex tiver bem, o município também vai estar bem. A pesca é o objetivo da Resex então não tem como esquecer (Entrevista N°1, ICMBio).

O que a gente tem discutido aqui é que tipo de turismo, o turismo não tem jeito, é nossa vocação e ele começou com o pescador lá atrás, quem levava pra passear de barco era o pescador. Só que hoje é outro turismo, então que turismo é esse? O que a gente quer? É essa a discussão atual. A discussão vai e volta porque são todos os setores, e ninguém quer perder nada. Parte boa dos pescadores querem fomentar o turismo de base comunitária, então assim é muito difícil, a gente começou trabalhar num momento em que a especulação do turismo já estava [...]. O estudo que a Resex fez de capacidade de carga náutica já extrapola o limite. Foram emitidas 181 autorizações, depois renovava e abria as vagas remanescentes para novos prestadores de serviço. A gente passou quatro anos discutindo o acordo de gestão, aprovou o acordo, mas quando vai colocar em prática sempre tem gente querendo discutir tudo novamente (Entrevista N°1, ICMBio).

O município sobrevive do mar, um lugar que é uma Reserva pequena, aqui todo mundo sobrevive do mar. Então não faz sentido, não ter uma priorização porque o homem, hoje o pescador não é só pescador, ele é um homem do mar. O mar é o objeto de vida dele. Sobrevivência ou com o turismo ou com a pesca, ou com os dois. (Entrevista N°1, ICMBio).

A respeito da fiscalização, parte dos pescadores afirma que no início, quando a reserva foi constituída, funcionava melhor esse tipo de ação dentro da Resex-Mar.

Falta um pouco mais de fiscalização, no começo até que tinha bastante fiscalização, hoje em dia tá muito, muito largado, hoje em dia você, tem vez que fica uma semana sem ter uma fiscalização, um mês. (Entrevista N°20, 44 anos).

No começo da reserva ela inibiu esses barcos, então no começo foi muito bom pra gente que trabalha com rede, com cardumes, tanto pra canoa quanto pra gente, que esses barcos entravam agora não entra mais, em relação a isso é foi bom pra gente, entendeu? (Entrevista N°19, 38 anos).

Outro ponto destacado pelos entrevistados é que, ao mesmo tempo em que a Reserva Extrativista Marinha foi criada para preservar a cultura da pesca artesanal, o processo parece ser mais burocrático e rigoroso com os pescadores artesanais do que eficiente. Na fala de alguns pescadores, são enumeradas diferentes licenças para comprovação da profissão que não funcionam da mesma forma para os demais atores sociais que usufruem dos recursos naturais na reserva.

A reserva foi feita pra preservar essa cultura nossa, mais só que pelo que você vê o próprio progresso, não tô culpando o Instituto, não tô culpando a reserva, a própria engrenagem vem mostrando que em longo prazo ninguém fez nada, hoje eu compartilho com todas essas outras profissões e a minha que só faço dela meu principal meio de vida, como é que eu vou sobreviver né? Se criou uma reserva foi para limitar e ter regra, então só tem regra pra mim que sou pescador (Entrevista N°5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA)

A reserva foi criada em prol ao pescador, pra facilitar, pra proteger o pescador artesanal, aí o que você vê aqui, vão botar uma coisa que, igual nosso barco nós pesca nele, tinha vontade de botar o barquinho de 15 quantidade de porão, 15 quantidade de porão não é nada para esses barco industrial, a reserva falou que não pode botar o barco maior dentro da reserva. Só que eles esqueceram que o pescador não pode, o turismo tem barco de 200 passageiro e não podia, chegam, entram, dá um jeito e trabalham, a gente não pode botar um barco maior, porque fala que é reserva. (Entrevista N°20, 44 anos).

Pra mim nós só temos dever, direito nada, pouca coisa. Pescador de Arraial do Cabo só temos mais dever a gente nem o defeso a gente pode receber direito, e olha que eu não concordo, eu não concordo que seja capturado nada com defeso, não concordo de matar mergulhão, tartaruga, nada disso! Eu sou meio chato, eu sou ambientalista, eu pego alguma coisa aqui ó, se eu chupar um sorvete ali eu vou lá no lixo e coloco. Não tô aqui pra resolver problema de Arraial do Cabo, do Rio, nem do Brasil, mais se a gente cada um fazer um pouquinho vai resolver, o cê me entendeu? (Entrevista N°2, AREMAC).

Apesar dessa visão carregada de conflitos em relação à atividade turística e as outras formas de uso, parte deles consegue perceber, assim como foi apontado na fala da gestora anteriormente, que foram os próprios pescadores que deram início à prática no território, mas salientam que o turismo poderia estabelecer uma relação saudável com a pesca se fosse desenvolvido em proporções comunitárias. Relatam que infelizmente, da forma como o turismo está sendo implementado atualmente, não apenas a subsistência dos pescadores é prejudicada, como também o ambiente.

Mas ao mesmo tempo né, muitos de nós entendemos que o turismo de base comunitária, pelo nosso saber, pelo nosso conhecimento foi tudo gerado esse turismo, esse progresso veio também com essa formação de nós pescadores, aí vem a ganância do homem né, que montaram uma firma, uma operadora de mergulho, uma operadora de turismo, enquanto que o nosso fica sendo base comunitária né, que deveria né, ter um incentivo do próprio município de lapidar esses profissionais pra que eles tenha essa nova visão desse novo olhar, fazer do turismo também a sua sobrevivência, até mesmo você comercializar o seu pescado, então dá pra assimilar uma e outra (Entrevista Nº5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA)

No turismo tem algumas pessoas de fora, mas tem muita gente daqui também, trabalhando no turismo, é filho de pescador, é filho de gente da terra mesmo, tem pescadores também que fazem as duas atividades. Que é chamada a dupla classificação, que eles tinham perdido um tempo atrás, um turismo mais ou menos comunitário, não chega a ser o turismo comunitário não tá, porque está longe daquele turismo comunitário, daquele que a gente sonha, daquele que a gente almeja. (Entrevista Nº 3, COLÔNIA DE PESCADORES).

Os barcos de turismo não tem banheiro com caixinha química, isso tudo vai pra água, aí quer que eu preserve? Eu já preservo, porque isso tudo aqui é meu principal meio de vida, e a reserva foi feita pra preservar essa cultura nossa (Entrevista Nº35, 56 anos).

Muitos pescadores vêm o turismo de forma negativa, num dá pra mensurar ainda, não dá pra mensurar, mais tem muitos que acha positiva. Quando a peça tá ruim ou no verão, por exemplo, a maioria cambra pra ser um marinheiro né, é pra vender passeios. (Entrevista Nº6, CONFREM).

A representação dos pescadores a respeito da administração da Resex-Mar, envolve o sentimento de que eles não são ouvidos no processo de gestão, ou seja, não encontram condições para desempenhar o papel de agentes. Apesar de haver o Conselho Deliberativo da Reserva, grande parte deles entende que os membros que participam não representam de fato a pesca artesanal. É interessante perceber que conseguem também admitir que administrar esse tipo de arranjo institucional, como a gestão da Unidade de Conservação, é um desafio complexo.

Pra administrar isso aqui não tem condições, não tem condições. Precisa mais de pulso, porque inteligência elas tem. Falta pulso de autoridade (Entrevista Nº36, 60 anos)

Quem tem que estar lá no Conselho é o pescador mesmo, não é a pessoa que se diz pescadora não. Não tenho medo de fazer debate de pesca com ninguém, pode trazer até Brasília aqui, os ministros, porque eu sei o que é a pesca e vivo da pesca eu conheço a pesca. E eu fico vendo tudo sobre pesca eu assistia Globo mar, Globo ecologia tudo pra saber o que está acontecendo e pra fazer uma comparação. Eu só tenho 8º série, mas eu tenho faculdade do mar formado em Arraial do Cabo. Como que pessoas que são formadas vão fazer lei sobre pesca em Brasília dentro do escritório? Tem que fazer conhecendo o que é uma praia, tem que fazer o que você está fazendo aqui agora, vir falar com o pescador pra saber o que está acontecendo pra não formular besteira. Não faço nada de errado, faço as coisas certas, sou o primeiro a conservar porque eu vivo disso, mas bato de frente com qualquer um pela minha classe, eu brigo pela minha classe. (Entrevista Nº 4, APAC).

Ah, o empoderamento é tradicional, aonde? Em cima de um conselho, quais são as pessoas qualificadas para esse conselho? Que até hoje não foi feito um curso de capacitação para que essas pessoas participassem do conselho. A grande parte do

nosso conselho que diz ser da pesca, sequer viveram da pesca diretamente, não são pessoas oriundas da pesca, são pessoas que trabalharam em indústrias, outras, que fizeram muitas outras coisas aí quando envelheceram, vou virar pescador. São pessoas que não tem aquela tradição, o conhecimento, porque o que representa um conselho? Um conselho é nosso, é deliberativo, pra ver quais são as necessidades reais de uma comunidade e nela fixar os seus ideais. (Entrevista Nº 2, 59 AREMAC).

Um dos jovens explicou que faz parte do Conselho Deliberativo da Reserva como representante do turismo e observa que não percebe envolvimento e interesse dos demais jovens pescadores em participarem das reuniões e discussões que sempre estão relacionadas à pesca artesanal. Outro jovem reconhece essa ausência e o que ela pode causar:

Eu não participo de nenhuma reunião de Conselho porque não tenho tempo e a gente perde por causa disso, porque ninguém é unido, por isso vamos perdendo nosso espaço (Entrevista Nº 31, 23 anos).

A gestora da Resex-Mar explica que o Conselho Deliberativo foi criado em 2010, mas que se tratava de um conselho frágil, com lideranças que precisavam ser mais empoderadas e que, além disso, havia necessidade de olhar para todos como iguais. Não havia auto-estima porque se sentiam inibidos e isso era uma barreira à participação. Nas palavras da gestora, não basta colocar todos em uma sala e assinar a lista de presença, e foi um trabalho em longo prazo mostrar para os pescadores que todos podem e devem participar.

Para os pescadores a própria definição da Área de Conservação Marinha, que dentro da Resex-Mar de Arraial do Cabo consiste nas três milhas de espelho d'água, implica que os direitos do pescador artesanal se restringem dentro dessa faixa d'água. E questionam que já neste espaço preservado eles não conseguem perceber a efetivação de seus direitos. A situação se agrava quando precisam lidar com a área urbana e os outros atores sociais.

O grande problema da nossa unidade é o que? Ela é Marinha, e existe a área urbana em torno dela. Então nós nunca vamos conseguir chegar ao ponto dessa parte urbana ter um entendimento de que isso aqui é uma reserva. Porque o grupo da reserva ele é muito menor, os beneficiários é muito menor em relação ao urbanismo, do que os interesses que rolam em torno da reserva. Tudo aqui é proveniente do mar, todos os recursos, noventa por cento dos recursos aqui é proveniente do mar (Entrevista Nº 2, AREMAC).

Pescador hoje ele quer ação, já estamos cansados de fazer reunião! A Reserva foi criada há tantos anos atrás e só faz reunião, as coisas só ficam no papel. Hoje você começa uma reunião com 300 pescadores, no final só tem 10. Porque não acreditam mais no que se fala. Eles não conseguem mais ter confiança (Entrevista Nº 4, APAC).

Para fechar este tópico serão apresentadas as alternativas: o que está sendo feito ou precisa ser feito na opinião dos pescadores para mudar a situação atual. Reconhecem que articular a organização de pessoas não é algo fácil de ser colocado em prática. A aquicultura, por exemplo, aparece como uma modalidade de pesca que pode complementar a renda com a

pesca artesanal. Os pescadores estão buscando entender melhor essa modalidade participando de capacitações e fomentando a ideia junto à comunidade.

A constituição de uma cooperativa consiste também em uma alternativa e necessidade sentida como forma de incrementar a renda e resguardar a cultura dos pescadores. Acreditam que um empreendimento desta natureza poderia também ajudar o oferecer mais assistência aos pescadores e contam que há exemplos em outras regiões do país nas quais essa possibilidade auxilia o desenvolvimento da pesca artesanal. A necessidade sentida hoje por eles é de uma infraestrutura na cadeia produtiva da pesca, para tanto, acreditam que a comunidade precisa se capacitar para poder ter condições de conquistar o mercado.

A alternativa que eu vejo é a comunidade começar a se capacitar, ter uma infraestrutura mínima né, de comercialização e produção, saber conquistar o mercado, ter capital de giro, ter infraestrutura adequada né pra comercialização, é complicado. No país a gente tem alguns lugares exitosos (Entrevista N°6, CONFREM).

E ai você mexe com humano, e ai a coisa complica. O ser humano se ele fosse animal ele era mais fácil .Essa Marina é Marina do pescador, era pra ter centro de beneficiamento, os piers limpos só pra pesca, lugar de pesca (Entrevista N°2, COLOÔNIA DE PESCADORES).

Isso aqui, tá faltando uma cooperativa decente, a Colônia, uma colônia, você vai no pescador, chega em Rio Grande do Sul, o pescador de lá, que a Colônia tem um médico, tem um cardiologista, tem um pediatra, tem um, se bobear tem até um cirurgião em prontidão pra atender o pescador, tem um dentista. Ou se o barco quebrou, deu problema no motor, quebrou o barco, bateu na pedra, igual esse menino aqui ó, bateu o barco na pedra, a cooperativa, a Colônia vai lá, ela te emprestar ela não te dá, pega o dinheiro do caixa te empresta pra você consertar o seu barco, depois que você trabalhar você vai repor aquele dinheiro no local, aquele dinheiro vai servir pra outro companheiro de pesca, pra quem precisar . Aqui não tem isso! (Entrevista N°20, 44 anos)

É porque nós defendemos a aquicultura familiar, então se acaso faltar o peixe no mar nós queremos, cuidar do nosso peixe, do nosso marisco, do nosso camarão e espaço nós temos pra isso porque nós trabalhamos junto com o pessoal de Monte Alto, que aqui pertinho também, é eles também são tão esquecido quanto Prainha e eles trabalham na parte da lagoa e na parte do mar da Praia Grande. (Entrevista N°7, ASSOCIAÇÃO DE MULHERES)

As parcerias aparecem também como outro caminho que está sendo trilhado pelos pescadores, sendo estabelecidas com órgãos estaduais, institutos federais, nos fóruns. São tentativas de encontrar maior reconhecimento da sociedade e despertar um novo olhar, que acreditam ter de começar a mudar internamente, por eles próprios. A partir desse movimento de mudança, buscam preservar o conhecimento da pesca. As iniciativas fomentam a valorização do artesanato e as habilidades do pescador na confecção dos petrechos de pesca.

A gente procura preservar esse conhecimento, inclusive no próprio artesanato né, a gente fala assim, o pescador artesanal profissional, através da arte dele de fazer a lida a gente aprendeu a fazer canoa escavada, nós aprendemos a fazer a nossa rede, o nosso puça, a nossa tarrafa, então tenho apetrecho de pesca eu não preciso comprar

né, entre o grupo aquele que tem mais habilidade confecciona e vende pros outros. Dentro dessa cadeia produtiva da pesca ele tem os outros segmentos que ele pode estar, então pescador não é só aquele que vai e tira o pescado, é uma das coisa que a gente tem que explanar e mostrar pra sociedade que nos fazemos da arte da pesca o nosso principal meio de vida, então a gente confecciona os nossos apetrechos, dentro do barco eu tenho todos os apetrechos de acordo com pescado que aparece (Entrevista N°5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA).

Então o que nos falta é o reconhecimento né, de uma profissão que o próprio pescador que prepara seus apetrechos de pesca, você sabe o que é uma dedeira? Uma nespa? É uma espécie de luva que o pescador faz com borracha de bicicleta, liga de bicicleta, eu faço a nespa que ela protege a minha mão e a dedeira que protege o meu dedo, eu não preciso nem de luva (Figura 61) Esse é o saber do pescador e as parcerias são importantes, temos uma parceria com a FIPERJ né, que é um órgão estadual, que é professores, aquicultores, então a gente tem os Fóruns de Maricultura também que eu procuro sempre levar o meu presidente né, pra ele ter esse novo olhar da mesma forma que eu tive (Entrevista N°35, 56 anos).



**Figura 61.** Petrechos de pesca produzidos pelos pescadores, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,2016.  
Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Venho fomentando dentro de Arraial do Cabo, inclusive com as mulheres pescadoras, nós homens a gente só fala dos homens, o trabalho com Biojóias (Figura 62) e o resgate da cultura e da salga do escaldo, são dois alinhavados. As mulheres estão se inserindo, tanto é que as mulheres, ela não tem tanta visibilidade como nós pescadores por ser pescadoras também porque as pessoas entendem que pescador é só aquele que retirar o pescado do mar, não, pescador não é só isso, pescador é aquele que beneficia, aquele que gela, aquele que vende tá tudo dentro da cadeia produtiva da pesca (Entrevista N°5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA).

Nós não temos visibilidade porque nos faltava esse tipo de organização, entendeu? Nós somos importante dentro dessa cadeia produtiva, que nossa família tradicional também tem que ter esse valor reconhecido e que nós fazemos da nossa arte de pesca a

nossa, nossa renda. Se o pescador não é reconhecido imagina a mulher? Imagina a pescadora, a marisqueira, entendeu? (Entrevista N°5, ASSOCIAÇÃO DE BARCOS DE BOCA ABERTA).



**Figura 62.** Oficina onde são feitas as Biojoias pelas mulheres da pesca, Resex-Mar de Arraial do Cabo-RJ,206.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Os pescadores e pescadoras da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo participam de vários projetos de compensação ambiental com empresas que exploram algum tipo de recurso natural no território e outros como o Ardentia, que é um projeto de extensão participativa da Pesca Artesanal na região, que nasceu de uma iniciativa da Petrobrás juntamente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve ações sociais e educativas e o Projeto Pescarte, de mitigação ambiental desenvolvida pela Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF em convênio com a Petrobras sob supervisão do IBAMA. Durante a pesquisa de campo foi possível participar junto com os pescadores de duas reuniões destes dois projetos, nas quais foram discutidos problemas na pesca artesanal em Arraial do Cabo.

Esse momento de observação de campo permitiu perceber que em um destes encontros a pauta de discussão eram formas de preservar o conhecimento tradicional da pesca artesanal e ganhar visibilidade como comunidade tradicional. Ao longo das discussões, os diferentes representantes da pesca que participaram chegaram à conclusão de que falta ainda na Resex-Mar de Arraial do Cabo uma Escola Técnica da Pesca que possa oferecer diferentes

formações de vigia, guia, mestre etc. Essa escola, segundo os participantes, iria valorizar a profissão e buscar o complemento do saber tradicional com o conhecimento científico que é gerado dentro dos centros de pesquisa universitários. O principal argumento da discussão era de que os Mestres da Sabedoria do município tinham muito conhecimento para transmitir sobre a cultura tradicional e era preciso transformar essa necessidade de valorização em ação. Os direcionamentos estabelecidos durante a reunião indicavam que o primeiro passo era buscar parcerias com as Universidades e Institutos Federais do estado para se pensar a viabilidade da escola (Figura 63).

No entanto, até o fechamento deste capítulo, as notícias eram de que essa proposta não seria viabilizada por falta de recursos. Os recursos que estavam em pauta durante a reunião mencionada anteriormente foram destinados para a compra de roupas de oleado para os pescadores. Os pescadores recebem uma compensação que as empresas que exploram petróleo são obrigadas a pagar para as comunidades que são impactadas pelas ações, e o direcionamento é de tentar construir uma área de beneficiamento do pescado por meio da cooperativa de mulheres do mar.

ESCOLHA DE PROJETO PRIORITÁRIO:  
 --> PROJETOS QUE ATENDAM COLETIVAMENTE A DEMANDA APONTADA PELA COMUNIDADE;  
 --> PROJETOS QUE NÃO ASSUMAM AÇÕES PREVISTAS LEGALMENTE COMO SENDO DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO; E,  
 --> PROJETOS QUE APRESENTEM VIABILIDADE AMBIENTAL E ECONÔMICA.

ALTERNATIVAS AO PROJETO ANTERIOR

- CURSO DE MULTIPLICAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL DA PESCA	
- ESCOLA DE PESCA	→ PETRECHOS (CONSTRUÇÃO REPARO) → EMBARCAÇÕES (REPARO A NINHA) → AQUICULTURA / MARICULTURA → ● BENEFICIAMENTO PESCADO → LEGISLAÇÃO

PROJETO ESCOLHIDO

**Figura 63.** Levantamento feito com os representantes dos pescadores sobre os problemas na pesca e as soluções possíveis, Resex-Mar de Arraijal do Cabo-RJ, 2016.

Fonte: Observação de campo, 2016.

Diante do exposto neste tópico, nota-se que o fato da Resex-Mar ser uma área preservada com diferentes interesses em torno dos recursos naturais e a dificuldade de se articular um arranjo institucional eficiente e funcional são os fatores que fazem com que a representação de que a criação da Reserva Extrativista Marinha não teve sucesso predomine no entendimento da comunidade de pescadores. Eles não conseguem identificar diferenças entre ser um pescador que atua dentro de uma área de conservação para os outros pescadores artesanais que pescam em áreas livres, uma vez que enfrentam os mesmos problemas que a pesca artesanal enfrenta em outros lugares. Esse entendimento é compartilhado também pelos jovens pescadores, apesar de haver aqueles que ainda possuem esperança de que a pesca será mais valorizada.

Hoje a diferença pra um pescador artesanal que pesca dentro de uma unidade de conservação pra um pescador artesanal que pesca fora, é que o pescador da área de conservação está mais restrito. A idéia de criação da Reserva Extrativista Marinha foi excelente, o desempenho foi péssimo (Entrevista N° 2, AREMAC).

São duas coisas né uma é da vertente governamental, infelizmente o governo não tem perna, infraestrutura e capacitação pra lidar com este tipo de unidade, são mais voltados com unidades integral, não sabem a importância ainda, dessa unidade, dessas unidades intermediárias. E a outra pro lado da sociedade na questão, na dificuldade da organização social né, a questão cultural nossa, é pegar o peixe e botar dentro da embarcação e vender o peixe na beira da praia, não é associação, não é ata de reunião, não é lista de presença, não é declarar imposto que isento no final né, que tem que ter um contador, nossa isso é surreal. É uma linguagem totalmente estranha totalmente estranha e até desleal pro modo de organização né, associativista que é sem papel né, acompanha é um associativismo. (Entrevista N°6, CONFREM).

Minhas perspectivas para a pesca em Arraial é uma esperança de que vai melhorar para o pescador. Muita gente da minha idade tem gosto pela pesca, mas a sociedade não valoriza muito nossa profissão, o que falta hoje na nossa profissão é um devido reconhecimento (Entrevista N° 30, 26 anos).

O fato de ser uma reserva não muda nada porque a pesca só está piorando. Pra trabalhar numa área protegida seria bom se os barcos que não poderiam trabalhar realmente não tivessem atuando na área (Entrevista N° 25, 18 anos).

Visto o olhar dos pescadores sobre os três principais temas abordados neste trabalho, o próximo tópico vai apresentar uma aproximação com a literatura e os capítulos anteriores, com intuito de estender algumas reflexões que podem auxiliar no delineamento de ações futuras na Resex-Mar de Arraial do Cabo, assim como nas outras Reservas Extrativistas Marinhas existentes no país.

#### 6.4 A RESERVA EXTRATIVISTA DE ARRAIAL DO CABO E AS APROXIMAÇÕES COM A LITERATURA

Nos tópicos que antecederam esta última parte do capítulo, vários subsídios foram fornecidos pelas falas dos pescadores que orientam a reflexão do tema da pesca artesanal em áreas protegidas e a continuidade da transmissão do saber tradicional das populações desses sujeitos. Neste tópico será feita uma aproximação com a literatura com o objetivo de fechar o ciclo de compreensão proposto pela tese. Assim, serão retomados temas dos capítulos anteriores para que, no final do capítulo, tudo esteja costurado na mesma trama.

Como visto no Capítulo 1, autores como Silva, C. (2014) afirmam que não há um consenso a respeito da definição ou significado da pesca artesanal, no entanto, algumas características podem ser elencadas para se definir a atividade. Ainda de acordo com a literatura, a unidade de produção dos pescadores geralmente é constituída pela família ou por conhecidos e parentes. A tradição é um aspecto que está relacionado à pesca artesanal, que utiliza o domínio do saber fazer e do conhecer, que forma a essência da profissão. O controle da “arte da pesca” é transmitido pelos mais velhos, como acervo cumulativo ao longo das gerações, adquirido pela experiência e pelo empirismo. Diegues (2004) frisa que a pesca artesanal brasileira possui características complexas, levando em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais específicos de cada local. No caso apresentado neste trabalho, a pesca artesanal na Resex-Mar de Arraial do Cabo também lida, por meio de um arranjo complexo do modelo das Reservas Extrativistas Marinhas, com condicionantes de todas estas ordens mencionadas por Diegues e outros decorrentes de dispositivos legais e institucionais que regem as Unidades de Conservação no país.

Na visão dos pescadores da Resex-Mar em estudo a pesca nesta área reúne características que permitem defini-la como uma modalidade com limite de captura, em que o pescador trabalha livre em embarcações que possuem em média nove a onze companheiros. É uma atividade que está sujeita à sazonalidade, à diminuição dos estoques e aos contratemplos da natureza. Além de se apoiar em recursos como o mar e o vento, utiliza-se de petrechos de captura, mas também de recursos como o óleo, a isca e o gelo. Engloba diferentes modalidades como a pesca de canoa, caniço, linha, pedra, traineiras de pequeno porte, caícos e mergulho.

Ainda nesta definição, dois fatores não podem ficar de fora: a tecnologia e a lei que regulamenta a área. No que se refere à tecnologia os pescadores percebem que a pesca artesanal, apesar de ter essa forte ligação com a tradição, não é estática e vem incorporando

motores, barcos e redes que possibilitam ao trabalhador abranger uma área maior de captura. No que tocante à lei, além do entendimento de que é preciso seguir regras, marca-se também que a mesma teria o objetivo de auto-sustento da comunidade, garantindo a biodiversidade e a sustentabilidade do extrativista, como visto em uma das falas do tópico 6.1 deste trabalho.

O capítulo 1 mostrou que a pesca artesanal é fundamentada numa produção de saberes empíricos construídos fora da escola formal, nas relações de sociabilidade e nas práticas solidárias cotidianas de parcerias e/ou familiares. Silva, C. (2014) ressalta que trata-se de um saber construído pela oralidade, trajetos e “errâncias”. Em Arraial do Cabo esse saber construído também pode ser identificado como um fator que define a pesca artesanal. Os pescadores definem que a arte da pesca é adquirida por meio dos acervos dos pais e familiares que são repassados pela oralidade, observação e repetição. São processos que, em longo prazo, oferecem as habilidades e conhecimentos necessários para a profissão, e como alguns pescadores comentaram, é na tentativa e erro que vão adquirindo o conhecimento e habilidades necessárias, em outras palavras, na escola da vida e na universidade do mar.

Vale destacar que transmissão, repetição e adaptação processos, característicos da transgeracionalidade, que como apresentado no Capítulo 4, não ocorrem somente dentro das fronteiras familiares, mas também pelo contato com outros indivíduos que fazem parte do mesmo grupo profissional. Esse encadeamento pode ser identificado nas falas dos pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo, ao narrarem como se tornaram pescadores. A maior parte deles afirmou que se fizeram pescadores porque tiveram esse contato com os pais e avós, além do convívio com outras pessoas experientes. Isso reforça os resultados apresentado no Capítulo 3 com os dados originados do ICMBio / UFV que também apontaram que mais de 60% dos pescadores aprenderam a profissão no circuito familiar, o que nos leva a conjecturar que está havendo a transmissão do saber tradicional da pesca dentro da Resex-Mar.

Outro fato que deve ser realçado é que, ao descrever a iniciação no universo da pesca no caso da Resex-Mar em estudo, a família exerce esse papel central no processo de transmissão. Além de concretizar sua função socializante, proporcionou esse primeiro contato com a atividade na qual circulam valores éticos e morais como a solidariedade, lealdade e a continuidade social da profissão. Algumas características destas relações, que começam no interior da convivência familiar, aparecem também nas falas dos pescadores como “mitos”, reconhecidos como “Mestres da Sabedoria Popular”, que habitam o imaginário dos demais, extrapolando inclusive o âmbito familiar, ao serem reconhecidos como grandes referências da profissão no município. Durante a pesquisa de campo, ao buscar indicações de pescadores

para a realização das entrevistas em profundidade, o nome dos Mestres se repetiram ao serem referidos como pescadores que sabem tudo sobre a arte da pesca. Um dos pescadores usou a expressão “vou te colocar na cara do gol”, ao afirmar que a pesquisadora seria conduzida até a casa de um dos Mestres.

Os resultados das entrevistas em profundidade com jovens pescadores da Resex - Mar de Arraial do Cabo mostram que a transgeracionalidade é característica da profissão de pescador artesanal e perpassa a história familiar. Chama atenção o fato de alguns jovens mencionarem a pesca artesanal como uma marca identitária que está no “sangue”, como se tornar-se pescador artesanal fosse biologicamente hereditário. Almeida e Magalhães (2011) ajudam a entender esse sentimento de filiação ao afirmarem que família significa pertencimento e, no caso dos pescadores, podemos entender que a metáfora do sangue situa cada jovem em uma árvore genealógica na qual se identificam as lealdades, sejam elas em relação ao capital social do sobrenome que a família constituiu em um campo de atividade, seja também porque a família já ocupa um lugar na cartografia profissional e local, disponibilizando aos jovens os percursos já abertos. Como ressaltam Almeida e Magalhães (2011), na lealdade familiar estão implícitos os atos de dar, receber e retribuir.

Ainda a respeito de como se tornaram pescadores, há também aqueles que não vieram de famílias tradicionalmente da pesca, no entanto, as características da transmissão também são identificadas quando os pescadores explicam que aprenderam a profissão observando na praia ou procurando por pescadores mais experientes para aprender o ofício. Nesses casos, além da explicação da inserção na pesca se dar por dificuldades na obtenção de emprego ou para fugir de outros problemas, cita-se o “chamado do mar”, termo comum no imaginário dos pescadores artesanais para se referir a uma personalização do mar, que “escolhe” alguns eleitos para atuar nesse ambiente.

Ao se referirem ao conhecimento das artes da pesca, os pescadores da Resex-Mar de Arraial do Cabo deixam transparecer a necessidade de se entender as mudanças no mar por uma ligação que ultrapassa a relação econômica, adentrando o campo do simbólico. No capítulo 1 foram expostas as diferentes representações que ao longo da história o homem criou sobre o mar e todas despertaram diferentes sentimentos, desde o medo, respeito, repulsa até aos sentimentos de admiração. Foi possível perceber por meio das falas apresentadas neste capítulo que a relação estabelecida entre as comunidades litorâneas com o mar chega a ser corpórea e o próprio pescador se sente parte do ecossistema. Relataram em suas narrativas que percebem no próprio corpo as mudanças ocasionadas pela natureza que influenciam no comportamento dos peixes, como alterações na qualidade das águas, maré, diferentes fundos

do oceano, o vento, a disposição das estrelas e a influência da lua. O corpo do pescador se torna, portanto, um instrumento do aprendizado empírico.

Esse tipo de ligação com o território e com os recursos favorece a valorização de sentimentos positivos e representados como típicos da profissão pelos pescadores e os jovens como: liberdade, paz, o contato com a natureza e o mar, o convívio com os parceiros, a alegria, que também foram apontados por pescadores artesanais de outras Resex-Mar, como foi captado pela apresentação de dados dos Diagnósticos Socioeconômicos e Ambientais no capítulo 3. Não restam dúvidas de que esse envolvimento com o ecossistema ultrapassa a esfera econômica e nos leva a ponderar que as comunidades de pescadores artesanais constroem uma visão de mundo diferenciada em relação aos recursos naturais, como transpareceu na fala de alguns pescadores ao afirmarem que possuem consciência a respeito da utilização e finitude dos recursos, até mesmo porque se trata da sobrevivência deles próprios.

A pesca artesanal na Resex-Mar de Arraial do Cabo é formada por uma trama que se movimenta a partir de diferentes dimensões e processos que juntos influenciam no desenvolvimento da atividade (Figura 64). Algumas dimensões podem possuir maior peso, a exemplo da dimensão econômica, da lei que regulamenta a área e o próprio esgotamento dos recursos. Mas não se pode eliminar o fato de que todos os aspectos são importantes, e qualquer um deles que perde sua força vai provocar impacto positivo ou negativo sobre os demais.



**Figura 64.** Pesca artesanal na Resex-Mar de Arraial do Cabo de acordo com as características citadas pelos pescadores.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Dentre os elementos representados pela Figura 64 um deles ainda não foi explorado: os diferentes interesses sobre os recursos naturais. Em Arraial do Cabo, como mostrou a caracterização do município, há diferentes interesses e atores sociais que convivem juntos e configuram a população que vive do mar. O capítulo 5 e as falas dos pescadores mostram que essa diversidade se intensificou a partir do momento em que os empregados da Álcalis precisaram procurar outra fonte de renda e parte deles conseguiu se inserir na pesca artesanal e outra parte começou a desenvolver a atividade turística.

Na esfera simbólica, essa diversidade de interesses e inserções no espaço e na atividade da pesca provocou uma classificação divisória, segundo os pescadores, entre aqueles que têm a pesca no “sangue” e aqueles que não têm. Mais do que isso, na interpretação dos pescadores, essa diversidade embaralha a esfera dos direitos sociais, pois entre os beneficiários das políticas públicas decorrentes da criação da Resex-Mar, alguns não

cumprem com os quesitos de ancestralidade e territorialidade. São, como indicam algumas entrevistas, pescadores de “fachada”.

Como já previa Mannheim (1928), as gerações são marcadas pela presença de eventos que quebram a continuidade da história, e no caso específico dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo, a prevalência da atividade turística no município e a entrada de indivíduos de fora para a pesca são marcos que mudaram a configuração e o status da pesca artesanal, que foi deixando de ser a principal atividade econômica do município.

Assim, os conflitos entre as duas atividades levaram os pescadores artesanais, juntamente com as instituições e órgãos locais a buscarem alternativas que pudessem resguardar a pesca artesanal desses novos interesses e a alternativa encontrada foi a constituição da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Fica claro na apresentação dos resultados que os arranjos institucionais criados para a gestão do território como Unidade de Conservação não impediram que novos atores sociais continuassem desequilibrando a composição de forças políticas e econômicas no território. O que se percebe a partir das narrações dos pescadores é que, apesar de terem se passado mais de vinte anos da implementação do modelo das Reservas Extrativistas Marinhas no município, as ações foram insuficientes para atingir os objetivos iniciais que motivaram a criação da UC.

Problemas como a pesca predatória, o lixo e a renda atualmente insuficiente foram apontados no Capítulo 3 e, com a apresentação das falas dos pescadores, novas adversidades como o turismo desordenado, a falta de fiscalização, uso de redes e traineiras, além da falta de recursos e políticas específicas direcionadas para a pesca artesanal agregaram aos resultados dos diagnósticos um cenário complexo de poucos avanços e muitas insuficiências do modelo implementado e alcance do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Tudo isso faz com que os pescadores artesanais não consigam perceber diferenças positivas entre estar pescando dentro de uma área de proteção ou em áreas não preservadas; mais do que isso, como a criação da Resex-Mar não trouxe o controle efetivo de outras atividades e interesses considerados predatórios pelos pescadores, eles consideram que todo esse cenário está tirando o pescador artesanal de suas raízes e colocando em risco a continuidade da profissão. Barreto e Barreto (2016) e Capellesso e Cazella (2011) já apontavam problemas similares aos descritos pelos pescadores artesanais deste estudo, como a descaracterização da atividade pesqueira, a falta de planejamento e a diminuição da área de pesca que tem como reflexo o abandono da atividade que acontece, sobretudo, pelos jovens.

Na Resex-Mar de Arraial do Cabo, apesar da projeção positiva identificada no Capítulo 3 a respeito da continuidade de jovens na pesca, as entrevistas em profundidade

apontaram que os pescadores mais velhos e também os jovens não querem que os filhos se iniciem na profissão, interpretando que concluir os estudos e seguir outra carreira é garantia de um futuro mais seguro, e assim colocam em evidência outra característica da transgeracionalidade, apontada por Garcia (2007), que seria a tentativa de rejeição do modelo ligado à profissão.

No entanto, essa rejeição não parte apenas das gerações mais jovens, mas são também compartilhadas pelas gerações mais velhas, confirmando a perspectiva de Mannheim de que uma geração não é apenas caracterizada pelo tempo cronológico, mas também por indivíduos que partilham de eventos que quebram a continuidade histórica afetando grupos etários diferentes, provocando uma ressonância comum. No caso apresentado, tanto as gerações mais velhas quanto as mais jovens compartilham e absorvem da mesma forma os condicionantes culturais, políticos, sociais, ambientais e econômicos que influenciam a pesca na atualidade. O que se percebe ao observar os resultados é que os pescadores artesanais estão ligados por uma unidade geracional que, de certo modo, apresenta receptividade a essa tentativa de ruptura.

Na medida em que as gerações mais velhas incentivam a busca de um novo modelo profissional para as gerações precedentes, fica claro o receio e os sentimentos de ambivalência acerca da continuidade da atividade pesqueira pelas gerações futuras. Entram em jogo os princípios do *feedback* e da morfogênese que mostram que a partir de um *feedback* negativo, a família adquire grande potencial de adaptabilidade e flexibilidade, o que expõe sua capacidade de autotransformação. Eisenstadt (1976), em sua formulação, estende esse entendimento ao mostrar que, no âmbito das relações de parentesco e dos grupos familiares ampliados (além do âmbito da família nuclear), o alcance das relações instrumentais é ainda maior, uma vez que está ligado a um grande número de atividades e relações que podem ser políticas, econômicas, dentre outras. As relações econômicas, por exemplo, podem possuir critérios que movem certos padrões de comportamento. Na Resex-Mar de Arraial do Cabo o que se percebe é essa ponderação das diferentes esferas que circundam a engrenagem da atividade da pesca artesanal no município, levando o jovem e as gerações mais velhas a concluírem que não é mais possível sobreviver apenas da pesca e, neste caso, a solidariedade gerada no seio familiar é mantida na medida em que a própria unidade básica da família incentiva essa mudança de comportamento.

A sustentabilidade geracional da profissão passa a ser questionada, pois atualmente a pesca artesanal não permite evitar certas privações de capacidades elementares (alimentação, saúde, educação, dentre outras). Se antes a pesca artesanal possibilitava certa qualidade de

vida, hoje, na visão dos pescadores, a preservação cultural da pesca artesanal apenas pela manutenção da tradição, impõe o gargalo de ordem econômica que dificulta a autonomia dos jovens (SEN, 2000).

Outro tema pertinente nesta discussão se refere à identidade dos jovens pescadores artesanais, e na obra de Dubar (2005) encontramos um apoio teórico, pois o autor esclarece que a identidade social é construída como articulação entre as transações internas e externas ao indivíduo e às instituições com as quais ele interage. Ou seja, é construída e reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho, trata-se de um processo que depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias autodefinições.

Os jovens pescadores artesanais, assim como os mais antigos, sentem a desvalorização na forma como são vistos pelas políticas e pela sociedade. Fica claro o incômodo nas falas quando explicam que, na construção social, o pescador é caracterizado com má aparência, ignorante, que vive em condições miseráveis. Tudo isso faz com que, na avaliação entre a continuidade da identidade herdada e as identidades possíveis, os pescadores mais jovens pensem na possibilidade de mudança. Avaliando o campo de possibilidades, a própria família, ao lançar mão da memória, faz um balanço retrospectivo sobre uma trajetória da pesca artesanal, e ao aconselhar os jovens a valorizarem os estudos, projeta uma antecipação no futuro de novas trajetórias.

Pode-se dizer que esse projeto depende das referências comparativas de um passado visto como positivo que levou ao cenário visto como negativo do presente da profissão. O projeto e a memória se associam dando significado à vida e às ações dos pescadores. Em outras palavras, na construção da identidade social, a memória e o projeto individuais são fundamentais.

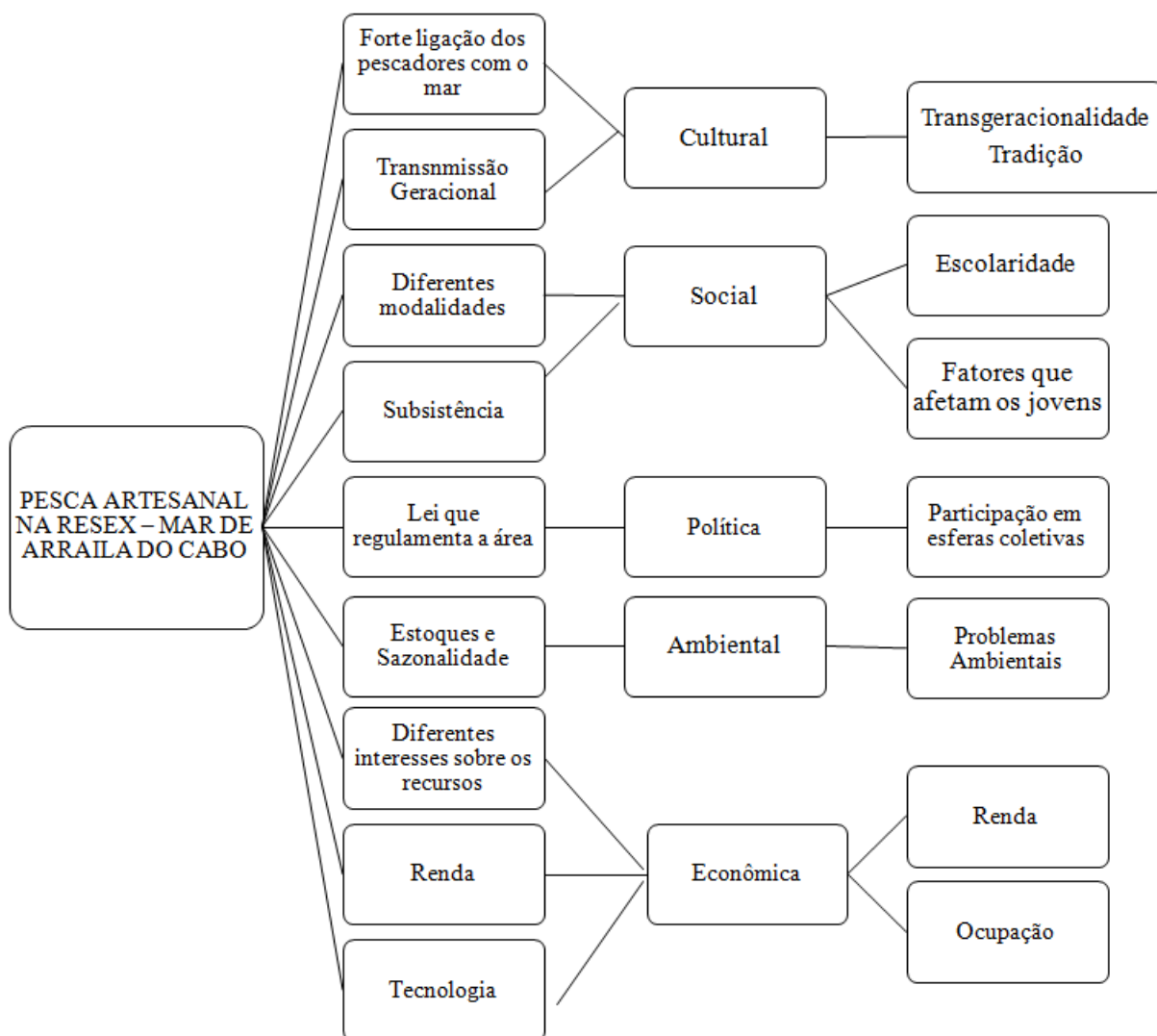
Neste trabalho, acredita-se que mais um fator deve ser acrescentado às avaliações feitas a partir da memória e do projeto de vida para os pescadores artesanais, e aparece aqui o conceito de capacidades, introduzido no Capítulo 2, formulado por Amartya Sen (2000). As capacidades estão inseridas dentro do conceito de liberdades e configuram um quadro de êxitos ou privações individuais e coletivas. Isso quer dizer que, apesar de a renda ser muito importante na vida dos pescadores artesanais, ela precisa estar integrada a um quadro mais amplo. Ou seja, ao tratar de uma política que tem como objetivo alcançar o desenvolvimento e a sustentabilidade, suas ações precisam estar atentas à melhora de vida e às liberdades que oferecem às comunidades tradicionais.

As liberdades substantivas e instrumentais envolvem as capacidades de ter condições de evitar privações e alcançar aos diferentes tipos de direitos e oportunidades para a

expansão do desenvolvimento humano em geral. Diversas vezes os pescadores artesanais da Resex-Mar de Arraial do Cabo afirmaram que atualmente o pescador que depender só da pesca passa fome ou não consegue sustentar uma família, o que leva à conclusão que somente a pesca hoje não garante a liberdade substantiva dos mesmos. Já no campo das liberdades instrumentais, vimos no capítulo 3 que, apesar de os pescadores da Resex-Mar de Arraial do Cabo apresentarem uma renda superior à dos pescadores das demais Resex-Mar estudadas, sabe-se que essa renda é complementada com recebimento de aposentadorias, pensões, serviço público e o turismo.

Como vimos, a inserção dos pescadores no turismo, tal como ele tem se desenvolvido no município, ou seja, empresarial, provoca críticas internas do próprio grupo, principalmente dos pescadores mais velhos, quanto à descaracterização da pesca artesanal e sua capacidade atual de viabilizar uma vida digna. A alternativa do turismo comunitário pode então ser interpretada como uma busca de espaço na atividade que se tornou dominante no município, mas na qual os pescadores artesanais manteriam sua autonomia.

Assim, para que possamos tratar com mais objetividade todas estas questões retomamos aqui as dimensões escolhidas no capítulo 3 para compor o conjunto capacitário analisado neste estudo (Figura 21), e também os componentes que formam a pesca artesanal na Resex-Mar de Arraial do Cabo (Figura 64), identificados a partir da fala dos pescadores e as variáveis do banco de dados da ICMBio / UFV (Quadro 3). A articulação destes três eixos nos permite propor um esquema analítico (Figura 65) e suas implicações no cumprimento da preservação da biodiversidade e da cultura tradicional do pescador artesanal.



**Figura 65.** Articulação das variáveis capacitárias escolhidas para esta pesquisa com os apontamentos de campo e do banco de dados.

Fonte: Dados da pesquisa 2016.

Os dados colhidos apontam que, quanto à dimensão cultural, está havendo a transmissão da cultura da pesca tradicional na Resex-Mar de Arraial do Cabo; no entanto, a continuidade desta transgeracionalidade está em avaliação quanto a sua funcionalidade no contexto contemporâneo e na realidade concreta da Unidade de Conservação, com seus conflitos de interesse e de composição de forças políticas desiguais.

A forma com que o modelo de gestão da Resex-Mar foi delineado e é implementado representa a cultura tradicional em uma condição cristalizada. Nas próprias falas dos pescadores aparece o entendimento de que a tradição não é estática, ela também se movimenta.

Neste estudo acredita-se que a cultura da pesca artesanal também precisa ser entendida a partir de um ponto de vista que não leve esses grupos ao isolamento perante as circunstâncias da contemporaneidade, lembrando que esse direcionamento para as políticas governamentais já aparecia no Relatório “Nosso Futuro Comum” (1991). Na interpretação dos pescadores, os outros atores sociais usuários do território dispõem de liberdade de ação, sem que nenhum poder (municipal, estadual, federal ou gestores da Resex-Mar) coíba as ações, muitas delas vistas como predatórias. Ao contrário, os pescadores artesanais se vêm amarrados a um conjunto de regras vindas de fora e criadas em nome da tradição e, segundo transparece nas falas, foram criadas para eles e somente eles obedecem.

De certo modo, parece um “destino inescapável” exercer o ofício como se ainda estivessem vivendo no passado. Isso pode ser um dos sérios fatores que contribuem para que os próprios pescadores artesanais percebam mudanças drásticas no retorno econômico e social que a pesca artesanal proporciona atualmente, uma vez que toda a conjuntura socioeconômica mudou ao seu redor e ela pouco evoluiu. Como visto nos Capítulos 2 e 4, a tradição se liga ao tempo, sendo reatualizada pela passagem das gerações; assim ela é reconstruída e sempre relativa, ou seja, não há uma tradição primordial a ser mantida indiferentemente, mas sim uma seleção de representações e comportamentos que cada geração estabelece como tradicional. Assim, não é a adoção de novas tecnologias, processos de produção e trabalho ou infraestrutura para as atividades que implicaria necessariamente uma ruptura com a tradição, mas sim o fato de a pesca artesanal não proporcionar na atualidade auto-estima, identidade profissional valorizada pelos outros, qualidade de vida e bem estar (DUBAR, 2005; SEN, 2000). Se essa é a avaliação das famílias e dos pescadores mais velhos, ela vale igualmente para os jovens, que “por gosto” ou falta de opção se iniciam na pesca, e não encorajam esse projeto de vida para os filhos.

No que se refere à dimensão ambiental existe o apontamento por parte dos pescadores sobre a diminuição dos estoques pesqueiros que é acarretado pelo entrelaçamento de diferentes interesses sobre o mar. A fragilidade do arranjo de ordenamento e fiscalização territorial faz com que mesmo dentro da lâmina d’água, considerada área de proteção, diferentes embarcações de pesca, passeio, esportes náuticos, banhistas tenham que dividir o mesmo espaço. Na caracterização da área apresentada no Capítulo 5, foi visto que o turismo já era desenvolvido no território antes da área se tornar Reserva Extrativista Marinha, ou seja, foi se constituindo como uma nova tradição, fazendo parte da identidade do município. Atualmente, a complexidade da atividade é maior, mas como narraram os pescadores, a lei precisa valer para todos os interessados na lâmina d’água e da mesma forma que o pescador

artesanal precisou se adaptar às mudanças no manejo e utilização a partir da lei do SNUC (2000), os demais atores sociais também devem ter essa obrigatoriedade. Embora alguns pescadores tenham apontado a diminuição dos recursos pesqueiros, essa avaliação não é unânime. Ao iniciar o tópico 6.1 deste trabalho, a frase de um pescador indica que “não é o peixe que está acabando, quem corre o risco de desaparecer é o pescador artesanal”. Vimos no Capítulo 3 que a produção e descarte de lixo e a pesca predatória foram destacadas no Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Resex-Mar de Arraial do Cabo. Tais problemas, no entanto, acarretam a menor disponibilidade dos estoques pesqueiros, mas não são as principais causas do desaparecimento do pescador artesanal. Nas falas dos pescadores o comprometimento dos recursos naturais é apenas uma das consequências de outros tipos de fatores, esses sim variáveis, que inibem a continuidade da pesca artesanal, tais como: a não obediência das leis do SNUC no território, a desordem provocada pelo turismo sem regras claras, ausência de fiscalização, desvalorização social e a sensação de não serem considerados agentes nos espaços políticos deliberativos, dentro e fora da Resex-Mar.

Na dimensão política, como já foi tratado no Capítulo 3, pode-se dizer que houve um avanço em termos de política ambiental no Brasil, ao tentar não apenas considerar a diversidade cultural, territorial e de ecossistemas no país, mas também ao trazer a participação social das comunidades tradicionais como componente fundamental das decisões sobre a preservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. No entanto, o primeiro ponto a ser destacado é que, como foi realçado nas falas de alguns pescadores, em uma Reserva Extrativista Marinha a área de preservação é o mar e no SNUC (2000) não há nenhum artigo que trata especificamente das Resex-Mar; ela se enquadra como uma modalidade da categoria Reserva Extrativista, sem especificar suas particularidades. Atualmente temos no país um número que chega a 21 Resex-Mar, ou seja, já é hora de se pensar em formular uma lei complementar que trate especificamente desta modalidade. A definição para as Reservas Extrativistas na lei no SNUC mostra que “a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” Dentro de uma Reserva Extrativista Marinha, a maior parte delas localizadas no perímetro urbano, dificilmente a comunidade pesqueira poderá complementar a renda da pesca desenvolvendo a agricultura e a criação de animais de pequeno porte que, como mostra a bibliografia, são

atividades que não fazem parte da cultura do pescador do mar. Uma lei complementar poderia indicar quais atividades poderiam ser complementares à pesca e seus parâmetros e limitações.

O segundo ponto a ser destacado na dimensão política é que o Conselho Deliberativo, teoricamente é um espaço que fomenta o diálogo e a participação, mas ao que tudo indica não está favorecendo duas razões (avaliatória e da eficácia) trazidas por Amartya Sen. A condição de agente implica nos princípios da autoridade e legitimidade. Foi diagnosticado que há um problema valorativo relacionado à profissão de pescador artesanal. No Conselho, os diferentes representantes precisam tomar decisões que implicam em escolhas envolvendo mudanças econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento, à sustentabilidade e à manutenção da cultura. De acordo com Sen (2000), tais decisões estão atreladas à liberdade dos pescadores de avaliar. E neste caso, não pode se tratar de uma escolha fechada em ter que escolher entre um modo de vida tradicional e a possibilidade de escapar da pobreza. Neste dilema, a condição de agente livre emerge como um motor fundamental para o desenvolvimento e a sustentabilidade. Os pescadores só se tornam agentes quando agem a favor da mudança de acordo com seus valores e objetivos, atuando como membro público, participante de ações econômicas, sociais e políticas. A condição de agente dos indivíduos é central para lidar com as privações e está diretamente relacionada às oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos.

Desta forma, dentro da Resex-Mar de Arraial do Cabo, o desenvolvimento e a sustentabilidade precisam se fundamentar em eliminar as privações de liberdade que restringem as escolhas e as oportunidades dos pescadores artesanais, sobretudo os jovens de exercer criticamente essa condição de agente. Os pescadores sinalizam para o fato de que os representantes do conselho não são pescadores artesanais “de fato” e os jovens pouco se envolvem neste espaço.

A gestora da unidade relatou a dificuldade de trazer o pescador para estes espaços, até pela baixa auto-estima que vem prevalecendo na Resex-Mar. É preciso continuar buscando formas efetivas de fomentar essa participação, seja fortalecendo os laços de confiança com o pescador, adotando total transparência nas ações e decisões, capacitando e principalmente aceitando a legitimidade dessa participação no Conselho, pois nos pescadores reside a fundamentação legal e institucional da criação da Resex-Mar.

Para tratar as duas últimas dimensões, sociais e econômicas, vamos manter a linha de raciocínio de Amartya Sen a respeito da razão da eficácia e da razão avaliatória. A razão avaliatória sugere que o processo de desenvolvimento e sustentabilidade deve proporcionar aumento da liberdade das pessoas. Na Resex-Mar de Arraial do Cabo, a pesca artesanal é

composta de diferentes modalidades que garantem a subsistência dos pescadores que se dividem dentro de cada uma delas de acordo com o conhecimento que receberam das gerações anteriores ou dando preferência para as que garantem um melhor retorno financeiro. No entanto, o perfil escolar dos pescadores artesanais mostra que são caracterizados por um grupo social de baixa escolaridade e, até mesmo a geração mais jovem que nasceu e vive dentro de um contexto educacional brasileiro em que há mais acessibilidade e maiores possibilidades de avançar nos estudos, não conseguem concluir o ensino fundamental. É uma privação de liberdade muito séria, que limita o jovem pescador a ter melhores condições de se tornar agente e, mesmo na circunstância em que ele não se sinta realizado com a profissão, sem escolaridade não consegue ter alternativas que garantam um futuro melhor. Tal como mostra a bibliografia sobre juventude rural e a juventude urbana das classes populares, a descontinuidade da escolaridade tem servido para perpetuar um “destino inescapável” para os jovens, marcado pela reprodução intergeracional da pobreza e insatisfação pessoal. Além disso, esses jovens são conscientes de suas limitações escolares e como elas se tornam privações quanto à igualdade de condições de concorrer a um posto de trabalho nos concorridos contextos urbanos.

A agricultura familiar enfrentou uma realidade parecida com os filhos de agricultores rurais até que, com base no legado de Paulo Freire, buscaram-se caminhos alternativos que tornassem o ensino e aprendizagem nas escolas adequados ao contexto contemporâneo, mas que não deixassem de levar em consideração o contexto cultural e social dos educandos. Os pescadores da Resex-Mar de Arraial do Cabo ensaiaram a tentativa de conceber no município algo parecido ao propor a Escola Técnica de Pesca, na qual a sabedoria dos Mestres seria aliada à construção científica. Diegues (s/d) chama a atenção em seus trabalhos relativos às áreas de preservação sobre a necessidade de compatibilizar o conhecimento tradicional ao científico, e isso pode começar pela formação dos jovens pescadores artesanais em uma escola técnica. Não há diretrizes que orientam como fazer essa compatibilização, mas a própria comunidade pesqueira está apontando por onde podemos começar.

E por fim, tratando da dimensão econômica, temos nos resultados os aspectos da renda, da tecnologia e as ocupações assumidas pelos pescadores artesanais. O pescador artesanal da Resex-Mar de Arraial do Cabo complementa a renda da pesca, com as transferências de renda do governo, inserindo-se na atividade pública ou com a atividade turística. Estamos tratando de um Resex-Mar que se localiza em um município reconhecido como uma das cidades mais tradicionais da pesca artesanal no estado do Rio de Janeiro, como foi visto no histórico apresentado no capítulo 5. Assim, quando se observa o contexto local, a atividade, apesar de

ser considerada histórica e cultural, não possui estrutura para evoluir: não existe um mercado de pesca para a venda de excedentes, uma unidade de beneficiamento, armazenamento, nem ao menos transporte do pescado.

Em comunidades que estão geograficamente isoladas dos grandes centros comerciais pode-se até entender porque isso acontece como visto em Drummond (2002), mas no caso estudado, Arraial do Cabo se localiza na área urbana, a poucas horas da capital Rio de Janeiro. Atualmente o pescador vende sua produção para os atravessadores, mas precisa ter alternativas de comercialização e valorização do pescado. Mais uma vez o pescador parece estar preso à forma de se fazer pesca artesanal do passado, e a própria comunidade está sinalizando para possíveis caminhos, como por meio da constituição de uma cooperativa para viabilizar uma unidade de beneficiamento. Do ponto de vista coletivo, é positivo tal iniciativa partir dos próprios pescadores, uma vez que empreendimentos coletivos e a autogestão são alternativas para combater a pobreza, mas são também processos complexos e exigem gestão diferenciada. Portanto, é preciso um grupo coeso, com objetivos e necessidades muito bem delineadas, o que parece já estar claro entre os pescadores. Sachs (2008b) salienta que para atender a demanda por um desenvolvimento inclusivo é necessário acessar ativos para a produção, treinamentos e técnicas que aperfeiçoem o que os pescadores já sabem fazer a vida toda, e assim alcançar o que Sen (2000) chama de razão da eficácia, que seria a livre condição de agente.

O sentimento dos pescadores de que o modelo da Reserva Extrativista Marinha não trouxe nada de positivo para eles está atrelado a essas duas razões, avaliatória e da eficácia, e também do entendimento de que todas as dimensões que envolvem a profissão de pescador artesanal dentro da Resex-Mar são importantes. As falas dos pescadores resumem a constatação de que a criação da Resex-Mar, tal como analisado por Drummond (2002) não avançou na resolução do dilema entre, de um lado, os territórios ricos em recursos naturais e beleza cênica e, de outro, a pobreza material das populações extrativistas tradicionais que habitam nesses territórios.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora que o leitor chega à parte final deste trabalho, é pertinente retomar o que foi proposto inicialmente e mostrar como o delineamento teórico e metodológico permitiu articular as categorias analíticas, os dados das Reservas Extrativistas Marinhas selecionadas e as informações obtidas em campo. Os resultados apresentados neste trabalho não pretendem generalizar o quadro das Reservas Extrativistas Marinhas brasileiras, mas contribuir para uma agenda de pesquisas e conhecimentos sobre estes territórios.

A proposta que orientou este trabalho foi investigar como as diretrizes de Desenvolvimento Sustentável incorporadas no modelo de uso das Reservas Extrativistas Marinhas influenciam a transmissão geracional e a continuidade das atividades tradicionais extrativistas. Os capítulos 1, 2 e 4 trouxeram instrumentos analíticos para subsidiar as reflexões que se desdobraram e o atendimento dos objetivos traçados nos levam a algumas constatações.

A descrição e a contextualização das condições socioeconômicas das Reservas Extrativistas Marinhas realizadas no Capítulo 3, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais de seis Resex-Mar selecionadas para este estudo, mostraram que as famílias se situam em um estrato de renda que alcança entre meio a 1 salário mínimo. As atividades extrativistas nessas Resex-Mar são complementadas por outras atividades produtivas indispensáveis para o autoconsumo das famílias. Formas de complementação a partir das transferências governamentais de renda e produção de artesanato são importantes.

Para as Resex-Mar que se encontram em área costeira a dinâmica é mais complexa em relação às continentais, uma vez que há conflitos entre diferentes interesses sobre os recursos naturais, dada a aproximação ou mesmo inserção desses territórios em áreas urbanas, a atividade turística e a pesca industrial. No caso específico da Resex de Arraial do Cabo, vimos que sua criação foi demandada por pescadores artesanais que almejavam justamente proteger seus modos de vida e garantir os recursos naturais desses outros interesses. No entanto, a criação dessa UC se deu em um momento histórico em que a atividade turística já estava se tornando dominante na região e, na visão dos pescadores artesanais entrevistados, os arranjos institucionais das diferentes esferas não foram suficientes para ordenar os diferentes usos do território e diminuir seus impactos na atividade da pesca artesanal.

De forma integrada, algumas insuficiências não permitem que o conjunto capacitário tomado pela análise proposta no Capítulo 3, componha um quadro mais amplo de êxitos. O Capítulo 3 permite assegurar que ações locais, estaduais, regionais e federais que dêem apoio

à valorização da dinâmica das atividades extrativistas junto ao modelo de gestão do território, são necessárias para que o valor intrínseco da preservação dos recursos naturais e das culturas tradicionais faça parte da vocação econômica/cultural destas áreas. Este tipo de articulação poderia fomentar a busca pelo equilíbrio das ações antrópicas de forma mais eficiente e assistir a busca por uma infraestrutura que favoreça os objetivos comerciais mais rentáveis para as atividades tradicionais. A falta deste quadro mais amplo de aplicação dos valores da sustentabilidade (econômica, social, ambiental, e cultural) nas ações de diferentes esferas governamentais deixa o modelo de gestão das Resex-Mar isolado e fragilizado e um dos reflexos está na avaliação da população tradicional que não projeta perspectivas futuras positivas para os jovens. Os valores positivos do território e da atividade tradicional passam então a ser questionados, mostrando não apenas a dinâmica própria da transmissão geracional que implica em aceitar, modificar ou rejeitar legados, mas também os limites dessa transmissão em um ambiente mais amplo de desvalorização social da atividade extrativista, das lacunas na efetivação das políticas públicas e da viabilidade econômica em proporcionar um patamar de vida digna, segundo os padrões dos próprios pescadores artesanais.

Tratando do caso específico da Resex-Mar de Arraial do Cabo, a descrição do processo de criação da UC realizada no Capítulo 5 mostrou que, apesar de a pesca artesanal se constituir como tradição histórica na formação do município, a atividade passou por diferentes processos de mudanças socioeconômicas e culturais. Tais transformações tiveram reflexos no espaço que passou a ser compartilhado com diferentes interesses, na disputa com o turismo pelo posto de atividade econômica principal e na busca pela preservação dos recursos naturais dos quais dependem diretamente os pescadores artesanais. Diferentes atores sociais, com forças políticas e econômicas desiguais e sentidos díspares atribuídos ao mar formaram um fluxo desordenado de ações que tornou o território, na visão dos pescadores artesanais, atualmente insustentável. Assim, verifica-se uma dificuldade da pesca artesanal em acompanhar e se inserir neste processo de transformações que coloca o objetivo de constituição da área protegida em contradição.

Apesar de se situar no interior destas relações difusas, a transmissão do saber tradicional da pesca artesanal está ocorrendo, como foi confirmado no Capítulo 3 e no Capítulo 6. A forma com que o conhecimento é repassado na Resex-Mar de Arraial do Cabo corrobora a literatura sobre a pesca artesanal, exploradas nos Capítulos 1 e 4, ou seja, o saber é transmitido pela oralidade, repetição, errância e no cotidiano das relações familiares e com o grupo profissional. Já o fazer vem sendo modificado por meio da incorporação de embarcações um pouco maiores, pequenos motores, determinados tipos de redes e petrechos

de pesca, o que evidencia que a tradição não é estática. Para os pescadores artesanais entrevistados, essas atualizações não retiram o significado tradicional e artesanal da pesca; para eles o mais importante seria a mudança na forma como a pesca e os pescadores artesanais são valorizados pela sociedade e definidos pelas políticas públicas.

Retomando as contribuições trazidas no Capítulo 2, ao mencionar as áreas que precisam de um pensamento renovado para se atingir uma sociedade sustentável, as “necessidades imateriais” não satisfeitas fazem parte desses conhecimentos que precisam ser revigorados. Afiliando-se a outros pesquisadores, este trabalho considera que um dos grandes desafios contemporâneos reside na recuperação da forma como a dimensão cultural é interpretada a partir de valores individuais e aplicada nas ações políticas desenvolvimentistas. Os resultados do Capítulo 6 evidenciaram o valor das identidades coletivas e da promoção da auto-estima para os pescadores artesanais, ratificando o quanto a dimensão cultural é indispensável na integração dos aspectos que formam o Desenvolvimento Sustentável e que só o reconhecimento na forma da lei é insuficiente.

Insuficiências percebidas em relação à obtenção de renda e disposição de infraestrutura para o desenvolvimento e escoamento da produção, dificuldades de estabelecer áreas somente de pesca, a falta de fiscalização por órgãos competentes e externos à gestão da Resex-Mar, entre outras, formam um quadro geral de privações vivido pela comunidade de pescadores artesanais na área estudada, que tomam essas falhas como constatação da desvalorização social e institucional da pesca artesanal, em nome da qual a Resex-Mar foi criada.

Ficou evidente que a geração jovem, apesar de interpretar a continuidade da pesca artesanal como importante, valorizar aspectos que reforçam a ancestralidade da atividade como o contato com o mar, a satisfação do ato de captura do pescado e o sentimento de indissociabilidade com os recursos naturais, não gostaria de ver as gerações precedentes seguindo por essa trajetória. Ao avaliarem o quadro de êxitos e privações, jovens e antigos pescadores não conseguem visualizar na pesca artesanal uma forma justa e suficiente de sustento de suas famílias no futuro. As gerações mais velhas compartilham da falta de expectativas positivas dos jovens, principalmente quando comparam a autonomia financeira proporcionada pela pesca no passado, o que caracteriza a solidariedade entre as gerações e a aceitação da quebra de um modelo familiar e profissional praticado ao longo de gerações. Alguns pescadores afirmam que em um futuro próximo a profissão chegará ao fim, ou como disse um pescador, não é o peixe que está acabando, mas sim o pescador artesanal. Considerando que a continuidade é a garantia de sucessão e renovação, os principais objetivos

de criação da área de conservação são colocados em dúvida, já que não se está obtendo sucesso em proteger os meios de vida e a cultura da população tradicional que ali vive.

Assim, na avaliação de jovens e velhos pescadores entrevistados, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, entendido como “aquele que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas necessidades”, que eles afirmaram saber que é o fundamento da criação das Resex, não pode ser aplicado à Resex-Mar de Arraial do Cabo, uma vez que os jovens não encontram um campo de possibilidades para atender um conjunto de capacidades e necessidades no presente e no futuro.

O alerta que se faz neste trabalho é que, em dezoito anos de criação do SNUC, podemos reconhecer alguns avanços, como foi mostrado nas análises do Capítulo 3 e do Capítulo 6; no entanto, é indispensável repensar algumas lacunas deixadas pela lei, sobretudo ao transferir o modelo das Resex para as Resex-Mar, pois estas sofrem outros tipos de pressão em virtude de sua vinculação com as cidades, tais como a especulação imobiliária, o turismo empresarial e a pesca industrial.

O olhar reflexivo sobre os objetivos da criação das Resex também precisa priorizar e criar condições efetivas para a ampliação do campo de possibilidades dos jovens nestas áreas, tais como educação diferenciada, capacitação profissional, lazer, autonomia econômica e valorização social. Isso pode ser feito por meio do delineamento de atividades que estejam em consonância com os padrões de equilíbrio entre ambiente e as demais dimensões da sustentabilidade, considerando de forma mais ampla a dimensão cultural. O processo de avaliação, reformulação e adaptação das políticas públicas é salutar, e antes de se buscar novos instrumentos e estratégias é preciso aperfeiçoar os que já temos. Este trabalho compartilha da proposta do desenvolvimento como liberdade, pois mesmo na hipótese de haver a oferta de tais campos de possibilidades, as populações têm ainda o direito de reavaliar e rejeitar a continuidade das atividades tradicionais. O importante é que o desenvolvimento garanta este tipo de escolha, principalmente para atuação dos jovens nestes territórios.

O Relatório “Nosso Futuro Comum”, bem como os teóricos contemporâneos do desenvolvimento, salienta que não há um modelo de desenvolvimento pronto, pois no momento da implementação de certos modelos de gestão do território, deve-se levar em consideração as dinâmicas específicas de cada área. Neste sentido, este trabalho reforça a relevância do Plano de Utilização, um instrumento fundamental previsto pelo SNUC (2000), que possibilita a consonância das atividades tradicionais extrativistas com as dinâmicas territoriais, e todas as Resex-Mar devem fazer valer a sua potencialidade e legitimidade. Outro

instrumento que este trabalho destaca por sua amplitude são os Conselhos, também assegurados pelo SNUC (2000), mas ressaltando-se que é preciso garantir uma democracia que não seja apenas representativa nestes espaços políticos, e sim favorecer a democracia direta como alerta Ignacy Sachs.

Reforçamos também o fato de que algumas lacunas exigem providências urgentes, como a inexistência de uma estatística pesqueira na Resex-Mar de Arraial do Cabo, pois sem tais informações é difícil propor estratégias e fazer planejamentos para superar a conjuntura atual.

Por fim, aponta-se algumas possibilidades para futuros estudos, que possam aprofundar as análises feitas neste trabalho. Reforça-se aqui a necessidade de buscar ouvir os “jovens das águas” que se encontram em outras áreas de conservação no Brasil, tendo em mente que eles representam o futuro e a manutenção das atividades tradicionais nestas áreas, a fim de comparar as perspectivas em diferentes contextos. Especificamente na Resex-Mar de Arraial do Cabo, estudos futuros podem buscar compreender a visão dos outros atores sociais que também vivem do mar, qual seu entendimento a respeito da unidade de conservação e como interpretam a sustentabilidade aplicada no dia a dia das diferentes formas de uso dos recursos naturais.

É também importante aprofundar analiticamente as alternativas encontradas pelas próprias comunidades tradicionais, como formas associativas, criativas e as parcerias que elas buscam estabelecer para resguardar direitos e valorizar a tradição. A experiência na Resex-Mar de Arraial do Cabo apontou que tal valorização pode se dar, por exemplo, por meio da aproximação do conhecimento tradicional com o saber científico, mas esse caminho ainda está em fase embrionária.

Os dados aqui apresentados sustentam a conclusão de que o modelo de uso da Reserva Extrativista Marinha não tem oferecido incentivos ou benefícios para a manutenção da transgeracionalidade da pesca artesanal e, conseqüentemente, a falta de ações que valorizem o saber fazer e os meios de vida dos pescadores artesanais como legítimos frente a outros interesses e atores sociais coloca em situação de vulnerabilidade a atividade extrativista tradicional na Resex-Mar de Arraial do Cabo. Este trabalho, não pretende propor um novo modelo de uso, nem desvalorizar os pontos positivos e avanços do atual. Apesar de a visão dos pescadores que fizeram parte da pesquisa expor pontos negativos do modelo de uso dos recursos naturais, não se pode ignorar que pontos positivos também foram citados. O intuito do enfoque é chamar atenção para a necessidade de maior reconhecimento da dimensão cultural, que somente na forma jurídica da lei não basta; a pesquisa aponta para a necessidade

de incorporação deste valor nas ações sociais e institucionais, posto que a definição de população tradicional como beneficiária de políticas públicas a torna um sujeito coletivo de direitos que devem ser alcançados e sustentados na prática.

## 8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p. Disponível em <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/Albuquerqueemm.pdf>> Acesso em 20 de fev. 2017.

ALMEIDA, M. E. G.G.; MAGALHÃES, A.S. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional** jul.-dez. 2011, Vol. 12, No. 2, 205-214.

ALMEIDA, M.E. A transmissão geracional em questão. In: **Lealdades visíveis e invisíveis um estudo sobre a transmissão geracional da profissão na família.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC- Rio. 2013, p.200.

AMARO, R.R. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2003. Disponível em <<http://cea.revues.org/1573>; DOI : 10.4000/cea.1573>.

BACHELARD, G.1989. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria.** (Trad. Antônio de Pádua Danesi) São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BARRETO, W.D.L; BARRETO, L.P.G.L. **A pesca artesanal: geração de renda e meio ambiente.** 1.ed.- Curitiba: APPRIS,2016.

BITTENCOURT, D. C. **Sustentabilidade dos pescadores artesanais na reserva extrativista marinha de Cururupu- MA.** Dissertação do Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 77p., 2012.

BULFINCH, T.(1796-1867). **O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis.** Thomas Bulfinch ; tradução de David Jardim Júnior — 26a ed. — Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <<http://filosofianreapucarana.pbworks.com/f/O+LIVRO+DE+OURO+DA+MITOLOGIA.pdf>> Acesso em: 12 de jan.2017.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

BRITTO, R.C de C. **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ.** Niterói: EdUFF, 1999.

CANDAU, Joel. **Antropologia da memória.** Editora: Instituto Piaget. Lisboa, 2005.

CANELLA, F. Jovens de periferia e a cidade: trajetórias de vida e processos de individualização (Florianópolis, 2000-2010), **História Oral**, v. 17, n. 2, p. 69-93, jul./dez. 2014.

CAPELLESSO, J.A; CAZELLA, A.A. **Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC)**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. XIV, n. 2, p.15 -33, 2011.

CARVALHO, J.G. Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade. **Extramuros: Revista de Extensão da Univasf**, V.1(2), 2012.

CARNEIRO, A.M. M; MORAES, E.A; VIEIRA, L.F.S. **Conhecimentos Tradicionais da pesca artesanal para conservação sustentável do mar: valores patrimoniais do espaço marítimo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ**. [livro eletrônico], Rio de Janeiro: Editora, COPPE/UFRJ, 2012.

CARNEIRO, M.M.C; VIEIRA, L.F; COLUCCI, A. Projeto ressurgência: extensão participativa de sms para Pesca artesanal na reserva extrativista marinha de arraial Do cabo – RJ. **Ação Ergonômica**, V 7(1), 2009.

CAVALCANTI, R. **Mitos da água: as imagens da alma no seu caminho evolutivo**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CERVENY, C.M.O. **A Família como modelo: desconstruindo a patologia**. Editora Livro Pleno, 1º edição, 2001.

COLCHESTER, M. **Salvando La Naturaleza: Pueblos Indígenas, Areas Protegidas y Conservación de La Biodiversidad**. Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para El Desarrollo Social, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991, 430 p.

CORBIN, A. As raízes do medo e da repulsa. In: CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das letras, 1989. (pp. 11-29).

CORBIN, A. As figuras iniciais da admiração. In: CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das letras, 1989. (pp. 30-65).

CUNHA, M.H.O. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, A, C (organizador). **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2000.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: **I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ambiente e Sociedade**, Indaiatuba, 2002.

DIEGUES, A.C. **Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil**. International

Collective in Support of Fishworkers, 27 College Road, Chennai 600 006, India, 2008.

DIEGUES, A.C. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/ USP, 2004.

DIEGUES, A, C. Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte-Brasil. In: **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2000.

DIEGUES, A.C. A sócio-antropologia das comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

DIEGUES, A.C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paul: Ática, 1983.

DOULA, S.M; CARDOSO, P.O; BARASUOLA, A; SILVA, M.I.G. Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação federais. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá – AL** Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, Universidade Federal de Viçosa. 2015.

DOULA, S.M; CARDOSO, P.O; BARASUOLA, A; SILVA, M.I.G. Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação federais. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Resex Marinha Prainha do Canto Verde-CE**. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, Universidade Federal de Viçosa. 2015.

DUBAR, C. **Asocialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: André Stahel M. da Silva – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUNLEY, B.S. **Biologia reprodutiva de *Byrsonima sericea* (Malpighiaceae), em fragmentos de diferentes tamanhos na Restinga de Massambaba, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro**. ( Dissertação de Mestrado), Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro Escola Nacional de Botânica, Rio de Janeiro, 2006, 52 p.

DRUMMOND, J.A. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade** - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16885.pdf>> acesso em 04 de maio de 2017.

EISENSTADT, S.N. **De geração a geração**. Editora perspectiva, 1976.

FALCKE, D; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana (org.). **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FAO. 2016. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2016**. Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma. 224 pp. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i5555s.pdf>> Acesso em: 18 de jan.2017.

FAO. 2014. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2014**. Oportunidades y desafíos. Roma. 274 pp. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i3720s.pdf>> Acesso em: 18 de jan.2017.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**, São Paulo: Inglu: FAPESP, 2007.

FRANK, A.G., Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia. In **Sociologia do Desenvolvimento II**/ DURAND, J.C.G e MACHADO, L.P (orgs), Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA NETO, J.A; FERREIRA, F.M; MOURA, R.A. Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação federais. **Resex Marinha de Corumbau**. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, Universidade Federal de Viçosa. 2016.

FERREIRA, M.A; FIALHO, R.M. **Nas redes de saberes e histórias: Arraial do Cabo**. Rio de Janeiro, UNA, 2013.

FEIXA, C; LECCARDI, C. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude**. Revista Sociedade e Estado, Volume 25, Número 2, 2010.

FORACCHI, M. M.A **juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1972.

GARCIA, N.M. **Educação nas famílias de pescadores artesanais: transmissão geracional e processos de resiliência**. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Educação ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 87 p., 2007.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Artes de Pesca**. Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/artes-de-pesca.html>> acesso em 30 de novembro de 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **O instituto**. Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-instituto-destaque>> acesso em 30 de novembro de 2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVAMPA Nº 05, DE 13 DE JUNHO DE 2012. Disponível em : <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2012/in\\_mpa\\_05\\_2012\\_inscricaoorgpcategoriaspescadoramador\\_altrd\\_in\\_02\\_2015.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2012/in_mpa_05_2012_inscricaoorgpcategoriaspescadoramador_altrd_in_02_2015.pdf)>. Acesso em: 20 de jan.2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 06, DE 16 DE ABRIL DE 2010. Disponível em <[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2010/in\\_mpa\\_06\\_2010\\_revvd\\_rgp\\_altrd\\_in\\_mpa\\_11\\_2010\\_2\\_2011\\_revvd\\_in\\_mpa\\_2\\_2011.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2010/in_mpa_06_2010_revvd_rgp_altrd_in_mpa_11_2010_2_2011_revvd_in_mpa_2_2011.pdf)>. Acesso em 20 de jan.2017.

KLIKSBERG.B. Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento? In: SEN, A; KLIKSBERG.B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 302-333.

KRUEL, V.S. F; PEIXOTO, A.L. **Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil**. Acta bot. bras. 18(1): 177-190. 2004.

LEITE, C. A. M; CARLA, T; CARDOSO, P.O. Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioeconômico em unidades de conservação federais. **Resex Marinha de Caeté-taperaçu, PA**. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, Universidade Federal de Viçosa. 2015.

LIMA, L.L; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, nº 48: 101-110 dez. 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n48/a06v21n48.pdf>> acesso em 04 de junho de 2017.

LITTLE, P.E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

LOBÃO, R.J. S; LOTO, L. **Análise de dois casos de modelos de gestão Compartilhada em pescarias artesanais: reservas Extrativistas marinhas (brasil) vs. Áreas de manejo e Exploração de recursos bentônicos (chile)**. Confluências, vol. 14, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, dezembro de 2012, p. 1 - 18.

MADEIRA, Felicia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: Questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, nº 58, p. 15-48, ago., São Paulo, 1986.

MANDELI, M.T; PENNA SOARES, D.H; DIEZ LISBOA, M. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 63 (no.sp.): 1-104, 2011.

MALDONADO, S.C. No mar: conhecimento e produção. In: DIEGUES, A, C (organizador). **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2000.

MANNHEIM, K. **O problema das gerações**. tradução: Maria da Graça Barbedo, in idem, Sociologia do conhecimento, Vol. II, Porto, RES-Editora, pp. 115- 176, 1928.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/sistema-nacional-do-meio-ambiente>> acesso em 25 de novembro de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação por Bioma**. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_JUL17%20-%20C\\_Bio.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_JUL17%20-%20C_Bio.pdf)> acesso em 25 de novembro de 2017.

MEADOWS, D.H; RANDERS, J; MEADOWS, D. **Limites do Crescimento: atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualitymarck, 2008.

MENDONÇA, T.C.M; MORAES, E.A; MACIEL, A.M. de; COSTA, M.A.M. **Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez. 2013.

MARENDINO, R.B; CARVALHO, J.G.S. Mulheres pescadoras de arraial do cabo: Imaginário, representações e gênero. Emblemas - **Revista do Departamento de História e Ciências Sociais** - UFG/CAC, v. 10, n. 2, 59-76, jul-dez, 2013.

MOURA, R.A; FERREIRA NETO, J.A; CARDOSO, P.O; FERREIRA, M.A.M. **Desempenho dos municípios de Minas Gerais (Brasil) nos Indicadores de Desenvolvimento Rural (idr)**. Revista de Extensão e Estudos Rurais, V. 2, N. 1, p. 119-151, 2013.

MOURÃO, F.A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial**. São Paulo: Hucitec/ NAPAUB/CEC, 2003.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Pesca Artesanal. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>>. Acesso em: 20.maio.2016.

NOGUEIRA, C.S. **Território de pesca no estuário marajoara: comunidades rurais negras e conflitos no município de Salvaterra – Pará**. (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005, 179p.

OLIVEIRA, M.L.R; SOUSA, D.R.N; PEREIRA,G.P; MACEDO, A.P. **Resex Marinha de Soure: Relatório Parcial II**. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, Universidade Federal de Viçosa. 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PAIS, J.M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e sociedade [online]**. 2009, vol.18, n.3, pp.371-381. ISSN 0104-1290. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300003>.

PEREIRA, B.E; DIEGUES, A.C. **Conhecimento de Populações Tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconervação**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, Editora UFPR, jul./dez. 2010.

PERROUX, F., O desenvolvimento. In: **Sociologia do Desenvolvimento/ DURAND, J.C.G** (org), Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

RESENDE. A.T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica/ SILVA, C.A**, organizadora. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 43-67.

RIVERA. D.S.V. **Conhecimento tradicional como instrumento para conservação e manejo do caranguejo ucaucidescordatus (Linnaeus, 1763) na Reserva Extrativista Marinha de São João da Pont- Pará**. Dissertação do Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em

Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas, 2015.

RYLANDS,A.B.; BRANDON.K. **Unidades de Conservação Brasileiras**. Revista Megadiversidade ,Volume 1, Nº 1, p.27-35, Julho 2005.

SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C.D;GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. 1 (I):1-14, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh.- Rio de Janeiro, Garamond, 2008a, 3ª ed.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o século XXI. In: BURZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Editora brasiliense, 1994, 2ª ed.

SANTOS, C.Z; SCHIAVETT, A. Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, 39(4): 479 - 494, 2013.

SARTI, C. O jovem na família o outro necessário. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P (organizadores) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo:editora fundação Perseu Abramo, 2004, 115-129.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Por que devemos preservar a coruja pintada. In: **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado/** SEN, A; KLIKSBURG, B, São Paulo, Companhia das letras, 2010.

SEN, A. Cultura e Cativo. In: **Identidade e Violência: a ilusão do destino**. Tradução: Maria José de La Fuente. Lisboa: Tinta-Da-China. 2007.

SEN, A. Teorías Del desarrollo a principios del siglo XXI. In: **El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI**. Eds. Emmerij, L, e Del Arco,J.N. Washington D. C.Banco Interamericano de Desarrollo, 1998.

SILVA, G.O. Água, vida e pensamento: um estudo de cosmovisão. In: DIEGUES, A, C (organizador). **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2000.

SILVA, A.P. Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 3**. Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas TO, 2014, 36p.

SILVA, C.A. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**/ SILVA, C.A, organizadora. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp.13-26.

SILVA, C.A. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. In: **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**/ SILVA, C.A, organizadora. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp.27-42.

SILVA. M.S.F; SOUZA. R.M. **Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais**. Terra Plural, Ponta Grossa, v.3, n.2, p.241-259, jul./dez. 2009.

SOUZA, D.A. **Avaliação da toxicidade de mexilhões Perna perna ( LINNAEU, 1758) e monitoramento fitoplanctônico em fazenda de maricultura da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ**. (Dissertação de Mestrado), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Macaé, Rio de Janeiro, 2014, 74p.

STROPASOLAS, V.L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: **Juventude Rural e políticas públicas no Brasil**. Marilda Aparecida Menezes, Valmir Luiz Stropasolas, Sergio Botton Barcellos, organizadores. Brasília: Presidência da República, 2014.

TAVARES, B. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. Soc. e Cult., Goiânia, v. 15, n. 1, p. 181-191, jan./jun. 2012.

TOMIZAKI, K. **Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 327-346, abr.-jun. 2010

TOSTE, R; FERNANDEZ, M.A; PESSOA, I.A; PARAHYBA, M.A; DORE, P.D. Organotin pollution at arraial do cabo, rio de janeiro state, Brazil: increasing levels after the tbt ban. **Brazilian journal of oceanography**, 59(1):111-117, 2011.

VELHO, G. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3 ed, 2003, 31-48.

VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3 ed, 200, 97-105.

VELHO, G. O grupo e seus milites. In: VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3 ed, 2003, 106-113.

TOSTE, R; FERNANDEZ, M.A; PESSOA, I.A; PARAHYBA, M.A; DORE, P.D. Organotin pollution at arraial do cabo, rio de janeiro state, Brazil: increasing levels after the tbt ban. **Brazilian journal of oceanography**, 59(1):111-117, 2011.